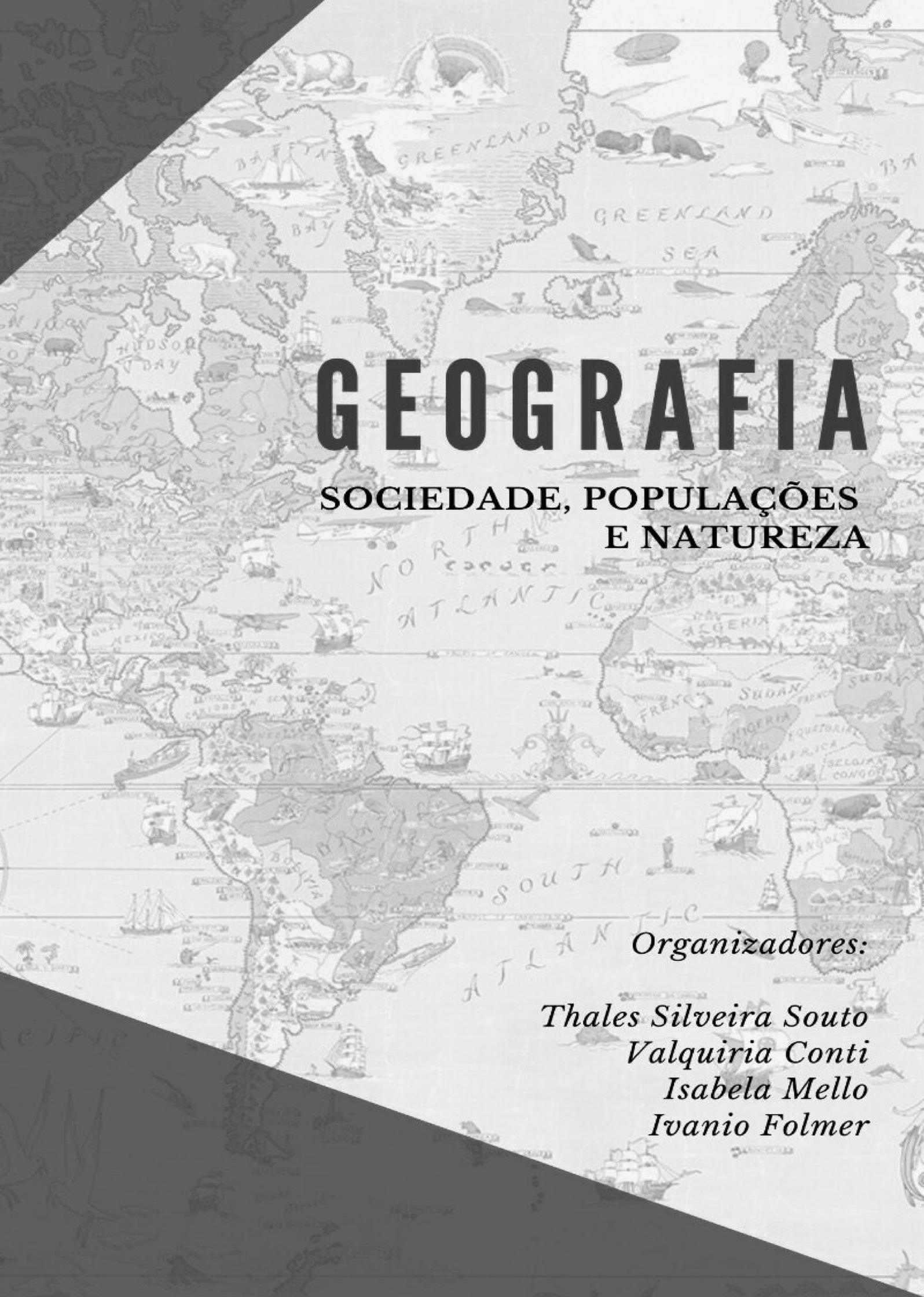


# GEOGRAFIA

SOCIEDADE, POPULAÇÕES  
E NATUREZA

Organizadores:

*Thales Silveira Souto  
Valquiria Conti  
Isabela Mello  
Ivanio Folmer*



# GEOGRAFIA

SOCIEDADE, POPULAÇÕES  
E NATUREZA

Organizadores:

*Thales Silveira Souto  
Valquiria Conti  
Isabela Mello  
Ivanio Folmer*

## ***CONSELHO EDITORIAL***

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote  
Silva  
UNIDAVI/SC  
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán  
UFCE- Colômbia  
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de  
Oliveira Brito  
UAL - Lisboa- Portugal.  
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller  
Germani  
UFFS- Passo Fundo/RS  
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins  
UFFS - Chapecó/SC  
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa  
UFN- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs  
UFES - Vitória/ES  
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin  
UFOB  
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza  
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS  
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio  
UFRGS - Porto Alegre/RS  
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch  
UFSM- Palmeira das Missões/RS  
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos  
UFU– Uberlândia/MG  
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado  
UFJF- Juiz de Fora/MG  
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Profa. Dra. Angelita Zimmermann  
UFSM- Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne  
Tybusch  
UFN - Santa Maria/RS  
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Copyright © Arco Editora, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Arco Editora.

**Diagramação e Projeto Gráfico** : Gabriel Eldereti Machado

**capa**: Henrique Ferreira da Costa

**Revisão**: dos/as autores/as.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia [livro eletrônico] : sociedade,  
populações e natureza / organização Thales  
Silveira Souto ... [et al.]. -- Santa Maria,  
RS : Arco Editores, 2021.  
PDF

Outros organizadores: Valquiria Conti, Isabela  
Mello, Ivanio Folmer  
ISBN 978-65-89949-47-3

1. Geografia - Estudo e ensino 2. Natureza  
3. População 4. Sociedade I. Souto, Thales Silveira.  
II. Conti, Valquiria. III. Mello, Isabela.  
IV. Folmer, Ivanio

21-90552

CDD-910.7

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Geografia : Estudo e ensino 910.7

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



**10.48209/978-65-89949-47-3**

*O padrão linguístico-gramatical, bem como o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma maneira, o conteúdo e teor de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.*

## **APRESENTAÇÃO**

A ciência está sob holofotes, os quais tendem, por uma parte da sociedade, utilizá-los a favor do desenvolvimento da humanidade, dada a importância da realização de investimentos nos diferentes campos da ciência, gerando resultados irrefutáveis. Por outro lado, temos os holofotes que insistem rechaçar a necessidade da influência que os estudos e a pesquisa científica geram para a sociedade e a natureza.

Embora na contemporaneidade ocorra uma grande insistência na recusa dos positivos alcances que os estudos que todas as áreas de pesquisa vêm desempenhando e conquistando, é fundamental ressaltar a necessidade de uma ciência específica, a qual fundamenta-se no desvendar - no passado -, compreender - no presente - e propor - para o futuro -, caminhos para potencializar o uso/ocupação/transformação do espaço de uma forma harmônica, que é a ciência geográfica.

A este respeito, em “GEOGRAFIA: sociedade, populações e natureza”, os treze capítulos que compõem o livro percorrem uma trilha que primam na apresentação de temas emergentes para a contemporaneidade, como as articulações populares em defesa das questões sociais e ambientais tanto no meio urbano - envolvendo discussões acerca do espaço habitacional e as desigualdades espaciais - quanto no meio rural - abordando a agricultura familiar, os métodos menos agressivos à biodiversidade, os impactos resultantes do uso e ocupação do solo de forma inadequada -. Além disso, constam obras que percorrem as pertinentes temáticas atreladas ao fazer geográfico em diferentes frentes, incluindo a atuação no espaço escolar e suas peculiaridades.

As circunstâncias pautadas nesses capítulos envolvem desde questões marcadas pelos contextos históricos até as atuais formas de apropriação do espaço, viabilizado, notadamente pelos “esforços” do capital, e, muitas vezes amparado pelo Estado, assim como, em algumas situações, o contrário irá ser apre-

sentado, ou seja, as ações do Estado dinamizam certas necessidades do capital, consequentemente os impactos são destacados.

Torna-se cada vez mais importante o pensar, o debate e o fazer científico para possibilitar a compreensão da relação sociedade e natureza, como também, as suas diferentes possibilidades de interação, buscando, sobretudo uma relação em equilíbrio. Sendo assim, essa obra possui como preocupação central o amplo acesso às discussões resultantes das pesquisas científicas, em primazia com a perspectiva dos temas que envolvem um arcabouço teórico-metodológico atrelado ao contexto crítico e extremamente necessário na peculiaridade destes tempos.

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA IES PÚBLICA PRESENCIAL DO PARANÁ.....10**

*Andréia Bulaty*

*doi: 10.48209/GEO-65-89949-01-3*

## **CAPÍTULO 2**

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MINORIAS REPRODUZIDA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CAPIXABAS.....30**

*Damião Amiti Fagundes*

*doi: 10.48209/GEO-65-89949-02-3*

## **CAPÍTULO 3**

**AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO MIGUEL ARCANJO/SP: O USO DE AGROTÓXICOS NA VITICULTURA.....49**

*Diânice Oriane da Silva*

*doi: 10.48209/GEO-65-89949-03-3*

## **CAPÍTULO 4**

**A FORMAÇÃO DE ARTICULAÇÕES POPULARES DE LUTA NO OESTE PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU – UHI.....67**

*Edimar Rodrigo Rossetto*

*Marli Terezinha Szumilo Schlosser*

*doi: 10.48209/GEO-65-89949-04-3*

## **CAPÍTULO 5**

**ANÁLISE TEMPORAL DO USO E COBERTURA DO SOLO NA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ-SC.....81**

*Eduardo Samuel Riffel*

*João Paulo Assis Gobo*

*Glênio Antonio da Luz*

*Ana Luiza Pinto Alves*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-05-3**

## **CAPÍTULO 6**

**MARANHÃO: UMA BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E UMA  
ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS SERTÕES MARANHENSES.....99**

*Francisco Leandro da Costa Soares*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-06-3**

## **CAPÍTULO 7**

**A OCUPAÇÃO URBANA EM TORNO DO RIO JAGUARI EM JAGUARI – RS  
E A QUESTÃO AGRÁRIA.....135**

*Isabela Mello*

*Ivanio Folmer*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-07-3**

## **CAPÍTULO 8**

**O CARIRI CEARENSE: NATUREZA, FÉ E DINÂMICA URBANA  
CONTEMPORÂNEA.....148**

*Jefferson Santos Fernandes*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-08-3**

## **CAPÍTULO 9**

**ESTUDOS FRONTEIRIÇOS: TRILHAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM  
MARCO TEÓRICO.....166**

*Márcio Estrela de Amorim*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-09-3**

## **CAPÍTULO 10**

**ESPAÇO HABITACIONAL CONTENDO REALIDADES DIFERENTES EM UM MESMO RECORTE GEOGRÁFICO - CAMPO GRANDE – RIO DE JANEIRO, RJ.....180**

*Matheus Nascimento de Albuquerque*

*Willian Nascimento de Castro*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-10-3**

## **CAPÍTULO 11**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: EM UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE ITUIUTABA-MG.....195**

*Paula Cristina Inacio*

*Arthur Viegas Soares*

*Jeane Medeiros Silva*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-11-3**

## **CAPÍTULO 12**

**APLICACIÓN DE LA NC ISO: 50001/2011 EN EL TALLER DE SARCÓFAGO DEL MUNICIPIO GUANTÁNAMO, CUBA.....213**

*José Rolando Dupuy Parra*

*Mairelis Videaux Aguilar*

*Evelio Parra Rodríguez*

*Enma Negret Fuentes*

*René Lesme Jaén*

*Giorvys Guerra Maldonado*

*Ángel Almarales Arceo*

*Reinaldo Fernandez Justiz*

*Adilson Tadeu Basquerote*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-12-3**

## **CAPÍTULO 13**

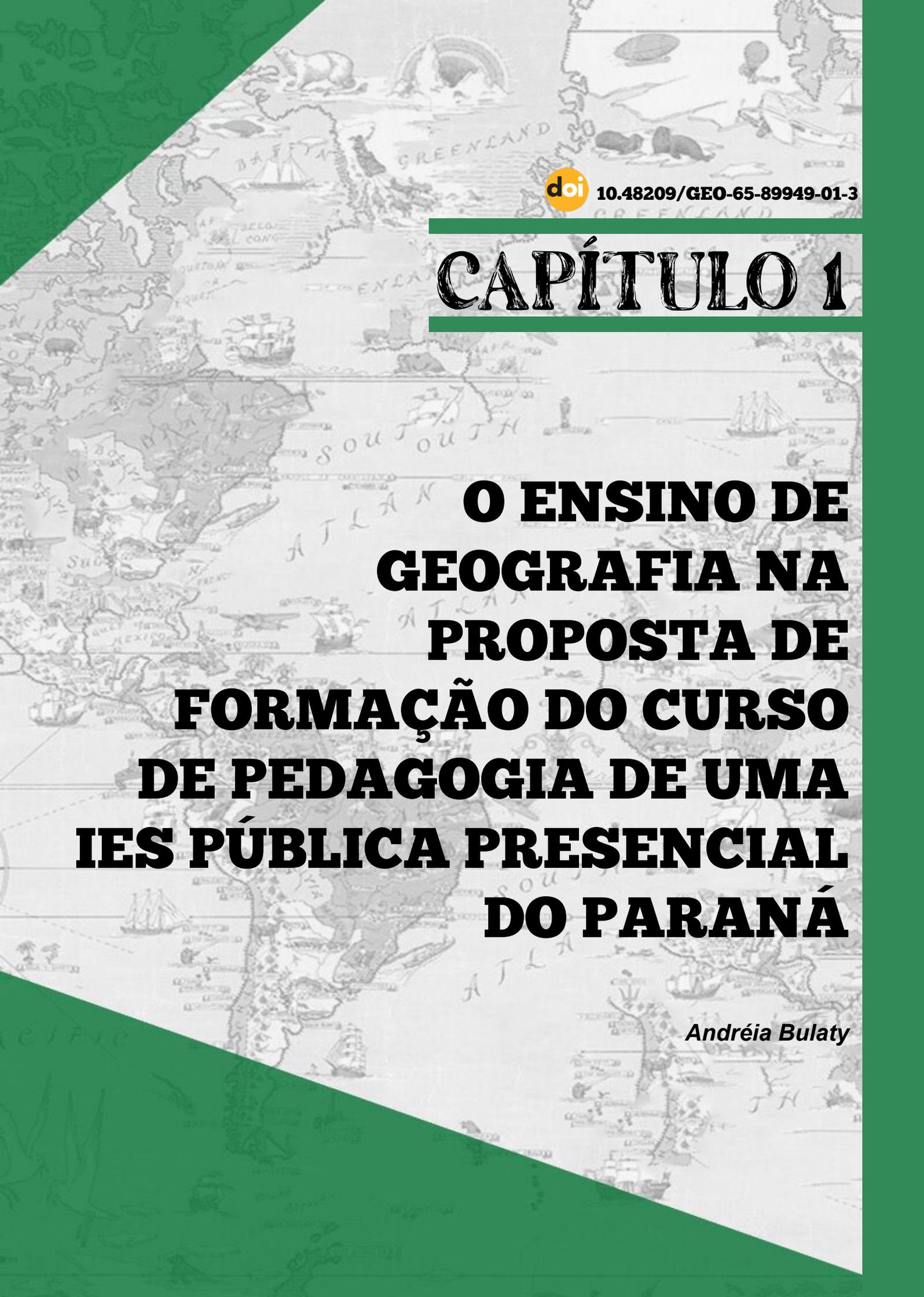
**(RE)CONSTRUIR O TERRITÓRIO-QUILOMBOLA COMO CONCEITO.....229**

*Mauricio Hermann de Souza*

**doi: 10.48209/GEO-65-89949-13-3**

**SOBRE OS ORGANIZADORES.....247**

**SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....251**



doi 10.48209/GEO-65-89949-01-3

# CAPÍTULO 1

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA IES PÚBLICA PRESENCIAL DO PARANÁ**

*Andréia Bulaty*

*O espaço, ele mesmo, é social. (Milton Santos)*

*Há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço. (Paulo Freire)*

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo dessa pesquisa é investigar nos currículos dos cursos de licenciatura em Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior pública e presencial no Estado do Paraná a organização do ensino de Geografia. Entende-se que desenvolver uma pesquisa sobre a formação do pedagogo para o ensino de Geografia, é se questionar: Como os currículos têm estruturado o ensino da Geografia nos cursos de Pedagogia de uma IES pública e presencial no Estado do Paraná? Visto que a Geografia é um componente curricular presente na educação básica – desde a educação infantil e anos iniciais.

Com este estudo pretende-se conhecer como os graduandos estão tendo contato com a Geografia, sendo utilizado para esta investigação uma análise documental Lüdke; André (1986) em 5 Projetos Pedagógicos de Cursos da Pedagogia de 5 campus da IES. Documentos que são de domínio público, estando expostos nos sites da Universidade, onde o curso é ofertado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa segundo os princípios de Triviños (2009).

Inicia-se defendendo que a formação do pedagogo segue a legislação oficial para a formação de professores expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores para a educação básica (BRASIL, 2015) e a Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (BRASIL, 2006). Ambas constituem e definem a área de abrangência de formação e atuação do pedagogo, compreendendo uma formação para dimensão da educação infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo os componentes curriculares da educação básica, entre outros direcionamentos para gestão, pesquisa, atuação em outros níveis de ensino e em espaços escolares e não escolares.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394/96, o curso de Pedagogia é definido como formação preferencial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e assim emerge a preocupação com o processo formativo desse acadêmico que precisa como defende as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (BRASIL, 2006) estudos referentes ao ensino em diferentes áreas e dentre elas Geografia, além de elementos próprios da organização do trabalho pedagógico.

## **FORMAÇÃO DOCENTE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA**

A Universidade contribui com a formação de futuros profissionais nos mais diversos segmentos da sociedade, cuja finalidade é a criação cultural e o desenvolvimento reflexivo emancipado dos profissionais em formação, fomentado pela pesquisa, ensino e extensão, do mesmo modo, promove a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade. Nesse sentido, apresenta-se o curso de Pedagogia, que constitui a formação de milhares de professores para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental da educação básica brasileira.

O curso de Pedagogia responsável pela formação do pedagogo, que atuará como docente dos respectivos conhecimentos encontrados nos currículos das escolas da educação básica até o 5º ano do ensino fundamental, ministra o conhecimento do campo da Geografia nos espaços das creches e pré-escolas, assim como nas escolas municipais de ensino de primeiro ao quinto ano. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, deixa em aberto para o pedagogo o poder de ministrar aula relacionado a Geografia na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, pois ele é o professor regente e referência da turma (BRASIL, 2010), reforçando assim, a extrema importância de se ter o componente da Geografia no curso de Pedagogia.

A atual organização estrutural da educação brasileira segundo a LDB 9394/96 está organizada em educação básica (atendendo desde a educação infantil, ensino fundamental e médio) e ensino superior.

O processo de ensino que o professor desenvolve é uma trama de interações, de saberes<sup>1</sup> atualizados, plurais e heterogêneos (TARDIF, 2012) ou como defende Gauthier *et al* (2006) é importante ter um repertório de conhecimentos que envolve os saberes dos professores – “Knowledge base<sup>2</sup>”, que são adquiridos ao longo da carreira docente, nos cursos de formação inicial- continuada e permanente, nas experiências, no cotidiano, nas propostas curriculares e políticas públicas e educacionais.

Portanto, é relevante conhecer o curso de Pedagogia e suas especificidades, para pensar a formação do pedagogo atuante na educação básica, tendo como princípio que o ato de ensinar é complexo, é dialético, primeiramente porque envolve a formação humana que é produção de identidade e também da diferença, é conformismo e ao mesmo tempo emancipação, é formação cultural mas também semiformação cultural, um currículo que expressa poder de autonomia assim como de adaptação e relações de poder. Por isso que o currículo se torna objeto de análise, visto que é um instrumento de ação política e pedagógica, com interesses da sociedade, carregando concepção de educação e sujeito que se materializam nas salas de aula, reforçando que o currículo não neutro, porque é a expressão de interesses de uma classe, não é universal e pode variar a depender do contexto, ou seja, no mesmo Estado por exemplo, existe currículos do curso de Pedagogia de IES públicas atendendo as demandas regionais.

---

1 Saberes pessoais do professor; Saberes provenientes da formação escolar anterior; Saberes provenientes da formação profissional par ao magistério; Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho; Saberes provenientes da própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola.

2 A) *disciplinar* que diz respeito ao conhecimento de conteúdo a ser ensinado; B) *Curricular* relacionado a transformação da disciplina em programa de ensino; C) *das Ciências da Educação* referente ao saber profissional específico que não está ligado direto com a ação pedagógica; D) *da Tradição Pedagógica* que é o saber de dar aula; E) *da Experiência* que se refere aos julgamentos privados responsáveis pela elaboração ao longo do tempo; F) *da Ação Pedagógica* que se refere ao saber experiencial tornado público e testado.

Abordar a formação do curso de Pedagogia, é encontrar atualmente uma estrutura organizacional de 4 anos até 5 anos a depender da instituição e Estado, com um leque de direcionamentos das habilidades de formação, em que possibilita uma atuação profissional em diversas frentes – pedagogo, professor da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, disciplinas pedagógicas no ensino de formação docente; atuar em espaços não escolares; na gestão escolar – com uma estrutura que oferece uma formação que abrange todo esses campos do conhecimento.

Para ser habilitado em todos esses campos, o currículo do curso de Pedagogia apresenta uma diversidade de conhecimento. Será que todos os campos do conhecimento recebem o mesmo espaço no currículo do curso de licenciatura em Pedagogia, respeitado os pressupostos e fundamentos essenciais a práxis pedagógica? Nesse currículo do curso de licenciatura em Pedagogia como a Geografia é tratada em termos de conceitos e conhecimentos?

Historicamente o curso de Pedagogia tem sua gênese no Brasil por volta de 1939, nas antigas Escolas Normais que visavam a formação de professores (BRZEZINSKI, 2008), perpassando por um currículo nos cursos de Pedagogia que era composto pelo modelo 3+1, ou seja, três anos composto de disciplinas ligadas aos fundamentos – psicologia educacional, história da educação, história da filosofia, filosofia da educação, entre outros – e mais um ano de disciplinas didáticas – didática geral, administração escolar, etc (SAVIANI, 2009), para na atualidade se encontrar organizado sob uma base de formação que abrange a todos os campos de atuação profissional.

A DCN/ Formação inicial em nível superior defende que o egresso do curso de formação inicial, precisa possuir um repertório de conhecimentos teóricos e práticos, resultantes do processo formativo, que será consolidado com o exercício profissional, pautado na sensibilidade e estética, na contextualização, na relevância social, comunicação, tecnologias educacionais entre outros (BRASIL, 2015), sendo imprescindível que o pedagogo egresso tenha um arcabouço de

conhecimentos advindos dos diversos campos<sup>3</sup> e saberes de diversos momentos do processo formativo.

Com a DCN/Pedagogia de 2006 a Geografia passa a ser reforçada como necessária a formação do pedagogo, no artigo 5º, inciso V que defende que o egresso do curso de Pedagogia precisa estar apto a “ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada as diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2006, p.2).

Segundo a DCN/Pedagogia, não existe uma relação de hierarquia entre os campos do conhecimento, pois todos são de igual importância a formação do pedagogo, e a Geografia passa a ser contemplada por meio da reflexão e ações críticas (BRASIL, 2006) fato também defendido pela DCN/ Formação inicial em nível superior (2015). Portanto, estes documentos defendem uma igualdade de espaço nos currículos de Pedagogia para todos os campos do conhecimento, considerando a docência como ação educativa intencional, pedagógica e metódica, envolvendo diversas linguagens e conhecimentos (BRASIL, 2015).

Assim, procura-se obter um panorama do que tem sido proposto pela instituição de ensino superior em seus 5 cursos de Pedagogia, ofertados em 5 campus pelo Estado do Paraná, no que diz respeito ao ensino de Geografia como área específica integrante do currículo da educação básica: educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

## **ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA**

Parte-se do princípio de que a educação geográfica tem função social importante na formação humana, como um conhecimento que permite a compreensão da realidade, dos lugares onde se vive e das relações entre a sociedade e a natureza, possibilitando assim o sujeito criar sentimento de pertencimento ao grupo. Também é abordado no ensino da Geografia a leitura

---

3 Língua Portuguesa, Matemática, Arte, História, Ciência e Geografia.

do território e das disputas globais, que são essenciais para entender os usos dos recursos naturais e suas implicações no ambiente e, contudo, na produção industrial e comercial.

A Geografia, como campo de conhecimento tem despertado reflexões sobre o objeto de estudo.

o objeto de estudo geográfico na escola é, pois, o espaço geográfico, entendido como um espaço social, concreto, em movimento. Um estudo do espaço assim concebido requer uma análise da sociedade e da natureza, e da dinâmica resultante da relação entre ambas (CAVALCANTI, 2002, p. 13).

É compreender o espaço socialmente construído como objeto de estudo da Geografia que possibilita o entendimento de mundo “[...] Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades e para que possamos exercitar nossa cidadania (CALLAI, 2005, p. 228)”.

Ler o mundo é compreender as informações que estão no cotidiano das pessoas, na forma do desenho das paisagens, nas representações gráficas e cartográficas, compreendendo a realidade e poder realizar uma reflexão e crítica sobre a mesma. Entende-se que ao observar, questionar e refletir a respeito dos elementos que estão presentes na realidade, no cotidiano vivido a criança e o sujeito constroem o que Kaercher (1998) aponta como leitura de mundo que é exercitar, ler e escrever sobre as relações sociais de maneira contextualizada e compreender a realidade que nos cerca.

A Geografia pretende à análise do meio físico, estando implícito a ideia de um espaço ocupado pelo homem, no qual é exercido uma determinada cidadania, e busca-se uma Geografia não apenas centrada em descrever as observações das paisagens, ou na interpretação política e econômica do mundo, mas que trabalhe com as relações socioculturais da paisagem, como os elementos físicos e biológicos que fazem parte da mesma, investigando as múltiplas interações que se estabelecem entre ambos na constituição de um espaço: o espaço geográfico.

O espaço geográfico precisa ser percebido como um espaço transformado pelos seres humanos, precisando ser superado pela simples descrição e a abertura para o desenvolvimento do raciocínio espacial mais complexo, se valendo de referências teórico-conceituais, das decorrências e determinações das localizações. Segundo Cavalcanti (2002) pode-se dizer que a localização é mais que uma descrição física de um lugar, é a análise de outros aspectos relacionados à organização à cultura, às relações de poder, ao social, a maneira como os grupos sociais se relacionam com a natureza e ao uso que se faz dela.

Por isso que a leitura de mundo não se reduz à leitura de mapa, mas, é à leitura do lugar da vida e faz-se romper com o ensino fragmentado e desconexo da Geografia para além dos muros da escola, estando no conhecimento e reconhecimento da dinâmica espacial que nos cerca, por isso, que as aulas de Geografia no curso de Pedagogia precisam ancorar-se em dois eixos indissociáveis, sendo os conhecimentos epistemológicos da ciência geográfica, e, as práticas metodológicas voltadas à atuação do pedagogo – em outras palavras, aspectos teóricos e práticos. Para Fantin, Tauschek e Neves (2013) a linguagem geográfica permite ao estudante a leitura do espaço geográfico promovendo a compreensão da realidade entrelaçando espaço físico, a construção histórica e social. Já Calvalcanti (1998) diz que são conceitos essenciais ao ensino da Geografia: o lugar, a paisagem, a região, natureza, sociedade, território.

Para pensar na formação de professores, o curso precisa juntamente com ensinar as teorias, trabalhar com a construção e desenvolvimento de práticas educativas que contemplem noções e conceitos geográficos, não de maneira mecanizada, memorizada, como aponta Cavalcanti (1998) a memorização induzida na Geografia não é uma memorização desejada pelo aluno, mas uma memorização forçada, pois o aluno decora fatos, nomes da Geografia, não porque ele não quer decorar nenhuma informação, mas porque ele não é mobilizado para as informações da Geografia.

No ensino de educação geográfica considera-se a aquisição do raciocínio geográfico, a partir dos processos espaciais, trabalhando conforme pontua

Gonzáles (2015) os atributos próprios do espaço geográfico, tais como: processos territoriais, desenvolvimento sustentável, mudanças globais, diversidade e interdependência, escala, informações geográficas (gráfica, trabalho de campo, cartografia), por exemplo pode-se mencionar o trabalho com princípios e conceitos estruturantes para análise do *espaço e sua dinâmica* como ensino da: escala, extensão, localização, as relações entre as unidades de medida, as diferentes formas de calcular a distância (milhas, tempo de viagem, custos de viagem), os sistemas de coordenadas, a natureza dos espaços, os conceitos cartográficos tais como, as visões (vertical, oblíqua e frontal), as noções de medida e proporção, os efeitos das projeções, os princípios do desenho gráfico - croquis ou mapas mentais, carta, fotografias aéreas, imagens de satélite, gráficos, os mapas em anamorfose e diagramas.

O espaço é compreendido nos conteúdos e conceitos geográficos e suas representações, que envolve o raciocínio. Já Moreira (2007, p.117) nos apresenta as categorias e as “categorias de categorias” (considerados princípios geográficos) que são estruturantes para entender o território e o mundo.

Essas “categorias de categorias” são importantes na medida em que estruturam a cartografia escolar, na qual as crianças no processo de alfabetização científica em Geografia articulam os conteúdos geográficos com o pensamento espacial (MOREIRA, 2007). Estes princípios encontram-se no cotidiano devido a localização e a distância dos lugares, a distribuição, extensão, distância, posição e escala. Também organizar e estruturar geograficamente é um saber que significou ao longo da história da Geografia, localizar, distribuir, conectar, delimitar as relações na paisagem e transportá-la ao mapa, sendo essas categorias de categorias um passo para analisar a relação homem-meio/homem-espaço em sua dimensão geográfica (MOREIRA, 2007). Esse tipo de análise contribui para o desenvolvimento do pensamento espacial.

É importante o ensino da Geografia permitir aos alunos compreender a posição de lugares e suas conexões com outros, ao longo do tempo,

compreendendo o espaço enquanto produto dinâmico que reflete a relação entre ciência, sociedade, tecnologia e meio ambiente.

## **O QUE DIZ O CURRÍCULO DE PEDAGOGIA SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA**

Estudar o currículo é partir da concepção que ele é o conjunto de objetivos de aprendizagem. O currículo se concretiza na forma de experiências e resultados, no qual os efeitos são acumulados, avaliados e modificados, quando for necessário, ou seja, o currículo com o passar do tempo é reformulado, pois as demandas sociais e políticas exigem modificações que possibilitem uma suposta melhoria na formação (SACRISTÁN, 2000).

Pensando no currículo dos cursos de Pedagogia o tempo de vigência do mesmo é as vezes mais estendido, pois as universidades gozam de certa autonomia universitária, fato que na rede municipal as vezes é mais frágil, pois o currículo varia de acordo com as mudanças no legislativo. O currículo é um documento que condiciona a realidade prática e teórica das escolas e do curso de Pedagogia, com a finalidade de ordenar a atuação dos professores e estudantes.

O estudo em questão que tem por objetivo investigar nos currículos dos cursos de licenciatura em Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior pública e presencial no Estado do Paraná a organização do ensino de Geografia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que é definida como adoção de vários procedimentos e técnicas que auxiliam na compreensão das relações entre os sujeitos e seu contexto, o conhecimento da dialética da realidade social que perpassa pela percepção, reflexão e intuição, que vem a realidade para transformar os contextos (TRIVIÑOS, 2009).

Para auxiliar na compreensão do questionamento: Como os currículos têm estruturado o ensino da Geografia nos cursos de Pedagogia de uma IES pública e presencial no Estado do Paraná? utiliza-se de uma análise documental como instrumento para coletar os dados da investigação.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizadas, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Com este estudo pretende-se conhecer como os graduandos de 5 cursos de Pedagogia estão tendo contato com a Geografia, sendo estruturado o universo da pesquisa em 5 cursos de Pedagogia que estão distribuídos em 5 campus de uma mesma IES no Estado do Paraná. Os documentos – Propostas Pedagógicas Curriculares (PPCs) estão disponíveis nos sites das Universidades onde são ofertados e são de domínio público.

O Estado do Paraná tem 10 IES públicas e presenciais que ofertam cursos de licenciatura em Pedagogia, estruturado em universidades estaduais, federais e institutos federais (BULATY, 2019; BULATY, RUSCHEL, 2020). Para esse estudo optamos por uma das IES que tem 5 cursos de Pedagogia, em 5 campus distribuídos pelo Paraná, abrangendo ‘mais de 12 mil alunos, organizados nos 7 campus da instituição, atingindo 150 municípios que, juntos, formam uma população média de 4,5 milhões de pessoas’ (Dados extraídos do site da IES).

Todos os 5 cursos de Pedagogia estão estruturados em 4 anos e são habilitações de licenciatura, apresentando uma carga horária variando entre 3.270 a 4.080 horas, com uma diferença de 810 h entre eles, conforme fica exposto no quadro 1.

Quadro 1 – Currículos do curso de Pedagogia do Estado do Paraná investigados

Currículos	Ano início do curso	Ano do PPC	Carga horária	Tempo curso	Regime de oferta
PPC-1	1960	2018	3.270	4 anos	Seriado anual com disciplinas semestrais;
PPC-2	1963	2020	3480	4 anos	Seriado anual com disciplinas semestrais;

PPC-3	1974	2019	3.960	4 anos	Seriado anual com disciplinas semestrais;
PPC-4	2013	2018	3.400	4 anos	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto);
PPC-5	1966	2019	4080	4 anos	Seriado anual com disciplinas anuais;

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora em consulta aos PPCs dos Cursos de Pedagogia investigados.

O curso há mais tempo no mercado dessa IES está com 61 anos de existência e o mais novo foi criado a 8 anos. Os cursos já têm uma caminhada e consolidação. Uns como é o caso do PPC-1, PPC-2, PPC-3 e PPC-5 já passaram por reformulações de PPCs algumas vezes.

Quanto a oferta dos cursos, o curso do PPC-1 é ofertado no período vespertino e noturno. Já o PPC-2 tem ocorrido no período vespertino e noturno. O curso do PPC-3 oferta vagas para as turmas do matutino e noturno. Enquanto no PPC-4 o curso é realizado no período noturno e no PPC-5 o curso está sendo feito nos turnos vespertino e noturno. Assim, ao todo, na atualidade esses 5 cursos têm 9 turmas ingressando anualmente, estudando na maioria dos cursos no período vespertino e noturno, contribuindo assim com a formação de milhares de pedagogos, que atuam nas escolas da educação básica.

Todos os cursos de Pedagogia têm seus projetos reformulados a menos de 5 anos, sendo incorporado o regime de disciplina semestral em grande parte, atualizados atendendo a DCN/ Formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015).

Na sequência organiza-se o quadro 02 com as disciplinas que se referem ao ensino da Geografia nos cursos de Pedagogia, destacando que todos tem espaço para esse campo do conhecimento, coadunando com as orientações das DCN/Pedagogia de 2006.

Quadro 2 – Nomenclatura das disciplinas relacionadas a Geografia nos cursos de Pedagogia.

Currículos	Nome da disciplina	Carga Horária
PPC-1	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	60
PPC-2	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72
PPC-3	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia e da Educação Ambiental	72
PPC-4	Fund. Teóricos Metodológicos do Ensino de Geografia e Educação Ambiental	60
PPC-5	Metodologia do Ensino da Geografia	60

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora em consulta aos PPCs dos Cursos de Pedagogia investigados.

O quadro deixa amostra que a Geografia tem um espaço no currículo do curso de Pedagogia da IES analisada, embora com uma carga horária mínima, diante um campo de conhecimento amplo, mas proporciona o contato do aluno com o conhecimento geográfico. Dois cursos que apresenta o campo da Geografia compartilhando espaço com a educação ambiental. Em ambos os cursos as disciplinas são em regime obrigatório.

Essas disciplinas são ofertadas aos alunos do 3º ano de todos os cursos investigados, período que ocorre o estágio supervisionado na educação infantil e antecede o estágio no nível dos anos iniciais do ensino fundamental. Primeiro contato com o campo do conhecimento para estudar e conhecer as teorias e sugestões de apontamentos práticos e de conhecimentos na área.

Assim como na maioria das licenciaturas de Pedagogia, na IES pública e presencial analisada é ofertado apenas duas disciplinas que aborda especificamente a Metodologia do ensino de Geografia, enquanto os outros 3 PPCs tem disciplina nomeada de Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Geografia. A nomenclatura das disciplinas tem muito a dizer sobre a disciplina, pois transmitem o real significado da disciplina, se tem um cunho mais teórico, ou se tem uma discussão sobre os fundamentos do campo ou aos processos metodológicos ou se tem a ver com as práticas e conteúdo da Geografia.

No que diz respeito à carga horária das disciplinas, incita a um suposto aligeiramento, uma concepção fragmentária da relação teoria e prática (práxis), pois como trabalhar os fundamentos, as teorias e as metodologias em uma carga horária apertada? ficando prejudicado a formação do pedagogo para atuação com esse campo.

Faz-se importante nesse momento conhecer o que as ementas indicam para esse campo, os conteúdos selecionados são:

Quadro 3 – Ementas das disciplinas de Geografia nos currículos do curso de Pedagogia investigados

Currículos	Ementa
PPC-1	<p>O ensino de Geografia nos anos iniciais: princípios legais e conceituais. Alfabetização geográfica.</p> <p>O espaço geográfico e suas diferentes escalas.</p> <p>Linguagem cartográfica, representação, orientação e localização no espaço.</p> <p>Educação Ambiental.</p> <p>Espacialidade geográfica e diversidade.</p> <p>Conteúdos, planejamento, metodologia e avaliação no Ensino de Geografia nos anos iniciais.</p>

PPC-2	<p>Histórico da construção do pensamento científico e pedagógico da Geografia.</p> <p>Diferentes vertentes teórico-filosóficas da Geografia: da tradicional a perspectiva cultural.</p> <p>Currículo e o ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: espaço geográfico, configuração da paisagem, alfabetização cartográfica.</p> <p>Organização do planejamento e sistematização do ensino: conteúdos, encaminhamento metodológico e processo avaliativo.</p> <p>Análise crítica de materiais didáticos (livros didáticos, jogos, textos científicos e literários).</p> <p>Geografia e educação ambiental.</p>
PPC-3	<p>Ensino de Geografia no Brasil: abordagens, conceitos e métodos de ensino.</p> <p>Relações espaciais, dimensões culturais, políticas, econômicas e socioambientais e suas transformações.</p> <p>Paisagem, território, lugar e construção do espaço.</p> <p>Ser humano, natureza e cultura.</p> <p>Educação ambiental, tecnologia e sociedade.</p> <p>Propostas pedagógicas para o ensino de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.</p>
PPC-4	<p>Análise da metodologia do ensino de Geografia nas séries iniciais do ensino fundamental.</p> <p>As relações entre a sociedade e a natureza.</p> <p>Educação Ambiental e ação transformadora.</p> <p>Educação no processo de gestão ambiental.</p> <p>Práticas pedagógicas em Educação Ambiental.</p>
PPC-5	<p>Estudos dos Fundamentos Teórico/Metodológicos para o ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.</p>

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora em consulta aos PPCs dos Cursos de Pedagogia investigados.

As ementas apresentadas no quadro 3, possibilitam ter a dimensão do que é desenvolvido pelo curso de Pedagogia em relação ao ensino da Geografia nos 5 cursos analisados.

As ementas registram o ensino de Geografia, apresentando que é importante para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental que aparece nos 5 PPCs, mas é só em 2 currículos que aparece timidamente mencionado o nível da educação infantil, como se ensinar Geografia para a educação infantil não fosse trabalhado, o que é um equívoco pensar assim, pois desde bebê a criança está em contato com conceitos da Geografia: o movimento de seu corpo, a localização, o espaço, o sentimento de pertencimento de grupo, entre outros conceitos são desenvolvidos junto a criança.

Em todas as ementas é mencionado a metodologia de ensino da Geografia, oferecendo um caminho para como ensinar Geografia na escola, podendo ser trabalhado com práticas pedagógicas formativas ao pedagogo, mas poucas vezes é mencionado por exemplo a avaliação em Geografia, aspecto essencial da ação pedagógica, saber o que, como, porque, instrumentos e critérios avaliativos.

Outra demanda que aparece mencionada de forma incipiente nas ementas é as abordagens teóricas do ensino da Geografia, sendo primordial conhecer para entender o processo de ensino geográfico. Em positivo as ementas vêm apontando uma preocupação em discutir e trabalhar com os fundamentos da Educação Geográfica: relações entre a sociedade e a natureza, espaço, paisagem, escala, localização, linguagem cartográfica, educação ambiental, ser humano, entre outros que são apontados por Gonzáles (2015), Moreira (2007) e Calvalcanti (1998; 2002) como essenciais ao ensino da Geografia para a constituição humana emancipada do sujeito.

É mencionado em poucos PPCs a necessidade de conhecer a dimensão conceitual sobre o ensino de Geografia, sem ele é complexo o entendimento do objeto da Geografia, aliado a necessidade de conhecer o processo histórico de

constituição da educação geográfica e as políticas educacionais que amparam legalmente o ensino de Geografia nas escolas.

De forma muito incipiente registram em frases genéricas que não permitem identificar conteúdos específicos a serem ensinados na escola, como por exemplo, “*Conteúdos, planejamento, metodologia e avaliação no Ensino de Geografia nos anos iniciais*” não fornecendo subsídios claros para saber quais conteúdos vão ser trabalhados de Geografia em cada nível de ensino e nem com base em qual currículo. Somente um currículo menciona que vai ser realizado análise crítica de materiais didáticos, sendo importante ter condições e elementos para analisar o material que chega até o professor.

Com esta pesquisa salienta-se a importância do ensino da Geografia à formação humana do homem.

## **À GUIA DE CONSIDERAÇÕES**

A presente pesquisa que objetiva investigar nos currículos dos cursos de licenciatura em Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior pública e presencial no Estado do Paraná a organização do ensino de Geografia, chega as considerações de que os 5 currículos dos cursos de Pedagogia analisados destinam espaço ao ensino da Geografia, com formação inicial e ténue na área, com apenas uma disciplina em regime obrigatório, não oferecendo nenhuma optativa nesse campo do conhecimento.

Portanto, há dificuldades evidentes nas discussões de fundo teórico-conceitual e político, no qual o ensino de Geografia nos primeiros anos do fundamental e educação infantil envolve muitos desafios, principalmente quando considera-se as especificidades do conhecimento geográfico e o momento de grande importância da educação básica no processo de alfabetização integral dos sujeitos.

Fica perceptível os desafios e dificuldades, destacadas na formação inicial acelerada e com rasa profundidade, a oferta de apenas uma disciplina vinculada

à especificidade do ensino de Geografia por vezes destinado a formação do nível dos anos iniciais esquecido da educação infantil e a junção da Geografia com outras áreas que estão interligadas mas que também tem fundamentos específicos.

É importante que os cursos de Pedagogia possibilitem o desenvolvimento de fóruns, eventos, disciplinas optativas, grupos de estudos voltados as reflexões, pesquisas e discussões sobre a Geografia, para propiciar uma formação com uma base de conhecimentos mais profundo sobre o campo em questão.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.** Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006.

BRASIL. **Resolução nº7 de 14 de dezembro de 2010,** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº2. De 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Brasília, 2015.

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, set./dez. 2008, p. 1139-1166.

BULATY, Andréia. **O currículo e as Artes Visuais nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das instituições de ensino superior públicas do Estado do Paraná.** 353 f. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

BULATY, Andréia; NUNES, Ana Luiza Ruschel. **O currículo e as Artes Visuais nos cursos de licenciatura em Pedagogia no Estado do Paraná.** 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2020.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Caderno CEDES**, v. 25, n. 66. Campinas, maio-ago. 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e prática de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. **Metodologia de Ensino de Geografia**. São Paulo: Editora Intersaberes, 2013.

GAUTHIER, Clermont et. al. **Por uma teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 2º ed. Tradução Francisco Pereira. Ijuí: Unijuí, 2006.

GONZÁLEZ, Rafael de Miguel. Pensamiento espacial y conocimiento geográfico en los nuevos estilos de aprendizaje. **Actas XI Congreso Didáctica Geografía**, Sevilla. 2015, p.11-35.

KAERCHER, Nestor André. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: SCHÄFFER, Neiva Otero. et. al. **Ensinar e aprender geografia**. Porto Alegre: AGB, 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Estadual do Paraná, 2018.

PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Estadual do Paraná, 2019.

PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Estadual do Paraná, 2020.

PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Estadual do Paraná, 2018.

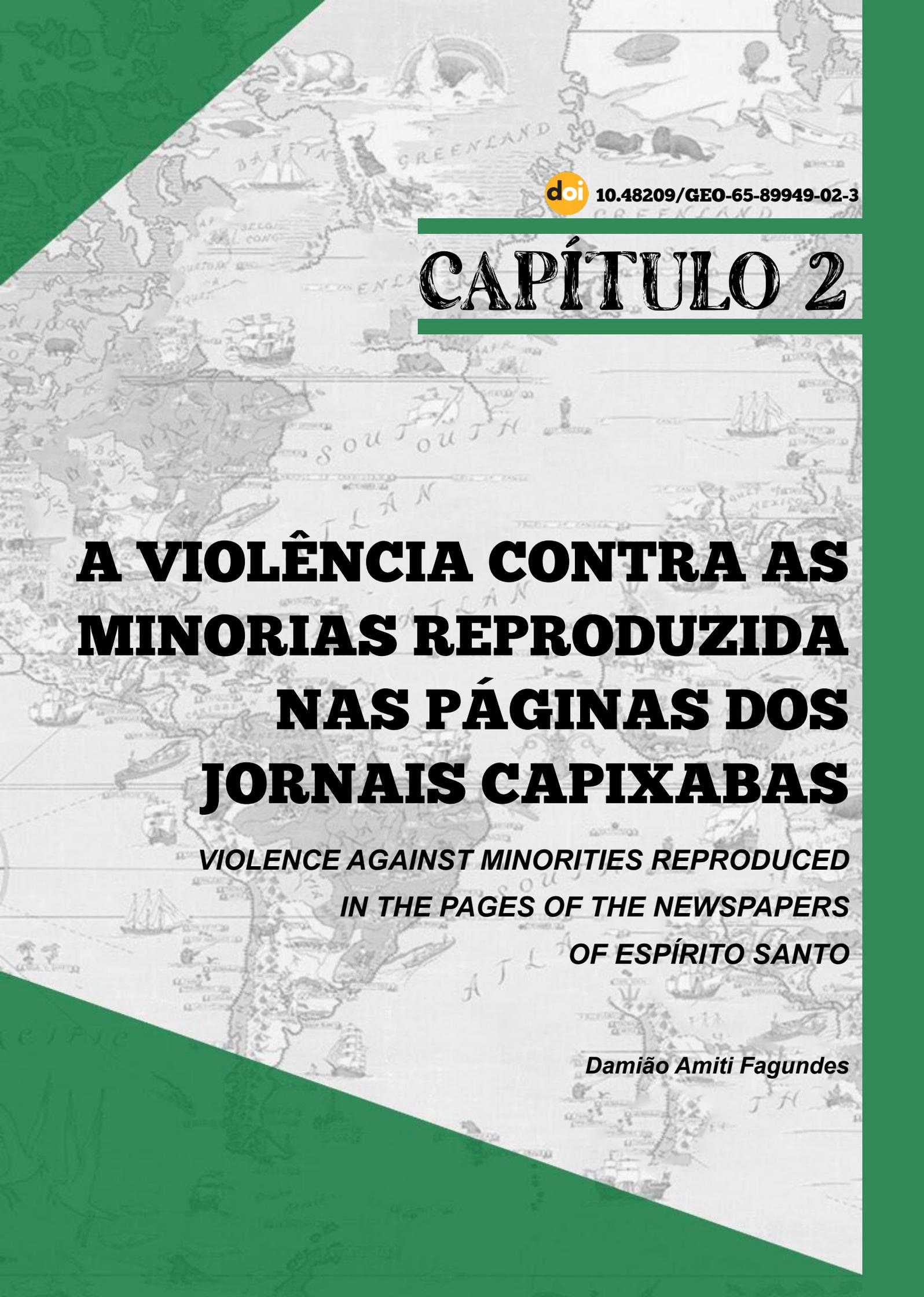
PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Estadual do Paraná, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed., Porto Alegre: Artmed, tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009, p.143- 155.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.



doi 10.48209/GEO-65-89949-02-3

## CAPÍTULO 2

# **A VIOLÊNCIA CONTRA AS MINORIAS REPRODUZIDA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CAPIXABAS**

*VIOLENCE AGAINST MINORITIES REPRODUCED  
IN THE PAGES OF THE NEWSPAPERS  
OF ESPÍRITO SANTO*

*Damião Amiti Fagundes*

**RESUMO:** O presente artigo traz uma análise das matérias veiculadas em três dos principais jornais do estado Espírito Santo, buscando identificar para “desconstruir” a banalização da violência construída pela mídia, na qual se passam despercebidas as lutas pela cidadania das minorias na sociedade capixaba, por melhores condições de vida e mais respeito às diversidades, especialmente às minorias. A metodologia utilizada para o aporte teórico da pesquisa é um levantamento bibliográfico e de notícias que estavam em pauta na mídia da região, dando enfoque aos grupos estigmatizados pela sociedade. Conclui-se que a cidadania é construída no hoje, e a imprensa possui um relevante papel nesta construção ou desconstrução da cidadania das minorias sociais frente ao contexto da violência e da criminalidade.

**Palavras-chave:** Minorias; Imprensa; Educação; Violência; Espírito Santo.

**ABSTRACT:** This article presents an analysis of the articles published in three of the main newspapers of the state of Espírito Santo, seeking to identify to “deconstruct” the trivialization of violence constructed by the media, in which the struggles for minority citizenship in the state of Espírito Santo go unnoticed, for better living conditions and more respect for diversities, especially minorities. The methodology used for the theoretical contribution of the research is a bibliographic and news survey that were on the agenda in the media of the region, focusing on the groups stigmatized by society. It is concluded that citizenship is built today, and the press has a relevant role in this construction or deconstruction of the citizenship of social minorities in the context of violence and crime.

**Keywords:** Minorities; Press; Education; Violence; Holy Spirit.

## **INTRODUÇÃO**

Diariamente há um excesso de notícias veiculadas pela mídia capixaba sobre violência contra mulheres, crianças, negros, homossexuais, dentre outros grupos minoritários. São notícias que chocam e muitas vezes são encaradas de forma banal pela mídia ou por um público leitor que vai adotando como rotina os casos de estupros, assassinatos, latrocínios, espancamentos, dentre manchetes que já fazem parte dos noticiários capixabas e por isso vão sendo naturalizados.

A escolha do tema se deu pela relevância dessa tratativa na medida em que a mídia é um importante canal de denúncia e, ao mesmo tempo, evidenciadora

da situação de exploração e de vulnerabilidade a que estão expostas as minorias sociais.

Nesse contexto, a presente pesquisa foi proposta buscando dar enfoque à análise das matérias veiculadas na imprensa, especialmente nos jornais semanais “A Tribuna”, “A Gazeta” e “Notícia Agora”, que são direcionados aos leitores de diversas faixas etárias.

Considerando um país onde há pouco hábito de leitura de livros, o jornal impresso ou on-line é um relevante meio de formar opiniões e de legitimar ideologias impostas por uma sociedade machista e dominadora. Basta abrir as páginas dos jornais diários ou a tela do computador para constatar que vivemos uma guerra não declarada oficialmente, mas camuflada pela miséria, desemprego e por uma democracia longe de ser verdadeiramente plena para todos que culmina em um cenário de violência sem limites.

Neste sentido a discussão se propôs a responder às seguintes questões: qual é o papel da imprensa na legitimação da banalização da violência contra as minorias sociais? A imprensa capixaba contribui para dar voz e visibilidade aos grupos minoritários e excluídos da sociedade capixaba?

Tendo como ponto de partida a análise das notícias, o estudo procura repensar a violência cotidiana presente, uma vez que as matérias diárias são consumidas por um público que muitas vezes não percebe que a mídia reproduz determinados valores sociais que são impostos por uma sociedade capitalista e individualista.

Como fonte de dados para a presente pesquisa foram realizadas leituras exploratórias em fontes literárias e científicas para dar subsídio teórico ao tema. Além disso, foi realizada a leitura e análise de diversos números de jornais, ou seja, a pesquisa buscou as seguintes documentações:

- a. Material bibliográfico e científico sobre a temática;
- b. Material da imprensa capixaba (on-line e impressa);

O estudo focou as análises das matérias jornalísticas em um período de aproximadamente 2 (dois) anos, tanto na região metropolitana da Grande Vitória, como no Sul do Espírito Santo, na região do Caparaó capixaba.

## **TERRITORIALIDADE DA VIOLÊNCIA À LUZ DA CONTEMPORANEIDADE**

A sociedade atual é marcada por grandes desigualdades sociais, que são resultados de uma estrutura social desigual e dependente de políticas sociais que nem sempre foram forjadas em uma melhor distribuição de renda para todos.

Nesse sentido, a relação dominante e dominado é construída em um sistema de disposição duráveis e socialmente incorporados por um conjunto de agentes que dão sentido às estruturas sociais e as representações sociais (GARCIA, 1996, p.65).

Desta forma, pensar uma definição de violência é pensar sobre as representações que a sociedade, a polícia, os políticos e a própria mídia faz sobre ela. Entende-se que a mídia, como é discutida por Rondelli (1998), em seu artigo intitulado “Imagens da violência: práticas discursivas”, leva a pensar que macro testemunha possui um papel ativo bem definido na espetacularização dos atos de violência estampados nos tablóides diários.

Nesse contexto:

A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real (RONDELLI, 1998, p.149).

Assim, estudar a violência vivenciada em nosso cotidiano e compreender a mídia é estudar a própria violência, na medida em que a imprensa destaca os atos violentos em suas páginas diárias, ela também contribui para a construção de um discurso sobre a banalização da violência no imaginário social. Não se

pode negar que a violência sempre esteve presente em todas as sociedades, violência que era fruto de atos circunstanciais. Na Idade Média ou em tempos ainda mais longínquos como no mundo greco-romano, a violência já estava presente (ODALIA, 1983, p. 17-18). Um filho matar uma mãe, um pai abusar sexualmente de uma filha e outros atos violentos eram crimes e tão comuns como os de hoje, independente do ano ou época, a violência sempre esteve presente na sociedade humana.

Odalía (1983, p. 09) afirma que a violência está tão impregnada na realidade social que “deixou de ser um ato circunstancial, para transformar-se numa forma do modo de ver e viver o mundo do homem”. Ele ainda acrescenta que a violência no mundo atual está consolidada no nosso imaginário, onde quando se pensa em violência, a primeira imagem a que somos remetidos é a de agressão. “A agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama seus amigos e família” (ODALIA, 1983, p.09).

Com uma ideia de que a criminalidade é focada em determinados grupos sociais definidos, em sua pesquisa sobre o mapeamento da criminalidade e a violência no Estado do Espírito Santo, o geógrafo Zanotelli (2011) afirma que em um destes grupos definidos é o seguinte:

Os jovens homens desde o fim dos anos 70 são os mais vitimados pelos homicídios. Esse fato é universal e outros estudos indicam essa propensão dos hominídeos, assim que as lesões atingirem os mais jovens, isso em função, entre outras causas, de um período entre adolescência e o início da vida adulta, onde os jovens homens têm uma característica, em geral, de desafio e a busca de afirmação de uma virilidade reiterada pela sociedade global (ZANOTELLI, 2011, p. 121).

Em estudos sobre a violência Arendt (2001, p. 31) pensa a violência como fruto das disputas pelo poder, como pode ser notado ao longo da história da humanidade, ou seja, a violência é definida por ela como “um fenômeno em si mesmo (...)” desta forma pode-se dizer que a violência é uma manifestação de poder.

A violência também é pensada como um fenômeno marginal, pois ela é marginal na medida em que ficou fora das agendas dos interesses políticos, mais presente em movimentos políticos como a Revolução Cubana, a Segunda Guerra Mundial, dentre outros movimentos políticos. Na contemporaneidade, essa violência deixou de estar voltada apenas para determinados grupos marginais, como exemplos leprosos, homossexuais, ciganos ou judeus como era na Idade Média, e tornou-se um produto de espetáculo da mídia. Na atual sociedade, em determinados momentos, a violência é banalizada, sendo um fenômeno o aumento da criminalidade que também é entendido no dia a dia como corriqueiro e fruto da expansão da segregação espacial e da urbanização (ZONATELLI, 2001).

A violência é pensada enquanto instrumento de controle. “A violência é o alicerce supremo de qualquer ordem política, ou seja, que os Estados democráticos sempre utilizaram deste alicerce supremo” (BERGER, 1983, p. 83).

O sociólogo ainda destaca:

Em qualquer sociedade normal a violência é utilizada com parcimônia e como último recurso, e a mera ameaça dessa violência final basta para o exercício cotidiano do controle social. Para os fins a que nos propomos, o fato mais importante a salientar é que quase todos os homens vivem em situações sociais nas quais, se todos os outros meios de coerção falhar, a violência pode ser oficial e legal usada contra eles (BERGER, 1983, p. 83).

Na história recente foi criado por meio do Decreto n.º 16.230, de 14 de setembro de 1946, a Delegacia da Ordem Política e Social, que possui como objetivo a manutenção da ordem pública e o controle dos atos violentos no Estado do Espírito Santo, durante a Ditadura Militar no Brasil (FAGUNDES, 2012). Tal decreto revela que até mesmo nos Estados democráticos, os aparatos de controle como a violência são também institucionalizados.

Considerando as instituições sociais como importantes controladoras e legitimadoras das verdades e das regras sociais que devem ser seguidas,

pode-se afirmar que vivemos sobre o modo de pensar e agir que as instituições impõem. É possível citar algumas instituições presentes em nossa sociedade que exercem grande influência sobre os indivíduos: a instituição familiar; a instituição educativa; a instituição jurídica; a instituição econômica; a instituição religiosa; e a instituição política (OLIVEIRA, 2000). Todas essas instituições trabalham na moldagem da nossa maneira de pensar, sentir e agir na sociedade.

## **O CONTEXTO DAS REPORTAGENS SOBRE VIOLÊNCIA NOS JORNAIS CAPIXABAS**

Analisando as reportagens dos jornais “A Gazeta”, “A Tribuna” e “Notícia Agora”, é possível perceber que a violência não tem pertencido somente às classes mais pobres da sociedade. As manchetes dos jornais também relatam a violência doméstica em grande nível e ela acontece em todas as classes sociais. A violência contra a mulher tem sido divulgada com maior intensidade, mostrando que no Espírito Santo esse tipo de violência tem crescido aceleradamente mesmo depois de seis anos da entrada em vigor das Lei Maria da Penha visando coibir esse tipo de crime no Brasil.

Recentemente “A Gazeta” noticiou em sua capa como manchete de destaque sobre um veículo que foi comprado pela Polícia Militar para reprimir as manifestações violentas das massas do Estado do Espírito Santo.

### **NOVA ARMA CONTRA ATOS VIOLENTOS**

**Polícia Militar capixaba vai comprar veículo para impedir fechamento de vias públicas diante de manifestações. Equipado com canhão de jatos de água, o Mangueira como vem sendo chamado vai custar R\$ 960 mil reais.**

Fonte: Jornal A Gazeta, de 27 de abril de 2012  
(<http://www.iba.com.br/detalhes/jornal/486627/a-gazeta-edicao-28.897>)

Essa notícia remete ao que Bauman (1998, p. 8) afirma, que em troca do bem-estar no mundo pós-moderno [...] “o homem civilizado trocou um quinhão das suas possibilidades de felicidades por um troco de segurança” [...].

Nesse sentido, é com base na ideia de segurança dos cidadãos que o poder constituído se utiliza de recursos para manter esta sensação de segurança enquanto governos procuram promover suas políticas governamentais. Isto constitui uma característica da sociedade atual que vive sobre a égide do medo. Em seus estudos o sociólogo polonês Bauman (1998) defendia que a sociedade está insegura e temerosa com tudo e todos; buscando o retorno à felicidade perdida, em oposição à ganância, à corrupção e à brutalidade.

Por outro lado, Melo (2008) explicita em seu artigo “A pauta na capa: a mídia como porta-voz da cultura do medo, um estudo sobre a Revista Carta Capital” que os temas escolhidos para serem veiculados pela imprensa a torna definidora do que os indivíduos pensam e devem pensar sobre determinados assuntos.

Esta ação está relacionada à Teoria do Agenda Setting onde instituições jornalísticas definem o que é ou não notícia, ditando à sociedade os assuntos que ela precisa ou não ter conhecimento. Nesse sentido, Melo (2008) destaca que o indivíduo passa a ser vítima do controle social midiático.

A partir da análise da imprensa capixaba, é possível perceber claramente a utilização deste recurso da Agenda Setting quando se sabe que um dos jornais pesquisados, a empresa jornalística responsável criou um segundo jornal impresso sob sua direção, no qual a veiculação de notícias violentas é estampada com destaque para atrair os leitores mais afoitos de informações sensacionalistas, considerando que a curiosidade é uma das principais motivações para a audiência de uma notícia mais polêmica. Saber da tristeza alheia dá um certo ‘prazer’ para algumas pessoas, e esse é o motivo para surgir comentários e trocas de opiniões, gerar engajamento social.

O mesmo interesse, incentiva e avança a imaginação para a ficção e da divulgação de fatos ‘inusitados’ da violência. O sexo, o bizarro, por fazerem parte de um imaginário proibido, assuntos que historicamente devem ser resguardados para preservação da moral religiosa e da imagem das famílias ‘de bem’, são temas adequados para a exploração da natureza curiosa do ser humano.

A violência tem como pano de fundo a venda do maior número de exemplares distribuídos no comércio do estado do Espírito Santo. São comuns nesta segunda opção criada por um desses grandes veículos exclusivamente com as informações sobre assassinatos e mortes em letras garrafais, ou a matéria ornada com tarjas vermelhas para darem maiores destaque na edição do tablóide do dia. Tal recurso é uma prática comum pelos editores.

Analisando as reportagens veiculadas pelos jornais “A Gazeta” e “A Tribuna” é possível perceber que as notícias são veiculadas com fotos, efeitos e fontes que chamam a atenção do leitor para a situação violenta em que o Estado se encontra.

Esta sociedade moderna do Terceiro Milênio, repleta de avanços tecnológicos, onde a informação percorre o mundo em milésimos de segundos tem avançado também em problemas já existentes em décadas e décadas atrás, ou seja, desde o início do século XXI, que se multiplicam a cada dia com suas devidas evoluções as situações que envolvem assassinatos, assaltos, estupros, terrorismo, conflitos entre traficantes de drogas e muitas outras formas de violência.

A mídia impressa, instrumento de pesquisa deste trabalho, mostra de forma clara que os crimes estão cada vez mais cruéis com exposição de sangue, fotos e cenas chocantes que atingem a sensibilidade e o emocional dos espectadores, sem tarja de censura, sendo motivo de debates e pesquisas em busca de soluções que combatam a violência que afeta a todos, pobres e ricos, governantes e a sociedade em geral.

Diante do que é noticiado, os múltiplos leitores capixabas têm se conscientizado de que vivem em uma sociedade submissa à criminalidade, principalmente ao se depararem com reportagens cotidianas frisando sempre isso.

Esse tipo de reportagem representa várias das que são veiculadas constantemente nos jornais do estado do Espírito Santo, explicitando de forma persuasiva o retrato que a mídia “quer expor” da violência no estado, fazendo

com que o leitor se sinta instaurado em uma cultura do medo, iniciando uma curiosidade aos fatos relatados pela mídia em atingirem o objetivo como a venda de exemplares e o aumento da audiência, com fotos estampadas nas capas para atrair ainda mais a atenção dos leitores que adotam um certo gosto por esse tipo de matéria.

## **METODOLOGIA**

Tendo como objetivo compreender como a mídia capixaba contribui para dar voz às minorias sociais em meio ao crescente número de vítimas de crimes violentos nos jornais capixabas, a presente pesquisa debruçou-se sobre a coleta de dados de dois jornais de abrangência estadual para verificar como é noticiada a violência sofrida pelos grupos minoritários na mídia capixaba.

Além disso, optou-se também pela coleta de dados nos 3 jornais impressos e on-line, por entender que a mídia jornalística é, por excelência, de maior acesso hoje entre leitores que acessam on-line, mas que ainda há aqueles que compram os jornais nas bancas, em postos de vendas espalhados por todos os municípios do estado do Espírito Santo.

Em relação ao período pesquisado, a coleta de material foi realizada através do acesso a exemplares de fevereiro de 2010 a agosto de 2012 e por acompanhamento virtual. Assim, foram registradas as informações sobre crimes violentos, tendo como foco a seleção de notícias sobre minorias sociais, e não todo tipo de violência abordado no espaço geográfico delimitado pela mídia capixaba.

Dessa forma, preferiu-se analisar as matérias com conteúdos ligados à violência contra a crianças, mulheres, negros, homossexuais e prostitutas, por considerar serem esses grupos mais excluídos socialmente na atualidade.

A utilização de instrumento de coleta de dados foi realizada por amostragem, levando em conta a análise diária das matérias do período pesquisado. Assim, foram analisadas 66 edições que abordavam de forma qualitativa os con-

teúdos das matérias veiculadas amplamente em todo o Estado, de interesse do objeto da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em seus estudos, Zanotelli (2011) diz que a violência e a criminalidade são frutos do processo de desenvolvimento que ocorreu no início da década de 1970, no estado do Espírito Santo, e não atingiu toda a população. Ou seja, para ele, o aumento da violência é provocado não somente pelos fatores sociais e econômicos, mas também e principalmente é resultado da segregação espacial que atingiu especialmente as camadas menos favorecidas do estado, do estrato da sociedade urbana capixaba.

O pesquisador, em suas apurações, procura ilustrar a ideia com um conjunto de mapas cartográficos, na tentativa de elucidar a expansão da criminalidade e da violência no estado do Espírito Santo.

Ao analisar os dados dos mapas apresentados por ele, é possível perceber que a distribuição da criminalidade e das taxas de homicídios não apresentam uma concentração apenas na capital Vitória, mas uma distribuição quase uniforme em todo o Estado do Espírito Santo, atingindo o interior.

Nesse contexto, é importante destacar o entendimento de sociólogos como Oliveira (2000) quando destacam que o processo de globalização promoveu homogeneização e padronização das culturas e, aproveitando-se deste momento de rápidas mudanças, determinados grupos sociais, como as minorias sociais, que buscam neste processo de mundialização, espaços para a afirmação e lutam por seus direitos.

Por outro lado, em busca de uma definição de minorias sociais, é possível dizer que são membros de uma coletividade que, embora fazendo parte até mesmo da maioria da população, são excluídos e são estigmatizados pela sociedade na qual estão inseridos, por pertencerem a determinada etnia, religião, classe social ou orientação sexual.

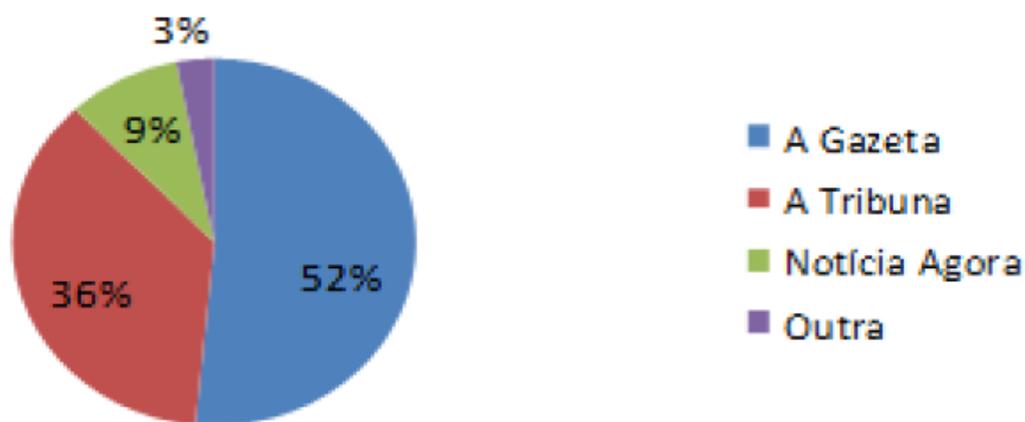
Mott (2000) afirma que, entre os grupos sociais minoritários, os homossexuais são os mais vulneráveis à discriminação e à exclusão social. Neste cenário de silêncio contra essa classe são utilizadas várias estratégias para abafar as vozes deste grupo minoritário – desde a destruição de documentos comprobatórios de homossexuais de personagens célebres, até a heterossexualização dos amores desta personalidade.

Em relação à luta das minorias sociais em nossa sociedade, sabe-se que o Brasil foi um dos primeiros países a aprovar um “Plano Nacional dos Direitos Humanos”. Isso repercutiu nas lutas dessas minorias por espaço na sociedade.

Ao analisar o perfil das notícias, contudo, percebe-se que a violência contra esses grupos está na ordem do dia, sendo explorada na imprensa capixaba como matéria de capa de quase todas as edições pesquisadas, ou seja, consumindo em suas edições 52% das capas do jornal “A Gazeta” e 36 % do jornal “A Tribuna” e 9% do jornal “Notícia Agora”, conforme pode ser visto no gráfico 1:

**Gráfico 1:** Jornais que abordam a violência capixaba

### Jornais que mais abordam a violência capixaba:



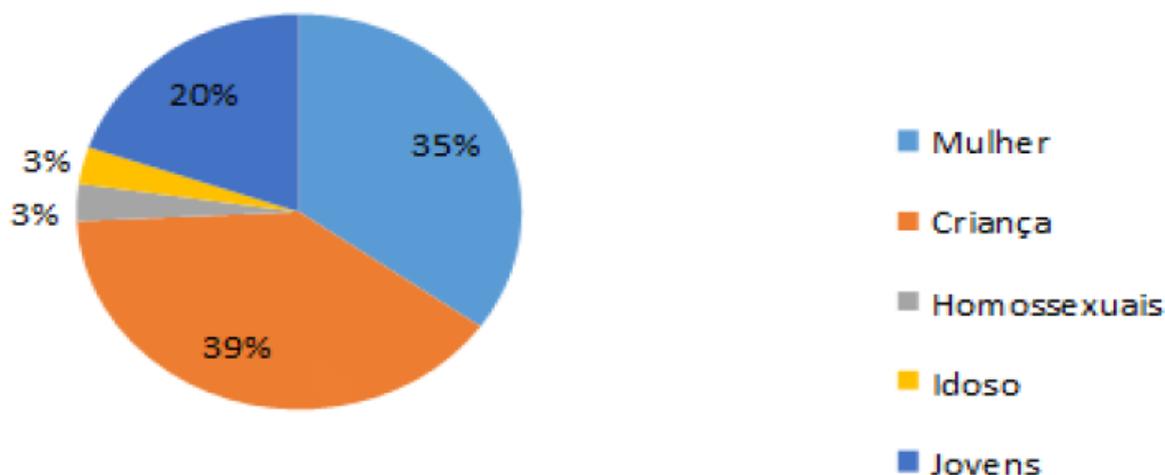
Fonte: Coleta direta realizada pelo autor nos jornais capixabas

Assim, percebe-se como a imprensa capixaba explora de forma privilegiada as notícias de homicídios, estupros, lesão corporal, assassinados, dentre outros casos de crimes cometidos contra as minorias sociais. Nos casos de elas não estarem estampadas nas capas dos jornais, elas sempre estão presentes na coluna cidades ou seguranças nas edições pesquisadas.

Os jovens lideram a lista de presença nas notícias pesquisadas e abordadas pela imprensa capixaba, com 39% as crianças são as mais envolvidas em atos de violência, em segundo lugar vem as mulheres com 35% dos crimes estampados nos jornais, como se observa no gráfico 2:

**Gráfico 2:** Grupos envolvidos em violência na imprensa capixaba

### Atores sociais (minorias) envolvidos em violência observados pela imprensa capixaba



Fonte: Coleta direta realizada pelo autor nos jornais capixabas.

Percebe-se que, dentre os atores sociais minoritários vítimas da violência, o grupo dos homossexuais é um dos que são poucos noticiados pela imprensa, ao lado dos idosos com apenas 3%. Isso reforça a ideia de um “complô do silêncio”, defendida pelo antropólogo porta voz das lutas das minorias sociais Mott (2000), o qual ressalta o seguinte:

Contemporaneamente, a mídia, a academia, os jornais diários perpetuam este diabólico complô do silêncio, censurando artigos que abordam o amor homossexual de forma positiva, sonegando informação sobre a orientação sexual de gays e lésbicas destacados, ou ridicularizando e divulgando preconceitos contra as minorias sexuais (MOTT, 2000, p.149).

Em relação às minorias sexuais, pouco se faz uma relação com os atos de violência e o desmembramento do fenômeno da criminalidade, tendo uma abordagem muito simplista e superficial dos fatos. Uma das coisas que também chamou a atenção, foi o fato de os jornais não darem uma cobertura ampla das

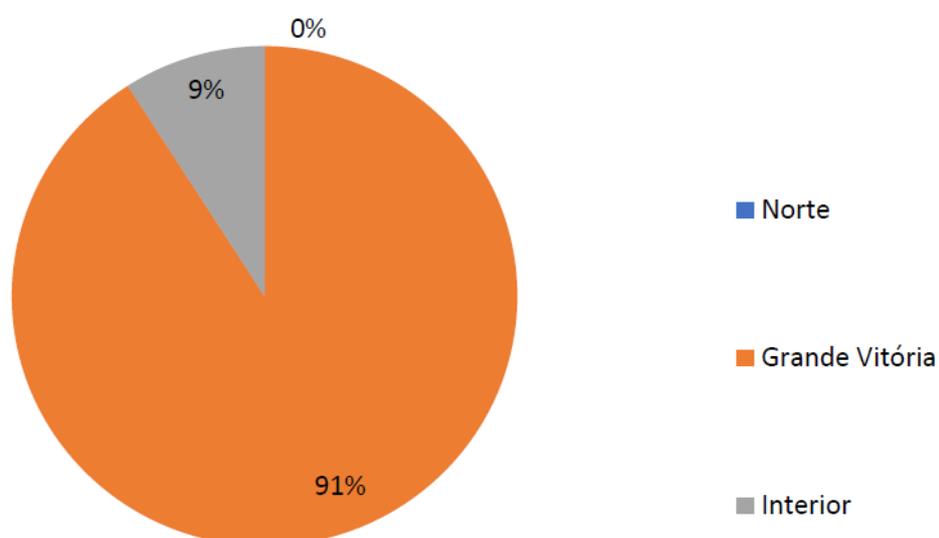
notícias, se limitam quase sempre em uma narrativa cronológica e anacrônica, sem qualquer análise contextualizada dos fatos ocorridos.

Por meio da análise das matérias também é possível perceber que a situação também se torna crítica na medida em que se analisa a violência como um fenômeno essencialmente urbano, uma vez o estado do Espírito Santo nos últimos anos urbanizou-se muito, tendo os centros urbanos a maior concentração de habitantes na atualidade, muitos vindos do interior em busca de empregos e uma vida melhor, principalmente na capital Vitória. Assim os achados também compactuam com o fenômeno de que a violência estampada na mídia capixaba é parte de uma conjuntura vivida em grandes cidades metropolitanas em todo o Brasil, conforme Junior (2012, p. 15): “a violência é um problema grave vivenciado pelos habitantes das grandes cidades nacionais”.

Essa vertente contraria a ideia de que a violência está igual em toda a parte, defendida pelo sociólogo Oliveira (2000) que considerava que a globalização trazia um cenário de generalização e homogeneização da violência, já que na prática a imprensa destaca a violência mais pontuada em grandes centros urbanos como se pode ver no gráfico 3, sobre os achados da presente pesquisa no estado do Espírito Santo:

**Gráfico 3:** Participação das regiões nas notícias sobre violência no Espírito Santo

Região do Estado que foram destaque de notícias pela imprensa sobre a violência?



Fonte: Coleta direta realizada pelo autor nos jornais capixabas

Outro dado que chama a atenção na análise é que a violência aparece em destaque, geralmente realçada por fotos ou ilustrações, contendo pessoas ligadas às vítimas chorando ou com expressões de desolação. Nenhum dos três jornais analisados dispensa essa abordagem sensacionalista usada para chamar a atenção dos leitores para a violência.

Nesse contexto, vale destacar o que Silva (2004), em sua pesquisa sobre como a mídia reproduz e corrobora com a ordem social estabelecida, salienta:

A mídia funciona como um vetor de publicização da vida cotidiana. Pode formar, informar, transformar e ainda deformar os estilos de identidade subjetiva e sociabilidade. Coexistimos com a camada midiática que tanto nos inspira quanto nos aspira (SILVA, 2004, p.13).

Portanto, a forma como os jornais moldam um discurso sensacionalista para se aproximar do público, sem um trabalho mais apurado para apresentar as versões dos fatos de forma mais informativa do que chocante, faz crer ser essa uma realidade de vida, legitimando a violência, definindo os grupos, excluindo minorias sobre as quais a violência parece não importar tanto. Enfim, moldando o que a sociedade entende e absorve sobre a realidade da violência, sem um conhecimento mais apurado sobre a matéria de tanta relevância na formação da sociedade.

Segundo Magnoli (1992), nenhum órgão de imprensa é neutro. Nas palavras dele:

A própria divisão do espaço do jornal em editoriais e a seção dos assuntos que aparecem em cada editorial revelam concepções políticas e ideologias. Os jornais brasileiros, por exemplo, noticiam greves e conflitos trabalhistas na seção de Economia: é uma maneira de, simultaneamente, esvaziar o conteúdo político dessas manifestações de insatisfação popular e acentuar negativamente os prejuízos materiais que elas provocam. (...) O jornal, ao contrário do que apregoa a teoria da objetividade jornalística, engaja-se na divulgação de uma concepção de mundo. Ele não é um “espelho do mundo”, mas um aparelho produtor de interpretação do mundo (MAGNOLI, 1992, p. 19-20).

As imagens estereotipadas que a mídia capixaba faz das minorias por meio das notícias que traz, repercute em um tratamento desigual e desumano da

polícia em relação aos menos favorecidos. Uma simples aparência, modo de se vestir e de se expressar já faz do sujeito um suspeito, um bandido, um marginal.

É importante destacar sobre o impacto desse tipo de veiculação especialmente nas crianças e adolescentes que estão em formação já que esses veículos são destinados ao acesso por qualquer idade. Conforme narra Colonnese (1998) em seu estudo *“As Interferências da Mídia no processo de identificação do adolescente”*, é importante pensar sobre o comportamento, o emocional, os direcionamentos intelectuais diante desta exposição de informações que agriem um adulto, imaginem então uma criança ou adolescente que vive um momento de dúvidas e indecisões e que está tentando construir uma personalidade. É fato que as crianças e adolescentes são influenciadas por correntes teóricas dos efeitos dos conteúdos midiáticos refletindo no desenvolvimento e na formação das novas gerações.

No texto *“Violência na Mídia Excessos e Avanços”* de Njaine (2005), ela diz que os crimes praticados por adolescentes de classe média alta são sub-representações pela mídia. A autora demonstra também através de pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, que a mídia tem tratado a violência praticada por crianças e adolescentes de forma descontextualizada e fragmentada. Raramente citam o que o Estatuto da Criança e Adolescente diz a respeito das medidas de prevenção e às infrações juvenis. Nos jornais capixabas, menores infratores são tratados como marginais que não têm mais qualquer chance de recuperação de suas práticas criminais, porém, é preciso lembrar que estes se encontram no processo de desenvolvimento psicossocial e não só podem e devem ser punidos ao rigor do que autoriza a lei, conforme o ECA, como tem direito a um processo de educação e ressocialização para que possam aprender a viver em sociedade e ter uma vida pela frente longe da criminalidade.

Os jornais ao retratarem reportagens sobre crimes cometidos por adolescentes, geralmente, os atrelam a pobreza e na maioria das vezes divulgam os casos ocorridos nos estratos sociais mais baixos da sociedade. Um dos motivos para que isso aconteça está vinculado ao fato das camadas mais

elevadas procurarem ocultar este tipo de informação e recorrerem a tratamentos médicos especializados em clínicas particulares.

Independente do crime divulgado, a mídia geralmente enfoca em políticas públicas repressivas e raramente adota um discurso voltado para políticas públicas relacionadas à saúde, esporte, lazer ou cultura como grandes parceiras para diminuir a criminalidade no Estado do Espírito Santo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo conclui que a violência envolvendo as minorias são assuntos abordados todos os dias pelos veículos de comunicação analisados, ou seja, os jornais “A Gazeta”, “A Tribuna” e “Notícia Agora”, todos de grande repercussão no estado do Espírito Santo, reproduzindo uma exclusão social e legitimando a presença de violência e criminalidade de forma naturalizada somente nos estratos de classes mais baixas da sociedade.

Evidenciou-se a necessidade de se estudar o tema de forma mais aprofundada, devido às possíveis repercussões que esses achados têm na formação da sociedade capixaba, por exemplo, buscando informações sobre crimes que acontecem e não aparecem ou quando aparecem não tem o mesmo destaque, como aqueles cometidos pelos colarinhos brancos, por pessoas ou contra pessoas de classes mais altas, por questões de orientação sexual, dentre outros.

Como restou demonstrado neste estudo, a forma como a mídia noticia a violência no estado do Espírito Santo corrobora com o que acontece no restante do Brasil, afetando não somente os grupos minoritários, mas também pessoas da classe média e classe alta que formam suas convicções a partir do que veem noticiado, com a invisibilidade de certos grupos, destaque exagerado de outros e uma ideia de que a violência se limita ao que eles relatam de forma corriqueira, superficial, sensacionalista e sem um compromisso com a informação de forma mais ampla no sentido de influenciar de forma positiva a construção de uma sociedade melhor com maior respeito às diversidades.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BERGER, P. **Perspectiva Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós - Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

COLONNESE, F. As interferências da mídia no processo de identificação do adolescente. In: LEVINSKY, D. L. (Org.). **Adolescência: pelos caminhos da violência - a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

FAGUNDES, P.E. **Memórias silenciadas: inventário temático dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem política e Social do Estado do Espírito Santo-DOPS/ES (1930-1985)**. Vitória: GM, 2012.

GARCIA, M.M.A. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cad. Pesqui.** [online]. 1996, n. 97, pp. 64-72. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/804/815>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

JUNIOR, M.M. **Falta mais integração à segurança pública**. Vitória: Jornal A Gazeta: Opinião, 2012, p. 15.

MELO, P. A pauta na capa: a mídia como porta-voz da cultura do medo: um estudo sobre a revista Carta capital. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, volume 24, número 2, p. 221 a 236, 2008. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>

MOTT, L. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias**. Campinas: Núcleo de Estudos do Gênero, 2000. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.01.a09.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

NJAINE, K.; VIVARTA, V. Violência na mídia: excessos e avanços. In: \_\_\_\_\_. **Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil**. Brasília: Unicef, 2005.

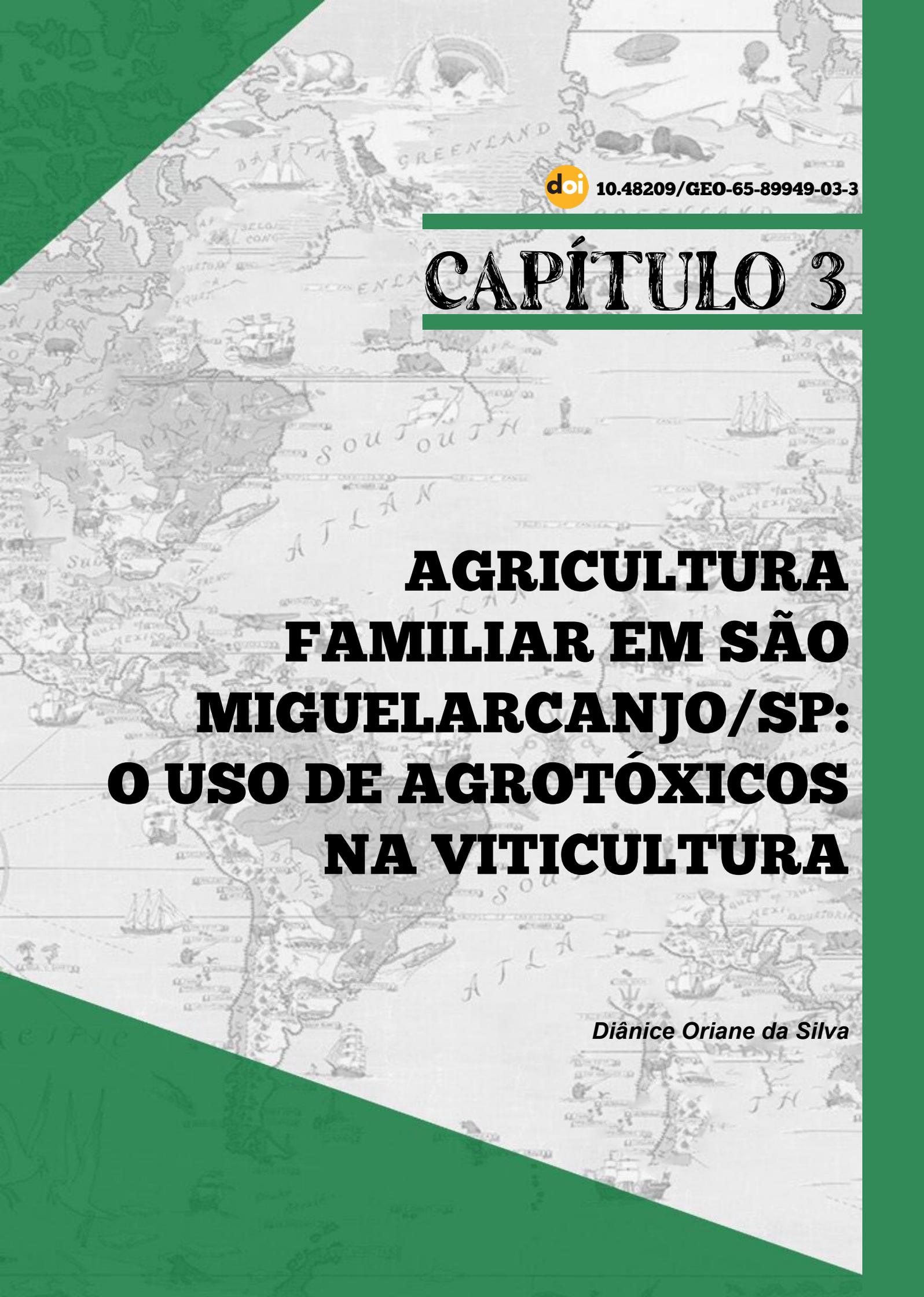
ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, P.S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

RONDELLI, E. **Imagens da violência**: práticas discursivas. Professora do Depto. de Métodos e Técnicas da ESS-UFRJ, 1998.

SILVA, G. **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor & Cultura, 2004.

ZANOTELLI, L.C. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Anna Blume, 2011.



doi 10.48209/GEO-65-89949-03-3

## CAPÍTULO 3

# **AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO MIGUELARCANJO/SP: O USO DE AGROTÓXICOS NA VITICULTURA**

*Diânice Oriane da Silva*

**RESUMO:** O setor agrícola possui grande importância na economia municipal e regional, vinculado à produção da fruticultura e das lavouras temporárias. A viticultura é uma atividade agrícola de expressão econômica para o município de São Miguel Arcanjo/SP, conhecida nacionalmente como capital da Uva Itália. O elevado número de agricultores familiares existentes no município, está associado ao cultivo das uvas finas e rústicas. Destaca-se neste caso, a sustentabilidade da pequena propriedade e o desenvolvimento territorial associado ao cultivo da uva. Para tanto, utilizou-se de dados de fontes secundárias, disponibilizados pelo IBGE, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI, e pelo projeto de Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA.

**Palavras-chave:** agricultura familiar.viticultura.agrotóxicos.

## **INTRODUÇÃO**

A agricultura familiar, as pequenas propriedades organizadas e geridas pelo trabalho familiar tornaram-se temáticas de inúmeras pesquisas ao longo dos anos.

A produção agropecuária com base no trabalho familiar sempre esteve presente desde a ocupação do espaço brasileiro, mesmo subordinada à grande propriedade durante o período colonial, a produção familiar foi, e ainda é, importante para o país. Enquanto as grandes propriedades produziam açúcar para o mercado internacional, os agricultores familiares produziam para o mercado interno (produtos alimentícios como feijão, mandioca, milho, etc) alimentos para a população.

Apesar de ser parcela significativa na economia brasileira, a agricultura familiar ainda é pressionada pelo processo de modernização. Mas, a existência de espaços de produção diversificados faz com que haja dinâmicas específicas de desenvolvimento e alcance novos espaços. Para Navarro (2001), na agricultura familiar a produção agrícola alcança importância econômica e há um significativo número destes trabalhadores.

No processo de modernização da agricultura brasileira (décadas de 1960 e 1970) a política agrícola privilegiou os setores mais capitalizados e a produção

nos latifúndios das commodities para exportação, para tentar equilibrar a balança comercial. A agricultura familiar sentiu o impacto negativo desta política, devido à marginalização dos benefícios da política agrícola, em especial no crédito rural, no preço mínimo e no seguro da produção.

A viticultura é uma atividade de grande importância econômica para o país e, em especial, para o município de São Miguel Arcanjo/SP, conhecido nacionalmente como capital da Uva Itália. Destaca-se neste caso, a sustentabilidade da pequena propriedade e o desenvolvimento territorial associado às atividades ligadas a uva.

O principal objetivo deste artigo é apresentar a utilização da pequena propriedade no município de São Miguel Arcanjo/SP para a produção de uva de mesa, atividade destaque do município, além de iniciar uma discussão sobre o uso de agrotóxicos na lavoura e as conseqüências para os trabalhadores rurais.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo abarcaram levantamento bibliográfico e a coleta de dados quantitativos em fontes secundárias, como o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) e também da Fundação Seade, referentes a participação das atividades econômicas.

A análise de tais dados envolve a contextualização do município de São Miguel Arcanjo/SP e a importância da viticultura como base econômica da pequena propriedade. Tais informações pautaram as discussões sobre o uso da pequena propriedade no município em questão, como também a contaminação de trabalhadores pelo uso excessivo de agrotóxicos.

## **DESENVOLVIMENTO**

A produção familiar no Brasil, sempre esteve à margem do processo produtivo comandado pela agricultura empresarial, calcada na concentração da propriedade da terra e na produção em larga escala.

Conforme ressaltado por Wanderley (2000) a agricultura familiar foi impossibilitada de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Mesmo com inúmeras barreiras e imposições, resistiram, estando em posição secundária no processo produtivo e subordinado à grande propriedade.

As mudanças ocorridas no último século com relação aos processos tecnológicos na agricultura, fez com que houvesse uma modificação da maneira de produzir, renovando o pensar e o agir. A agricultura que por gerações tem sido a forma de vida dos agricultores e de suas famílias, tornou-se uma atividade comercial.

A modernização tecnológica da agricultura teve um novo impacto na agricultura familiar. Originado na década de 1930, quando o país muda sua economia de agrário-exportador para a formação de um mercado interno com base industrial.

A consolidação do parque industrial nos anos de 1960, associado ao desenvolvimento do campo a partir da 'modernização conservadora' e a fase do 'milagre econômico', caracterizaram a ampliação do crédito rural subsidiado, incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, além dos melhores preços internacionais produtos agrícolas etc. Neste cenário, a agricultura passou por um processo de integração com a indústria, marcando o início da consolidação do complexo agroindustrial.

O município de São Miguel Arcanjo /SP foi escolhido para o estudo neste trabalho por ser o maior produtor de uva fina do estado de São Paulo, além de possuir um elevado número de propriedades rurais inferiores a 100 hectares (93,3%), ocupando 37% da área agrícola do município.

De acordo com Silva et al (2005) o século XX foi marcado por um intenso e contínuo processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, que abarcou o espaço da produção, com grandes transformações, tanto na forma quanto nos processos e nas relações de trabalho.

Na tentativa de aumentar o rendimento no processo agrícola e controlar os fatores indesejáveis, o agricultor utiliza-se de diversos produtos químicos, que embora sejam eficientes, são poluentes e prejudiciais ao ambiente.

Para Silva et al (2005) o processo de produção agrícola tem passado por importantes mudanças tecnológicas e organizacionais, com o objetivo de aumentar a produtividade. No tocante às alterações tecnológicas, a primeira ocorreu com a mecanização de diversas atividades agrícolas e a conseqüente substituição da mão-de-obra pelo maquinário, ocasionando e impulsionando o êxodo rural. A segunda modificação foi a entrada, a partir de 1930, dos agroquímicos, em particular dos agrotóxicos, intensificando-se a partir da Segunda Guerra Mundial. E a terceira, e não menos importante, a introdução da biotecnologia, destacando-se os organismos geneticamente modificados – os transgênicos.

Ao caracterizar o sistema de produção, Silva et al (2005) mencionam que nos países em desenvolvimento, a agricultura tem como base a produção familiar, com exploração de subsistência. Porém, Abramoway (1992) menciona que nos países desenvolvidos, a agricultura torna-se comercial, integrada à transformação, à comercialização e à distribuição, formando o chamado sistema agroindustrial.

Neste contexto, Silva et al (2005) afirma que esse processo constitui o arcabouço da chamada modernização da agricultura que mesmo tendo gerado aumento da produtividade, também provocou a exclusão social, a migração rural, o desemprego, a concentração de renda, o empobrecimento da população rural, além dos danos à saúde e ao meio ambiente – desmatamento indiscriminado, manejo inadequado do solo, impactos do uso de agrotóxicos e a contaminação dos recursos hídricos.

Silva et al (2005) ressalta que o uso de produtos para o combate a pragas e doenças não é recente. Exemplo disso é que civilizações antigas utilizavam o enxofre, o arsenico e calcário para esta finalidade. Mas, Meirelles (1996) destaca que o intenso desenvolvimento da indústria química, no período da Revolução

Industrial, determinou o aumento na pesquisa e produção dos produtos agrotóxicos. A produção em escala industrial teve início na década de 1930 e seu auge ocorreu na década de 1940. “ Os termos pesticidas, praguicidas, biocidas, fitossanitários, agrotóxicos, defensivos agrícolas, venenos, remédios expressam as várias denominações dadas a um mesmo grupo de substâncias químicas” (SILVA et al, 2005, p.4)

Neste trabalho será utilizado o termo agrotóxico para designar produtos e agentes de processos físicos, químicos e biológicos, nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas (Decreto n.4074 de 4 de janeiro de 2002, que regulamentou a lei n.7802/1989).

Na década de 1960, os agrotóxicos tornaram-se usuais no cotidiano dos trabalhadores rurais, elevando os riscos de adoecerem e o óbito. E é com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), na metade da década de 1970, que facilitou a abertura do Brasil ao comércio internacional e o uso intensivo de agrotóxicos no trabalho rural.

A política de crédito integrou a Revolução Verde, iniciado nos Estados Unidos e com o principal objetivo de aumentar a produtividade agrícola com o uso de agrotóxicos, além da expansão das fronteiras agrícolas e do aumento da mecanização.

A Revolução Verde, baseada em pacotes tecnológicos, foi excludente, seletiva e prejudicial aos agricultores familiares, devido aos altos custos dos insumos e a dependência das indústrias multinacionais que dificultaram sua adoção.

Desta forma, a ‘modernização da agricultura’, apenas modernizou as médias e grandes propriedades que adotaram, sem restrições, as novas tecnologias no processo produtivo, através de crédito subsidiado que facilitou a aquisição de tratores, colheitadeiras, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos, entre outros produtos. “ No Brasil, a Revolução Verde se deu através do aumento da importação

de produtos químicos, da instalação de indústrias produtoras e formuladoras de agrotóxicos e do estímulo do governo, através do crédito rural, para o consumo de agrotóxicos e fertilizantes” ( SILVA et al, p.4).

Silva et al (2005) menciona que o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag) já sinalizava que o Brasil era, em 2001, o oitavo país consumidor de agroquímicos, com 3,2Kg/ha apenas de agrotóxicos.

O processo de modernização causou transformações profundas na esfera da produção agropecuária, mas que também trouxe sérias conseqüências ambientais e sociais.

Nova (2015) menciona ainda que até há um mito entre os produtores de que, quanto maiores as doses, mais tempo a lavoura fica livre de pragas. Porém, esse controle se tornou ele próprio a maior praga, devido aos impactos na saúde pública são evidentes.

Sobre os impactos que o uso massivo de agrotóxicos tem sobre a saúde, Nova (2015) destaca que vão além do mal estar. Especialistas afirmam que há uma relação direta entre o acúmulo de agrotóxicos no organismo e o desenvolvimento de câncer de mama, fígado e testículos. Uma contradição quando se pensa que o consumo de frutas e legumes é exatamente uma das atividades saudáveis recomendadas para ajudar a prevenir o surgimento de tumores malignos.

Entre as culturas, produzidas em pequenas propriedades, Silva et al (2005) menciona os casos do fumo, da uva, morango, batata, tomate e outras espécies hortícolas e frutícolas utilizam grandes quantidades de agrotóxico. A exposição constante a agrotóxicos pode causar muitos efeitos danosos à saúde dos produtores, em especial, como leucemia, câncer de bexiga, problemas neurológicos, imunológicos e até mesmo endócrinos.

De acordo com Bombardi (2011) no período 1999 e 2009 foram notificados pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), cerca de 62 mil intoxicações pelo uso de agrotóxicos agrícola; significando por volta de 5.600 casos por ano no país, com uma média de 15,5 intoxicações diárias.

Os agrotóxicos utilizados em grande escala, têm sido objeto de vários estudos, afirma Silva et al (2005), tanto pelos danos à saúde humana, dos trabalhadores, quanto pelos danos causados ao meio ambiente e pelo aparecimento de resistência em organismos alvo (pragas). No entanto vale salientar que, em virtude da pesquisa estar no início, ainda não há dados da pesquisa *in loco*.

Porém, há alguns indicativos que estes produtos já podem estar prejudicando a saúde humana. Desta forma, as considerações apontadas estão baseadas em dados coletados nas fontes secundárias, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1- Principais causas de morte no município de S. Miguel Arcanjo/ SP

Causas do óbito (doenças)	2013	2014	2019
Aparelho circulatório	21	12	54
Aparelho digestório	4	14	9
Aparelho respiratório	16	21	38
Neoplasias - tumores	9	7	39
Envenenamento e causas externas	7	3	19
Total no município (geral)	57	57	159

Fonte : IBGE, 2013/2014/2019

Nesta tabela (1) pode-se levantar como hipótese que há a possibilidade desses óbitos já serem resultados do convívio constante com os agrotóxicos, em menores ou maiores quantidades, o corpo reagirá de maneiras diferentes.

Os dados referentes aos óbitos tendo como causa principal os aparelhos digestório e respiratório tem aumentado em apenas um ano. Como ressalta Silva et al (2005) pode ser devido à falta de utilização dos equipamentos preventivos na aplicação, ou o incômodo que estes causam, assim os trabalhadores retiram os equipamentos de segurança, já encharcados pelo veneno.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO/SP

De acordo com as informações do IBGE (2016) o processo histórico do município de São Miguel Arcanjo iniciou em meados do século XIX, quando povoadores fixaram-se ao longo da estrada de ligação entre Sorocaba e o sul do país, formando novas fazendas dedicadas a culturas diversas. Nessa época, ao sul do município de Itapetininga, um de seus povoadores, o Tenente Urias Emíldio Nogueira de Barros, juntamente com parentes e amigos concentrados numa extensa área, formaram o antigo bairro Fazenda Velha.

Informações mencionam que, Maximina Ubaldina Nogueira Terra, filha do Tenente Urias, em homenagem ao seu marido falecido, Miguel dos Santos Terra, doou à igreja, terras para construção da capela, sob a invocação de São Miguel Arcanjo, daí derivando o nome do povoado que se formou em torno da ermida. Foi elevado em 1877, à freguesia com o nome de São Miguel Arcanjo.

O seu desenvolvimento sócio-econômico iniciou-se com o cultivo de algodão, que saía das lavouras para descaroçamento na cidade, em beneficiadoras nacionais e estrangeiras, que na década de 1920, somavam 20 estabelecimentos.

No período da II Guerra Mundial, a Inglaterra, principal consumidora do algodão do município, deixou de adquirir esta matéria-prima. Os produtores abandonaram o seu cultivo, passando à extração de madeira para carvão, de grande importância para a economia local. Além da descoberta de jazidas de carvão, que se tornou a nova atividade econômica do município.

Outra base econômica, na época, foi a cultura de batata iniciada pelos primeiros imigrantes japoneses, que migraram da região de Registro no vale do Ribeira de Iguape, logo após a II Guerra Mundial.

Vindo da Itália, o comendador Dante Carraro adquiriu grande área de terra e introduziu o trigo. Logo depois as culturas aumentaram e o trigo tornou-se slogan

de bancos nas praças da cidade. Entretanto, com a morte de Dante Carraro, sua família abandonou essa cultura, dedicando-se à pecuária.

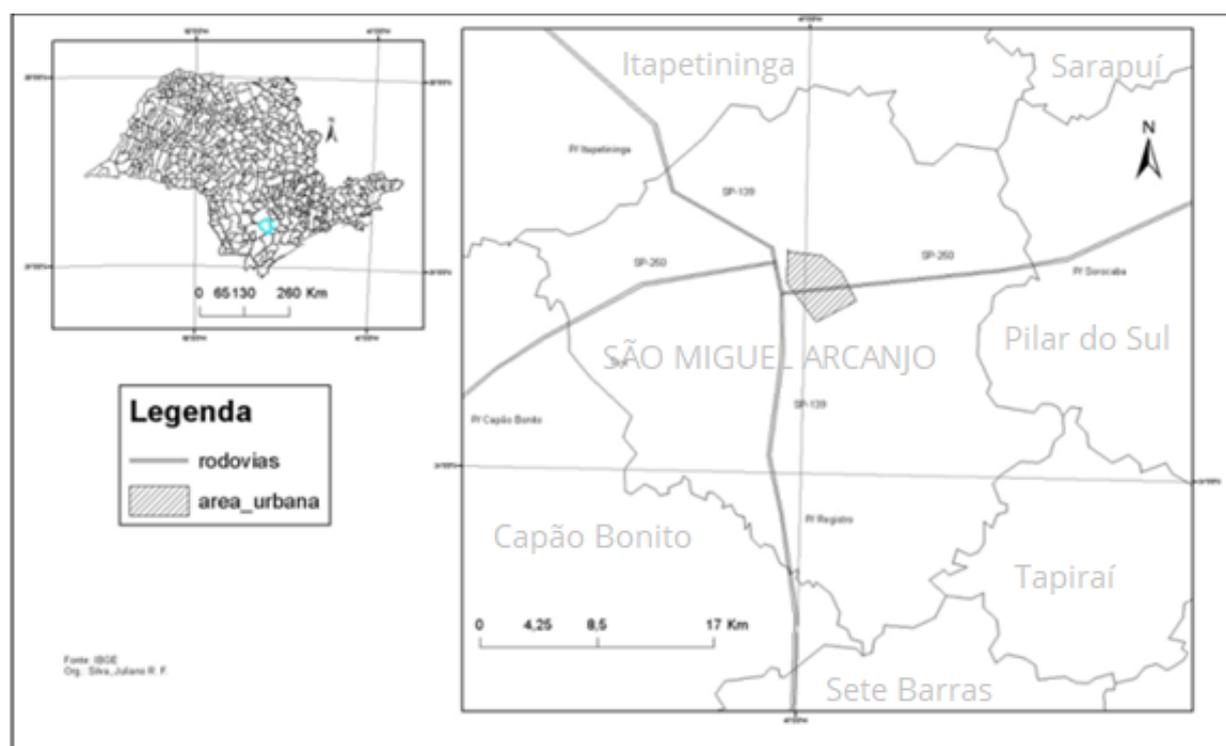
Na década de 1950, Masato Fujiwara trouxe as primeiras mudas de uvas Itália que se tornaria, anos depois, a principal atividade agrícola e fonte de renda da cidade.

Além do município de São Miguel Arcanjo, a maior produtora de uva-Itália do estado de São Paulo, outros estados também se destacam na produção dessa cultura como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Bahia .

Situado a 180 quilômetros ao sul da capital do estado São Paulo, o município de São Miguel Arcanjo possui uma área de 930,3 km<sup>2</sup> com uma população residente de 33.577 habitantes (IBGE, 2016), localizado em altitude de 659 metros acima do nível do mar. (Mapa 1)

O município em questão chamou-nos a atenção devido a presença de 93,3% das propriedades estarem sendo produzidas pela agricultura familiar, como pode ser observado nas Tabela 2.

Mapa 1 - Localização do município de São Miguel Arcanjo - SP



Fonte: IBGE,2021

Tabela 2 – Números de Unidades de Produção Agrícolas (UPAs) e Área no município de São Miguel Arcanjo/SP.

Área	Nº de UPAS	Total (em hectares)
UPAs com (0,1] ha	171	104,0
UPAs com (1,2] ha	155	226,4
UPAs com (2,5] ha	684	2.403,7
UPAs com (5,10] ha	424	3.147,7
UPAs com (10,20] ha	418	6.061,1
UPAs com (20,50] ha	336	10.607,5
UPAs com (50,100] ha	142	10.108,3
UPAs com (100,200] ha	76	10.526,2
UPAs com (200,500] ha	56	17.191,5
UPAs com (500,1000] ha	11	7.611,5
UPAs com (1000,2000] ha	16	22.529,5
UPAs com (2000,5000] ha	02	4.549,6
<b>TOTAL</b>	<b>2.491</b>	<b>88.217,0</b>

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, LUPA, 2016.

Em contrapartida a esta Tabela 2, os dados coletados junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2016) os médios e grandes proprietários de terras somavam 161 unidades de produção, abrangendo uma área total de 55.5508,3 hectares, equivalendo a 6,7% das propriedades, ocupadas com pastagens (braquiária), silvicultura (eucalipto) e milho, seguido pela uva fina e uva rústica (nº de Upas – 600, 348, respectivamente). De acordo com o Levantamento Censitário das Unidades Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 2007/08,

a economia é baseada no setor agrícola, com o predomínio da viticultura, o cultivo da uvas do tipo Itália e Rubi e o município de São Miguel Arcanjo é conhecido como capital da uva Itália (Foto 1).

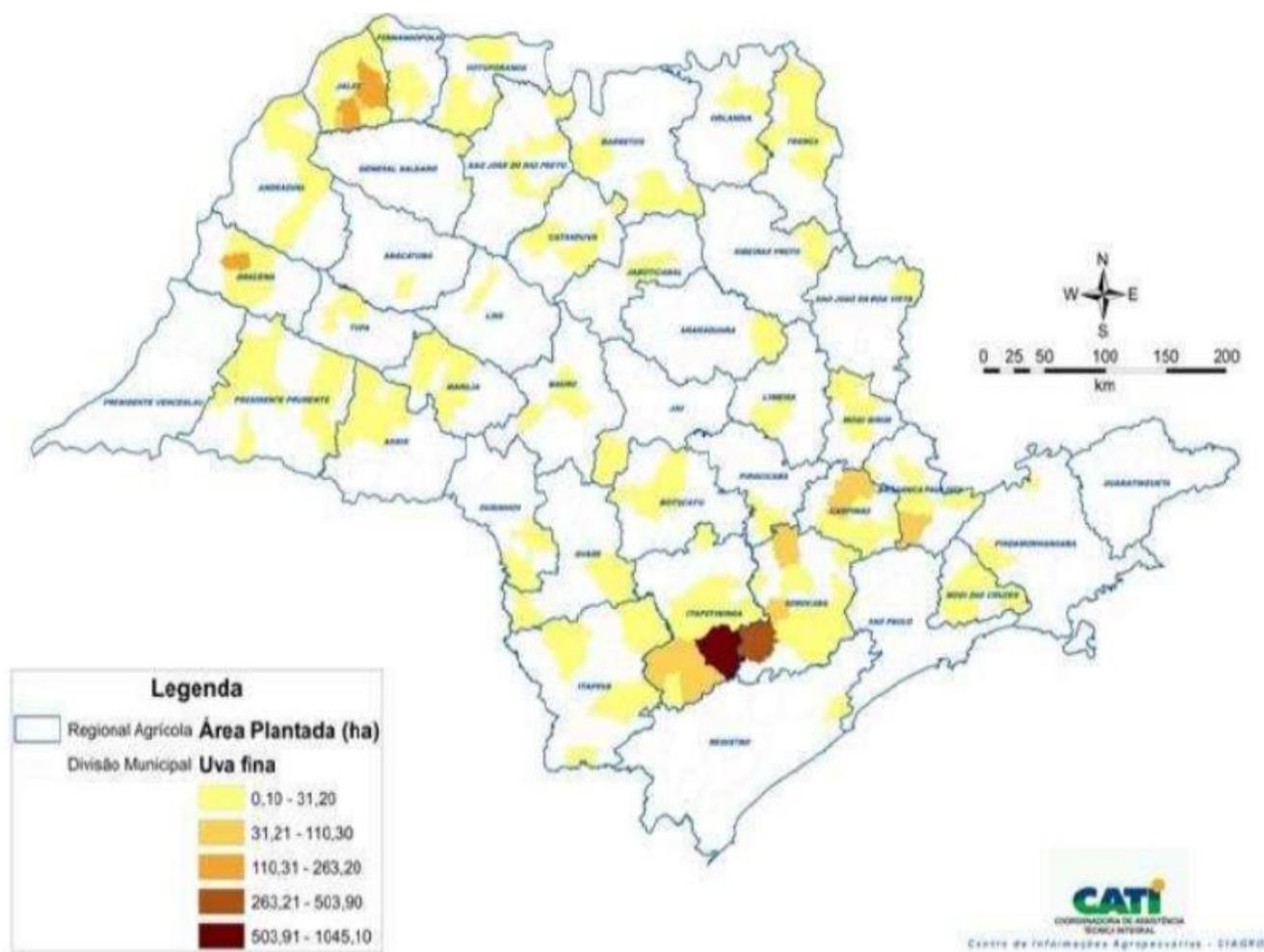
Foto 1 - Vista de parreiral em propriedade rural de São Miguel Arcanjo.



Fonte: A autora

Outra variedade de uva presente no município, segundo a Casa da Agricultura do Estado de São Paulo (2015) é a uva rústica de mesa Niágara (tratando-se de uma uva com menos custo para a produção), visto que na reforma dos parreirais os produtores vem optando pelo plantio da mesma, também ganhando espaço em novas áreas, principalmente na divisa com Capão Bonito (SP). A uva Niágara atualmente em São Miguel Arcanjo, é responsável por 40% da produção do Estado de São Paulo e também impulsiona a economia local.

Mapa 2 – Distribuição geográfica de área cultivada e número de produtores de uvas finas, 2007/2008



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

De acordo com os estudos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) 2011, os alimentos que ela considera os mais perigosos para o consumo, por concentrarem excessiva contaminação por agrotóxicos, sendo eles: pimentão (80%), uva (56,40%), pepino (54,8), morango (50,8%), couve (44,2%), abacaxi (44,1%), mamão (38,8%), alface (38,4%), tomate (32,6%) e beterraba (32,0%). Entre estes, pode-se verificar na Tabela 3 que há a produção, no município em estudo, de pimentão, da uva e do pepino.

Isso demonstra o risco de saúde que o produtor rural está correndo, pois o elevado grau de toxicidade trará, a longo prazo, danos neurológicos,

reprodutivos, de desregulação hormonal e até mesmo o desenvolvimento de tumores cancerígenos.

De acordo com a pesquisadora Antuniassi (2015), esta menciona que em conversas com os agricultores, eles denominavam o agrotóxico como um 'veneno' para as pragas da agricultura. Eles sabem que os produtos agrotóxicos são venenos, mas eles não têm a noção exata de como essas substâncias podem afetar sua saúde, ainda não há uma clareza suficiente para os agricultores que esses produtos são também um veneno para ele e por isso a importância de se proteger como Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Para Lima et al (2010) cerca de 80,5% trabalham sem utilizar os acessórios adequados para evitar a contaminação. Em média são utilizados 61 produtos diferentes para pulverização, com 54 substâncias ativas diferentes, pertencentes a 37 grupos químicos, sendo os organofosforados utilizados por 94,4% dos produtores.

Com relação ao uso da terra no período de 1996 e 2006, houve um aumento do número de estabelecimentos agropecuários com lavouras (temporárias e permanentes), totalizando 59.334 hectares. Em contrapartida, as pastagens (46.311) diminuíram, diferentemente das áreas de matas (49.457 hectares).

Ao enfatizarmos as lavouras temporárias e permanentes, no contexto estadual, apesar da expansão canavieira ter se alastrado pelo território paulista, nesta porção sudoeste devido aos aspectos geomorfológicos não favoráveis à esta cultura, o que foi verificado anteriormente.

As culturas temporárias aumentaram em número de estabelecimentos, e elevou em 7 vezes a área, sendo os destaques: o milho, a cana-de-açúcar, a abóbora, o maracujá, o pimentão e o pepino.

Já as lavouras permanentes, com número de estabelecimentos maior e também a área plantada, sendo os destaques: a braquiária (pastagem), o Eucalipto, a uva fina, a uva rústica e o caqui, segundo os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, 2016.

Em termos de valor de produção, a fruticultura é significativa e com aumento na participação do conjunto das lavouras cultivadas. Tal fato é devido a inúmeras condições favoráveis: clima, topografia, estrutura fundiária, à localização do município no estado , ocasionaram a expansão da área produtiva, em especial a uva fina.

## **OUTRAS ESTRATÉGIAS**

Os fruticultores residentes a mais tempo no município e que produzem uva, agregam valor à produção de uva transformando-a em vinhos , sucos, geléias e outros derivados que são vendidos na região.

Foto 2 - Produtos comercializados de fabricação artesanal



Fonte: A autora

Ou seja, realizam a fabricação artesanal dos produtos provenientes da uva, proporcionando o aumento da renda com a venda direta ao consumidor.

A comercialização ocorre com pessoas do município mesmo (São Miguel Arcanjo), com turista que visitam o Parque Estadual Carlos Botelho, e utilizam a Rodovia Neguinho Fogaça, onde estão localizadas as propriedades rurais, para irem e retornarem, e também de moradores de Itapetininga.

A outra fonte de recursos que contribui com o aumento da renda familiar é o turismo rural receptivo, no qual os visitantes no período da colheita da uva, realiza o Colhe-Pague junto aos parreirais.

Portanto, a diversificação na transformação da matéria-prima da viticultura (uva fina e seus derivados como geléia, vinho e suco) como a prática do turismo rural, consolida essa cultura no município e também é uma estratégia que proporciona maior rentabilidade para o sustento dos produtores rurais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados coletados, pode-se verificar que o município de São Miguel Arcanjo é um espaço diferenciado, devido ao número significativo de pequenas propriedades existentes, ocorrendo nestas o predomínio do cultivo de uvas como também de produtos da olericultura (pepino e pimentão).

A viticultura iniciada no município na década de 1950, tornou-se a principal fonte de renda da cidade e alternativa para a pequena produção, diante da modernização agrícola imposta pelo grande capital.

Entretanto, tais produtores não estão totalmente imunes a esse grande capital, no qual buscam por meio de insumos à sua produção, especialmente no uso de agrotóxicos para combaterem as pragas e obterem uma produção satisfatória. Segundo dados da ANVISA, a cultura da uva é uma das que apresentam os maiores indicadores de contaminação por agrotóxicos o que resulta no risco à saúde dos produtores durante o trabalho nos parreirais.

Mesmo assim, ainda que não haja um manejo orgânico dessa cultura a importância da produção de uvas para a economia local e regional é reconhecida pela população, consumidora do produto in natura, como também a produção de subprodutos artesanais da uva e serviços (turismo rural) que passaram a oferecer em suas propriedades. Essa a rentabilidade proveniente da viticultura é muito significativa, por assegurar a manutenção das famílias junto a sua propriedade e reproduzindo seu modo de vida.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas:Hucitec, 1992.

ANTUNIASSI, M. H. Rocha. Pequeno agricultor minimiza efeito do agrotóxico à saúde. **Agência USP de notícias**. Disponível em: [www.usp.br/agen/?p=222563&print=1](http://www.usp.br/agen/?p=222563&print=1)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

AGÊNCIA Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.**Os alimentos mais perigosos para o consumo** (2011). Disponível em: <[www. anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)> .Acesso em: 3 mar. 2016 .

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** , Presidente Prudente, v. 2, p. 1-12, set . 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Censo Agropecuários de 2006**. Disponível em:<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

IBGE - SIDRA - **Censo Agropecuário - 1996 - São Paulo**. Disponível em: <[www. ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal de 1991 e 2006**. Rio de Janeiro: FIBGE. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.Acesso em: 17 mar. 2016.

IBGE. **Cidades - São Miguel Arcanjo, Morbidades hospitalares, 2013/14, 2019**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=355020&idtema=146&se arch=sao-paulo/sao-miguel-arcanjo/morbidades-hospitalares-2014>>. Acesso em: 23 out. 2019.

LIMA, R., PEREIRA, A. E. S., SANTOS, N. Z. P., FRACETO, L. F. Análise citogenética em trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. Revista **Biokos**, Campinas, n.24, p.57-62, jan/jun, 2010.

MEIRELLES, L. C. **Controles de agrotóxicos: estudo de caso do Estado do Rio de Janeiro, 1985/1995**. 1996. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MURAKAMI, S. Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo. **Nippo no Campo**. Disponível em: <[www.nippo.com.br/campo/historia458.php](http://www.nippo.com.br/campo/historia458.php)> . Acesso em: 2 ago.2013.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p. 13-21, set/dez. 2001.

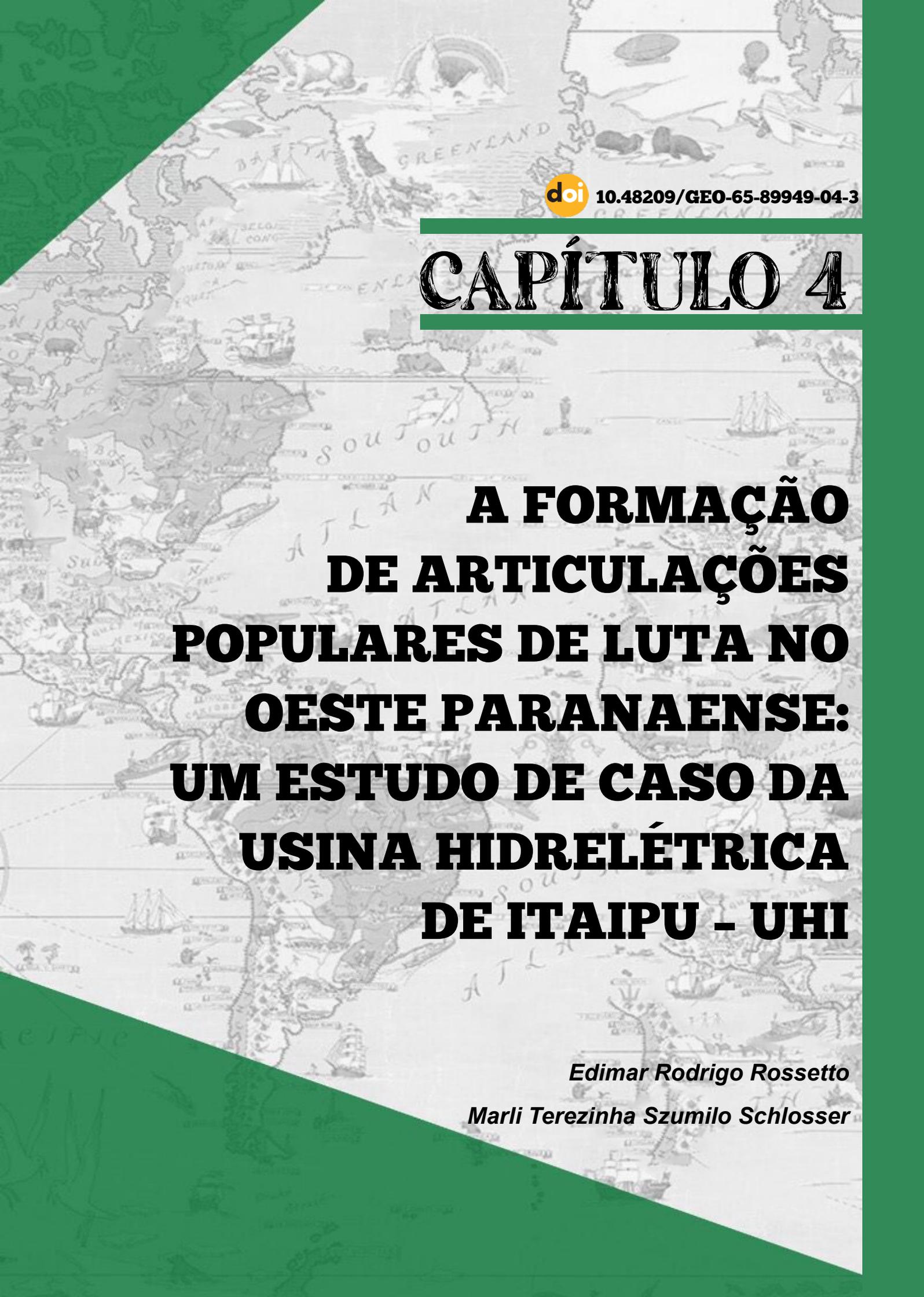
NOVA, D. Agrotóxicos: Conheça o tempero' mais usado por brasileiros que pode matar a sua família. **Desacato**. A outra informação. Florianópolis, 2015. Disponível em: <[www.desacato.info](http://www.desacato.info)>. Acesso em: 14 set. 2015.

SECRETARIA de Agricultura e Abastecimento, CAT/IEA 2016, Projeto LUPA. **Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do Estado de São Paulo, 2016**. Estatística agrícolas, município de São Miguel Arcanjo, 2007/08. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SILVA, J. M.; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H. P. ; Pinheiro. Agrotóxico e trabalho: uma condição perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.10, n.4, p. 15-24, out/dez, 2005.

VEIGA, J. E. da. **A história não os absolverá. Nem a Geografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

WANDERLEY, Maria de N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: **A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n.2, 2000. p. 29 – 37.



doi 10.48209/GEO-65-89949-04-3

# CAPÍTULO 4

## **A FORMAÇÃO DE ARTICULAÇÕES POPULARES DE LUTA NO OESTE PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU - UHI**

*Edimar Rodrigo Rossetto*

*Marli Terezinha Szumilo Schlosser*

**RESUMO:** Este artigo é fruto de trabalho dissertativo na área de Geografia, finalizado no ano de 2015 e visa apresentar em linhas gerais alguns principais enlaces quanto ao processo educacional de organização de luta dos povos do campo diante das dificuldades criadas a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu - UHI, no leito do Rio Paraná, Oeste paranaense. Visa-se aprofundar traços da organização coletiva das populações do campo, negligenciadas a partir da inserção do projeto hidrelétrico que se deu na região. O projeto hidrelétrico em questão fazia parte de um conjunto de obras do conhecido “Projeto Desenvolvimentista” do Estado Brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980. Importante considerar que a luta por Educação para crianças e jovens da região esteve sempre vinculada à luta contra a expropriação dos pequenos proprietários rurais, arrendatários, boias-frias, entre outros grupos humanos e, fundamentou também, muitas das ações populares na organização e articulação da luta das comunidades atingidas contra as imposições da empresa. A construção da usina teve impacto direto no processo de reordenamento territorial no Estado do Paraná. No campo, as principais dificuldades se davam no processo de remanejamento agrário das famílias atingidas pela obra e represamento do lago, atrasos no pagamento de indenizações, inflacionamento de imóveis rurais na região, etc. Na cidade, o êxodo rural e o conseqüente crescimento urbano desordenado, as estruturas educacionais inadequadas e superlotadas, o desemprego, estavam entre as principais problemáticas que fundamentam a base deste artigo. Assim, em termos de metodologia deste estudo a sequência teórica foi possibilitada pela consulta de obras, teses, dissertações e monografias sobre a temática, além de pesquisa documental. Foram também realizadas entrevistas estruturadas com lideranças que atuaram ativamente no processo de luta e se dispuseram a participar da pesquisa. O método se baseia na dialética, a partir do entendimento do contexto histórico da região, que definiu uma reorganização do território ocupado pelo lago de Itaipu até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Educação; Povos do campo; Organização coletiva; Usina Hidrelétrica.

## **INTRODUÇÃO**

Um dos fatores que condicionou a construção de grandes projetos de integração nacional para o Brasil caracterizou-se pela expansão do setor industrial. Os empreendimentos desse setor necessitavam de bases infraestruturais (rede de transportes, energia, telecomunicações, etc.), para a ampla reorganização

do espaço, segundo a lógica do capital financeiro que visa atender os mercados internacionais.

Um dos exemplos de ações implementadas pelo Estado a fim de atender as grandes indústrias, além de empresas construtoras, interesses internacionais etc., foi a construção de usinas hidrelétricas, sendo que um dos pressupostos de suas construções faz referência à necessidade de energia elétrica para a produção. A preocupação do governo brasileiro em resguardar fronteiras, além da visão desenvolvimentista, alavancou o “progresso econômico”, que consistiu no fortalecimento de mercado consumidor, geração de empregos e renda, seja no campo ou na cidade.

Sendo assim, foi implantado no Oeste paranaense durante a década de 1970 o projeto para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu - UHI, trazendo consigo uma série de problemáticas, sendo que uma das principais, neste caso, incide no modelo de desapropriação de terras povoadas próximas ao curso d'água em questão, devido à formação do lago da usina.

Uma das justificativas para a instalação de Itaipu no leito do Rio Paraná, localizado geograficamente nas divisas entre Brasil e Paraguai (margem direita e esquerda), e também com a Argentina (na foz do curso d'água), era de que a mesma fortaleceria os laços de paz entre Brasil e Paraguai, desenvolvendo economicamente esse espaço regional.

Porém, o Estado Brasileiro desconsiderou as formas de vida que se faziam presentes na região a ser afetada com a construção, sendo que, nos anos de 1970 viviam milhares de agricultores familiares, pescadores, arrendatários, boias-frias, entre outros grupos de trabalhadores que estavam diretamente ligados ao trabalho com a terra. Além dos sujeitos do campo, existiam também pequenos vilarejos com comércios de estabelecimentos de necessidades básicas como farmácias, mercados, agropecuárias, etc.

Nesse contexto, as comunidades do campo, marginalizadas por um megaprojeto hidrelétrico passam a se organizar e educarem seus adeptos para

a luta em busca de seus direitos, cobrando do Estado, direitos fundamentais constitucionais, consolidando articulações populares de luta contra barragens.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é compreender o processo educacional de organização de luta dos povos do campo diante das dificuldades criadas a partir da construção da usina, visando-se aprofundar traços da organização coletiva das populações do campo, negligenciadas no Oeste paranaense. Visa-se também mencionar traços da luta das próprias comunidades do campo expropriadas na garantia de educação de qualidade as crianças e jovens da época e, as futuras gerações.

Em termos de metodologia, este estudo foi possibilitado pela consulta de obras, teses, dissertações e monografias sobre a temática, além de pesquisa documental. Foram também realizadas entrevistas estruturadas com lideranças que atuaram ativamente no processo de luta. O método se baseia na dialética, a partir do entendimento do contexto histórico da região, que definiu uma reorganização do território ocupado pelo lago de Itaipu até os dias atuais.

## **A LUTA DOS EXPROPRIADOS DO CAMPO CONTRA ITAIPU**

A região Oeste do Estado do Paraná tem formação geomorfológica do tipo planáltica, propícia para instalação de usinas hidrelétricas, pois, esta forma de relevo possibilita que os seres humanos explorem a velocidade das águas fluviais para a geração de energia. Esta característica tornou-se atrativo para governos das décadas de 1970 e 1980, os quais buscavam regiões com este potencial para a continuidade dos projetos desenvolvimentistas. O objetivo era fornecer energia elétrica para os complexos industriais, localizados principalmente na região Sudeste do país. O interesse no potencial energético do Rio Paraná trouxe – e traz – consequências drásticas à vivência dos povos do campo dessa região. Assim, a partir das relações de trabalho e Capital que se deram com a entrada da Usina Hidrelétrica de Itaipu – UHI, na região, o Oeste paranaense teve sua economia regional no espaço urbano fortalecida em detrimento de perdas consideráveis no espaço rural.

Nesse contexto, segundo Souza (2011, p. 5),

A construção da Hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do mundo, iniciou no período em que o Brasil vivia um padrão de ocupação territorial no qual o Estado e os grandes projetos de investimentos tiveram grande visibilidade. A década de 1970 foi caracterizada por vultosos investimentos, aplicados na extração de recursos naturais e em infraestrutura energética, de transporte e comunicação.

Esses investimentos do governo militar da época estavam diretamente ligados a um projeto de desenvolvimento de escala nacional, projeto esse pautado no fortalecimento dos setores de infraestrutura energética, de transportes e de comunicação, além dos objetivos do Estado na ocupação e na colonização das fronteiras.

Germani (2003) observa que uma das principais prerrogativas da instalação dessa usina recai na formação de seu reservatório. Segundo Germani (2003, p. 13), “[...] a instalação de uma usina hidrelétrica implica na construção de um reservatório, o que ocasiona uma reestruturação espacial, trazendo como consequência inevitável, entre outras, a obrigatoriedade da remoção da população que habita a área a ser inundada”.

Mesmo sendo caracterizada como região de relevo de planalto, a área alagada por Itaipu foi de aproximadamente 110.000 mil hectares (ha) produtivos e contabilizados no rol da economia nacional que, já na época, se destinava, em grande parte, ao mercado externo. É importante salientar que esta área produtiva inundada pela construção da UHI era ocupada por aproximadamente 8.000 mil famílias, totalizando pelo menos 42.444 mil habitantes (GERMANI, 2003). Cabe salientar, ainda, que essas famílias expropriadas eram, basicamente, de descendência alemã, italiana, polonesa, entre outras nacionalidades e origens, trazidas pela corrente migratória advinda do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de outras regiões do Paraná.

Em relação à estrutura agrária da região, observa-se que,

Se, num primeiro momento, a ocupação da região se deu no sentido de um fracionamento da terra em pequenas propriedades, a tal ponto que uma das características da estrutura fundiária da região é a predominância de

pequenas propriedades, com a introdução da lavoura da soja e do trigo e com o ingresso da mecanização, está havendo também uma mudança na estrutura fundiária, no sentido de provocar uma tendência à concentração de terras e um conseqüente processo de emigração (GERMANI, 2003, p. 25).

Sobretudo devido à fertilidade dos solos e ao clima propício à produção, a ocupação da região tornou-se atrativa para a acumulação de capital de médios e de grandes proprietários rurais. Entretanto, os pequenos proprietários rurais, sem condições para se inserirem no processo de modernização agrícola, são obrigados a buscar alternativas no espaço urbano ou a vender suas terras, migrando para outra atividade.

Trazendo a análise para o contexto da construção da UHI, cabe lembrar que as obras duraram de 1975 a 1982, ano em que se deu a elevação do lago, quando a região sofreu grande rearranjo espacial e estrutural, atingindo o comércio, bancos, mercado imobiliário, entre outros setores. Isso porque a construção da barragem e a inundação do leito do lago provocou a concentração de pessoas, realidade nova que passou a exigir investimentos em logística, infraestrutura e transportes para atender às necessidades dos novos moradores, ou seja, a maioria desses novos moradores eram urbanos e empregados de Itaipu. Foi na cidade de Foz do Iguaçu, município cede da construção da usina, que essa situação se agravou.

É importante ressaltar que, nos distritos do interior, formados a partir do processo de ocupação e colonização da região sob os interesses das empresas colonizadoras, a existência de escolas rurais era realidade na época. Como a região estava em fase de colonização, era necessária a existência de escolas rurais nas vilas e vilarejos porque, além de suprir o mínimo exigido pelo Estado em termos educacionais, as instituições serviam de atrativo na propaganda de colonização.

Porém, com o avanço da modernização da agricultura, inflaciona-se a concentração de terras, e as escolas rurais foram perdendo educandos com a migração dos pequenos agricultores para as cidades. Várias destas escolas

foram fechadas, e os educandos que restaram foram deslocados, por meio de transporte público, para as escolas urbanas.

Nas cidades, com a expansão urbana desenfreada, consequência do êxodo rural e da migração de trabalhadores para a construção da usina, o “sucateamento” da educação por parte do Estado torna-se ponto de discussão para a época. A falta de escolas para atender à demanda de educandos, as condições das estradas para o deslocamento das crianças e dos jovens, a falta de funcionários para serviços diários nas instituições escolares, além da carência de investimentos no setor, foram elementos que contribuíram para o processo de banalização do direito à educação para jovens do campo e da cidade. É importante advertir também que,

As explicações para o fechamento são várias: o processo de municipalização, a redução da taxa de natalidade e a diminuição da população rural ao longo dos anos. A nucleação das escolas - a reunião de várias unidades em uma única - é outro fator que contribuiu para diminuição, principalmente no que diz respeito à oferta das séries finais do ensino fundamental e ao ensino médio. Nesses casos, os alunos da zona rural são transportados pelos municípios para os distritos maiores e muitas vezes para escolas da zona urbana. Essa estratégia elevou substancialmente os gastos com transporte nas esferas públicas municipal, estadual e federal (FERNANDES, 2011, s/p.)<sup>1</sup>.

Cabe ressaltar que a federação tem grande responsabilidade no fechamento de escolas do campo, isso porque equaciona o processo de municipalização das instituições, se desresponsabilizando de sua função, nesse caso, de agente financiador das ações. Conforme pontuado pela autora, devido ao processo de êxodo rural intenso no país, principalmente devido à entrada da monocultura, houve redução da natalidade no campo, refletindo diretamente no menor número de crianças e jovens nestas escolas. Observa-se que o elemento central desta problemática recai na questão da dependência financeira das instâncias na manutenção das atividades. Ao mesmo tempo em que o Estado garante educação para o campo como direito das comunidades, o mesmo se isenta da

<sup>1</sup> FERNANDES, Elisângela. Desigualdades em campo. **Revista Educação**. Ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

responsabilidade no financiamento da educação. E mais, a burocratização no repasse de verbas tem grande peso nesta análise, pois, na maioria das vezes, o andamento das atividades de ensino fica refém da liberação dos recursos.

Como enfatizado, as grandes obras infraestruturais autorizadas pelo Estado provocaram fechamento de escolas rurais na região Oeste paranaense devido à construção da UHI na década de 1980. Segundo Zaar (1999, p. 126),

Várias foram as escolas que, pelo número reduzido de alunos, ou por situarem-se em áreas destinadas ao alagamento, encerraram suas atividades. Incluem-se nesta situação, a Escola Oswaldo Cruz e a Escola da Linha Feliz no atual Município de Entre Rios do Oeste; a Escola Prudente de Moraes, no atual Município de Pato Bragado; e uma escola localizada na sede do Distrito de Porto Mendes. Outras escolas continuaram, mas com possibilidades de igualmente encerrarem suas atividades devido ao número reduzido de alunos: é o caso da Escola Jorge Lacerda, no Distrito de Mercedes, e da Escola Fernando Ferrari, no Distrito de Entre Rios.

Este exemplo justifica o fechamento e a conseqüente preocupação dos líderes e da sociedade quanto à manutenção de escolas na região. É importante salientar que o número reduzido de alunos nas escolas foi uma justificativa, estrategicamente adotada pelos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, para forçar a saída dos agricultores que ainda continuavam na lida no campo.

Quanto à questão da retirada dos agricultores, Germani (2003) salienta que, paralelamente às primeiras ações desenvolvidas em Foz do Iguaçu, cidade-sede da obra, fiscais da Itaipu Binacional visitavam vilarejos e casas de agricultores da região marginal ao Rio Paraná, em sentido norte até o município de Guaíra, com o objetivo de tranquilizar os moradores. Essas visitas eram realizadas por meio de reuniões nos vilarejos, com grupos de famílias, onde eram distribuídos cartazes e panfletos que retratavam a importância da construção da usina hidrelétrica para o cenário nacional. E ainda, a mídia também desempenhava seu papel com forte influência na questão, pois cantores como Teixerinha e Zé Bétio eram contratados por representantes do projeto hidrelétrico para fazerem “propagandas” a favor da empresa. Os cantores citados tinham, e têm, grande

influência na região, pois suas melodias musicais impactavam diretamente na reflexão do trabalho com a terra, reavivando costumes e tradições da vida no campo, adquirindo, assim, o respeito das comunidades do campo.

Ocorre que a preocupação dos agricultores era em relação ao preço pago por suas terras. Como dito, na medida em que as indenizações começam a retardar e a serem feitas de forma salteada e premeditada, dificultando a organização por comunidade, quebrando a união do povo, as manifestações começam a ganhar respaldo.

Para se ter ideia da tamanha brutalidade e covardia da empresa, observa-se, segundo Germani (2003, p. 71), que,

No início destas reuniões, a palavra era livre e todos podiam usar o microfone, mas, depois, quando as pessoas começaram a perguntar o porquê da demora das indenizações, o porquê do baixo preço pago por alqueire, e os representantes da Itaipu não tinham respostas convincentes, os colonos foram se irritando, chegando, inclusive, a chamá-los de 'mentirosos e velhacos', a Itaipu passou a usar outra tática: os agricultores não podiam fazer mais o uso do microfone, só o pessoal de Itaipu, e as perguntas tinham que ser feitas por escrito.

O não esclarecimento de questões pelos representantes de Itaipu provocou certa resistência da população afetada. As irregularidades que os colonos atribuíam à Itaipu foram levadas à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Buscou-se apoio político de deputados de oposição da região, porém, pouco foi feito (GERMANI, 2003).

Observa-se que as manifestações contra as formas de negociação com Itaipu repercutiram de forma positiva, buscando o surgimento de categorias civis organizadas que objetivavam dialogar e frear atitudes autoritaristas da empresa em relação às comunidades afetadas pela obra (NASCIMENTO, 2006, p. 65).

Nesse sentido, segundo Germani (2003, p. 81),

[...] o povo começou a mostrar a sua força através do projeto 'Arca de Noé', da CPT-PR, que praticamente nasceu na comunidade evangélica do Porto Britânia, da Paróquia de Pato Bragado. O projeto 'Arca de Noé', iniciado em março de 1978, consistia, fundamentalmente, na formação

de grupos de base entre a população a ser expropriada, para discutirem, mais sistematicamente, a situação que estavam enfrentando e pensarem em formas de se organizarem para defender seus direitos.

Assim, pode-se observar que é a partir do apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PR) que as questões indenizatórias de Itaipu começam a ser discutidas por uma comissão formada por colonos da região a ser alagada. O projeto “Arca de Noé”, criado em março de 1978, foi de extrema relevância, originando a principal frente de luta contra a instalação da UHI. Esta articulação popular criada constitui-se posteriormente como base da formação de uma frente de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, no Oeste paranaense.

O grupo de agricultores que fazia parte do projeto “Arca de Noé” não era muito expressivo, tendo como objetivo principal, divulgar as barbáries realizadas pelos gestores de Itaipu quanto aos problemas de instalação da usina, prejudicando, assim, a vida dos agricultores ribeirinhos ao Rio Paraná, seja nos distritos ou zona rural em questão.

As notícias quanto à consolidação de um movimento de luta contra Itaipu logo “chegaram aos ouvidos” do presidente da República, Ernesto Geisel, e do general Costa Cavalcanti, diretor geral da Itaipu.

Assim, tendo as lideranças do movimento ciência de que o “[...] rádio é um meio de comunicação que chega com facilidade aos ouvintes, e assume o posto de veículo que “informa”, entretém, etc.”, tal como aponta Schlosser (2005, p. 48), o movimento decide divulgar sua pauta de reivindicações. Para tanto, é criada, segundo Germani (2003, p. 116), a “Rádio Justiça”. Esta

[...] funcionava como canal de informação, discussão, organização e diversão: sanfoneiros e trovadores se revezavam para divertir os presentes, o tema era um só – Itaipu – e a palavra de ordem: ‘Justiça e Terra’. Milhares de folhetos já estavam espalhados por todos os lugares com esta palavra de ordem.

Esta rádio dispunha, na época, de um “estúdio aberto”, locado em uma carroceria de caminhão, e suas ondas sonoras eram produzidas por meio de um simples autofalante e “gritos dos expropriados”. Ali, o movimento debatia,

informava, fazia apresentações musicais e, apesar da baixa amplitude modulada da rádio, alcançou seu objetivo, a saber, a união dos expropriados na luta.

O movimento exige de Itaipu 100% no reajuste por alqueire de terra, pois a especulação imobiliária havia inflacionado o valor das terras da região. O secretário regional da CPT-PR disse que Itaipu deveria dar “graças a Deus” pelos agricultores só estarem exigindo esse valor, pois, estradas, beiras de rio, redes elétricas, não eram elementos indenizados pela empresa e “terras dobradas<sup>2</sup>” tinham o valor reduzido à metade (GERMANI, 2003).

Diante das primeiras articulações populares, os dirigentes de Itaipu pareciam estar “tranquilos”, dando continuidade às obras de construção da barragem no lado brasileiro, principalmente no município de Foz do Iguaçu. Na observância do contexto de luta e articulação dos agricultores, poucas providências foram tomadas pelo poder público regional e estadual, isso porque Itaipu era uma obra do governo federal brasileiro e do governo paraguaio, financiada por empresas estrangeiras. Ela teve considerável importância para o governo militar da época devido à representatividade na parcela de produção de energia elétrica esperada para o país.

Porém, os agricultores expropriados e os líderes do movimento tentavam, a qualquer custo, uma reunião com as lideranças de Itaipu para discutir soluções quanto ao valor das indenizações de suas terras. Ameaçaram fazer passeata até Foz do Iguaçu em busca de seus direitos. Essa passeata não “soaria” bem para o Estado, nem para a Itaipu, que poderiam receber severas críticas da sociedade, causando descontentamento da população perante o governo vigente.

Uma das características principais dessa articulação popular não é a resistência em si, mas a resistência organizada, o trabalho coletivo, a união e a partilha do grupo de agricultores na luta pelo bem comum. O acampamento dos expropriados seria desativado após o término da construção da hidrelétrica

---

2 Termo culturalmente utilizado, na maioria das vezes, por camponeses para definir uma área não plana, ou seja, de relevo irregular.

de Itaipu; nesse local, porém, o movimento continuaria, e só teria fim quando subisse a água represada e o último colono fosse indenizado (GERMANI, 2003).

Na continuidade das atividades do movimento formado, os líderes no Oeste paranaense iniciaram trabalhos de articulação com áreas que também sofriam problemáticas parecidas a partir da construção de usinas hidrelétricas.

Como pontuado por Robson Formica, membro integrante da Coordenação Nacional do MAB, sobre o processo de articulação de lutas populares, observa-se que,

[...] veio a partir dos anos 70, em frentes, em coordenações regionais que lutam em reação as injustiças causadas pela construção de barragens. Isso ocorreu na Região Sul, aqui no Estado do Paraná, na Região Norte com os atingidos por barragens, em Tucuruí, por Itaipu, Salto Caxias, os ameaçados na bacia do Rio Uruguai, no polo do médio São Francisco, no Nordeste, então, tem uma série de lutas, no Vale do Ribeira em São Paulo, que vão percebendo que enquanto o modelo energético é o mesmo, as contradições e os problemas são os mesmos, e começa-se então a partir dos anos 80 a se encontrarem e se articularem (informação verbal)<sup>3</sup>.

É importante pontuar a aproximação que os líderes de Itaipu tiveram com as demais lutas contra barragens no Estado do Paraná, principalmente com a frente de luta da região Sudoeste paranaense, denominada Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). Esta frente de luta teve atuação no Sudoeste paranaense, defendendo direitos de comunidades do campo por causa da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, localizada no Rio Iguaçu, nos limites entre a região oeste e sudoeste do Estado em questão.

Nessa análise, considera-se pertinente observar que,

[...] o capital – sob nova forma e agindo através do Estado - redefiniu a utilização de um espaço; no caso específico, alaga a terra e expulsa o homem. Mas para que isto aconteça, traz à tona a questão da ocupação deste espaço e também a forma como ele foi apropriado. Assim, ele desnuda toda uma realidade em relação à questão da terra e torna explícito o ‘caos’ fundiário (GERMANI, 2003, p. 175-176).

3 FORMICA, Robson. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Secretaria Regional do MAB. Francisco Beltrão, 2014. 1 arquivo. dvf (84 min.).

Com o exposto, entende-se que as condições perversas impostas pela atuação do capital, principalmente no Oeste paranaense desencadearam a formação de articulações populares que originaram no Estado do Paraná o Movimento dos Atingidos por Barragens. É importante mencionar que as experiências de luta nesse Estado se unem às demais articulações, consolidando um movimento único, no caso, nacional. Para Formica (2014) este é

[...] um processo de junção de frentes regionais que se articulam por um movimento nacional, consolida-se o processo de organização nacional dos atingidos sob uma mesma bandeira de luta, de pauta, uma orientação mais nacional, não só regionalizado, sem deixar as especificidades regionais, mas se consolida em âmbito nacional. (informação verbal)<sup>4</sup>.

Ressalta-se, portanto, que o poder de luta dos agricultores do Oeste paranaense, foi indispensável para a consolidação do movimento MAB no Paraná, fortalecendo as posteriores resistências contra barragens nas demais regiões do Estado e do país. O fortalecimento das lutas contra Itaipu se intensificaram devido à empresa seguir a lógica do lucro, da acumulação ampliada do capital em detrimento de uma população com direitos, principalmente, educacionais, culturais, econômicos, negligenciados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude dos fatos mencionados considera-se que os agricultores, “escravos” da lógica desenvolvimentista, são conduzidos pelo Estado e pelo setor privado como peças de um “quebra-cabeça”, a ocuparem novas regiões, dando lugar à obra hidrelétrica da UHI. Esta prática promovida pela empresa com aval do Estado Brasileiro reflete a negligência de um poder nacional vinculado e dominado por agentes do capital que não medem esforços para usurparem o direito à vida da população marginal ao leito do rio Paraná, na região oeste do Estado do Paraná.

---

4 FORMICA, Robson. Entrevista I. [set. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Secretaria Regional do MAB. Francisco Beltrão, 2014. 1 arquivo. dvf (84 min.).

Diante das barbáries realizadas com as populações do campo, esta articulação popular se expande por meio de suas lideranças que se especializaram pelo Brasil, com o objetivo de educar as comunidades do campo atingidas por obras do Estado ou empresas privadas no sentido da luta coletiva, para a defesa da vida e o trabalho com a terra, originando o maior movimento de luta contra projetos hidrelétricos do Brasil, o MAB Nacional.

O exemplo de Itaipu é mais um capítulo que se finda na luta contra barragens no país e deve ser lembrado como exemplo para regiões afetadas atualmente. As articulações populares e, conseqüentemente, a formação do próprio movimento, foram, ao longo do tempo, educando pedagogicamente seus adeptos para a luta unificada e, para as mais diversas formas de ataque contra os trabalhadores do campo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

GERMANI, Guiomar. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. 2. ed. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

NASCIMENTO, Wagner Cipriano do. **A gigante de concreto: Os prós e contras da construção da Hidrelétrica de Itaipu na região costa oeste do Estado do Paraná**. 2006. 117 f. Monografia (Especialização em Análise Ambiental e Regional em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2006.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste do Paraná 1980-2000)**. 2005. 259f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. A Geopolítica da Produção do Espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional. **Revista Geografares**, n. 9, p.141-167, jul./Dez., 2011.

ZAAR, Miriam Hermi. **A produção do espaço agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.



doi 10.48209/GEO-65-89949-05-3

# CAPÍTULO 5

## **ANÁLISE TEMPORAL DO USO E COBERTURA DO SOLO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ-SC**

*Eduardo Samuel Riffel  
João Paulo Assis Gobo  
Glênio Antonio da Luz  
Ana Luiza Pinto Alves*

## INTRODUÇÃO

O processo de ocupação das cidades, muitas vezes desordenado, tem deixado marcas profundas na superfície terrestre, entre elas diversos impactos ambientais. O mapeamento de uso e cobertura do solo é uma ferramenta bastante utilizada, pois além de monitorar os possíveis impactos ambientais, também permite acompanhar o desenvolvimento socioeconômico de um local, tanto em escala municipal quanto regional (MONTEBELO et al, 2005). Entre outras possibilidades, essa análise tem sido possível a partir da interpretação de produtos do sensoriamento remoto obtidos por sensores imageadores a bordo de satélites artificiais. Estes, no atual estado da arte, tem proporcionado um conhecimento atualizado do uso e cobertura da Terra, e constituído numa importante ferramenta e subsídio à orientação e tomada de decisão. O uso e cobertura da terra é a informação mais acessível numa imagem de satélite, pois a mesma permite a visualização e identificação direta dos elementos ali geometricamente apresentados (LEITE, 2012).

O mapeamento de uso e cobertura dos solos é uma etapa imprescindível em qualquer projeto de caracterização e monitoramento ambiental, a fim de que se possam compreender as mudanças que ocorrem no ambiente, de caráter natural e antrópico. O uso do solo implica em modificações das condições ambientais ao longo do tempo. Modificações tanto nas condições pré-sociedades humanas quanto modificações pós-sociedades humanas, ou seja, modificações naturais produzidas pelo ser humano. Trata-se então de modificações das modificações num circuito contínuo no qual novas formas de uso do solo se estabelecem sobre as formas anteriores, tanto sofrendo a interferência das formas de uso anteriores, quanto interferindo nas futuras formas de uso que venham a se estabelecer posteriormente (BRIASSOULIS, 2000).

Segundo Rosa (2008), a cobertura e uso da terra consistem das ações antropogênicas, seja direta ou indireta, em face do quadro natural, com suas formas, padrões e localizações de transformações (RATNAPARKHI; NAGNE; GAWALI, 2014).

O conhecimento e o monitoramento do uso, cobertura, ocupação da terra são essenciais para a compreensão dos padrões de organização do espaço, bem como conhecer as ações de manejo para caracterizar, diagnosticar e propor prognóstico dos padrões e formas de uso e cobertura (LEITE e ROSA, 2012, BEZERRA JÚNIOR; GUEDES; COSTA, 2016; BEZERRA JÚNIOR; GUEDES, 2016;).

As ações humanas sobre o meio natural, potencializadas pelo avanço técnico-científico deixam registros na paisagem indicando a maneira pela qual o homem vem ao longo da sua evolução apropriando-se da natureza, que muitas vezes causam grandes impactos para a natureza e a sociedade. Com o objetivo de monitorar os efeitos destes impactos, tecnologias tais como sensoriamento remoto, geoprocessamento e computação, têm alcançado considerável progresso na integração de dados geográficos, incluindo a proposição e implementação de modelos matemáticos aplicados a processos ambientais. Os produtos desta tecnologia, sistemas baseados em computadores capazes de capturar, modelar, manipular, recuperar, analisar e apresentar dados referenciados geograficamente são denotados genericamente de sistemas de informação geográfica (SIG) (Worboys, 1995).

Diante da necessidade de conhecer como o espaço se organiza, desenvolveram-se diversas tecnologias que vem contribuindo no estudo da dinâmica espacial, como o sensoriamento remoto, que consiste na obtenção de dados sobre um terreno ou objeto sem contato físico com o mesmo.

Segundo Rosa e Silva (2007), os dados de sensoriamento remoto aliados às técnicas de geoprocessamento para a armazenagem, manipulação e espacialização destes dados constituem-se importante recurso para o monitoramento e gestão dos recursos naturais das unidades espaciais delimitadas pelas bacias hidrográficas. Sensoriamento remoto para Novo (1989) tem como propósito o “estudo do ambiente terrestre, por meio do registro e da análise das interações entre a radiação eletromagnética e as substâncias que compõem o planeta Terra em suas mais diversas manifestações”. Para Florenzano (2002),

os objetos de interesse na superfície da terra como a vegetação, a água, o solo e todo tipo de obra construída pelo homem, refletem, absorvem e transmitem radiação eletromagnética em proporções que variam com o comprimento de onda, observando-se as características bio-físico-químicas dos elementos constituintes destes objetos.

As técnicas de sensoriamento remoto vêm sendo amplamente utilizadas desde a década de 70, contribuindo substancialmente para o mapeamento e monitoramento de recursos naturais. A utilização de satélites orbitais, que proporcionam coberturas repetitivas em intervalos relativamente curtos, tem se tornado uma das principais ferramentas de detecção de mudanças da paisagem de uma dada região (Pinheiro Junior et al, 2005). O potencial de utilização das imagens Landsat na avaliação de cobertura já é bastante conhecido. LEE et al (1974) já haviam observado que tais imagens podem ser facilmente utilizadas para a distinção de áreas florestadas de outras não florestadas.

Nesse estudo tomou-se como base a bacia hidrográfica do Rio Itajaí, a maior bacia hidrográfica do estado de Santa Catarina. O objetivo principal desse trabalho foi realizar um mapeamento do uso e ocupação do solo através de uma análise temporal, e de uma comparação dos resultados com outros mapeamentos de uso e cobertura do solo de anos anteriores.

## **ÁREA DE ESTUDO: BACIA DO RIO ITAJAÍ**

A crescente ocupação urbana desordenada e sem planejamento adequado, tem causado degradações ambientais e deteriorado a qualidade de vida da população em diversos municípios do Brasil.

Segundo Sousa et al, (2005) a história da colonização no Vale do Itajaí é uma história de diferenciações entre homem e natureza, de luta contra os obstáculos que o ambiente proporcionou, mas também é a descoberta de potencialidades, possibilidades e crescimento destes colonos que vinham em busca de um lugar para viver. A interferência dos colonizadores sobre o ambiente natural encontrado

foi o começo de uma mudança no uso do solo observada até os dias de hoje. A exploração das florestas, a transformação em agricultura, a urbanização e a industrialização, eram processos gradativos que necessitavam cada vez mais de espaço físico e recursos naturais.

Muitos municípios localizados na bacia hidrográfica do Rio Itajaí em Santa Catarina foram assolados recentemente por inundações e movimentos de massa, eventos esses, ligados a uma falta de conhecimento das fragilidades da área, que acarreta num desordenamento territorial.

A bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu (Figura 1), está situada no domínio da Mata Atlântica, da qual se encontram os mais significativos remanescentes no estado de Santa Catarina e na serra do Itajaí, que constitui o divisor de águas entre os rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim.

Figura 1 – Área de Estudo: Bacia do Rio Itajaí.



Fonte: comitê do Itajaí (2006).

O território da bacia divide-se em três grandes compartimentos naturais – o alto, o médio e o baixo vale – em função das suas características geológicas e geomorfológicas. O alto vale compreende toda a área de drenagem a montante da confluência do rio Hercílio com o rio Itajaí-Açu, incluindo ainda as cabeceiras do rio Itajaí-Mirim.

O rio Itajaí-Açu é o rio mais importante do Vale do Itajaí. Forma-se no município de Rio do Sul, pela confluência do rio Itajaí do Sul com rio Itajaí do Oeste. Seus maiores afluentes pela margem esquerda são o rio Itajaí do Norte (na divisa dos municípios de Lontras e Ibirama), o rio Benedito (em Indaial) e o rio Luís Alves (em Ilhota). No município de Itajaí, pouco antes da foz do Oceano Atlântico, o rio Itajaí-Açu recebe as águas do principal afluente pela margem direita: o rio Itajaí-Mirim. Passa, a partir daí, a chamar-se rio Itajaí. (Comitê do Itajaí, 2006)

Possui aproximadamente 15.500 km<sup>2</sup>, o equivalente a 16,5% do território catarinense e a 0,6% da área nacional. A bacia tem 53 municípios ocupando seu território, dos quais 47 têm sua sede dentro da bacia, onde vive cerca de 1 milhão de habitantes, que corresponde a 18,6% da população do estado de Santa Catarina. (IBGE, 2009)

De modo geral, a região é identificada pelas colonizações alemã e italiana, pelo seu alto índice de desenvolvimento econômico e pela ocorrência de enchentes.

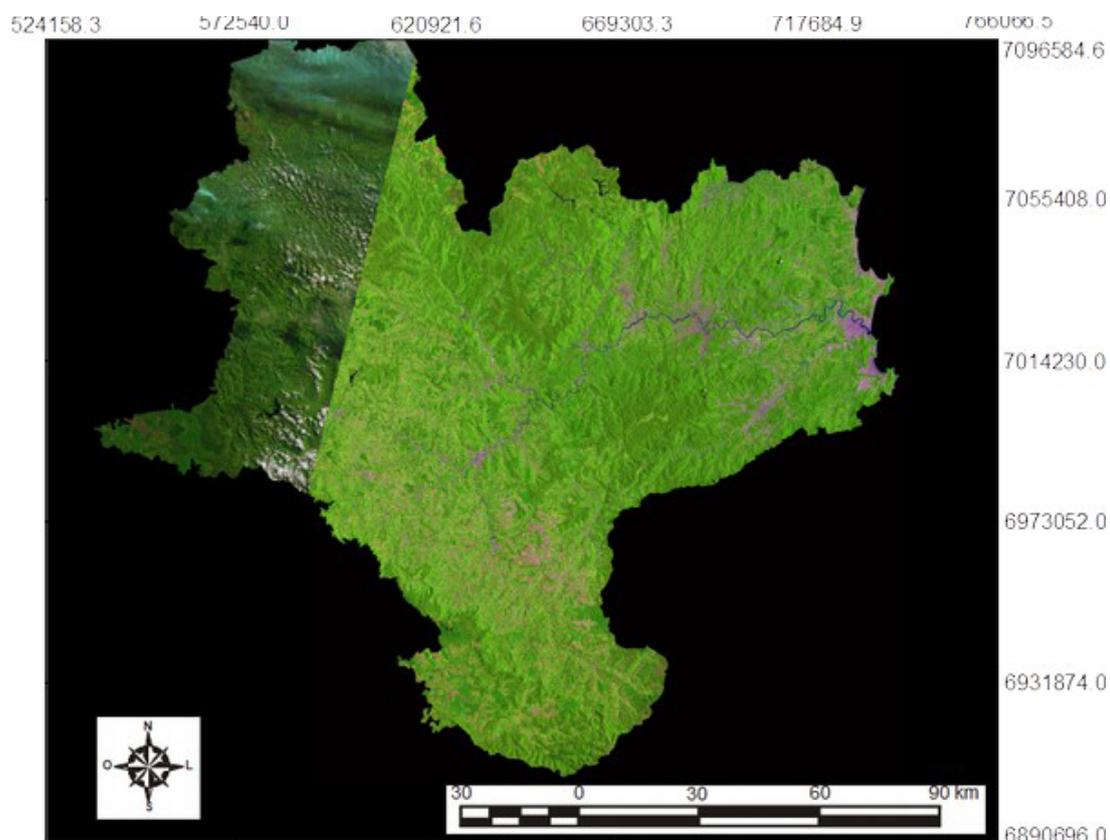
## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para o Mapeamento de uso e cobertura do solo da bacia do Rio Itajaí foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Inicialmente as imagens da área de interesse foram selecionadas, a partir de download realizado do site do INPE que disponibiliza as imagens gratuitamente. A área em estudo está coberta por quatro imagens do satélite Landsat 5, sensor TM, sendo elas, a primeira de órbita 220, ponto 79, e a segunda com a órbita

220, ponto 78, a terceira de órbita 221, ponto 78, e a quarta de órbita 221, ponto 79, foram utilizadas imagens de 2010 e 2020. Algumas imagens apresentaram uma alta percentagem de cobertura de nuvens, no entanto foram utilizadas da mesma forma, pois ao se elaborar um mosaico com imagens de datas diferentes, o resultado de respostas de cultivos diferentes, pode alterar significativamente os resultados (época de plantio, cultivo e colheita). (Figura 2)

Figura 2 – Mosaico de imagens de Satélite Landsat de 2010 da Bacia do Rio Itajaí



Fonte: elaborado pelos autores

Em seguida foi feita a importação da imagem no formato TIFF para o módulo IMPIMA do software SPRING, e a exportação para o formato GRIB para posteriormente realizar o registro da imagem. As imagens no formato GRIB foram importadas no SPRING, devido à extensão da área e à utilização de quatro imagens de satélite para a área de estudo, primeiro foram importadas as duas imagens do lado direito e de mesma órbita, que foram trabalhadas em separado, e em seguida as duas imagens da esquerda, dessa forma se obtém um melhor trabalho, pois se ocupa uma menor área e gera uma maior rapidez

no processamento das informações. Para o registro das imagens foi utilizada uma imagem Geocover, (disponível no site: <http://glcfapp.umiacs.umd.edu:8080/esdi/index.jsp>) sendo que do lado direito foram tomados 40 pontos de controle (pontos de coordenadas conhecidas identificados na imagem) bem distribuídos na imagem realizando um registro com um erro de aproximadamente 0,9. Para a imagem do lado esquerdo foram tomados 20 pontos de controle com um erro de 0,7. Para uma visualização satisfatória da imagem e para adquirir um maior poder de discriminação dos alvos foi realizado o contraste linear das bandas 3, 4 e 5, e posteriormente foi gerada a composição colorida 3b4g5r.

Em seguida foi feita a criação da chave de fotointerpretação. Esta chave de fotointerpretação foi utilizada para a geração do mapa de uso do solo e cobertura vegetal definindo-se 7 (sete) categorias da imagem classificada: agricultura, drenagem, floresta, pastagem, silvicultura, solo exposto e área urbana;

Após a definição das categorias de uso do solo e cobertura vegetal foi realizada a segmentação da imagem utilizando os limiares de similaridade e área, iguais a 10 e 40 respectivamente para todas as cenas.

No software ENVI foram elaboradas as estatísticas de classificação de Máxima Verossimilhança, Distância de Mohalanobis e Mínima Distância; no software livre Spring a Classificação por Distância Euclidiana. A classificação foi elaborada em toda a imagem bem como as estatísticas de exatidão do produtor, exatidão do usuário, precisão geral e coeficiente kappa; Já a variância, desvio padrão e porcentagem das classes foram elaborados sobre as classes das imagens recortadas.

Para a padronização dos métodos estatísticos utilizou-se o Microsoft Excel o qual permitiu que os dados estatísticos do Software Spring fossem comparados com os dados do ENVI, referentes à exatidão do produtor, exatidão do usuário, precisão geral e coeficiente kappa, bem como porcentagens das classes, variância e desvio padrão de ambos os softwares. Por fim, foi gerado o mapa final no módulo SCARTA, onde foram inseridos os elementos de edição do mapa: coordenadas, legenda, orientação e escala.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente foi analisado qual seria o melhor classificador para realizar a classificação. Como pode ser observado no quadro 1 de precisão geral e coeficiente Kappa, o método utilizado pelo Classificado Máxima Verossimilhança apresenta, em ambas as imagens, valores superiores de precisão (Precisão geral de 96,97% e 98,81% com um Coeficiente Kappa de 0,96 e 0,99) quando comparado com os demais métodos de classificação.

Quadro 1- Precisão Geral e Coeficiente Kappa dos métodos de classificação.

Precisão/Imagens	Imagem_ Oeste	Imagem_ Leste	Métodos de Classificação
<b>Precisão geral</b>	96,97%	98,81%	<b>Máxima Verossimilhança</b>
<b>Coeficiente Kappa</b>	0,96	0,99	
<b>Precisão geral</b>	72,05%	79,49%	<b>Distância de Mohalanobis</b>
<b>Coeficiente Kappa</b>	0,65	0,76	
<b>Precisão geral</b>	91%	73,674%	<b>Distância mínima</b>
<b>Coeficiente Kappa</b>	0,87	0,69	
<b>Precisão geral</b>	78,80%	68,01%	<b>Paralelepípedo</b>
<b>Coeficiente Kappa</b>	0,71	0,61	
<b>Precisão geral</b>	93,07%	75,05%	<b>Distância Euclidiana</b>
<b>Coeficiente Kappa</b>	0,91	0,70	

Fonte: elaborado pelos autores

Observa-se, na relação de classes e classificadores, a existência de distanciamento em relação a média de todas as classes com um grau de significância, ou seja, de variância de 17,51 com um desvio padrão de 4,18, isso

mostra que de acordo com o classificador usado temos uma resposta com um certo grau de semelhança, mas nunca igual, mesmo que se utilize as mesmas amostras para os classificadores, no qual o classificador de Distância Euclidiana apresenta uma maior discrepância nas porcentagens das áreas em relação as demais áreas dos outros classificadores.

Quadro 2- Exatidão do produtor e exatidão do usuário do mosaico das imagens no Oeste da BH

Classificador (%)	Máxima Verossimilhança		Distância de Mohalanobis		Distância mínima		Paralelepípedo		Distância Euclidiana	
	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário
<b>Nuvens</b>	100	100	90,16	100	98,74	100	99,48	100	100	100
<b>Campo</b>	97,3	81,82	86,49	68,57	89,19	70,21	54,95	95,31	82,54	97,2
<b>Solo exposto</b>	92,62	100	99,33	92,21	70,13	90,09	99,33	40,05	99,63	93,45
<b>Agricultura</b>	81,69	82,86	47,89	81,93	36,62	37,96	0	0	84,33	80,71
<b>Silvicultura</b>	93,46	82,18	82,35	54,08	77,78	72,56	0	0	74,82	67,53
<b>Floresta</b>	84,5	94,41	73	69,86	77,5	82,01	100	56,66	75,96	81,87
<b>Área urbana</b>	100	100	75	11,39	91,67	39,29	100	26,09	100	86,67
<b>Drenagem</b>	100	99,61	95,85	97,88	100	94,83	62,39	99,18	99,07	100

Fonte: elaborado pelos autores

Observa-se no quadro 2 que classe de nuvens obteve bons resultados tanto na exatidão do produtor como do classificador seguido da classe de drenagem, de forma oposta o Método de Classificação Paralelepípedo apresentou péssimo resultado ao classificar as classes de agricultura e silvicultura.

Quadro 3- Exatidão do produtor e exatidão do usuário da imagem Leste da BH

Classificador (%)	Máxima Verossimilhança		Distância de Mohalanobis		Distância mínima		Paralelepípedo		Distância Euclidiana	
	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário	Exatidão do produtor	Exatidão do usuário
<b>Nuvens</b>	98,58	99,52	99,84	98,75	100	98,45	98,58	99,68	96,75	99,71
<b>Campo</b>	99,44	99,44	99,44	89,95	98,89	100	70,56	100	100,00	99,44
<b>Solo exposto</b>	100	100	100	77,22	100	69,85	100	100	67,89	100,00
<b>Agricultura</b>	97,8	98,89	98,9	90,91	82,42	65,79	0	0	75,76	96,15
<b>Silvicultura</b>	99,38	98,47	79,63	58,9	88,58	72,29	0	0	73,63	91,26
<b>Floresta</b>	97,38	99,47	85,86	54,67	89,53	61,96	98,43	84,68	64,86	90,32
<b>Area urbana</b>	97,42	97,65	69,25	79,51	76,06	53,03	98,83	47,36	53,73	76,57
<b>Drenagem</b>	100	98,36	46,11	83,84	9,63	49,06	40,19	42,47	45,65	8,12

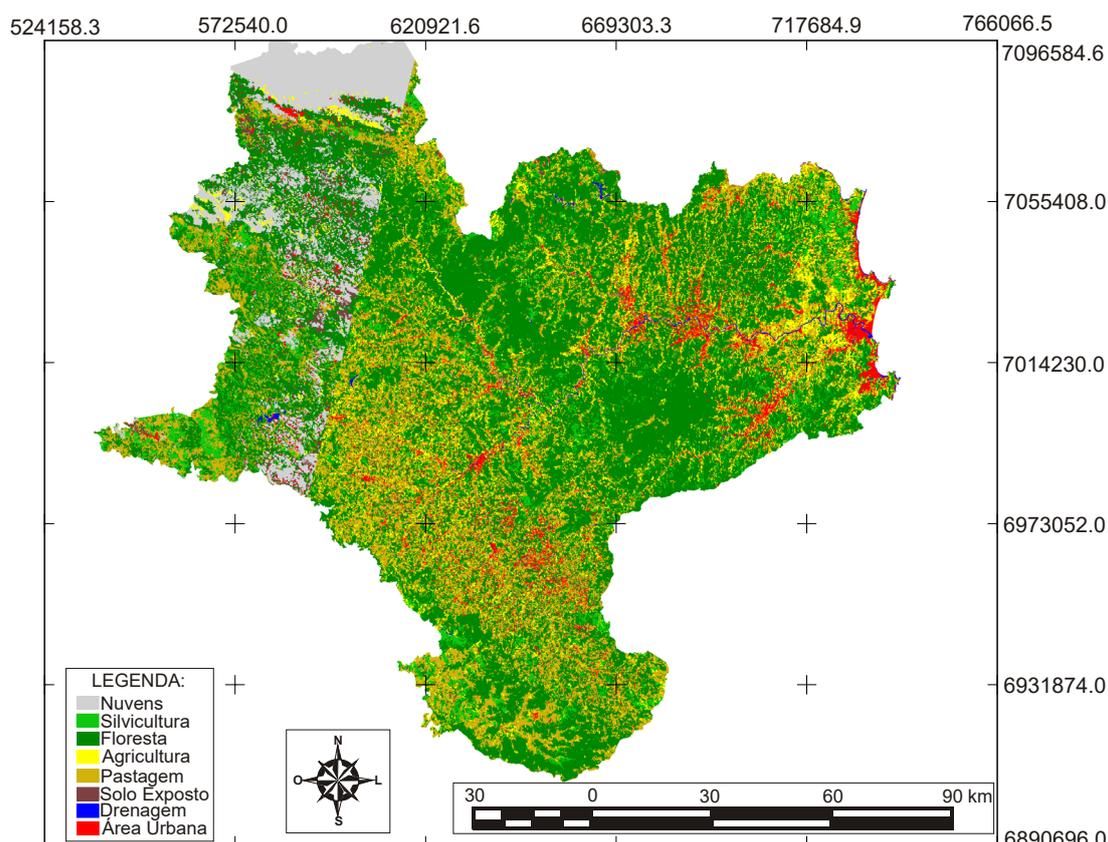
Fonte: elaborado pelos autores

Como pode ser observado na imagem leste (quadro 3), os resultados foram diferentes da imagem oeste, sendo que a classe de solo exposto se apresentou com valores elevados em todos os métodos de classificação seguido da classe de nuvens e, de modo semelhante ao que aconteceu com o mosaico oeste, as classes de agricultura e silvicultura tiveram péssimos resultados de exatidão no Método de Classificação Paralelepípedo.

É importante salientar que as nuvens representam uma limitação imposta pelos insumos disponíveis para o trabalho, visto as dimensões da bacia hidrográfica, e a necessidade de se elaborar um mosaico de várias imagens para

se obter a bacia por completo, ao se realizar um mapeamento de uso do solo, onde será mapeado também cultivos agrícolas, a resposta pode ser diferente dependendo da época de aquisição das imagens. O mesmo acontece para áreas sujeitas a inundações caso as imagens tenham sido obtidas em época de chuvas, dificuldades semelhantes foram abordadas em Refosco, 2004 e Vibrans, 2003. Abaixo encontra-se um dos mapas de classificação do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-SC, referente ao ano de 2010, com as 8 classes utilizadas para a classificação: Nuvens, Silvicultura, Floresta, Agricultura, Pastagem, Solo Exposto, Drenagem e Área Urbana.

Figura 3 – Imagem classificada do uso e cobertura do solo da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-SC.



Fonte: elaborado pelos autores

Abaixo estão descritas as áreas totais de cada categoria de uso do solo com sua porcentagem de ocupação na bacia hidrográfica do Rio Itajaí relacionado ao ano de 2010. (quadro 1)

Quadro 1: áreas das categorias de uso do solo na bacia do rio Itajaí-SC

Categoria de uso do solo	Área (km <sup>2</sup> ) 2010	Área (km <sup>2</sup> ) 2020	Diferença percentual 2010/2020
Nuvens	1633,56	1433,15	-14%
Floresta	6166,43	5404,77	-14%
Pastagem	1018,16	1283,27	21%
Agricultura	1631,32	1594,24	-2%
Silvicultura	3108,19	3816,46	19%
Área Urbana	652,01	1132,17	42%
Solo Exposto	380,88	659,08	42%
Drenagem	876,50	914,80	4%
<b>Total</b>	<b>15466,52</b>	<b>16237,94</b>	<b>5%</b>

Fonte: elaborado pelos autores

A partir da análise dos demais resultados da classificação, é possível determinar que a maior parte da área da bacia é composta por vegetação nativa, composta por florestas de grande e médio porte, que corresponde a uma área de 6166 km<sup>2</sup> no ano de 2010, o que correspondia a 40% da área total da bacia, e 5405 km<sup>2</sup> em 2020 apresentando um decréscimo de aproximadamente 14 % na área total. As áreas de pastagens, compostas também por campos limpos e sujos, correspondem a 7 % da área da bacia, ocupando uma área de 1018 km<sup>2</sup> em 2010 e 1283 km<sup>2</sup> em 2020. As áreas cobertas pelo uso de agricultura correspondem a 11 % em 2010, somando uma área de 1631,32 km<sup>2</sup>, enquanto que em 2020 ocorre uma redução de 2% chegando a 1594 km<sup>2</sup>. A silvicultura ocupa uma área de 3108 km<sup>2</sup> em 2010, e 3816 km<sup>2</sup> em 2020, o que representa

um aumento de 19%. A área urbana e o solo exposto apresentam um aumento de 42 % de 2010 para 2020 conforme demonstrado na tabela. A área composta por água representa um total de 6% da bacia, e uma área de 876,50 km<sup>2</sup> em 2010 e 914,80km<sup>2</sup> em 2020.

Em trabalho realizado por Refosco, 2004, foi realizada uma análise da evolução do mapeamento do uso da terra nos anos de 1986 e 2000 na bacia hidrográfica do Rio Itajaí. Considerando uma pequena diferença no recorte espacial utilizado pelo autor, que foi feito por área de municípios e não pelos limites da bacia, é possível realizar algumas comparações entre os resultados. No mapeamento realizado em 1986, as áreas urbanas ocupam uma área de 182,49 km<sup>2</sup>, enquanto que no ano 2000, o valor aumenta para 652,01 km<sup>2</sup>. Percebe-se que ocorre um aumento gradativo da área urbana, inicialmente ocupando 1,04% da bacia em 1986, depois no ano 2000, uma área de 2,30% e em 2010 corresponde a 4%, e em 2020 corresponde a 7%.

Outra classe apresentada pelo autor é a de florestas plantadas e culturas de ciclo longo, que no trabalho atual corresponde à classe Silvicultura, no mapeamento de 1986 essa classe cobria uma área de 130,48 km<sup>2</sup>, no mapeamento realizado em 2000 apresentava uma área de 282,03 km<sup>2</sup>, e em 2010 o valor era de 3108 km<sup>2</sup>, em 2020 é de 3816 km<sup>2</sup>, um aumento expressivo, se for considerado o avanço das áreas de cultivo de silvicultura nos últimos anos no estado de Santa Catarina.

A área de floresta, mapeada pelo autor como vegetação natural, correspondia em 1986 a 7395,81 km<sup>2</sup>, em 2000 a 8993,20 km<sup>2</sup>, em 2010 a 6166,43 km<sup>2</sup>, e em 2020 corresponde a 5404,77 km<sup>2</sup> existe um pequeno aumento no decorrer dos anos 1986 a 2000, e um decréscimo em 2010 e 2020, os valores demonstram uma gradativa diminuição da área de floresta nativa após o ano 2000, o que pode ser explicado pela substituição da área de floresta nativa, por outras culturas. A cobertura vegetal natural é um importante indicador das condições ambientais de uma unidade territorial (de uma bacia hidrográfica, por exemplo) propiciando

proteção ao solo, reduzindo o transporte de sedimentos e o assoreamento dos corpos d'água, serve de habitat para animais silvestres (NEVES et al., 2014).

As demais classes utilizadas pelo autor não foram comparadas, pois divergem das amostras utilizadas para esse trabalho, foram utilizadas ainda pelo autor: Áreas não identificadas, Arrozeiras e Agropecuária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse trabalho foram identificadas algumas limitações em relação à aquisição de insumos, tais como as imagens. Como a proposta do trabalho foi de utilizar insumos gratuitos para realizar o mapeamento de uma grande área de estudo, optou-se por utilizar as imagens *Landsat*, e devido as dimensões da bacia foi necessário realizar um mosaico, com duas passagens de satélite em datas diferentes, o que acarretou a presença de nuvens, para que não houvesse alterações significativas na resposta da classificação em relação às classes que possuem alteração sazonal, como agricultura e drenagem. Também é possível perceber uma diferença da área total da bacia, sendo que trabalhos consideram a área da bacia como tendo 15500 km<sup>2</sup>, outros com 16000 km<sup>2</sup>, enquanto que a classificação realizada por Refosco em 2003 foi de 14448 km<sup>2</sup> e a realizada nesse artigo foi de 17400 km<sup>2</sup>, essas diferenças ocorrem devido às técnicas utilizadas para o processamento, visto que diversas etapas são aplicadas nas imagens utilizadas, e algumas possuem recorte da imagem original, o que altera a área total.

Foi verificado que as áreas de borda da imagem também foram classificadas, como por exemplo, pequenas áreas de pixel banhados pelo oceano, e esse tipo de correção apresenta um alto nível de complexidade, tendo em vista uma área da dimensão da bacia do Rio Itajaí, para isso é necessário um trabalho minucioso de revisão dos limites da bacia, no entanto, a metodologia mostrou-se adequada para os objetivos propostos.

Em relação aos demais resultados pode-se considerar que o trabalho atingiu os objetivos, visto que é possível realizar o mapeamento da bacia utilizando apenas softwares e imagens gratuitas, e obter resultados satisfatórios. As comparações com resultados de mapeamentos de uso e ocupação do solo de anos anteriores permitem identificar a evolução da ocupação do espaço, análise fundamental a ser realizada pela ciência geográfica. O que chama a atenção é o aumento das áreas ocupadas pela silvicultura que correspondia a 0,75% em 1986, depois passou para 1,61% em 2000, e em 2010 corresponde a 6,34% o que representa um acréscimo na área de aproximadamente 1000 km<sup>2</sup>. Ressalta-se que essas comparações não são exatas, visto as diversas mudanças ocorridas durante os anos em processos metodológicos e ferramentas disponíveis, além das diversas limitações já descritas. Busca-se apenas realizar uma análise a fim de qualificar e comparar o crescimento de determinadas classes na bacia. Pretende-se futuramente prosseguir com essas comparações a fim de qualificar cada vez mais a metodologia, trazendo metodologias de validação de dados, e trazer mais informações e dados sobre a bacia do Rio Itajaí.

## **REFERÊNCIAS**

BENEDITO, C. O Município e o Meio Ambiente: das Áreas de Preservação Permanente. Piracicaba, 2001. 29 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Engenharia de Piracicaba, Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba.

BEZERRA JÚNIOR, A.; GUEDES, J. A.; COSTA, L. B. Análise do uso e ocupação da terra no reservatório público de Água Nova-RN. In: \_\_\_\_\_. Larissa da Silva Ferreira Alves; Rosalvo Nobre Carneiro. (Org.). XXII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte: desafios da gestão dos recursos hídricos no estado do Rio Grande do Norte. 1ed. Natal: CCHLA, 2016, p.227-237. Disponível em: <http://egeorn2016pdf.blogspot.com/2016/>. Acesso em: 30 de ago. 2020.

BEZERRA JÚNIOR, A.; GUEDES, J.A. Caracterização e análise do uso e ocupação da terra no entorno do reservatório Santana, Rafael Fernandes/RN. Revista Okara, João Pessoa, v.10, n.3, p.517-530, 2016. Disponível em: [www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/download/28365/16852](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/download/28365/16852). Acesso em: 30 de ago. 2020.

- BRIASSOULIS, H. Analysis of land use change: theoretical and modeling approaches. 1 ed.: Regional Research Institute, West Virginia University. 2000.
- COMITÊ DO ITAJAÍ. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Fase A: Diagnóstico e Prognóstico. Realização: FURB. Outubro de 2006
- FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélite para Estudos Ambientais. SP: Oficina de Textos, 2002.
- GEODESASTRES-SUL- Núcleo de Aplicação de Geotecnologias para a Mitigação de Desastres Naturais e Eventos Extremos. Disponível em: <<http://www.inpe.br/crs/geodesastres>> Acesso em: 11 de novembro de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. INPE – Missão e Objetivos. Disponível em: <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 11 de novembro de 2009.
- NOVO, E. M. L. M. Sensoriamento Remoto. Princípios e Aplicações. Edgard Blücher, São Paulo, 1989.
- LEE, Y. J.; OSWALD, E. T. & HARRIS, J. W. E. - A preliminary evaluation of ERTS imagery for forest-land management in British Columbia. Canadian Symposium on Remote Sensing, 2, Ottawa, 1974. Proceedings. V. 1, p. 87.
- LEITE, E. F.; ROSA, R. Análise do uso, ocupação e cobertura da terra na bacia hidrográfica do rio Formiga, Tocantins. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia. Uberlândia, v.4, n.12, p.90-106, 2012. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/4edicao/n12/05.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2020.
- LIMA, R. F. P.; LIMA, O. P. O perfil do Geógrafo e sua inserção social no mercado de trabalho brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2004, Florianópolis/SC. Anais... Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. CD-ROM.
- NEVES, L. F. S.; NEVES, S. M. A. S.; CANELA, G. R. Análise da fragmentação de Cerrado na bacia hidrográfica do rio Aguapeí, Porto Esperidião (MT): um estudo de caso a partir das geotecnologias e métricas da paisagem. Ateliê Geográfico, v. 8, n. 2, p.130-149, 2014.

PINHEIRO JUNIOR, J. de R.; et al. Classificação da Cobertura do solo por meio de imagem CBERS na área do entorno da Reserva Florestal Adolpho Ducke, Manaus-AM. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 12, Goiânia. INPE. Anais... São José dos Campos: INPE, 2005.

RATNAPARKHI, N. S.; NAGNE, A. D.; GAWALI, B. A land use land cover classification system using remote sensing data. International Journal of Scientific & Engineering Research, Reston, v.5, n.7, p.515-519, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/fb95/2150b33be8fb696fe0eeafa81219fa9bc79a.pdf>. Acesso em: 24 de ago. 2020.

REFOSCO, J.C. Mudanças no uso da terra: o caso da bacia do Itajaí/SC a partir de um modelo dinâmico. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2004.

ROSA, R.; SILVA, M. K. A. Aplicação das imagens CBERS no levantamento do uso da terra e cobertura vegetal natural da bacia do Ribeirão Douradinho no município de Uberlândia/MG. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, XIII. 2007, Florianópolis. Anais. p. 1151-1157.

SOUSA, L. F.; REFOSCO, J. C.; PINHEIRO, A. Avaliação cronológica do uso do solo no Vale do Itajaí. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12. (SBSR), 2005, Goiânia. Anais... São José dos Campos: INPE, 2005. p. 697-704. CD-ROM, On-line. ISBN 85-17-00018-8. Disponível em: <<http://urlib.net/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.29.15.54>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

VIBRANS, A. C.; REFOSCO, J. C.; PINHEIRO, A.. Uma metodologia para a caracterização rápida da vegetação em levantamentos terrestres para fins de interpretação de imagens de sensoriamento remoto. Foz do Iguaçu. ANAIS do X Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2001, Foz do Iguaçu: INPE/ SELPER, 2001. CD ROM.

VIBRANS, A.C. A cobertura florestal da Bacia do Rio Itajaí: elementos para uma análise histórica. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2003.

WORBOYS, M. Gis: A Computing Perspective, London, Taylor and Francis, 456 pag., 1995.



doi 10.48209/GEO-65-89949-06-3

# CAPÍTULO 6

## **MARANHÃO: UMA BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS SERTÕES MARANHENSES**

*Francisco Leandro da Costa Soares*

## INTRODUÇÃO

O estado do Maranhão é uma subseção do expressivo território nacional do Brasil. Por ser uma unidade administrativa, admite-se expressar que possui peculiaridades muito presentes e produções espaciais recorrentes das constantes modificações, intervenções e explorações na estrutura constitucional do seu espaço-território. Assim, os objetivos deste trabalho, configuram-se em demonstrar a relação entre a categoria de análise geográfica de região e o planejamento estabelecido pelos poderes públicos estaduais e federais. Dessa forma, também, expor a geografia dos territórios ligados a condição da economia ao longo da história do Maranhão no período moderno-contemporâneo em uma breve retrospectiva.

Os motivos da confecção deste trabalho, voltam-se em consolidar produções científicas referentes ao conhecimento geográfico do estado do Maranhão seja nos aspectos físicos, seja nos aspectos humanos. Neste trabalho, vamos subdividi-lo em três partes subsequentes. A primeira parte, refere-se a análise histórico-geográfica e conceitual de forma geral e em seguida, de maneira mais específica nas temáticas aqui abordadas. Na segunda parte, a discussão epistemológica da geografia do Maranhão nos conceitos de território e de região, de convívio das relações da economia e nas práticas de aplicabilidade do planejamento regional no desenvolvimento interior deste estado. E dessa maneira, nas considerações finais e terceira parte, ficará com o cargo de colocar as possíveis interpretações firmadas no trabalho.

## CONTEXTO HISTÓRICO

A origem da palavra Maranhão, provém da palavra *Marañón*. Segundo João Paulo Vicente (2018), do *National Geographic*,

o termo remonta ao século 16 – na verdade, o próprio rio Amazonas e toda a região ao seu redor foram chamados assim durante décadas. Do espanhol, especula-se que, por trás da palavra, esteja a ideia de que ali não era o mar, assim como há a possibilidade de se referir aos cajueiros. Do tupi-guarani, por outro lado, o nome pode vir da expressão ‘o mar que corre’ (VICENTE, 2018, s. p.).



O mapa de Alves (2013, p. 59), representa, as capitanias hereditárias e os principais rios identificados no Brasil. Sua confecção ficou a cargo de Luís Teixeira, em 1586. Outro detalhe é que a capitania do Maranhão tem parte de seu território na porção da América Espanhola e ainda não detinha o cognome de Maranhão e sim de seu Donatário pertencente à Família Barros.

De acordo com ROMÃO et al. (2011, p. 3), diz que o processo de colonização por parte dos portugueses contra os franceses se deu em caráter conflituoso e por lutas já no período colonial devido a falência e as explícitas fragilidades do Tratado de Tordesilhas 1494. Nisso, o referido autor, coloca que,

O reinado de Portugal, antes mesmo de “descobrir” essas terras em 1500, na figura de Pedro Álvares Cabral, já assinara um tratado com o Reino da Espanha, o tratado de Tordesilhas em 1494, nesse sentido demarcou-se uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste das Ilhas do Cabo Verde. As terras descobertas a leste dessa linha pertenceriam a Portugal e o restante, a oeste, pertenceria à Espanha. Contudo, devido a não precisão das áreas demarcadas o tratado não entrou em execução. Para solucionar o problema foi assinado em 13 de janeiro de 1750 o Tratado de Madri, no qual significou a nova configuração territorial brasileira, com base no *uit possidets* (ROMÃO et al 2011, p. 3).

Nessa posição, ROMÃO et al. (2011, p. 3), também explana as preocupações e interesses validados pelos portugueses contra os franceses, atribuindo-lhes as colocações existentes em manter a unicidade e a concretude do império português na América do Sul. Nessas condições, este autor, garante que os dirigentes do Império Lusitano estavam “Preocupados com as ações estrangeiras no território brasileiro, os portugueses iniciaram uma marcha como o objetivo de conquistar as áreas próximas do Maranhão, a fim de colonizar de fato essa área. Em 1614 os portugueses expulsaram os franceses pondo fim à França Equinocial.”

Essas ocupações para CABRAL (1992), ROMÃO et al. (2011), FERREIRA (2008, p. 91), deram-se por duas frentes principais: a expansão da frente litorânea e a expansão da frente pelo interior, “as quais tiveram motivação e tempos diferentes.” Estas frentes somente foram possíveis devido as limitações tecnológicas e militares disponíveis a ponto de serem executadas sob as ordens

dos líderes de Portugal nas terras brasileiras. Autores como CABRAL (1992, p. 61), (ROCHA; MOTA, 2012, p. 2-3),

As duas frentes que constituíram o povoamento maranhense formaram duas bases econômicas diferenciadas, sendo uma fincada na agroexportação, principalmente do algodão, e a outra na pecuária, tendo cada uma, características próprias que foram significativas para a formação das relações sociais e comportamentos característicos de cada área. Sobre a primeira corrente, diz que ela deu continuidade à empresa expansionista que saiu de Pernambuco, em 1614 com destino ao Maranhão, 3 com o objetivo de expulsar os franceses e iniciar o povoamento da região, pondo fim à França Equinocial, marcando assim o início da colonização portuguesa nessa Capitania. Foi esta a primeira frente de expansão, a que chamamos de frente litorânea que se expandiu sob o controle direto do Estado português. Vê-se então, a presença forte e marcante do Estado na empreitada de conquista do espaço maranhense, expandindo assim o domínio luso sobre todo o território, dado por meio da escravização e dizimação (quando ofereceram resistência) das comunidades indígenas, habitantes da localidade. Para isso, a igreja teve participação decisiva através da catequese que contribuiu para a conformação dos índios aos padrões colonizadores. Foram assim, características essenciais da frente litorânea a ação deliberada, o controle, a participação direta e a condução do Estado português no desenrolar da colonização do Estado do Maranhão no litoral, nos vales dos rios Itapecuru, Munin, Pindaré e Mearim.

ROCHA e MOTA (2012, p. 3), destacam a importância dos estímulos múltiplos provindos de segmentos como a Igreja e o Estado. De certa forma, esse estímulo atribuiu algumas características como o papel da bovinocultura na apropriação e na formação do Noroeste Ocidental do Nordeste (ou Nordeste Ocidental), o que na contemporaneidade constitui os estados do Maranhão e do Piauí. No estado prólogo citado, anteriormente, essas atividades foram cruciais no desenvolvimento das regiões Centro-Sul do referido estado e pela qualidade de seus pastos propícios a criação dos bovinos ao longo do ano, assim os denominados Pastos Bons. ANDRADE (1998, p. 205), complementa como as,

[...] correntes de vaqueiros, de criadores de gado oriundos da Bahia subiram os rios da vertente oriental [...], atravessaram os interflúvios existentes entre as nascentes destes rios – Chapada Diamantina – e as nascentes dos afluentes da margem direita do São Francisco e, após conquistar o vale do grande rio, subindo os cursos dos seus afluentes da margem esquerda, atravessaram as chapadas que separam o Piauí da Bahia e se espalharam pelas terras drenadas para o rio Paranaíba.

Dominaram assim, o espaço piauiense [...] e a porção meridional do Maranhão.

Pesquisadores como CARVALHO (2000, p. 75), apontam que,

No vasto território de belezas e fertilidades indizíveis, [...] habitavam nações autóctones, diferentes em tipo étnico e em idiomas, mas todas de índole prazenteira, folgazã, muito hospitaleiras e cuja alacridade é mencionada pela tradição como prova de ingenuidade infantil e de descuidada existência.

Nesse intuito, os dirigentes locais da Lusitânia no Brasil Colonial, deram por início, diversas medidas de proteção muito coerentes na conservação e preservação da estrutura territorial brasileira. Na fala de ROMÃO et al (2011, p. 3-4),

Para melhor administrar a região, devido à posição geográfica, em 1621, tendo como sede a cidade de São Luís, criou-se “o Estado do Maranhão, desmembrando do Estado do Brasil e compreendendo duas Capitânicas Gerais, Maranhão e Grão-Pará”, dessa forma, São Luís e Belém, “tornaram-se os centros coordenadores das ações militares de desbravamento, ocupação e defesa do extenso território recém-conquistado”.

Corroborando com ANDRADE (1998), CARVALHO (2000), ROMÃO et al (2011), ROCHA e MOTA (2012, p. 4), (COELHO NETO, 1979, p. 79) garante de forma explícita, tais ocorrências efetivas.

Inicialmente, as terras ocupadas por essa frente de expansão foram as situadas nas proximidades do rio Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado e foi fundado em 1819 o povoado de Pastos Bons, o qual serviu de apoio para o avanço da conquista de forma contínua e sem fronteiras, dando origem a vilas e povoados que seriam mais tarde transformados em cidades a exemplo de São Félix de Balsas, Riachão, Carolina, Santo Antônio de Balsas

Conforme no mesmo perfil de estudo, ROCHA (2012, p. 4); COELHO NETO (1979, p. 104),

Os comerciantes chegavam ao Porto de Caraíbas (primeira denominação do lugar que hoje é a cidade de Balsas) através do rio, em embarcações denominadas balsas, feitas de talos de buritis, amarradas por varas e travessas por embiras, e que deram nome ao rio, à região e mais tarde ao lugar. Assim, as balsas desciam, levando os produtos para povoados

e lugarejos distantes. O lugarejo conhecido como Porto de Caraíbas passaria a se chamar Vila Nova e era onde se juntavam, “os povoadores de Riachão, gente que ficava bem perto nas fazendas próximas e novos baianos [...]”. Depois, receberia a denominação de Santo Antônio de Balsas em homenagem a Antônio Ferreira Jacobina que fundou na localidade o porto que seria mais tarde o centro de navegação fluvial a vapor e empório fornecedor de sal para todo o Norte do Estado de Goiás (atual Tocantins).

Além das intervenções politico-militar, teve-se, ainda, as ações de interferência por cunho econômico, na qual atribuiu-lhes o sistema de desenvolvimento das colônias latino-americanas, o denominado por Prado Junior (1979) de modelo *Plantation*, nas bordas dos principais corpos hídricos do território do Maranhão, seguindo-se de maneira formalizada o que Gonçalves (2001), denomina de organização espacial ‘rio-várzea-floresta’.

Esse sistema citado por Carlos Porto Gonçalves (2001), destaca-se sob tripé de três pilares centrais. O primeiro é sobre os rios, ou seja, em um sistema cuja a base é a agricultura de exportação e por necessidade tem que ter água em abundância na finalidade de se atender as demandas hídricas básicas dos produtores e criadores. Assim, a proximidade de corpos hídricos, torna-se fundamental em um século de escassos aportes tecnológicos de transposição e irrigação no semiárido nordestino.

O segundo pilar, denominado de Várzea, refere-se a tipologia pedológica e hidro-geomorfológico que se viu mais eficiente para o cultivo das monoculturas em considerável porção do Brasil e em especial no Maranhão, considerando-se a sua abundância de rios na bacia sedimentar do Parnaíba em que grande parte deste estado se consolidou. Tal condição, assemelha-se aos modelos egípcios de fertilização das áreas de cultivo no Rio Nilo, em períodos pretéritos, pois esses usavam o processo de cheias na finalidade de fertilizar os solos próximos deste com matéria orgânica e minerais essenciais no desenvolvimento das culturais ali cultivadas.

O terceiro e último são as florestas. Estas assumem a condição de cunho natural na finalidade de atuarem como um refúgio de conservação das relações físicas e artificiais ali atribuídas e difundidas. Essa técnica foi assimilada pelos colonizadores por via das atividades observadas dos povos originários, aqui habitando, muito antes dos europeus chegarem as terras que viriam a ser brasileiras.

À medida que as lavouras avançavam ao longo dos anos, as áreas florestadas eram devastadas e reduzidas veementemente. Quando tais solos diminuía a produtividade potencial, avançavam-se para outros no intuito de não perder o volume de produção anual. Com um tempo, retornava-se para onde se tinha iniciado e se dava o início ao ciclo de plantio das lavouras como um todo. Em subsídio a expansão agrícola da colônia, teve-se a criação das instituições reguladoras do comércio em criação e das ações governamentais vigentes neste recorte espacial e estrutural. Para isso, MEIRELES (1960); HOLANDA (2008); ROMÃO et al (2011, p. 4), coloca que,

Outra ação portuguesa para dinamizar a economia maranhense foi a criação da Companhia de Comercio do Maranhão e Grão-Pará em 1682, funcionado apenas até o ano de 1684, quando inicia-se a Revolta de Bequimão. Após outras tentativas de promover o crescimento econômico do Maranhão, criou-se em 1752 a Companhia Geral de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, ela foi “criada com o objetivo de, introduzindo nas capitâneas escravos negros que suprissem a falta do braço indígena, animar-lhes o comércio fomentando a agricultura, gozou de especiais privilégios, tantos fiscais como militares e judiciais”, além disso ela visava “a inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho típica do Antigo Sistema Colonial, a partir da exportação para a Europa de três produtos principais: o algodão, o arroz e o couro”. Com a adesão do Maranhão à Independência do Brasil, ocorrida em 28/07/1823, iniciou-se a guerra pelo poder no Estado maranhense, na qual ficou conhecida como “Guerra dos Três Bês”. Outros fatos importantes ocorridos em tal período foram a República de Bom Pastos e a Balaiada.

A institucionalização da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará nos moldes dos formatos holandeses do século XVII, propiciou-lhes a concretização dos parâmetros jurídico-normativos do Maranhão e sua oficialidade estatal.

Todavia, fomentou a ocorrência de Conflitos político-militares, constantemente, em diversas regiões e no contexto, instabilidades econômicas muito presentes nas realidades das populações maranhenses. Esses conflitos, nos estudos de (ROCHA; MOTA, 2021, p. 1), coloca que,

A estruturação desta reflexão se assenta nas análises descritivas já feitas por alguns autores sobre a ocupação do território maranhense desde a época colonial, onde de forma clara podemos perceber ao longo das leituras que o caráter econômico se apresenta como o viés principal para o interesse despertado por franceses e portugueses na ocupação do Maranhão e que como consequência, produziu intensos conflitos que foram travados pela posse da terra, inclusive entre os colonizadores e os indígenas.

A criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará fomentou além de conflitos militares a entrada deste estado na divisão internacional do trabalho e na reversão em segundo plano da divisão nacional do trabalho Arcangeli (1987), averiguando-se a formação socioeconômica territorial maranhense seccionadas em quatro fases. A concernência inicial, coloca-se entre o início do século XVII até meados da segunda metade do século XVIII, tem no Maranhão e de certa forma ligada a sistemática mundial de acumulação primitiva da Europa capitalista nascente. A *urbes* desse estado, teve como atividades iniciais e pontuais a caça e o comércio dos povos originários, adjunto da produção para a subsistência Arcangeli (1987).

No segundo momento, de início da segunda metade do século XVIII até os anos 90 do século XIX, teve a abertura do Maranhão na Divisão Internacional do Trabalho, cuja a economia teve como a exportação para Europa: o algodão, arroz e o couro. Em ARCANGELI (1987, p. 94), “esta fase é impulsionada a partir da intervenção direta da Metrópole que, através da política de Marquês de Pombal, reorienta a economia do Maranhão, via neutralização do poder dos jesuítas na Província e pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)”. Na subsequência, ocorreu uma drástica queda das exportações para o

continente europeu. Aliada a esta conjuntura, teve-se a necessidade de importação de mão-de-obra escrava, cujo destino era as lavouras existentes no estado.

A terceira fase, (ROCHA; MOTA, 2012, p. 7) e Arcangeli (1987), faz admissões, pois,

Diante de todo esse contexto, tem-se o início de uma nova fase marcada pela “involução econômica”, pelo menos do ponto de vista da lógica capitalista expropriadora que regia as atividades primário-exportadoras no Brasil Colônia. Seu período histórico se insere entre os últimos anos do século XIX até a metade do século XX e tem como especificidade, a abolição da escravatura no Brasil. No caso do Maranhão, devido à grande existência de terra livre, os escravos preferiram fugir das fazendas, passando a exercer atividades autônomas de subsistência. Tem-se aí, o retorno de uma economia de subsistência no estado, embora a produção de algodão não desapareça por total do programa econômico; este fator torna-se preponderante para o surgimento, no último quartel do século XIX, do parque têxtil.

Na quarta fase, também chamada de ‘inserção na divisão nacional do trabalho’, tem seu começo nos projetos de integração do Brasil, a partir dos anos 1950 do Maranhão na economia sistêmica de acumulação do capital, indo do intuito de circulação até a produção. Essa nova acumulação, consolidou-se desde o surgimento da indústria do babaçu, a produção de alimentos direcionados ao mercado interno tendo o avanço das lavouras efêmeras como base e a ocupação da porção oeste pelas atividades bovinas e extrativistas. Soma com a fala do Lima Júnior (1987, p. 23), o “grande fluxo migratório se originou das áreas de povoamento mais antigo, ou seja, dos vales do Parnaíba e Itapecuru e chapadas do alto sertão, em direção às de maior densidade de babaçuais, como o médio e baixo Mearim, também conhecida como Região dos Cocais”.

Essa dinâmica fica mais transparente com os dados tabelares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), na qual demonstra os movimentos migratórios no Maranhão como um todo.

**Figura 2. Tabela 1:** População recenseada e densidades populacionais no Estado do Maranhão, 1900- 2010.

Ano	População Total	Densidades Demográficas Hab/Km
1900	499.308	1,54
1920	874.337	2,69
1940	1.231.955	3,81
1950	1.577.838	4,86
1960	2.469.447	7,61
1970	2.997.576	9,23
1980	4.002.599	12,33
1991	4.930.253	14,85
2000	5.651.475	17,02
2007	6.118.995	18,43
2010	6.574.789	19,81

*FONTE: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.*

A tabela tende a demonstrar a correlação entre a População Total (PT) e a Densidade Demográfica (DD) do Maranhão seja por fluxos migratórios por conta de conflitos internos, seja por conta de ações naturais como as secas no semiárido nordestino, ciclos sazonais de colheita de culturas como o arroz, o algodão, a soja e o milho, ou ainda, as minerações de regiões auríferas e de ferro no referido estado.

Isso fica claro, na fala de ROMÃO et al (2011, p. 4-5) “que a partir da década de 1970, com a descoberta de reservas mineralógicas, através do projeto Radar da Amazônia – RADAM, ganha corpo uma nova dinâmica de interven-

ção na Amazônia”. O governo brasileiro, em seu II PND (Plano 5 Nacional de Desenvolvimento), lançou o “Programa de Desenvolvimento da Amazônia Oriental”, neste se criou “com o intuito de implantar projetos destinados exclusivamente à mineração, metalurgia, agropecuária e reflorestamento” (FERREIRA, 2008, p. 172). Dessa forma se dá implementação de um novo padrão de organização espacial, o padrão “estrada-terra firme-subsolo” (Gonçalves, 2008). A história do Maranhão possui momentos áureos e retraídos economicamente. Ou ainda, ora ligados ao mercado internacional, ora ligados ao mercado nacional. Nessas alternâncias, causo-lhes diversos momentos de instabilidades recorrentes e descabros socioeconômicos presentes na sua realidade do século XXI.

## **CONTEXTO GEOGRÁFICO**

A geografia do Maranhão, apresenta estruturas geológico-geomorfológicas distintas, abundâncias e conforto hídrico ao se comparar com os demais estados da Região Nordeste junto das relações fitoclimáticas únicas deste estado. A Unidade Federativa Maranhense, localiza-se na Região Geoadministrativa do Nordeste brasileiro, nas coordenadas de 01°01’ a 10°21’ lat. S e 41°48’ a 48°40’ long. W. Sua extensão territorial é de 329.555,8 km<sup>2</sup>, na qual faz fronteira ao norte com o Oceano Atlântico, à leste com o estado do Piauí, ao sul e a sudoeste com o Tocantins e a noroeste com o Pará.

No seu território legal, possui três bacias de grande porte e outras de menor proporção e extensão territorial. As de grande porte são: a do Parnaíba à leste, a do Tocantins a sudoeste junto da bacia do Gurupi a noroeste. As de menor porte são as de Mearim e Itapecuru. Na fala de MONTES (1997, s. p.) direciona que,

[...] Esses rios drenam os terrenos da Bacia Sedimentar do Parnaíba, compostos principalmente pelas seqüências de arenitos, siltitos, folhelhos e argilitos, onde a ocorrência de falhas e fraturas direciona o curso dos mesmos. Nesses terrenos foram esculpidos os chapadões do sul do Estado, recobertos por Latossolos, os tabuleiros e planaltos dissecados na parte central, onde dominam os Latossolos e Podzólicos **(atual Argissolos segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de**

**Solos (SIBCS, 2018)**, a superfície rebaixada na parte norte onde ocorrem os Plintossolos e as planícies com Gleissolos, Solos de Mangues, Areias Quartzosas e Dunas (MONTES, 1997, s.p. Grifos do autor).

A climatologia do estado maranhense é dinâmica e com conjuntos meteorológicos e climáticos atuantes diretamente ao longo do ano. Nos estudos referentes ao seu clima, NIMER (1989); NIMER & BRANDÃO (1989); OLIVEIRA (2016, p. 18), exprimem que,

O clima no estado do Maranhão é regido por dois grandes sistemas de circulação atmosférica – Convergência Intertropical (CIT) e as “linhas” de Instabilidade Tropical (IT) – geradoras de instabilidades. Assim, sobre a influência desses sistemas, o “Leste Maranhense” apresenta como características climáticas gerais: índices de precipitação pluviométrica com valores entre 1000 mm a 1800 mm, podendo ocorrer valores abaixo deste. Com distribuição espacial diversificada – com valores maiores setores do norte, decrescendo no sentido sudeste e sul desse polígono.

Seu regime de precipitações é de caráter tropical da tipologia equatorial, sob duas distintas e nítidas estações: uma chuvosa (no verão e no outono) e outra seca (no inverno e na primavera). NIMER & BRANDÃO (1989); OLIVEIRA (2016, p. 18),

As deficiências hídricas (necessidade potencial de água) anuais entre 500 mm a 800 mm, com duração de secas de até nove meses, embora a duração média do déficit hídrico tenha características de 6 a 9 meses, prolongando-se em anos de seca severas. [...] As temperaturas são elevadas e uniformes ao longo do ano, em todo o estado, mas na região do Panorama, sofre interferências de fatores como, a variação latitudinal e características de cobertura das associações vegetais, favorecendo a ocorrência de temperaturas das mais elevadas no Maranhão, com médias em torno ou superiores a 35,6° C, no trimestre set-nov. na época de seca (NIMER, 1989).

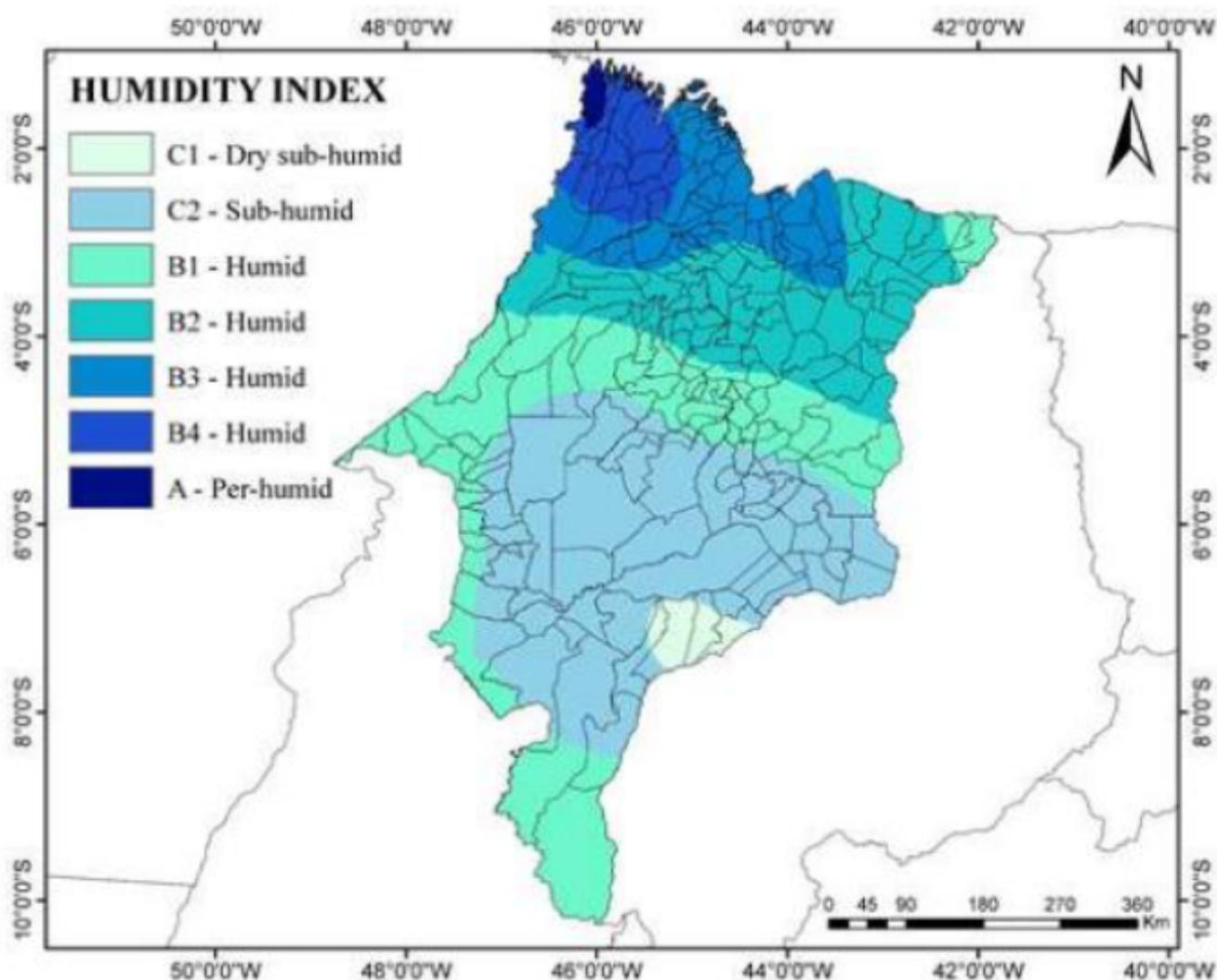
A classificação climática do Maranhão tem dentre as mais conhecidas que é a de Thornthwaite. (1948). Conforme esta, há quatro tipos de climas identificados e que compõem este estado indo desde o “[...] clima sub-úmido seco, que predomina no Sudeste, até o úmido, que predomina no extremo Noroeste.” (OLIVEIRA, 2016, p. 19). No referido tema, LORENÇONE (2020, p. 3-4),

O estado do Maranhão demonstrou uma alta variabilidade e sete classes climáticas distintas, sendo mais quando comparado com Tocantins, seu

estado vizinho, o qual apresenta apenas três classes, B1, C2 e C1, conforme SOUZA et al. (2019). A classe C2 foi a mais predominante e ocupou 32% da área do Maranhão, área de cerrado, que também demonstrou as maiores produtividades de soja no estado (Figura 11 A). As classes C1 e A representaram as menores áreas do estado localizados ao sul e norte do estado respectivamente, com 2,01% e 0,48%. As regiões classificadas como úmidas (B1, B2, B3 e B4) representaram 61,48% de todo o estado. B1 e B2 foram a segunda e terceira classes 4 mais predominante no estado com 26,73% e 19,20% do território, respectivamente, localizados na região central ao norte. A região litorânea do estado foi a mais úmida predominando as classes B3 e B4

Essa colocação fica mais clara quando analisamos os mapas que resumem tais informações no mapa a seguir.

**Figura 3. Mapa 2:** Variabilidade espacial do índice climático de Thornthwaite (1948) para o estado.



FONTE: LORENÇONE (2020, p. 4).

No fomento ao mapa, anteriormente, apresentado, tem-se Oliveira (2016, p. 19), em que coloca como tipos de climas em acordo com Thornthwaite (1948), os seguintes pontos:

- B2r A'a'- Clima úmido tipo (B2), com pequena ou nenhuma deficiência de água (R), megatérmico (A'), ou seja, temperatura média mensal sempre superior a 18°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial<sup>1</sup> nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual (a');
- B1WA'a'- Clima úmido tipo (B1), com moderada deficiência de água no inverno, entre os meses de junho a setembro, megatérmico (A'), ou seja, temperatura média mensal sempre superior a 18° C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual (a');
- C2WA'a'- Clima sub-úmido do tipo (C2), com moderada deficiência de água no inverno, entre os meses de junho a setembro, megatérmico (A'), ou seja, temperatura média mensal sempre superior a 18° C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual (a');
- C1dA'a' - Clima sub-úmido seco do tipo (C1), com pouco ou nenhum excesso de água, megatérmico (A'), ou seja, temperatura média mensal sempre superior a 18° C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual (a').

Nos estamentos fitográficos do Maranhão, ocorrem quatro tipos de composições vegetais. A primeira está presente as do tipo climático do Semiárido Nordestino no centro-leste na qual transita entre a Caatinga e a Floresta Amazônica; as formações do tipo cerrado na porção sul; as Florestas

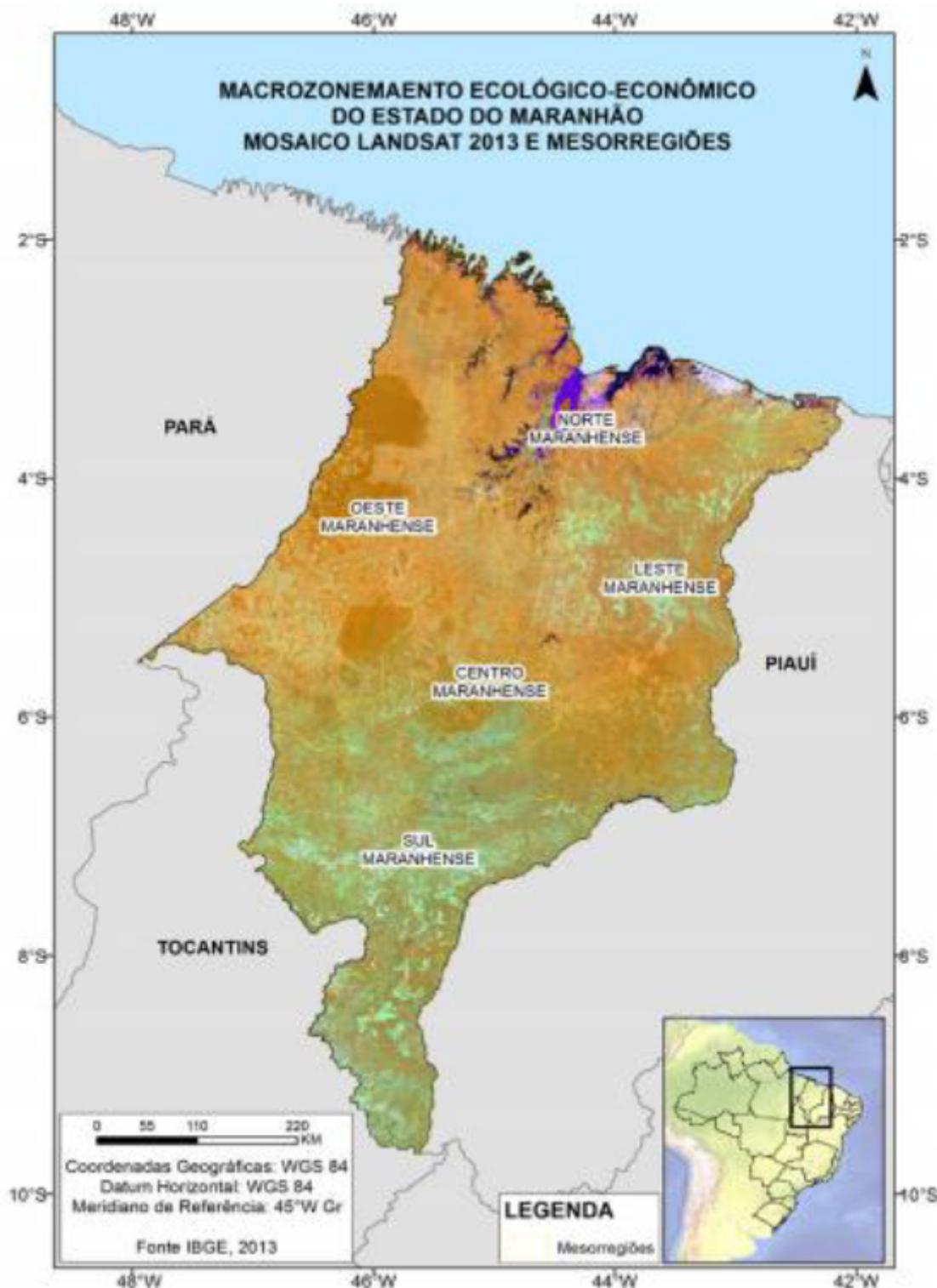
Estacionais no centro e no leste, as Florestas Ombrófilas no noroeste do Estado. Em números de ocupação, SPINELLI-ARAUJO et al (2016, p. 13), afirma que sobre as composições fitológicas, tem-se,

A divisão política do Maranhão conta atualmente com 217 municípios, distribuídos em cinco mesorregiões geográficas – Norte Maranhense, Leste Maranhense, Oeste Maranhense, Centro Maranhense e Sul Maranhense. O Estado (Figura 4) dispõe de 64,1% do território no bioma Cerrado, 34,8% no bioma Amazônia, e apenas 1,1% na Caatinga (STELLA, 2011). Ao todo, 138 municípios estão associados ao bioma Cerrado, 110 ao bioma Amazônia e 15 ao bioma Caatinga; destes, 209 municípios estão inseridos em área de Amazônia Legal, a oeste do meridiano de 44°.

A autora et al (2016, p. 9) importa na discussão como está distribuída os diversos tipos de vegetação ao longo do Maranhão. Sendo assim,

Com base na análise integrada de informações sobre as regiões fitoecológicas, biomas, unidades de conservação e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, identificamos que 76% do estado do Maranhão são considerados áreas de vegetação, principalmente Vegetação Secundária (26%), Savana (23%) e Floresta Sazonal Semidecidual (13%). Em relação à preservação dos remanescentes, embora 19% do Estado seja protegido por unidades de conservação, menos de 5% podem ser considerados áreas de proteção integral e estão localizadas fora do bioma amazônico e da Amazônia Legal.

**Figura 4. Mapa 3:** Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão: Localização do estado do Maranhão, representado no mosaico de imagens TM/Landsat de 2013, com as mesorregiões.



FONTE: SPINELLI-ARAUJO (2016, p. 14).

Nos aspectos de composição hídrica, o Maranhão é detentor uma farta estrutura de rios e aquíferos naturais. As Bacias Hidrográficas somam em torno

de 10, estando elas: Gurupi, Turiaçu, Maracaçumé-Tromaí, Uru, Pericumã, Aurá, Mearim, Itapecuru, Tocantins, Parnaíba, Munim e algumas bacias no Norte. MONTES (1997, s. p.), assegura que:

1-A malha hidrográfica maranhense inicia-se com o rio Gurupi, formado pela união dos rios Açailândia e Itinga. O primeiro, provindo da região a norte de Alfredo Lisboa, na serra do Gurupi, tem como principal afluente o rio Pequiá. O rio Itinga deságua no rio Gurupi próximo a Cajuapara e estabelece durante um percurso de quase 50 km o limite com o Estado do Pará. A serra do Tiracambu constitui o principal divisor d'águas da bacia do rio Gurupi, estabelecendo o limite com as bacias do Pindaré e Turiaçu, sendo responsável pelos maiores afluentes maranhenses, destacando-se os rios Surubim, Tucamandua, Cajuapara, Panemã, Apará e Jararaca [...].

2-As bacias hidrográficas do Turiaçu, Maracaçumé-Tromaí e Uru-Pericumã-Aurá, reúnem, além desses cursos principais, rios de curtos trajetos, porém bastante caudalosos e piscosos, como o Irimirim, o Iriaçu, o Negra Velha, o Anajatuba, o Cabelo da Velha, o Licondé, o Arapiranga e o Cururupu, que apresentam características amazônicas e deságuam numa costa de inúmeras rias. Todos esses rios vivem sob constante influência das marés - que influenciam até o ritmo de vida da população - e apresentam, próximo a foz, grandes larguras e são orlados pela exuberante vegetação de mangue.

3-O rio Tocantins, que banha a região sudoeste, recebe no Maranhão alguns afluentes de porte, como os rios Manuel Alves Grande, Farinha, Gameleira, Água Boa, Lajeado, da Posse e Bananal. São notáveis as várias cachoeiras e corredeiras que tornam essa região uma das de maior beleza cênica do Estado e de indiscutível potencial para o turismo. São dignas de registro, as cachoeiras do Itapicuru (no rio homônimo, 20 km a sudeste de Carolina), Pedra Caída e as mais surpreendentes delas: a do Prata e a do Romão - duas cachoeiras magníficas no rio Farinha, com mais de 30m de altura. No rio Tocantins, entre Porto Franco e Imperatriz, podem ser mencionadas as de Saco Grande, da Corda, Santo Antônio e São Domingos.

4-Toda a rede hidrográfica das porções leste e sudeste do Maranhão pertence à bacia do rio Parnaíba, cujo curso estabelece o limite com o Estado do Piauí. Integram-se os afluentes e subafluentes da margem esquerda, entre os quais destaca-se como o de mais longo curso e maior caudal o rio das Balsas, que nasce na Chapada das Mangabeiras, na fronteira com o Estado de Tocantins.

5-Abacia hidrográfica do rio Mearim possui uma área de aproximadamente 96.000 km<sup>2</sup>, se considerados o rio Pindaré, que deságua a apenas 20 km de sua foz e o Grajaú, que flui para o Mearim através do canal de Rigó, já no Golfão Maranhense. O rio Mearim provém da serra da Menina, próximo a Fortaleza dos Nogueiras, a 650 m de altitude, sob a denominação de ribeirão Água Boa [...].

6-O rio Pindaré coleta as contribuições de afluentes provindos das serras do Gurupi e Tiracambu. Nasce a leste de Montes Altos e tem como principais afluentes os rios Buriticupu, Negro, Paragominas, Zutua, Timbira, Água Preta e Santa Rita. Suas descargas sofrem pronunciadas variações entre os períodos chuvoso e seco, decaindo para 30,2 m<sup>3</sup>/s no trimestre setembro-outubro-novembro e atingindo 493,7 m<sup>3</sup>/s no trimestre março-abril-maio, em Pindaré-Mirim.

7-O rio Grajaú é o mais extenso curso d'água da bacia do Mearim. Provém da serra da Cinta, no extremo sudoeste do Estado e desloca-se em sentido sudoeste-nordeste, drenando a porção central da bacia do Mearim. Sua descarga média, ao passar em Grajaú, é de 32 m<sup>3</sup>/s, atingindo 131 m<sup>3</sup>/s em Aratoi Grande, no baixo curso.

8-O rio Itapecuru nasce a sul do Estado, no sistema formado pelas serras de Cruzeiras, Itapecuru e Alpercatas, a cerca de 530 m de altitude. A superfície total de sua bacia hidrográfica é de aproximadamente 52.970 km<sup>2</sup> [...].

9-O rio Munim nasce nos tabuleiros da Formação Barreiras, a nordeste de Caxias, na porção extremo-leste do Estado do Maranhão. Tem como principais afluentes os rios Muquém, Iguara, Preto, Mocambo, Prata, Pirangi, Costa e Santana e deságua na baía de São José, entre Axixá e Icatu, após um percurso de mais de 320 km [...].

10-As pequenas bacias do norte reúnem rios de pequeno trajeto, a maior parte deles perenes, entre os quais destacam-se o Preguiças, o Barro Duro, o Piriá, o Mapari, o Grande, o Negro, o Formiga, o Carrapato, o Axuí, o da Ribeira e o Coqueiro. Algumas dessas artérias fluviais constituem micro-bacias endorréicas e não possuem escoamento até o mar, desembocando em lagoas ou dissipando-se nas areias dos Lençóis Maranhenses [...].

Além dos recursos hídricos superficiais do Maranhão, há também, os conjuntos Hidrogeológicos Subterrâneos. Nos últimos anos, com o avanço da Fronteiras Agrícola da soja, do milho, do arroz, do algodão entre outros, somado com o aumento populacional e industrial nos principais centros urbanos regionais e metropolitano, condicionou a criação de estratégias que viabilizassem a não carência de água a estes segmentos. Sob essa perspectiva, iniciou-se as explorações dos principais aquíferos do estado, dando-lhes os direcionamentos para suprir as demandas agrícolas-industriais e demográficas desta seção da Federação.

O existência de aquíferos no estado é possível em decorrência consoante com (MONTEIRO;CORREIA FILHO; DINIZ, 2012, p. 2) que,

Do ponto de vista hidrogeológico, o Estado do Maranhão está localizado, quase integralmente, em terrenos da Bacia Sedimentar do Parnaíba, uma das mais importantes províncias hidrogeológicas do país. [...] Apresenta dois grandes e importantes aquíferos em sua porção inferior: Serra Grande e Cabeças, confinados, respectivamente, pelas unidades Pimenteiras e Longá. [...] Acima desse conjunto ocorrem os aquíferos mais produtivos explorados no estado: Poti-Piauí, Sambaíba, Corda, Grajaú e Itapecuru, separados, entre si, por outros menos produtivos, constituídos pelas formações Pedra de Fogo, Pastos Bons, Motuca, Codó e as unidades não aquíferas, como os derrames basálticos. Dois outros importantes sistemas aquíferos ocorrem no estado, apesar de não fazerem parte da Bacia Sedimentar do Parnaíba, o aquífero Barreiras, de vital importância na ilha de São Luís e o Urucuaia, ocorrente no extremo sul do estado e integrante da Bacia Sanfranciscana.

Os aquíferos são grandes depósitos de água que se formam no subterrâneo. No caso do Maranhão, os motivos de haverem tantos em seu território, remete-se a constituição sedimentar sineclisial da Bacia do Parnaíba, estando o estado quase que por inteiro em seu domínio isso fica explicito no mapa 4 nas páginas posteriores.

Sua importância no século XXI e em especial, no Maranhão, deve-se além de suprir as carências hídricas básicas da população residente neste e servir para a agropecuária e a agroindústria, esses, ainda são verdadeiros depósitos de água e retroalimentadores dos rios pequenos, médios e grandes. Servindo-se de contribuinte na existência desses rios ao longo dos seus cursos naturais em toda a Bacia.

Os rios maranhenses variam de Arréicos (padrão de drenagem dos rios em que não há uma estrutura de curso em seu desagüamento, ou seja, ele surge e desaparece por evaporação, infiltração, percolação. Muito presente nas regiões desérticas), Endorréicos (perfil de drenagem de rios que eles começam e terminam dentro do continente, ou em um outro rio, ou lago), os Exorréicos são rios que iniciam no continente e desagüam em mares, ou Oceanos.

No mote geral, o Maranhão está inserido em três grandes Regiões Hidrográficas. A primeira delas é a: Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia; Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e a Região Hidrográfica do Parnaíba. Na primeira,

A Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia apresenta grande potencialidade para a agricultura irrigada, especialmente para o cultivo de frutíferas, de arroz e outros grãos (milho e soja). [...] A Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia corresponde a aproximadamente 11,0% do Território Nacional e abrange os Estados de Goiás (21,0%), Tocantins (30,0%), Pará (30,0%), Maranhão (4,0%), Mato Grosso (15,0%), além do Distrito Federal (0,1%) [...]. (LIMA; CANO; NASCIMENTO, 2016, p. 333).

Na segunda, tem como característica a quase totalidade de extensão no próprio estado do Maranhão. Os autores citados, anteriormente, falam que,

A Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental está situada, basicamente, no Estado do Maranhão e numa pequena porção oriental do Estado do Pará. Sua área é de 274 301 km<sup>2</sup> (aproximadamente 3,2% da área do Brasil), dos quais, cerca de 9,0% pertencem ao Estado do Pará e 91,0% ao Estado do Maranhão. A população total na região, em 2013, era de 6 393 828 habitantes, equivalente a 3,18% da população brasileira. De acordo com o Censo Demográfico 2010, 61,0% dessa população vive em áreas urbanas (LIMA; CANO; NASCIMENTO, 2016, p. 333).

A terceira, também chamada de Região Hidrográfica do Parnaíba é caracterizado por ser umas das mais importantes Bacias Hídricas do Nordeste Brasileiro. Nisso,

Sua área, a mais extensa dentre as 25 bacias da vertente Nordeste, abrange o Estado do Piauí e parte dos Estados do Maranhão e do Ceará. A região, no entanto, apresenta grandes diferenças inter-regionais tanto em termos de desenvolvimento econômico e social quanto em relação à disponibilidade hídrica [...]. A região ocupa uma área de 333 056 km<sup>2</sup>, o equivalente a 3,9% do Território Nacional, e drena a quase totalidade do Estado do Piauí (99,0%) e parte dos Estados do Maranhão (19,0%) e Ceará (10,0%). O Rio Parnaíba possui 1 400 quilômetros de extensão. A maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina são perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas (LIMA; CANO; NASCIMENTO, 2016, p. 334).

A importância desses recursos hídricos, mostram-se como imensuráveis e indispensáveis no desenvolvimento desse e dos demais estados que, historicamente, eram vistos como improdutivos aos olhos do capital e dos setores públicos ali envolvidos nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do Nordeste Brasileiro. Os investimentos em tecnologias de ponta da agricultura, da pecuária e da mineração, em infraestrutura básica e na educação pública básica

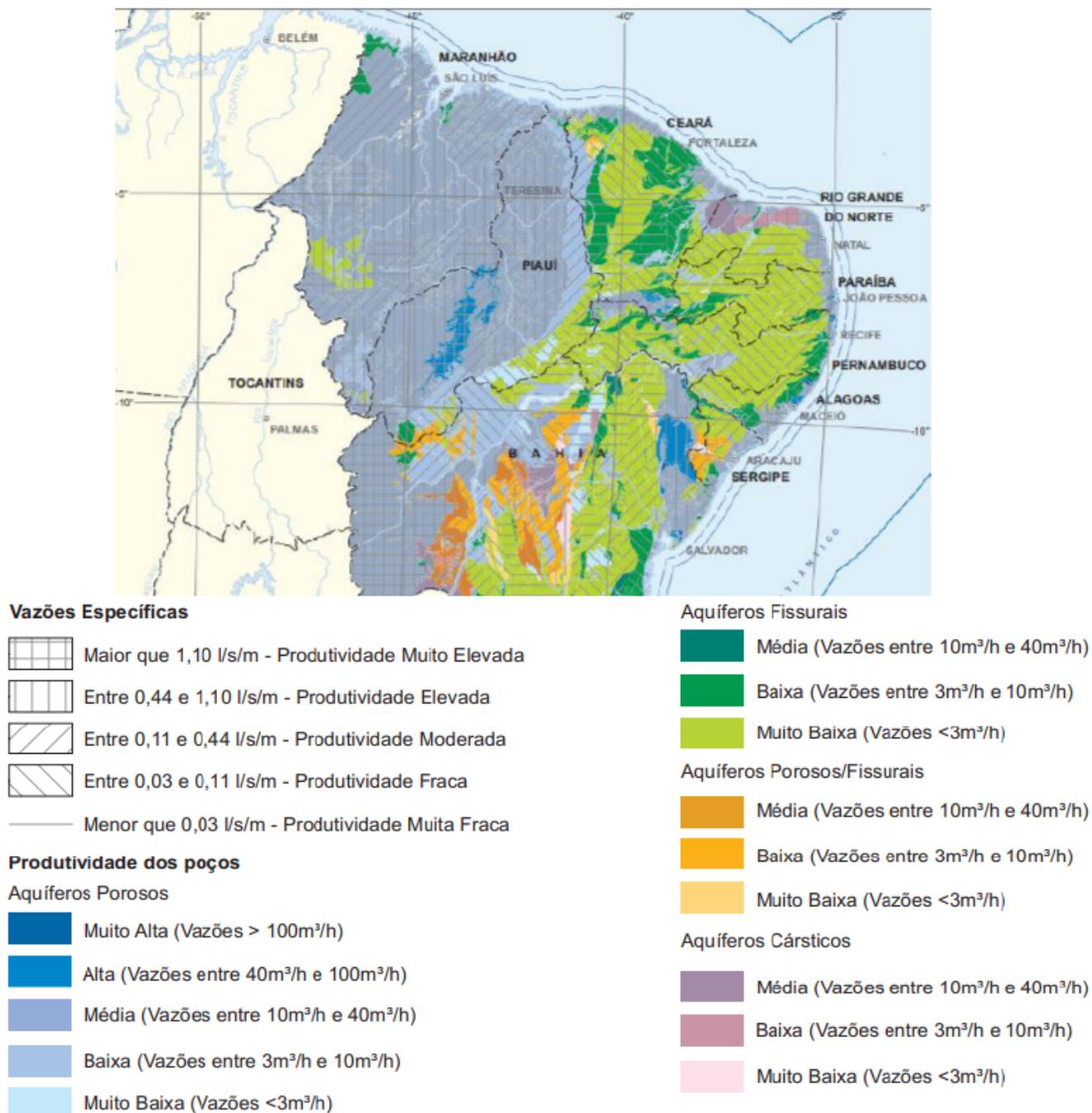
e superior, propiciaram um imenso desenvolvimento ao estado e as populações mais pobres do Nordeste do Brasil segundo o Censo 2010 do IBGE.

**Figura 3. Tabela 02** – Produtividade das Unidades Hidrogeológicas no Estado do Maranhão: Relação da Produção dos Aquíferos do Maranhão

Unidades Hidrogeológicas	Espessura Média (m)	Tipologia	Produtividade	Classe
Barreiras (ENb)	60	Livre	Moderada a Geralmente Baixa, porém Localmente Moderada	(3) e (4)
Itapecuru (KI2it)	130	Livre	Moderada a Geralmente Baixa, porém Localmente Moderada	(3) e (4)
Codó (Klc)	70	Livre	Geralmente Muito Baixa, porém Localmente Baixa	(5)
Grajaú (Klg)	40	Livre	Geralmente Baixa, porém Localmente Moderada a Geralmente Muito Baixa, porém Localmente Moderada	(4) e (5)
Urucuia (K2u)	500	Livre/Semiconfinado	Alta/Muito Alta	(2) e (1)
Sardinha (KIβs)	-	-	Improdutiva	(6)
Corda (J2c)	160	Livre/Semiconfinado	Geralmente Baixa, porém Localmente Moderada/Moderada	(4) e (3)
Pastos Bons (J2pb)	60	Livre	Geralmente Muito Baixa, porém Baixa	(5)
Mosquito (J1βm)	-	-	Improdutiva	(6)
Sambaíba (TI2s)	230/300	Livre/Confinado	Alta a Muito Alta	(2) e (1)
Motuca (P3m)	130	Livre/Semiconfinado	Geralmente Muito Baixa, porém Localmente Baixa	(5)
Pedra de Fogo (Ppf)	130	Livre	Geralmente Muito Baixa, porém Localmente Baixa	(5)
Poti(Clpo)-Piauí(-C2pi)	250-150	Livre/Confinado	Moderada/Alta	(3) e (2)

FONTE:(MONTEIRO; CORREIA FILHO; DINIZ, 2012, p. 3).

Figura 6 – Mapa 4: Mapa Hidrogeológico da Região Nordeste



Fonte: Mapa hidrogeológico da região nordeste do Brasil. IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes\_ambientais/geologia/levantamento\_hidrogeologico\_e\_hidroquimico/mapas/regionais/nordeste\_hidrogeologico.pdf>. Acesso em julho de 2021

Nos aspectos geológicos-geomorfológicos do Maranhão estão formações de predomínio sedimentar, em especial a Bacia Sedimentar do Parnaíba. Segundo o Manual Geomorfológico do IBGE (2009, s. p.), garante que este estado está sob os Domínios Morfoestruturais das “**Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas**” na maioria da área de averiguação além

de duas relictas partes sob os “**Depósitos Sedimentares Quaternários e Cinturões Móveis Neoproterozóicos.**” Por Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas entende-se como, “Planaltos e chapadas desenvolvidos sobre rochas sedimentares horizontais a sub-horizontais, eventualmente dobradas e/ou falhadas, em ambientes de sedimentação diversos, dispostos nas margens continentais e/ou no interior do continente IBGE (2009, s. p.)”; Já Depósitos Sedimentares Quaternários é:

Constituído pelas áreas de acumulação representadas pelas planícies e terraços de baixa declividade e, eventualmente, depressões modeladas sobre depósitos de sedimentos horizontais a sub-horizontais de ambientes fluviais, marinhos, fluviomarinhos, lagunares e/ou eólicos, dispostos na zona costeira ou no interior do continente IBGE (2009, s. p.).

Os Cinturões Móveis Neoproterozóicos Idem o Manual de Geomorfologia do IBGE (2009, s. p.) os define como “Compreendem extensas áreas representadas por planaltos, alinhamentos serranos e depressões interplanálticas elaborados em terrenos dobrados e falhados, incluindo principalmente metamorfitos e granitóides associados.” Essas explanações ficam expostas seguindo o mapa 5 do IBGE (2009).

Em suporte ao mapa 5, tem-se as compartimentações geomorfológicas da referida instituição no mapa 6. O IBGE identifica que há no Maranhão cinco dos sete compartimentos adotados pelo mesmo. São eles: as Planícies; as depressões; os patamares, os tabuleiros e as chapadas. Por estas o Manual Geomorfológico do IBGE (2009, s. p.), compreende sendo,

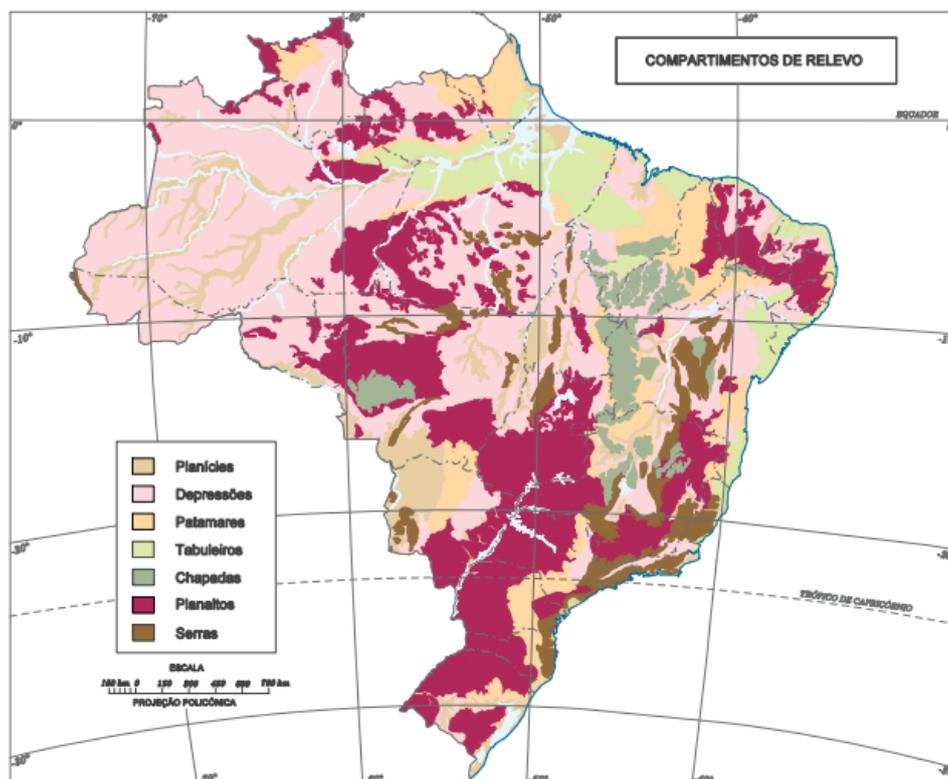
Planícies são conjuntos de formas de relevo planas ou suavemente onduladas, em geral posicionadas a baixa altitude, e em que processos de sedimentação superam os de erosão. Tabuleiros e chapadas são conjuntos de formas de relevo de topo plano, elaboradas em rochas sedimentares, em geral limitadas por escarpas; os tabuleiros apresentam altitudes relativamente baixas, enquanto as chapadas situam-se em altitudes mais elevadas. Depressões são conjuntos de relevos planos ou ondulados situados abaixo do nível das regiões vizinhas, elaborados em rochas de classes variadas. Os patamares são relevos planos ou ondulados, elaborados em diferentes classes de rochas, constituindo superfícies intermediárias ou degraus entre áreas de relevos mais elevados e áreas topograficamente mais baixas [...].

Figura 4- Mapa 5: Domínios Morfoestruturais do Brasil.



Fonte: Mapa de unidades de relevo do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Figura 5. Mapa 6: Compartimentação do Relevo do Brasil.



Fonte: Mapa de unidades de relevo do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (BANDEIRA, 2013), a geologia maranhense, tem por base dominante a composição rochosa sedimentar-sedimentos, na qual na parte noroeste, possui rochas de origem ígneas e metamórfica. Estas se formam pela constante fragmentação de grãos das rochas preexistentes (como as magmáticas (ou ígneas) e as metamórficas), além das próprias já consolidadas de origem sedimentar. Sua acumulação decorre nas áreas rebaixadas da superfície da Terra a que denominamos de Bacias Sedimentares (BANDEIRA, 2013, p. 17).

Os aspectos geográficos físicos do Maranhão são caracterizados por relevos de baixas superfícies de aplainamento em meio a extensas planícies fluviais e marinhas, baixos platôs e chapadas (BANDEIRA, 2013). Esse conjunto de formas é sustentado por rochas ígneas e metamórficas pré-cambrianas, a citar:

Cratón São Luís e Cinturão Gurupi (...); rochas paleozoicas e mesozoicas da Bacia Sedimentar do Parnaíba; Depósitos cretáceos da Formação Uruçuia (Bacia Sanfranciscana); e Coberturas Superficiais recentes (cenozoicas), como depósitos detrítico-lateríticos (BANDEIRA, 2013, p. 33).

O conjunto geológico, associado a extensos eventos tectônicos decorrentes do processo de fissuramento do oceano Atlântico Equatorial (CORDANI et al, 2000), propiciando o surgimento dos três principais complexos regionais superficiais do Maranhão:

- Superfícies aplainadas, elaboradas durante o Neógeno, ajustadas ao atual nível de base regional e modeladas em diversas rochas sedimentares da Bacia Sedimentar do Parnaíba ou esculpidas sobre o embasamento ígneo- metamórfico do Cratón São Luís e Cinturão Gurupi;
- Coberturas detrítico-lateríticas resistentes ao intemperismo e à erosão, em sua maioria, elaboradas durante o Paleógeno. Essas coberturas, constituídas por crostas ferruginosas (ou petroplintita), sustentam relevos tabulares em distintas cotas altimétricas representadas por baixos platôs e chapadas;
- Chapada do Espigão Mestre, superfície de aplainamento mais elevada, de idade cretácica e sustentada pelo arenito Uruçuia, restrita ao extremo

sul do estado do Maranhão. Trata-se de uma superfície cimeira em escala subcontinental, projetando-se sobre extensa parte do Brasil Central, nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins. (DANTAS et al, 2013, p. 33).

Outra característica geomorfológica deste estado é composição de superfícies tabulares desdobradas, de forma difícil em distintas cotas altimétricas, alçadas por processos diferenciais de soerguimento tectônico posterior ao Cretáceo da Bacia do Parnaíba e o delineamento por ações de diferentes eventos de aplainamento regional (BARBOSA et al, 1973; ROSS, 1985).

## **ANÁLISE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NO MARANHÃO**

O território pode ser entendido como uma seção do todo, ou seja, do Espaço. No caso do Maranhão (parte), pode ser entendido como um recorte do Brasil (o todo, que também conhecemos por território Estado-nação). RAFFESTIN (1993); SANTOS (1996); HAESBAERT (1999); (FERNANDES, 2009, p. 11), diz que,

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. (...) O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. São diferentes escalas dos espaços de governança.

Apesar de sua considerável idade cronológica, solidez institucional, independência histórico-cultural e estatal ao se comparar com os demais estados do Brasil, o Maranhão teve uma formação territorial marcada por conflitos, geopolítica e intervenções governamentais muito presentes desde os anos 1960-70. Desde o século XVI, o Maranhão foi um ponto comercial estratégico para a Coroa Portuguesa e a partir de 1822, passou a ser de interesse das elites em ascensão do Rio de Janeiro e de São Paulo. A primeira, o centro político-administrativo do Império e, posteriormente, da República Oligárquica e a segunda, como centro econômico e financeiro do Brasil (RANGEL, 1968; PRADO JÚNIOR, 1979).

Esses interesses, converteram-se em investimentos nas indústrias e na infraestrutura de base do estado, cuja finalidade era suprir as carências e o escoamento das produções dos principais centros industriais do Brasil. Todavia, esses investimentos, somente, viram a ter mais corpo com a derrocada das elites oligárquicas (SP-MG) pelo gaúcho Getúlio Vargas, em 1930 e iria até os anos 1980, quando teve-se a implementação de ideologias Nacional-Desenvolvimentistas, na qual dava-se início com a industrialização varguista e com mais intensidade no plano de metas do Juscelino Kubistschek, na década de 1950 em que corroborando com RANGEL (1968); CUNHA (2015, p. 146), teve como resultado,

Com o plano de metas de Juscelino Kubistschek, observa-se um aumento na renda per capita maranhense, por exemplo a renda per capita brasileira, equivalente a 100, o Maranhão passou de 28,7 em 1955, e alcançou 34,1 em 1960. E a renda regional de 0,94 em 1955, para 1,20 de 1960. Nesse período, começava a se acelerar no Maranhão e em todo nordeste a mudança da agricultura familiar de subsistência, de baixa produtividade, para uma agricultura especializada, inserida no mercado e sujeita a melhorias técnicas crescentes. Em São Luís surgiram, nos prédios das indústrias têxteis abandonados, instalações de beneficiamento de óleo de babaçu, destinado às indústrias de sabão e sabonete do Rio de Janeiro e São Paulo (Gessy). Foram se desenvolvendo no sul do Maranhão uma agricultura tecnificada e com a migração de sulistas, voltada às exportações e, também, ao mercado interno. Em Alcântara, próximo de São Luís foi construída uma base militar com um centro moderno de lançamentos satélites e foguetes.

Considerável porção do Maranhão recebeu investimentos nos anos de 1960-70, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na parte litorânea, a citar o porto de São Luís, na finalidade de escoamento dos minérios de ferro, alumina e alumínio (CUNHA, 2015; SANTOS, 2010). Anos posteriores, nos anos 1990, dá-se início a introdução e consolidação da indústria da soja no estado, fundando-se “[...] cadeia produtiva da soja que atrai muitos investimentos, tantos na atividades pré-porteira como nas atividades pós-porteira, ou seja, infraestruturas, ampliação da capacidade de armazenamento e escoamento de grãos pelo porto de Itaqui, em São Luís[...].” (CUNHA, 2015, p.147).

Nesse contexto, o constructo territorial do Maranhão, valida-se sob três princípios básicos. O inicial, vai-se sob os investimentos em infraestrutura pelos governos atuantes entre 1930-80. O segundo, pelo avanço das indústrias a partir dos anos de 1950, possuindo como destaque as têxteis, a de babaçu e de sabonetes. Por fim, a dinamização da economia com a imigração dos nordestinos, fugindo das secas, da fome e da pobreza aliado com o surgimento de outras indústrias como a de biodiesel e da diversificação do seu parque industrial desde os anos 1990, como às indústrias alimentícias, de bebidas, de calçados, de minério, petrolífera, de base dentre outras (RANGEL, 2005).

Portanto, a economia maranhense não implodiu, mas sim, assumiu novos ramos, e possibilidades. Suas possibilidades, assumiram contornos mais efetivos, singulares e propiciaram conforme Cunha (2015), momentos “Ora de atrasos, ora dinâmicos”. Seus atrasos, ou dinâmicas foram convergentes com as circunstâncias conjunturais da economia regional do Nordeste Brasileiro, que obteve diversas oscilações em sua estrutura política, socioeconômica, cultural, demográfica e histórico-geográfica. Dessa condição, a economia foi essencial na consolidação e firmação do território estadual deste estado. Sendo importante validar que o contexto econômico e de subsistência é, desde o período colonial uma das chaves de ocupação nos territórios no novo mundo seja eles ocupados pelos povos originários, seja pelos introduzidos como os europeus colonizadores e os africanos escravizados.

## **ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE REGIÃO NA UNIDADE FEDERATIVA MARANHENSE**

Segundo Corrêa (1986, p.28-29), entende-se por Região “[...] a região geográfica assim concebida é considerada uma entidade concreta, palpável, um dado com vida, supondo, portanto uma evolução e um estágio de equilíbrio”. Para subsídio, Gomes (1995, p. 57), coloca, ainda, que,

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração.

Neste trabalho, a categoria de análise Região, ficará centrada na discussão de aplicação do Planejamento pelas políticas públicas para o desenvolvimento das sub-regiões do Maranhão. Esse modelo, segue os demais trajetos que em muitos países adotaram para promover o seu desenvolvimento nacional. O autor citado Maranhão (2018, p. 2-3), implementa que quando os momentos de instabilidade político-econômica nos países de forma local e global, Santos (1996), há a tendência estratégica de buscar atitudes pelo Estado de reverter estas situações de crises do Capitalismo. Assim, esses remontam que o planejamento, retornou-se,

Passando por um declínio a partir dos 1970, quando as políticas neoliberais impuseram o protagonismo e a lógica do mercado sobre muitas das ações do Estado, os programas territoriais retornaram à cena na década de 1990, em razão das políticas implementadas pela Comunidade Europeia, mas também como fruto do potencial aberto pelo desenvolvimento tecnológico e as exigências da nova integração comercial em escala planetária. Com a experiência das décadas de 1960/70, quando se valeu do II PND para integrar regiões periféricas do país, e acompanhando as mudanças no cenário internacional, o Brasil vem retomando, desde o início deste século, a discussão regional. [...] Além do projeto de colonização do Estado, elaborado e coordenado pela SUDENE, cabe lembrar a construção das Rodovias BR 010 - Belém-Brasília -, a BR 316, a Belém-Maceió, a Represa de Boa Esperança, o Porto do Itaqui e da Estrada de Ferro Carajás, principais investimentos federais em infraestrutura que, no período de 1960 a 1980, modificaram as condições socioeconômicas e ambientais maranhenses, sem que uma geopolítica proativa fosse adotada/aplicada pelo executivo estadual.

A partir dessa fala, vemos a escassa idealização e empiria por parte do governo estadual entre os anos 1960-80, em promover a unicidade sócio-política e estrutural do estado maranhense. Isso, por via das condições de fato mais diretas como as obras ditas de cunho público, ou as de caráter privado nacional e internacional. Nisso, a organização das áreas mais interiores ao se comparar com a região metropolitana de São Luís, promoveu: o surgimento de cidades

centro-regionais; polos industriais de pequeno e médio porte; descentralização de dependência das cidades interiores e distantes da capital estadual; centros de ofertas de serviços básicos como educação, saúde, de trabalho, de polos agrícolas no caso das regiões produtoras e fundantes da Fronteira Agrícola e das diversas possibilidades de desenvolvimento visto nos últimos anos no Maranhão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, percebemos que o estado do Maranhão conseguiu amplos avanços econômicos, planejando, estudando, formando e investindo a partir das suas realidades comuns e das suas dificuldades na qual almejava resolver. Sendo por meio das pesquisas, dos investimentos, da qualificação, diversificação da sua economia juntos dos princípios intelectuais, político e ideológicos presentes nos limites geográficos, geonômicos no qual lhes proporcionaram o seu desenvolvimento nos anos recentes.

Outro ponto, a destacar, refere-se ao papel da geografia e de seus conhecimentos na efetividade de suas políticas, somando com o engajamento educacional, coletivo, cívico e institucional na desenvoltura de contornar os problemas de infraestrutura muito comum na sua dinâmica histórica e geográfica. Nossos objetivos foram atendidos, as propostas teórico-prática se deu integralmente e as reflexões junto das interpretações, condicionaram-se meramente como imprescindíveis na escrita, na pesquisa e na produção deste artigo.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Shirley Andrea Frajado. **Construindo uma imagem do Brasil Colonial**: um estudo de mapas representativos do território brasileiro. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos de Linguagem no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Linguagens, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campos Grande, 2013. Cap. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1963/1/Shirley%20Andrea%20Frajado%20Alves.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento (org.). **GEODIVERSIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO:** programa geologia do brasil levantamento da geodiversidade. Teresina, Brasil: CPRM, 2013. 294 p.

BARBOSA, G.V.; NOVAES PINTO, M. Geomorfologia. In: BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. **Folha SA.23 São Luís e parte da folha SA.24 Fortaleza;** geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: DNPM, 1973. p. 1-26. (Levantamento de Recursos Naturais, 3).

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Os Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Acesso em: jul. de 2021

COELHO NETO, ELOY. **História do sul do Maranhão:** terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CORDANI, U.G.; SATO, K.; TEIXEIRA, W.; TASSINARI, C.C.G.; BASEI, M.A.S. Crustal evolution of the South American platform. In: CORDANI, U.G.; MILANI, E.J.; THOMAZ-FILHO, A.; CAMPOS, D.A. (Eds.). Tectonic evolution of South America. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2000. p. 19-40.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

CUNHA, R. C. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 133–152, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5525>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DANTAS, Marcelo Eduardo et al. COMPARTIMENTAÇÃO GEOMORFOLÓGICA. In: BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento (org.). **Geodiversidade do Estado**

- do Maranhão:** programa geologia do brasil levantamento da geodiversidade. Teresina (Pi): Cprm-Sgb, 2013. Cap. 3, p. 294.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M.A; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.
- FERREIRA, Antônio J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2008.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico.** Rio de Janeiro IBGE, 1978.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190.
- HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luís: IMESC, 2008. Disponível em < [www.imesc.ma.gov.br/docs/CADERNOSIMESC4.pdf](http://www.imesc.ma.gov.br/docs/CADERNOSIMESC4.pdf)> Acessado em: 15 de jul. de 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
- IBGE. **Manual Técnico de Geomorfologia.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. 175 p.
- LIMA, Eugênio Antônio; CANO, H.; NASCIMENTO, J. A. S. do. (Rio de Janeiro-Rj). **Uma contribuição à geografia dos recursos hídricos.** In: IBGE (ed.). **Brasil:** uma visão geográfica e ambiental no início do século xxi. Rio de Janeiro-Rj: Coordenação de Geografia, 2016. Cap. 9, p. 435.

Inclui bibliografia. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=297884&view=detalhes>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LIMA JUNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de Fronteira Agrícola: um modelo de desenvolvimento rural**. São Luís: PPG/EDUFMA, 1987.

LORENÇONE, Pedro Antonio *et al.* CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA DO ESTADO DO MARANHÃO PELO ÍNDICE HÍDRICO DE THORNTHWAITE (1948). In: CONGRESSO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 17., 2020, Poços de Caldas - Mg. **Anais [...]**. Poços de Caldas - Mg: Poços de Caldas Mg: Gsc Eventos Especiais Ltda., 2020. v. 12, p. 1-5. Disponível em: [http://www.meioambientepocos.com.br/ANAIIS%202020/227%20CLASSIFICA%C3%87%C3%83O%20CLIM%C3%81TICA%20DO%20ESTADO%20DO%20MARANH%C3%83O%20PELO%20%C3%8DNDICE%20H%C3%8DDRICO%20DE%20THORNTHWAITE%20\(1948\).pdf](http://www.meioambientepocos.com.br/ANAIIS%202020/227%20CLASSIFICA%C3%87%C3%83O%20CLIM%C3%81TICA%20DO%20ESTADO%20DO%20MARANH%C3%83O%20PELO%20%C3%8DNDICE%20H%C3%8DDRICO%20DE%20THORNTHWAITE%20(1948).pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

MARANHÃO, Governo do Estado do (org.). **REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO PROPOSTA AVANÇADA**. São Luís-Ma: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – Imesc, 2018. 84 p. Disponível em: [https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC\\_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf](https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

MEIRELES, Mario Martins. *História do Maranhão*. São Luis: DASP, 1960.

MONTES, Manuel Lamartin (org.). **ZONEAMENTO GEOAMBIENTAL DO ESTADO DO MARANHÃO**: diretrizes gerais para a ordenação territorial. Salvador: Fundação Ibge, 1997. 44 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95885.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MONTEIRO, Adson Brito; CORREIA FILHO, Francisco Lages; DINIZ, João Alberto Oliveira. RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS DO ESTADO DO MARANHÃO. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, use somente números Arábicos., 2012, Bonito-Ms. **Anais [...]**. Bonito-Ms: Abas, 2012. p. 1-4. Disponível em: [https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/1104/1/Evento\\_Brito\\_Rhidricos.pdf](https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/1104/1/Evento_Brito_Rhidricos.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

NIMER, E. e BRANDÃO, A.M.P.M. 1989. **Balanço Hídrico e Clima da Região dos Cerrados**. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 166p.

- NIMER, E. 1989. **Climatologia do Brasil**. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 2. ed.421p.
- OLIVEIRA, Raimundo Sergio Alves. **Variação Estacional e Anual da Precipitação e da Temperatura do Ar na cidade de Barreirinhas/MA**. 2016. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade Federal do Maranhão, Chapadinha (Ma), 2016. Cap. 5. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/938/1/RaimundoSergioAlvesOliveira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.
- RANGEL, Ignácio. **Características e perspectivas da integração das economias regionais**. Rio de Janeiro, BNDES, 1968.
- ROCHA, Rosimary Gomes; MOTA, Francisco Lima. A INSERÇÃO DA ECONOMIA MARANHENSE NO CENÁRIO NACIONAL: o des(re)ordenamento territorial no sul do maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia-Mg. **Anais [...]**. Uberlândia-Mg: Ufu, 2012. p. 1-20. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1196\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1196_1.pdf). Acesso em: 01 jul. 2021.
- ROMÃO, Bruno Soares et al. A formação territorial do Maranhão, transformações espaciais e territoriais da implantação do Centro Espacial de Alcântara. *Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL*, p, 1-16 – Costa Rica, 2011. Disponível em: Acesso em: 01 de jul. 2021.
- ROSS, J.L.S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia, São Paulo**, v. 4, p. 25-39, 1985.
- SANTOS, P. **Discursos da mídia sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís, Maranhão**. Tese (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém: 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPINELLI-ARAUJO, Luciana *et al.* **Conservação da Biodiversidade do Estado do Maranhão**: cenário atual em dados geoespaciais. Jaguariúna, Sp: Embrapa, 2016. 29 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159940/1/Serie-Documentos-108-Luciana.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

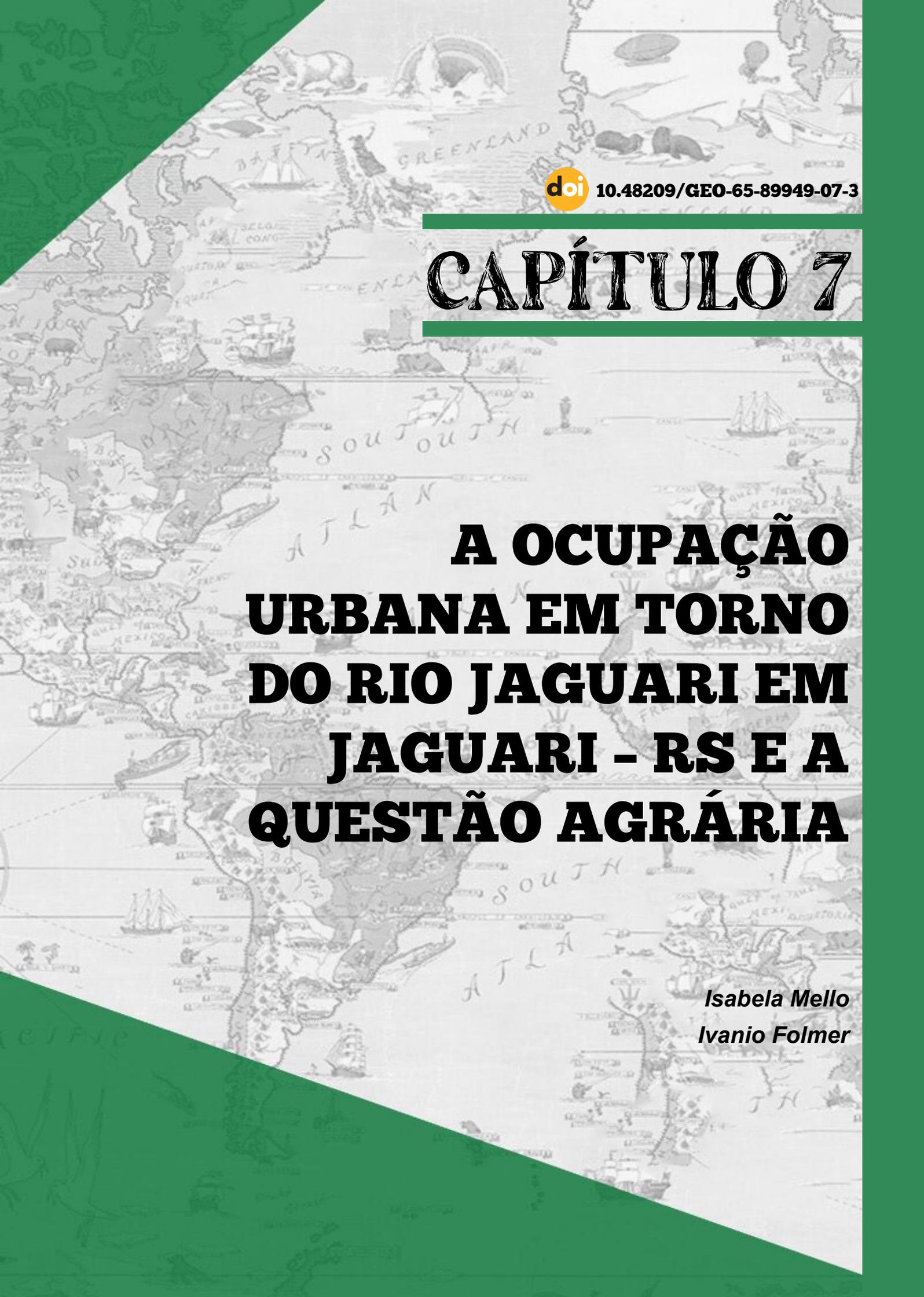
THORNTHWAITE, C.W. **An approach toward a rational classification of climate**. Geographical Review, v.38, n.1, p.55-94. 1948.

VICENTE, João Paulo. Marañón, Fernãoburgo e cyri-gi-pe: a origem dos nomes dos estados do nordeste brasileiro. a origem dos nomes dos estados do Nordeste brasileiro. 2018. National Geographic. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2018/09/misterios-e-incertezas-rondamos-nomes-dos-estados-do-nordeste-brasil-brasileiro-maranhao-pernambuco-bahia-unidade-federativa-sergipe-nordestino>. Acesso em: 01 jul. 2021.

Wikipédia a enciclopédia livre. Canto no Planisphere. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2021.

\_\_\_\_\_ Luís Teixeira. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs\\_Teixeira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Teixeira). Acesso em: 15 jul. 2021.

Wikipedia the free encyclopaedia. Mapa de Jorge de Aguiar 1492. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jorge\\_Aguiar\\_1492\\_MR.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jorge_Aguiar_1492_MR.jpg). Acesso em: 15 jul. 2021. Wikipédia la enciclopaedia libre. 1500 Map by Juan de la Cosa. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2021.



doi 10.48209/GEO-65-89949-07-3

# CAPÍTULO 7

## **A OCUPAÇÃO URBANA EM TORNO DO RIO JAGUARI EM JAGUARI - RS E A QUESTÃO AGRÁRIA**

*Isabela Mello  
Ivanio Folmer*

“O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais”. (Abramovay, 1992)

## **INTRODUÇÃO**

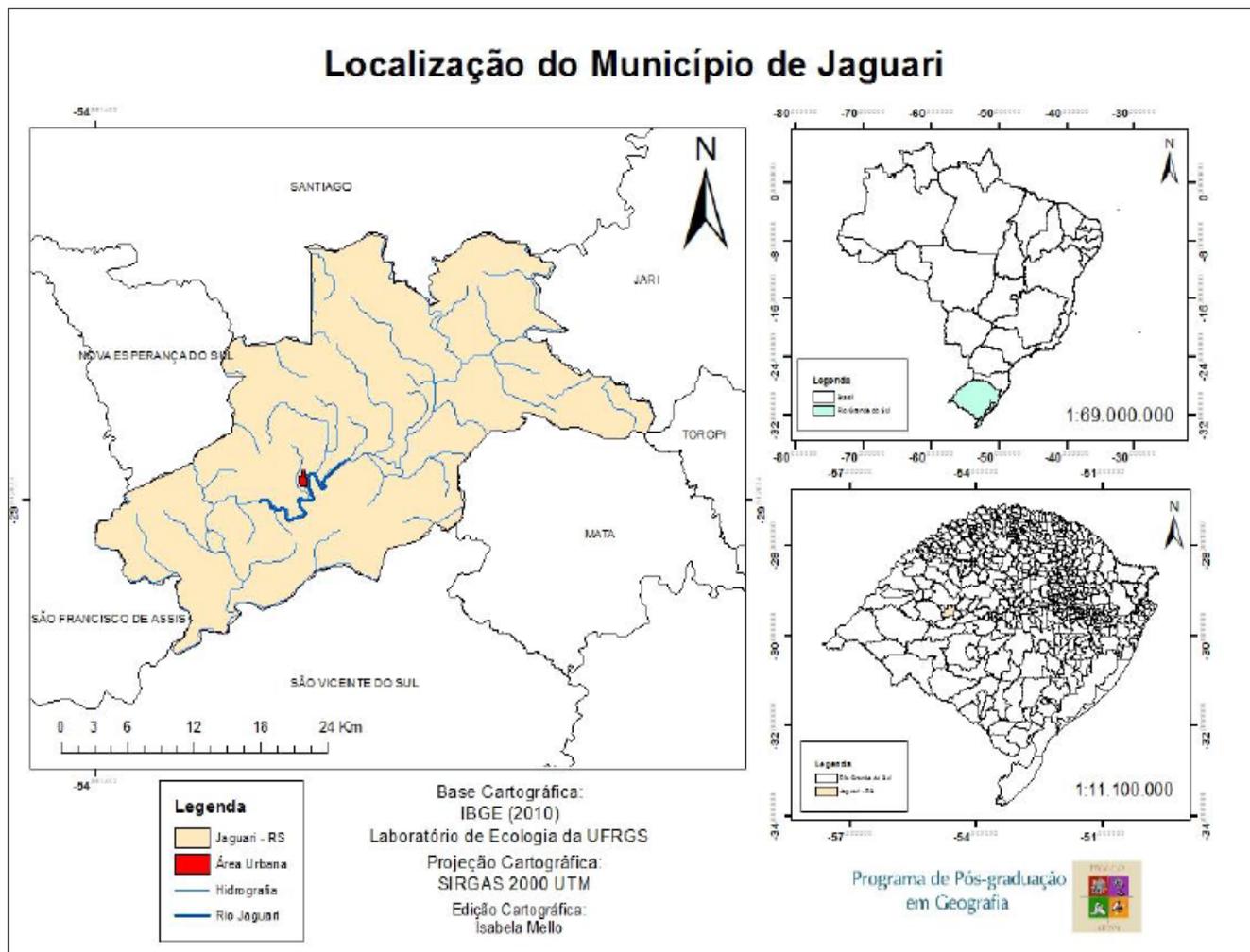
O meio ambiente e o homem constituem a história das civilizações e também de sua própria espécie. Os atores sociais, desde as primeiras relações com o meio, buscando a sua sobrevivência, acabam por transformar o mundo à sua volta e, com isso, também mudam aspectos da vida evolutiva (LIMA, 1979). A íntima relação dos seres humanos e a natureza vai se alterando conforme a dinâmica muda de configuração, pode-se dizer que hoje, homem e natureza não vivem em equilíbrio, uma vez que os ambientes naturais estão cada vez mais reduzidos.

É de conhecimento da comunidade geográfica que o surgimento das cidades se deu às margens dos rios, sendo eles os responsáveis integralmente pela formação das civilizações. Em Jaguari, na região central do Estado do Rio Grande do Sul aconteceu exatamente este fenômeno, bem como é realidade de outras cidades da região.

Sendo assim, a relação entre ser humano e natureza está amplamente conectada à capacidade reprodutiva dos ecossistemas, sendo que todos os seres vivos necessitam dos recursos naturais para que assim a reprodução e sobrevivência sejam garantidas.

Em contrapartida, o desequilíbrio desta relação, no século XXI, representa grande desafio quanto à capacidade limitada dos ecossistemas em sustentar o aumento populacional e extração de recursos naturais para consumo ou atividades econômicas, isso também ocorre em pequenas cidades, como é o caso do município de Jaguari, inserido no estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), o município se estende por 673,4 km<sup>2</sup> e contava com 11 473 habitantes no último censo do IBGE. A densidade demográfica é de 17 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município.

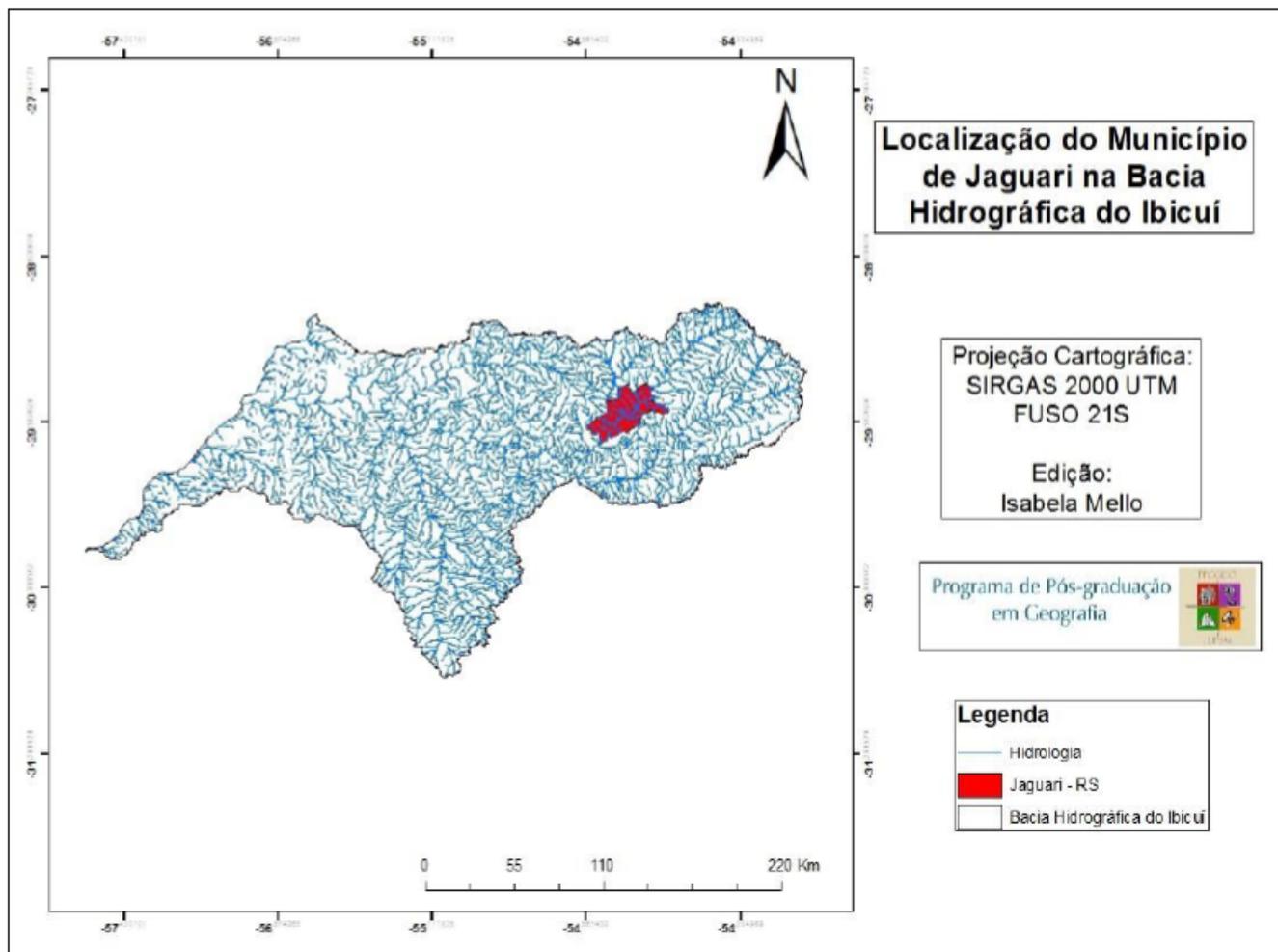
Figura 1 - Localização do município de Jaguari – RS.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Vizinho dos municípios de Nova Esperança do Sul, São Vicente do Sul e Mata, todos municípios de pequeno porte, formados em sua grande parte por produção agrícola, Jaguari se situa a 41 km a Sul-Leste de Santiago a maior cidade nos arredores. A microbacia do rio Jaguari pertence à Bacia Hidrográfica do Ibicuí (Figura 2), a maior bacia da região hidrográfica Uruguai; e encontra-se no perímetro urbano do município, compreendendo quatro bairros. O rio Jaguari possui aproximadamente 537,14 km de extensão. As inundações do município estão fortemente ligadas ao fenômeno El Niño, sendo que em ano que ocorre o fenômeno tem a incidência de 2 a 3 inundações, atingido em torno de 50 famílias que são retiradas das suas residências, totalizando em média 200 pessoas.

Figura 2 - Localização do município de Jaguari, na Bacia Hidrográfica do Ibicuí.

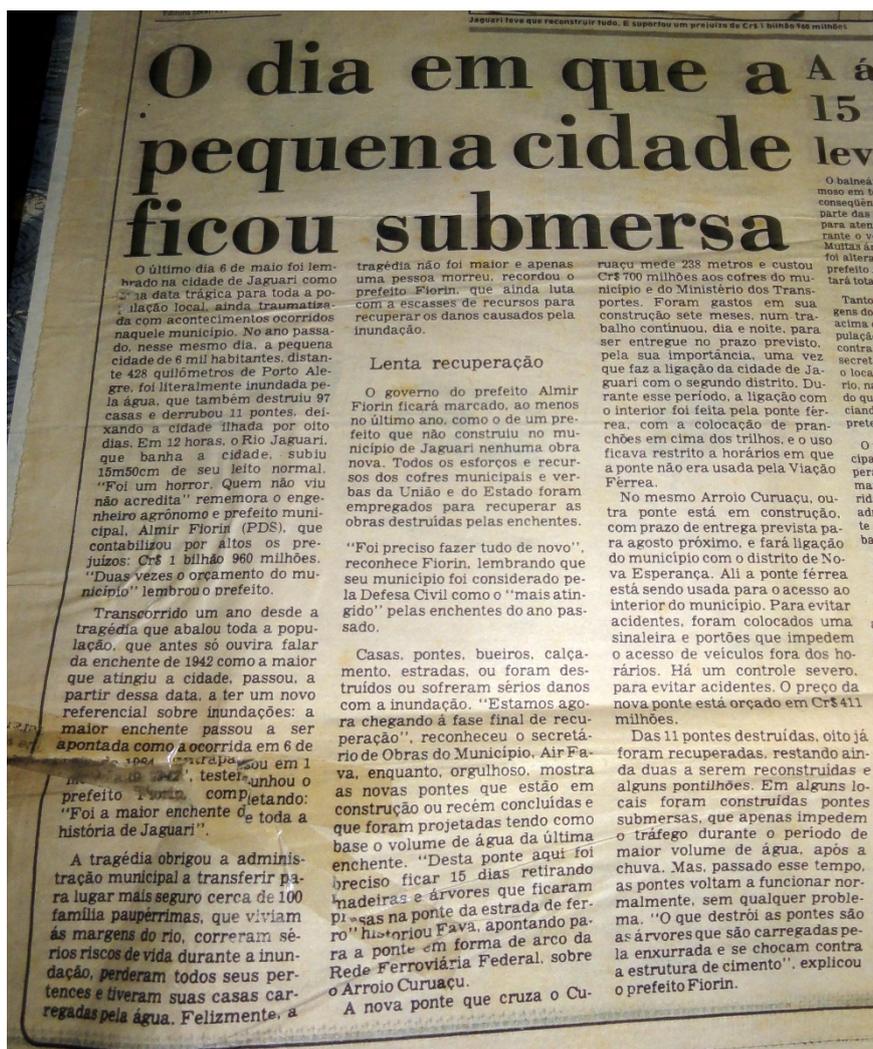


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O cenário do município é composto pela concentração de habitações ao longo das encostas e bordas do rio. Em alguns trechos as habitações ficam completamente inundadas não apenas pelo rio, mas pelo canal chamado Sanga do Curtume, que tem sua foz no rio Jaguari. Quando o rio está sofrendo o transbordamento, acaba empurrando a água da Sanga e fazendo assim o transbordamento da mesma, inundando as moradias que se localizam próximas a sanga.

Os eventos recorrentes acabam por serem históricos, fazendo com que a população atingida se recorde até os dias atuais dos episódios vivenciados, como a enchente de 1984, ilustrada na figura 3.

Figura 3 – Recorte de jornal relatando a enchente histórica de 1984.



Fonte: dos autores, fotografia autorizada pelo Museu municipal (2013).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O espaço rural e urbano em cidades pequenas encontra-se bastante difundido, uma vez que o campo e a cidade passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, que resultaram em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos de rural e urbano.

Desde o início da pesquisa pode-se perceber que, com o crescimento a agricultura de precisão, ou a agricultura capitalista, ou ainda também, do

agronegócio, há uma diminuição da pequena propriedade, o que faz com que os sujeitos moradores do campo de Jaguari, direcionam-se para a cidade por desejarem empregos com remuneração significativa, acesso à educação e a saúde e infraestrutura para moradia. Do que se percebe, fica claro que, esses sujeitos, ao abandonarem o campo, não estão deixando para trás somente a terra, eles estão deixando parte de sua história, e embarcando em uma viagem que, muitas vezes se dá sem volta, uma vez que, quando sua pequena propriedade é incorporada à grande, poucas são as probabilidades que ela venha a se desmembrar. Desse modo, quando chega na cidade, por falta de condições financeiras, acaba por, onde seu dinheiro consegue pagar, morando em áreas que são menos visadas pelo mercado imobiliário local.

Alguns desses sujeitos camponeses, que hoje residem na cidade, estão habitando a beira do Rio Jaguari, tornando-se assim ribeirinhos por sua localização, não por sua identificação cultural, e ficam à mercê de inúmeras problemáticas ambientais nesse meio ambiente, que é um habitat socialmente criado, ou seja, é um território que está em constante movimento, pela ação humana, e também pela ação da natureza. Esses sujeitos são atores de alguma problemáticas, e em outros momentos são eles os receptores das problemáticas socioambientais.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

### **TERRITÓRIO**

O território é formado pelas ações das relações sociais, sendo estas intermediadas pelas relações de poder, e tem o espaço como condição primordial. Por isso, a produção de espaços e de territórios acontece de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio do conflito, da contradição e da solidariedade.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias,

solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 16).

Território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções, ou outro instrumento de dominação. (CARDOSO, 2003)

Na análise de RAFFESTIN (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Para Saquet e Espósito (2009) os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável. As paisagens agrárias e urbanas sofrem logo a influência do terceiro estado da natureza.

Redes, poderes, territórios, apropriações, tempos, produções, territorialidades, atores, todos são elementos e movimentos sempre presentes historicamente, na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização, processos que podem ser apreendidos considerando-se:

a) os atores sociais e todas suas ações e reações múltiplas e cotidianas em forma de redes (práticas objetivas e subjetivas; [i]materiais), efetivadas em diferentes escalas (transescalaridade).

b) as formas de apropriação simbólicas e materiais do espaço, isto é, econômicas, políticas e culturais (material-imaterial; imaterial-material), incluindo as mais diversas instituições públicas, privadas, ONGs, associações, famílias, sindicatos etc.

c) as técnicas e tecnologias, os instrumentos e máquinas, o conhecimento e a ciência, o saber fazer popular como mediações entre o homem e o espaço na apropriação e a produção territorial, mostrando e explicando

as características e transformações provocadas na natureza exterior ao homem.

d) as relações de poder e trabalho como consumo de energia, conhecimentos, experiências, mercadorias, dominação, exploração, cada qual com suas singularidades e combinações em meio à reprodução da sociedade.

e) os objetivos, as metas e as finalidades de cada atividade social ou conjunto de atividades, sejam elas econômicas e/ou políticas e/ou culturais de certos indivíduos e grupos sociais, juntamente com sua mobilidade, no tempo e no espaço.

f) as diferentes relações do homem com sua natureza interior e, sobretudo com sua natureza exterior (inorgânica).

g) as continuidades e descontinuidades territoriais (E-P-C-N) historicamente condicionadas e como fatores determinantes do movimento perpétuo de reprodução da vida, isto é, a transtemporalidade, entendida como sobreposição de acontecimentos de tempos históricos diferentes, de fases e/ou períodos.

h) a heterogeneidade e os traços comuns: as desigualdades, diferenças e identidades. Estas, são historicamente constituídas, têm um caráter relacional e correspondem a elementos ou características comuns entre os indivíduos e, contraditoriamente, substantivam-se a partir das diferenças sociais e territoriais.

i) Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) concomitantes e complementares, isto é, os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-descontinuidades) sociais e territoriais que estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos.

As disputas territoriais acontecem de duas formas: pelo processo de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (T-D-R), quando a territorialização de um, causa a desterritorialização do outro; e pelo controle de acesso ou formas de usos dos territórios. Um exemplo da disputa territorial por desterritorialização é quando o capital expropria o camponês ou os povos tradicionais, como os quilombolas, indígenas e ribeirinhos, de suas terras para incorporação na produção de commodities, como pinus e eucalipto ou cana-de-açúcar, etc. (CAMACHO, 2011).

## **CAPITALISMO E AGRICULTURA**

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado.

Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram.

Desse modo, procurar compreender a questão agrária nos coloca num turbilhão que pode ser representado por um enunciado de José de Souza Martins (Martins, 1994, p. 12-13): “Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital (Martins, 1981, p. 175). Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991, p. 24-5).

## **AGRICULTURA MODERNA**

O cotidiano espacial renova-se pela ação humana, pois o mesmo é capaz de revelar, concomitantemente com o presente, o que ocorreu no passado e projetar as transformações futuras. O espaço impõe sua própria realidade e a sociedade não pode agir fora dele. Santos (1985) define que, para o estudo do espaço, é necessária a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mu-

dança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, que são elementos importantes para a compreensão da produção do espaço.

O processo de modernização da agricultura que ocorreu no Rio Grande do Sul, a partir de 1960, caracterizou-se por vários indicadores, os quais denotaram a forma de utilização da terra, da tecnologia e da força de trabalho. Esses fatores acarretaram transformações significativas no meio rural à medida que afetaram, direta e indiretamente, os meios de produção e, conseqüentemente, as formas de exploração agrícola, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística - FEE (1978).

Conforme De David (1995), o processo de organização espacial do Rio Grande do Sul apresentou, na sua evolução, duas fases. A primeira, referiu-se à organização do espaço realizado por meio de políticas de ocupação do território, a fim de garantir a sua posse. O processo econômico possuía uma situação tributária, legitimando os interesses políticos do Estado. Nessa fase, as formas de produção do espaço estavam representadas pela pecuária extensiva e pela agropecuária colonial. A segunda fase, emergência da lavoura empresarial, nas primeiras décadas do século XX, a partir do avanço das relações produtivas capitalistas no campo e representada, inicialmente, pelo arroz, expandiu-se com o trigo e consolidou-se com a soja. Com a lavoura empresarial, transformaram-se as relações produtivas no espaço, articularam-se formas de produção e coexistiram, em um mesmo espaço geográfico, atividades tradicionais e modernas.

## **DISCUSSÃO**

A questão da terra, em nosso país, é, em essência, um elemento estrutural, sendo, por conseguinte, um dos epicentros da estrutura de poder. Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil (JUNIOR, 2010).

Diante de todo o exposto acima, a pesquisa no município da Jaguari já apresenta alguns resultados que estão ligados a todos os conteúdos que foram postos. Dentre eles, estão as dinâmicas da questão agrária no Brasil, como ela foi “estruturada” no país, todo o contexto que envolve o território rural e o capital, intimamente ligados ao avanço e expansão do agronegócio. Esta expansão se dá em todo o território nacional, e no Rio Grande do Sul pode-se notar claramente.

Jaguari, era um município onde a Agricultura Familiar dominava, dos anos 2000 até aqui, o município passou por uma brusca mudança na atividade agrícola, dando espaço as grandes propriedades, trazendo o avanço da capitalização no campo, e dos meios de produção. Esse avanço acabou por modificar quase que totalmente a dinâmica espacial do município, e a migração causada pela modernização da agricultura trouxe os moradores do campo para a cidade, e colocou eles as margens do rio, tornando o antigo agricultor, um ribeirinho, mas não pela afinidade com os recursos hídricos, mas sim, por ter se tornado habitante de um espaço segregado dentro de um município que não tem para onde se expandir. Isto, se dá, principalmente pelas relações de poder enraizadas dentro do município, Jaguari sofre com uma dinâmica de ocupação territorial, onde alguns sujeitos acabam sendo direcionados para áreas consideradas impróprias para moradia, sujeitos, na maioria das vezes de baixa renda.

Segundo (Mello, 2020), no município estas áreas estão nos bairros Sagrado Coração de Jesus, no Centro da Cidade, e no bairro Rivera:

Nos dois últimos, a estrutura física é boa, as ruas são calçadas, existe sistema de água e esgoto e a população conta com melhores condições socioeconômicas. Já o primeiro é fruto de um programa de habitação desenvolvido pela prefeitura, e está localizado em uma área bem distante do centro do município. Este bairro surgiu, quando na enchente de 1984, uma grande parte da população ficou sem moradia, então a prefeitura os alocou nesta área, construindo moradias populares e temporárias para os mesmos. Mais adiante, um novo lote de casas foi construído neste local, abrigando mais pessoas de baixa renda. Essas pessoas, não só estão distantes geograficamente das cidades, como também dos serviços que são prestados, como saúde e educação (MELLO, 2021, p. 89).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo, Roma (2008), na nossa sociedade capitalista, devido às lógicas de estruturação espacial a que estão submetidas às cidades e à produção social que engendra os espaços, as pessoas dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo não têm o direito de decidir se moram em lugares melhores ou piores. Moram onde o preço da mercadoria terra/edificação é mais barato ou em áreas de ocupação irregulares, impróprias para moradia, sujeitando-se, assim, a viver em locais que agravam suas condições de vida.

Ainda, é de conhecimento que a administração municipal não dispõe de recursos para criar políticas públicas de incentivo para que essa população saia das áreas de risco; torna-se mais viável economicamente que a cada episódio de cheia do rio o município peça ajuda ao governo do estado, mas essa ajuda é somente momentânea, fazendo com que o morador se desloque de sua residência e após a inundação retorne. Não havendo nenhuma perspectiva de mudança para a situação do morador deste espaço segregado. No que se refere à gestão do solo urbano, cabe ao poder público o controle do planejamento da cidade e do uso da terra, a fim de minimizar os riscos ao meio ambiente, e promover a regularização de áreas ocupadas por populações de baixa renda.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago; GONÇALVES, Elienai. **Agrocombustíveis, Soberania Alimentar e Políticas Públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (artigo do mês de fevereiro), 2011.

DE DAVID, Cezar. **A estrutura da produção agrícola e as transformações decorrentes da modernização da agricultura no município de São Sepé - RS.** Dissertação (Mestrado em Geografia). IGCE – UNESP, Rio Claro, 1995.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **25 Anos de economia gaúcha: a agricultura no RS.** 2. ed. Porto Alegre: FEE, 1978, v. 3, p. 146.

JUNIOR, Antônio Thomaz. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI.** Campo-território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, 2010.

LIXINSKI, V. Z.; MELLO, I. S. LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ATINGIDOS POR INUNDAÇÕES EM JAGUARI – RS In: VI SEMANA GEOMÁTICA, 2016. Santa Maria, **Anais** do Evento 2016. p. 101-109.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e indústria no Brasil.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.58, set., p.13-36, 1981.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 137 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96712>>.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

STEDILE, João Pedro. **Soberania alimentar, o que é isso?** Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 42, mar. 2007.

# CAPÍTULO 8

## **O CARIRI CEARENSE: NATUREZA, FÉ E DINÂMICA URBANA CONTEMPORÂNEA<sup>1</sup>**

*Jefferson Santos Fernandes*

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de um capítulo de dissertação de mestrado (FERNANDES, 2020).

## **INTRODUÇÃO**

“É verdade podermos considerar o Cariri uma zona à parte do interior do Nordeste” (PINHEIRO, 1953, p. 07). As palavras de Irineu Pinheiro, médico e historiador da cidade do Crato e um dos primeiros a dedicar um livro sobre essa compartimentação do Ceará, descrevem bem, a nosso juízo, o caráter de excepcionalidade da região em meio ao recorte territorial dos sertões do nordeste do Brasil.

O presente trabalho faz uma breve análise sobre o Cariri cearense, destacando os seus aspectos naturais, religiosos e as novas dinâmicas urbanas na região. A consecução do trabalho se deu a partir da revisão da literatura e levantamento de dados oficiais. A formação socioespacial desta porção sul do Ceará é explicada pelas suas singularidades geoambientais e pelo processo de ocupação do território, com destaque para os fenômenos religiosos a partir da figura do Padre Cícero Romão Batista, o que fez do Cariri um importante centro de peregrinação e polo turístico no interior do Nordeste. A condição urbana do aglomerado Crajubar na atualidade é vista por meio de um conjunto diversificado de atividades que explicam a sua centralidade na rede urbana.

### **O “OÁSIS NATURAL” E A OCUPAÇÃO DO VALE DO CARIRI**

Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, em sua obra *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, escreveu que o “Cariry [é] sem exageração alguma de uma riqueza e vastidão que faz lembrar o Oásis da Lybia para onde correm os arabes do deserto” (BRASIL, 1997, p. 102)<sup>1</sup>. Nesses termos, torna-se importante para uma compreensão do Cariri o conhecimento do seu meio físico, entendido como condicionante para o processo de ocupação do território. Em primeiro lugar, cabe destacar a sua localização privilegiada em meio ao semiárido nordestino, isto é, situado na Bacia Sedimentar do Araripe. Essa bacia cobre uma área de aproximadamente 11.000 km<sup>2</sup> e territorialmente abrange os estados do Ceará,

1 Grafia utilizada por Tomaz Pompeu de Sousa Brasil em 1863.

Pernambuco e Piauí. Nela, está localizada a Chapada do Araripe, formação geológica mais expressiva da região, e que contrasta duramente com a formação cristalina do sertão circundante.

No que tange a altimetria da Chapada do Araripe, essas variam de 750 metros na sua extremidade oeste, no estado do Piauí, a mais de 970 metros na sua extremidade leste, no estado do Ceará. No sentido leste-oeste, cobre uma superfície de cerca de 180 km de comprimento, e sua largura pode variar entre 30 e 80 km. Constitui, assim, uma imponente formação de relevo nos sertões do Ceará e de estados vizinhos “a separar-se do espaço por regular, extensa e nítida linha horizontal nos dando a impressão de uma paisagem em que, ao longe, se encontrem céu e mar” (PINHEIRO, 1953, p. 15).

Na porção cearense, a posição de barlavento em relação aos ventos alísios de Nordeste provoca a ocorrência de chuvas orográficas na região. A inclinação das camadas da Chapada, com terrenos cristalinos e areníticos, propicia a convergências das águas subterrâneas das chuvas que caem na região, que se infiltram e brotam na forma de nascentes. Deste processo, resulta um verde formado pelo manto vegetal com formações arbóreas e um solo rico em nutrientes.

Assim sendo, é com base nas condições físicas singulares desse imenso vale úmido, situado na vertente setentrional da Chapada do Araripe, que podemos compreender o processo de ocupação do extremo sul do Ceará. Essa região foi inicialmente habitada pelos índios Cariris (daí vem a expressão que a define), que na imensidão dos sertões também disputavam esse território com outros grupos indígenas. O início efetivo da ocupação e utilização do solo por colonizadores na região se deu na primeira metade do século XVIII. Como é amplamente sabido, o processo de ocupação do interior do Nordeste se deu a partir da penetração do gado, e foi também o gado que assegurou a contiguidade do povoamento. No Cariri, isso se deu a partir da ação dos Baianos e Pernambucanos durante a chamada civilização do couro.

Como observou Petrone (1955), o Cariri, assim como todo o interior nordestino, inicialmente estava voltado para a criação de gado. Todavia, os solos

férteis e as fontes perenes de água logo fizeram do Cariri uma região agrícola, sendo uma extravagância manter os rebanhos de gado. A cana-de-açúcar passou a ser o principal produto da região, expulsando o gado para as margens do vale úmido. O Vale do Cariri, e especialmente a Comarca do Crato, experimentou na segunda metade do século XIX um desenvolvimento econômico e social de grande destaque no Ceará.

Um outro fator que impulsionou o desenvolvimento do Cariri foi a chegada, no Crato, dos comerciantes de Icó, outrora uma cidade próspera, fazendo surgir as primeiras grandes lojas e mudando a configuração da cidade com a construção dos primeiros sobrados, dotando assim o Crato de uma vida urbana.

Não obstante alguns avanços, a região do Cariri acabou não atingindo o patamar econômico e social esperado. Com as péssimas condições das estradas para a exportação dos produtos e a distância para o litoral, permaneceu o Cariri, durante muito tempo, dependente da criação do gado e de uma agricultura de subsistência. Apesar das suas singularidades geoambientais, o Cariri precisava de um novo fator que avultasse o seu desenvolvimento econômico, um novo fenômeno de atração, e este veio a partir de um arraial localizado a 10km do Crato, agora, de natureza religiosa.

## **O “MILAGRE DA ÓSTIA” E A CIDADE-SANTUÁRIO**

No dia 11 de abril de 1872, chegou ao lugarejo de Juazeiro, local sob a jurisdição do município do Crato, o sacerdote de nome Cícero Romão Batista, doravante conhecido como Pe. Cícero. Uma comunidade cujo povoamento iniciou-se em 1827, a partir da chegada do Padre Pedro Ribeiro da Silva, dono de um pequeno engenho e que, segundo a historiografia local, mandara construir uma Capela dedicada à Nossa Senhora das Dores.

A notícia da chegada do Pe. Cícero no povoado trouxe grandes expectativas aos moradores devido à importância dos representantes da Igreja no interior do Nordeste, pois como destaca Barros (2013) era o padre da freguesia o elemento mais importante nessa sociedade. Tal expectativa, anos depois, se concretizaria

através da ocorrência de um suposto “milagre”, cujos desdobramentos se fazem presentes até os dias atuais.

Vale lembrar que apesar das fertilidades do solo e das fontes perenes de água no Vale do Cariri, essa região, nas últimas décadas do século XIX, assim como todo o sertão nordestino, enfrentava uma grande seca. Como sabemos, no Brasil desse período, era comum a prática de um cristianismo heterodoxo e distante dos preceitos recomendados pela Igreja Católica Apostólica Romana. Nesse contexto, jogados à própria sorte, os flagelados das secas esperavam um sinal de Deus e, consoante a crença coletiva regional, esse sinal veio quando:

Na manhã de 1º de março de 1889, o piedoso capelão de Joaseiro, Padre Cícero Romão Batista, ministrava a Comunhão a uma das devotas do lugar. Em poucos momentos, passou-se a acreditar que a hóstia branca se tinha, milagrosamente, transformado em sangue, sangue este que se disse ser, sem qualquer dúvida, de Jesus Cristo (DELLA CAVA, 1976, p. 17).

Esse é o episódio que, definitivamente, alteraria o quadro político e social do Vale do Cariri, que até então tinha o Crato ocupando o papel de principal centro polarizador regional. O Juazeiro passa a ser entendido, na crença popular, como a terra da devoção, e o Pe. Cícero, um homem enviado de Deus para cuidar do povo do sertão. A partir de então, o Vale do Cariri, e sobretudo o povoado de Juazeiro, passa a ser o destino de milhares de trabalhadores e fiéis oriundos de diversas partes do nordeste. Além de lugar sagrado, passa a ser lugar de trabalho, da fuga da seca e da miséria, um novo mundo, a “Nova Jerusalém”, a “Meca do Nordeste”. Logo, não demorou para que Pe. Cícero se tornasse um santo no imaginário popular, fato que nunca ganhou apoio dentro da hierarquia da Igreja.

Em Juazeiro, o catolicismo popular se torna o principal elemento no processo de produção do espaço urbano. Não são mais, portanto, as características geoambientais do Vale do Cariri a força propulsora do seu desenvolvimento econômico. Atraindo as romarias e conduzindo uma legião de trabalhadores para cultivar as terras do Vale, Pe. Cícero foi a razão do adensamento da população

na área que se tornaria o município de Juazeiro do Norte, que ganhou sua emancipação em 1911. Assim, ao contrário da origem da maioria das cidades sertanejas que surgiam naquela época, não foi com base no atrativo natural, em alguma atividade econômica ou pela posição privilegiada no sistema viário do país que se fez nascer o Juazeiro. Fé e trabalho são os elementos que definem o processo inicial de produção do espaço urbano da referida cidade a partir da figura do Pe. Cícero.

De acordo com fontes consultadas por Queiroz (2013) sobre o crescimento populacional de Juazeiro entre o final do século XIX e o início do século XX, temos os seguintes dados: 1890 (2.245 hab.), 1898 (5.000 hab.), 1905 (12.000 hab.) e 1909 (15.000 hab.). Esses números evidenciam, conforme o próprio autor, que o milagre da hóstia pode ser considerado um “divisor de águas” para o lugarejo que, aos poucos, ganha autonomia política, força econômica e uma vigorosa condição urbana.

Consultando os números apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde o primeiro recenseamento realizado pelo Instituto em 1940, é possível notar o resultado do intenso processo imigratório na região. Juazeiro do Norte, conforme podemos observar na Tabela 01, manteve um índice de crescimento demográfico elevado, sobretudo a partir da década de 1970.

Tabela 01 - Crescimento das populações de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha de 1940 a 2010

Anos	Crato			Juazeiro do Norte			Barbalha		
	Total	% Urbano	% Rural	Total	% Urbano	% Rural	Total	% Urbano	% Rural
1940	40.282	31,19	68,81	38.145	63,32	36,68	22.138	15,8	84,2
1950	46.408	36,15	63,85	56.146	76,27	23,73	22.987	18,66	81,34
1960	59.464	49,28	50,72	68.494	79,08	20,92	23.575	30,10	69,99
1970	70.996	58,84	41,16	96.047	83,96	15,404	23.370	41,02	59,98

1980	80.677	72,23	27,77	135.616	92,93	7,98	30.966	48,65	51,35
1991	90.519	77,64	22,36	173.566	95,02	4,98	38.430	63,23	36,77
2000	104.646	80,19	19,81	212.133	95,33	4,67	47.031	65,21	34,79
2010	121.428	83,10	16,9	249.939	96,07	3,93	55.323	68,72	31,28

*Elaboração própria a partir de IBGE (1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010)*

Os dados estatísticos apontam que, na década de 1950, a cidade de Juazeiro do Norte (56.146) ultrapassa a cidade do Crato (46.408) em termos populacionais e, assim, torna-se a principal cidade do Cariri. Outro fato digno de nota é que desde o primeiro levantamento Juazeiro já apresenta altas taxa de urbanização, em um período em que o Brasil ainda tinha a maior parte da sua população vivendo no campo. Em 2010, com 96,07% da sua população vivendo na cidade, Juazeiro possui uma população praticamente urbana.

Atualmente, de acordo com as estimativas do IBGE para o ano de 2021, Juazeiro possui uma população de 278.264 habitantes, sendo, portanto, a terceira maior cidade do estado do Ceará, atrás apenas da capital Fortaleza (2.245.185) e da cidade de Caucaia (325.441), que está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza. Crato e Barbalha aparecem na sexta e vigésima sétima posição, respectivamente.

Ao difundir frases em seus sermões como “Ore como se fosse morrer hoje e trabalhe como se nunca fosse morrer”, o “Padim”, fortemente seguido pelos seus fiéis, ajudou a forjar o Juazeiro. A cidade não atraía somente pessoas humildes, mas também membros da elite regional que enxergavam no local perspectivas de negócios em decorrência das romarias e das ações do próprio Pe. Cícero.

É possível concluirmos que as ações do Pe. Cícero não tinham somente um caráter religioso, mas também uma concepção econômica e política. A fé no padre e as crenças dos fiéis são fatores importantes, mas considerar apenas esses elementos seria demasiadamente simplista para a compreensão da ascensão e consolidação de Juazeiro (DELLA CAVA, 1976). É preciso considerarmos as circunstâncias históricas, pois as estruturas latifundiárias, a violência e a fome

eram elementos que caracterizavam o interior do nordeste no final do século XIX e início do século XX (DELLA CAVA, 1976).

A “cidade-santuário” vai se estruturando economicamente a partir do crescimento comercial e da atividade artesanal, e ao longo do século XX consolida sua liderança regional no sul do Ceará. Mesmo com a morte do velho clérigo, em 1934, as romarias continuam a crescer e o Pe. Cícero permanece vivo na memória do povo do Cariri (Figura 01), e com isso intensifica-se o crescimento urbano e demográfico.

Figura 01 - Colina do Horto: Estátua do Padre Cícero



Fonte: <https://www.flaviopintonews.com.br/2020/03/definido-o-tema-do-proximo-ciclo-de.html>

A construção da estátua em homenagem ao padre em 1969 ressalta o papel de Juazeiro do Norte como um dos principais pontos de peregrinação do Brasil e de sacralização do seu território. Destino de milhares de romeiros todos os anos, o turismo religioso permanece como um dos principais fatores da cultura e da economia local.

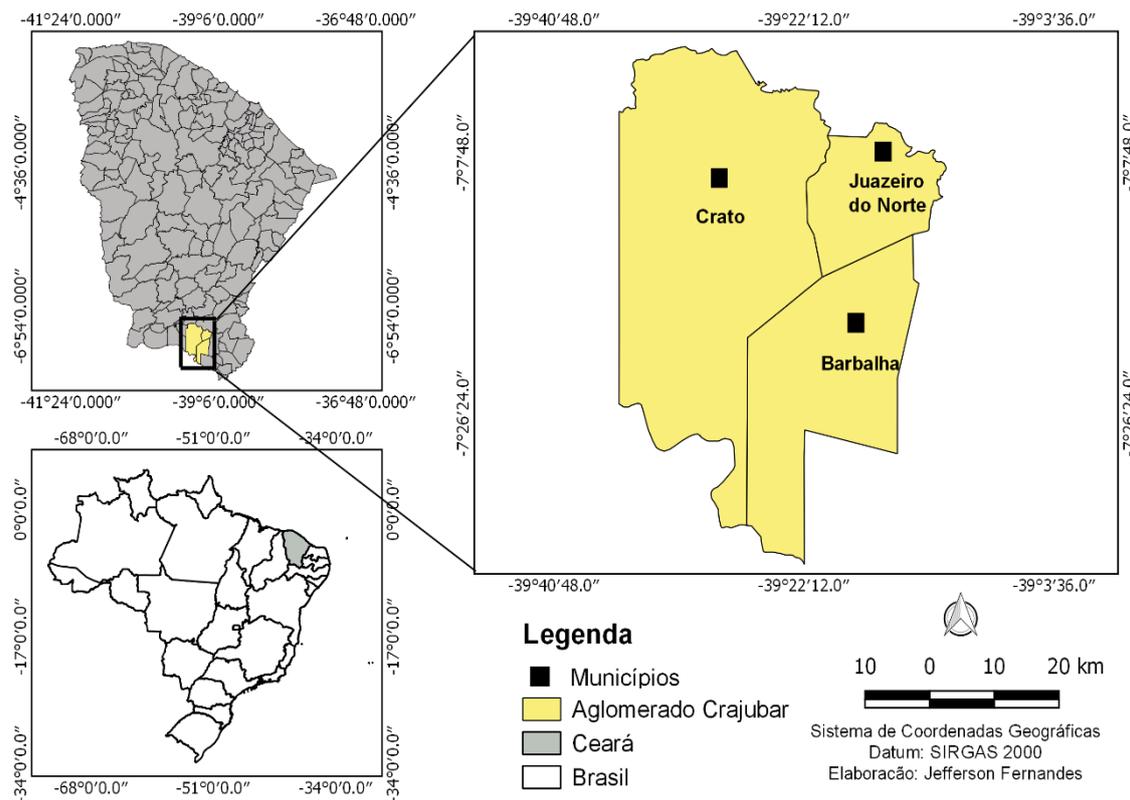
A partir da segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, ocorreu uma grande transformação no sistema produtivo da região. No Brasil, se verifica uma nova fase de industrialização do beneficiamento da cana de açúcar, e a produção no Cariri não acompanhou as novas técnicas introduzidas pela usina moderna que tem no Sudeste a sua base de concentração. Isso acabou por desestabilizar a cultura tradicional, e os engenhos localizados nas zonas rurais vão, paulatinamente, desaparecendo. Os trabalhadores do campo passam a buscar trabalho nos centros urbanos mais dinâmicos da região, contribuindo para a expansão das malhas urbanas de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, especialmente a segunda.

O crescimento demográfico e a expansão dessas cidades foram responsáveis pela demanda de serviços e atividades de várias naturezas. Sendo assim, as atividades econômicas que mais se expandiram foram aquelas ligadas ao setor terciário (comércio e serviços). Crato, então centro produtor e distribuidor dos produtos da indústria canavieira, perde o posto de principal cidade do Cariri para o antigo povoado de Juazeiro. Surge uma nova lógica de produção e organização do espaço no Cariri sob a égide do capitalismo econômico global, cuja materialidade está presente nas aglomerações urbanas de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

## **A CONDIÇÃO URBANA DO AGLOMERADO CRAJUBAR**

O resgate histórico do processo de formação territorial do Cariri é condição *sine qua non* para compreendermos a importância adquirida na atualidade pelo aglomerado urbano Crajubar – acrônimo resultante da junção das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (Figura 02).

Figura 02 - Localização do aglomerado Crajubar



Elaborado pelo autor

Atualmente, as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha comandam a dinâmica regional do sul cearense por meio de um conjunto diversificado de funções urbanas. É a segunda maior nucleação urbana do estado do Ceará, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de Fortaleza. Crato e Juazeiro do Norte são consideradas cidades médias por estudiosos da rede urbana cearense dada a sua importância econômica e social no contexto regional. Já a cidade de Barbalha, conforme apontaremos adiante, constitui-se em um centro urbano menor, mas de destacada importância sobretudo no setor saúde.

Nessas três cidades predominou, até as últimas décadas do século XX, uma divisão funcional e de complementariedade. A cidade do Crato ocupava o papel de centro prestador de serviços, educação e cultura; Juazeiro do Norte, um imponente polo comercial e religioso; enquanto Barbalha se ocupava da prestação de serviços de saúde e agroindustriais. Era, portanto, previsível que

no Cariri e adjacências, em relação às demandas por bens e serviços mais especializados, “não restava outra opção que não, abastecerem-se em Juazeiro do Norte, instruírem-se em Crato e se tratarem em Barbalha” (QUEIROZ, 2013, p. 126).

A cidade do Crato ainda continua a exercer forte centralidade na região, mas perdeu o posto de “pérola do Cariri”, como a definiu Della Cava (1976), para Juazeiro do Norte, especialmente no setor terciário (comércio e serviços). Com a posição privilegiada da cidade do Crato na encosta da Chapada do Araripe, tem se intensificado o afluxo de pessoas para a prática do turismo ecológico e de lazer através de vários clubes e balneários recreativos. Além disso, os aspectos culturais, o apego aos costumes regionais e a tradição no ensino superior, fazem com que o Crato seja conhecido como o celeiro cultural do Cariri.

A cidade de Barbalha, que no passado experimentou os tempos áureos da cana-de-açúcar, inclusive recebendo o título de “terra dos verdes canaviais”, é, ao lado de Crato e Juazeiro do Norte, uma das principais cidades do sul cearense. Possui um rico patrimônio arquitetônico e se destaca pela forte tradição cultural, sobretudo religiosa, como a famosa festa do Pau da Bandeira, dedicada a Santo Antônio, padroeiro da cidade, sendo uma das mais tradicionais festas do interior cearense e com um afluxo anual de milhares de pessoas.

E o que de dizer de Juazeiro do Norte? A nova capital do Cariri, por assim dizer, sofreu várias transformações a partir do “Milagre da Hóstia” (Figura 03). As transformações verificadas na cidade foram tantas que hoje cabe indagarmos até que ponto a religião ainda permanece como o principal elemento propulsor do seu desenvolvimento econômico. O fato inegável é que o Pe. Cícero foi o indutor do desenvolvimento regional do Cariri, e sua presença está na memória dos fiéis e na paisagem urbana da cidade de Juazeiro do Norte.

Figura 03- Cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha



Organizado pelo autor<sup>2</sup>

Ao buscarmos compreender a atual condição urbana do aglomerado Crajubar, e especialmente de Juazeiro do Norte, faz-se necessário uma análise sobre a produção do espaço urbano e suas transformações nas últimas décadas. A inserção dessas três cidades na nova lógica de reprodução do capital acabou produzindo mudanças significativas na sua organização espacial.

Durante a segunda metade do século XX, com a concentração das atividades industriais no sudeste do Brasil, coube aos centros urbanos de outras regiões, a exemplo das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, desenvolverem atividades ligadas ao setor de comércio e serviços. Como resultado dessa divisão territorial do trabalho, produziu-se uma concentração das atividades na parte central da cidade.

Esse padrão espacial atendeu as necessidades de um período histórico e de uma modalidade específica do capital, isto é, do capital industrial. No momento em que o capitalismo impõe uma nova lógica, agora sob a égide do capital financeiro, essas centralidades acabam se tornando um obstáculo para a expansão e reprodução do capital. É nesse contexto que o espaço regional cariense, sobretudo de Juazeiro do Norte, passa a abrigar novos objetos

geográficos e novos projetos econômicos. Os agentes ligados ao capitalismo globalizado, notadamente, o Estado, as empresas, os bancos e as elites econômicas, elegem um novo local, símbolo da modernidade e que se constitui como a nova centralidade no Crajubar e de todo o Cariri: o Triângulo Crato-Juazeiro do Norte e Barbalha (Figura 04).

Figura 04 - Triângulo Crajubar



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/556546466426296426/>

No bairro Triângulo, em Juazeiro do Norte, ocorre a confluência das rodovias CE 292 (Avenida Padre Cícero) e da CE 060 (Avenida Leão Sampaio). A primeira, realiza a ligação entre Juazeiro do Norte e Crato, e a segunda entre Juazeiro do Norte e Barbalha. É nas margens dessas rodovias que se realiza o processo de conurbação entre as três cidades aludidas, e onde também vem ocorrendo os principais investimentos de capitais públicos e privados, provocando, assim, uma mudança na paisagem urbana.

Nesse sentido, o primeiro grande investimento na área do triângulo Crajubar ocorreu em 1997, com a implantação do Cariri Shopping, que desde 2012 passou a se chamar Cariri Garden Shopping. Outro empreendimento importante na área, desta vez de iniciativa do Governo do Estado, e que trataremos com mais profundidade adiante, foi a construção do Hospital Regional do Cariri. A unidade hospitalar foi inaugurada em abril de 2011, com uma área de 27.126 m<sup>2</sup> e projetado para atender a uma população de 1.500.000 habitantes nos 45 municípios da Macrorregião de Saúde do Cariri.

Atualmente, sete grandes projetos associados a grandes construtoras e imobiliárias surgem no local, com destaque para o Unique Condominium, um dos prédios mais modernos do Ceará, produzido pela Base Incorporação e Construção LTDA. Outros edifícios construídos foram o Edifício Office Cariri, Central Park Residencial, Medical Center, Residencial Timbaúba, Pátio Cariri Residence e o S & A Empreendimentos. Esses equipamentos urbanos dotam esta parcela de Juazeiro do Norte de uma paisagem metropolitana, dada a dimensão dos prédios construídos para o consumo de um público de alto poder aquisitivo.

Ainda nas proximidades desta área, é possível encontrarmos outros grandes investimentos, desta vez feito por empresas globais e nacionais ligadas aos setores de bens de consumo não-duráveis (Figura 05). Essa parcela do território cariense vai se tornando uma arena de disputa por mercado consumidor por parte de grandes empresas nacionais e internacionais. Se institui, assim, aquilo que Santos e Silveira (2001) chamaram de “espaço corporativo”, onde os usos, as regras e os ritmos do espaço atendem aos interesses das empresas através das suas alianças com o Estado.

Figura 05 - Atacadão Carrefour, Hiper Bom Preço, Maxxi Atacado e Assaí Atacadista



Organizado pelo autor

O fato evidente é que é nessa porção do território caririense que tem se dado a maior concentração de empreendimentos, com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais, reforçando assim o papel do Crajubar como o maior núcleo urbano do interior do Ceará. Além disso, é através dessa área que tem se manifestado a integração socioespacial dessas três cidades e a expansão das suas malhas urbanas, especialmente a de Juazeiro do Norte.

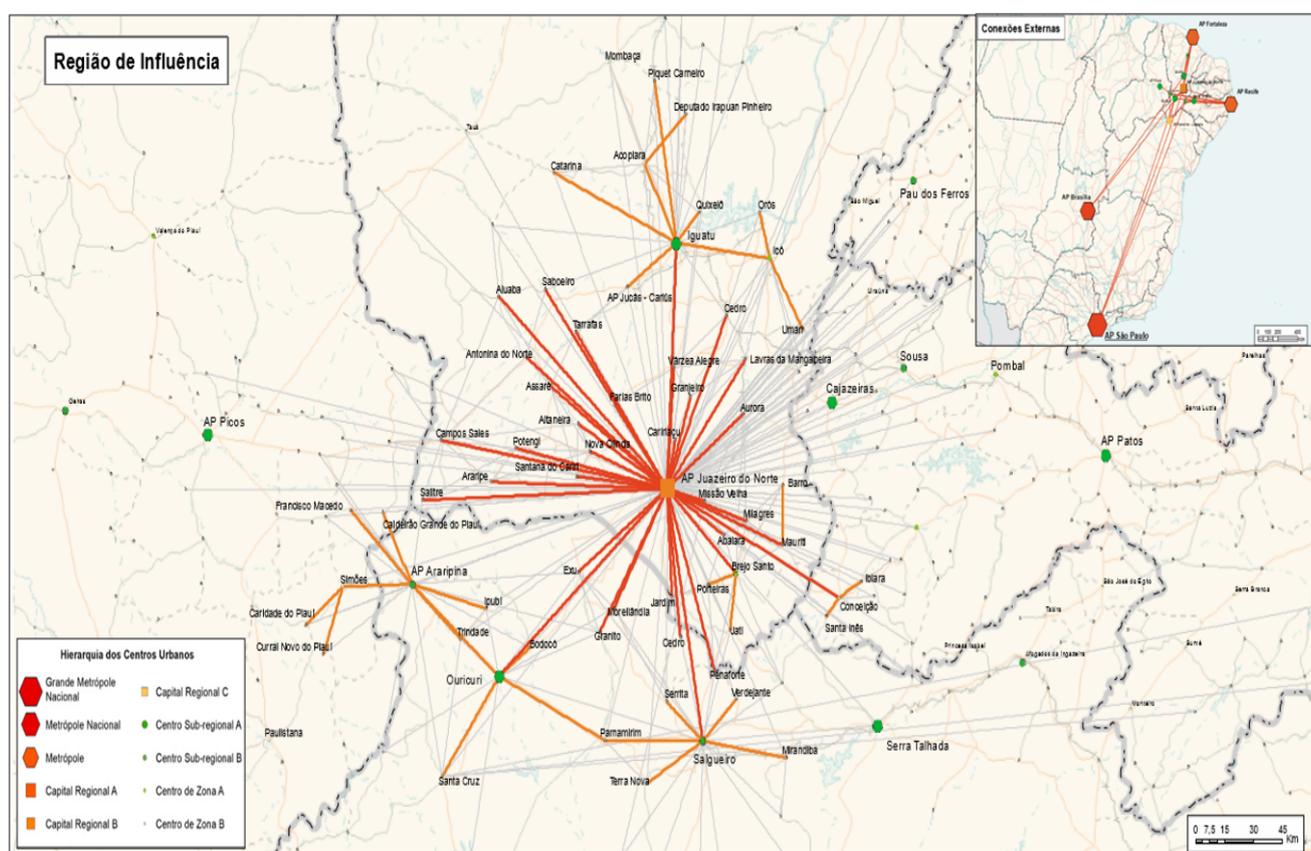
No que se refere a centralidade urbano-regional do Crajubar para os municípios do sul do Ceará e dos estados vizinhos, os serviços de saúde e ensino superior também ocupam posição de destaque com hospitais de média e alta complexidade e centros universitários públicos e privados.

Diante do exposto, verifica-se que a dinâmica urbano-econômica do Cariri reside, ostensivamente, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A polarização exercida pelo Crajubar atinge várias cidades, inclusive de áreas dos estados vizinhos, realçando a posição desse aglomerado urbano como um

dos mais expressivos do interior do nordeste, ao lado do aglomerado Petrolina-Juazeiro. A sua localização geográfica, estando à aproximadamente 600km de distância em relação à Fortaleza e à Recife, contribui para a reforçar a sua centralidade regional.

A expressividade do Crajubar no contexto da rede urbana regional pode ser observada no estudo Região de Influência das Cidades (REGIC), publicado pelo IBGE em 2020 e que definiu o conjunto formado por estas três cidades como Capital Regional B (Figura 06)

Figura 06 - Região de Influência do Arranjo Populacional de Juazeiro do Norte



Fonte: IBGE (2020)

O estudo do IBGE apontou que o Arranjo Populacional de Juazeiro do Norte possui uma área de influência de 54.434 Km<sup>2</sup> e abrange 64 cidades: os Centros Sub-Regionais A de Iguatu (CE), Ouricuri (PE), os Centros Sub-Regionais B de Araripina (PE) e Salgueiro (PE), os Centros de Zona A de Brejo Santo (CE) e Icó, os Centros de Zona B de Acopiara (CE), Conceição (PB), Mauriti (CE) e

Simões (PI) e 54 Centros Locais situados nas porções sul do Ceará, noroeste de Pernambuco, leste do Piauí e oeste da Paraíba. Ainda de acordo com o IBGE, as conexões externas do conjunto Crajubar ocorrem, principalmente, com quatro Metrópoles brasileiras: Fortaleza, Recife, São Paulo e Brasília.

A elevação do Arranjo Populacional de Juazeiro do Norte ao nível de Capital Regional B na última REGIC, ultrapassando a cidade de Sobral na hierarquia urbana cearense, que permaneceu como Capital Regional C, revela o forte crescimento econômico experimentado na região na última década.

No Brasil, as cidades de porte intermediário sofreram profundas mudanças nos aspectos socioeconômico e urbano desde a primeira década do século XXI, pois muitas famílias foram beneficiadas por uma política de distribuição de renda, algo que acarretou maior demanda de consumo de bens e serviços, assim como a descentralização/interiorização de serviços estratégicos como ensino superior e serviços de saúde. Ao olharmos para o extremo sul cearense, isso é facilmente constatado na aglomeração urbana conhecida como Crajubar.

## **CONCLUSÃO**

Para entender o que é ser/pertencer ao Cariri, realizamos uma discussão sobre os seus atributos históricos. A formação socioespacial desta região está diretamente relacionada aos seus aspectos ambientais, sendo um importante vale úmido em meio ao vasto sertão semiárido, ao processo de ocupação do território no século XVIII e, sobretudo, a mística história religiosa em torno da figura de Padre Cícero Romão Batista.

Nestas condições, Crato foi, inicialmente, a principal nucleação urbana do sul do Ceará até o início do século XX, sendo um importante centro de produção agrícola, especialmente a partir da cana de açúcar, e de atividades comerciais e prestação de serviços. Todavia, o “milagre da hóstia” fez de Juazeiro do Norte o maior centro de peregrinação do Nordeste e hoje o antigo lugarejo pertencente ao Crato ocupa a posição de principal cidade do interior cearense. A expansão das atividades ligadas ao setor de comércio e serviços na região, notadamente

a partir da década de 1990, acabou integrando a malha urbana de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha e contribuiu para o desenvolvimento econômico da região.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero a Terra da Mãe de Deus**. 3. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2013.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Edição Fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 1997.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 15 ago. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da População**. <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-popula-=-resultados>> Acesso em: 03 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades - 2018**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

PETRONE, Pasquale. Contribuição ao estudo da região do Cariri no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, AGB, n. 19, mar. 1955

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza, 1953.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração Crajubar**. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.



doi 10.48209/GEO-65-89949-09-3

# CAPÍTULO 9

## **ESTUDOS FRONTEIRIÇOS: TRILHAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM MARCO TEÓRICO**

*Márcio Estrela de Amorim*

## INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos sumariamente, as trilhas percorridas na construção do marco teórico que alicerçou a pesquisa doutoral intitulada *Cooperação na fronteira entre Brasil e Uruguai: o caso dos cursos técnicos binacionais*, defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria, em março do ano de 2021.

A possibilidade de estudo, de compreensão e de proposições, no âmbito dos estudos sobre fronteiras, por meio da referida pesquisa, tornou-se ímpar, haja vista o pioneirismo da experiência que focalizamos.<sup>1</sup> Afora isso, buscamos contribuir com ferramentas para a expansão e o fortalecimento das políticas de integração regional em fronteiras, sobretudo na área educacional.

Em nosso marco teórico, tomamos a Fronteira como conceito estruturante e o Território como conceito articulador para, então, aplicarmos o conceito de Territorialidade em uma tríade que sustentasse as relações que desvendamos.

Nosso objetivo, no presente texto, mais do que indicar uma receita, é compartilharmos uma vivência de pesquisa sobre a temática dos estudos fronteiriços e o caminho que percorremos na construção de um robusto cabedal teórico sobre o tema.

## ANTECEDENTES PARA UMA PESQUISA SOBRE A TEMÁTICA FRONTEIRIÇA

Antecedente ao estudo que efetivamos, buscamos identificar aqueles já realizados sobre o problema de pesquisa, assim como reconhecer os que, de

---

1 O Campus Santana do Livramento, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio grandense (IFSul), é o único a oferecer cursos binacionais com dupla diplomação no Brasil e, portanto, enquadrado como Campus Binacional. Conforme Amaral, “Não há outras experiências de cursos binacionais nas universidades presentes na fronteira, desenvolvidos a partir de parcerias interinstitucionais e com diplomas binacionais. Em geral, as universidades possuem poucas parcerias estruturadas com outras IES nos países vizinhos”. (AMARAL, 2016, p. 33). Os apontamentos realizados por Joana de Barros Amaral fazem parte das observações feitas durante o desenvolvimento do estudo “Panorama da Educação na Fronteira”, entre 2014 e 2015, pela Assessoria Internacional do Ministério da Educação.

alguma forma, estavam relacionados e/ou poderiam servir como indicadores na construção do marco teórico e do caminho em busca de respostas às interrogantes levantadas.

Por meio da base de dados Unbral Fronteiras – Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras – projeto liderado pela professora Dra. Adriana Dorfman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), verificamos um estudo qualitativo e quantitativo sobre as investigações realizadas, desde a década de 1990, por pesquisadores do tema das fronteiras no Brasil. Tal levantamento resultou em um mapa da distribuição espacial dos pesquisadores do assunto, assim como identificou os principais tópicos e temas emergentes. O estudo concluiu não haver uma teoria ou metodologia consensual, mas verificou tratar-se de um campo emergente de pesquisa e haver compreensão consistente do objeto – a fronteira internacional. Conceitos como fronteira, limites e cidades gêmeas, assim como a regionalização da faixa de fronteira em seus arcos “são prevalentes e mesmo paradigmáticos [...]” (DORFMAM; FRANÇA, 2016, p. 13).

A análise realizada por Dorfman e França (2016) constatou que se trata de um tema de pesquisa situado, pois se identificou engajamento por parte dos estudiosos com seu objeto e, assim sendo, foi possível verificar correlação entre as pesquisas e as políticas públicas orientadas para as fronteiras, como comentários e proposições.

O ano de 2005 pode ser considerado um marco referencial nos estudos sobre as fronteiras com a publicação da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PRPDF). Tal documento consiste na materialização de esforços por parte do Governo Federal brasileiro, na retomada estratégica e na reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF).

Sob orientação de diretivas governamentais, um grupo de pesquisadores, liderados pela professora Lia Osório Machado (Universidade Federal do Rio de

Janeiro – UFRJ), produziu “[...] um vigoroso e atualizado esforço de caracterização econômica, cultural e institucional da região de fronteira” (BRASIL, 2005, p. 5).

A constelação conceitual apresentada em tal estudo ganhou grande circulação e marcou os estudos fronteiriços no Brasil. A proposta de divisão da fronteira em arcos e subdivisões, a caracterização das cidades gêmeas, a criação de uma tipologia das relações fronteiriças, a ideia de faixa de fronteira, assim como os conceitos relacionados ao tema ganharam clareza e passaram a permear a quase totalidade de estudos contemporâneos produzidos no Brasil e na América do Sul.

A necessidade de debater os diferentes temas relacionados à fronteira, a partir de uma lógica internacional, foi impulsionada nas últimas décadas pelo potencial decorrente da atuação dos Estados na formação dos blocos econômicos e, no nosso caso, do MERCOSUL. Tal integração regional

pode ser compreendida como um processo multifacetado por meio do qual se busca a promoção de políticas comuns e conjuntas em uma dada região com vistas à redução das assimetrias e desigualdades da/na região, bem como à promoção do bem-estar socioeconômico. (SANTOS; DINIZ JÚNIOR, 2017, p. 23).

No sentido de ir além da perspectiva econômica e de promover o desenvolvimento social conjunto entre os países do bloco, surgiu o Setor Educacional do MERCOSUL. A perspectiva educacional, no âmbito do bloco, também tem sido alvo de diversas pesquisas por estudiosos dos países membros.

Especificamente sobre a nossa área de estudo – a fronteira entre Santana do Livramento e Rivera –, é possível encontrarmos pesquisas, em diferentes áreas (Geografia, História, Antropologia, Artes, entre outras), que procuram retratar as peculiaridades dessa fronteira ímpar, no que se refere ao grau de integração entre o Brasil e o Uruguai. Importantes contribuições são encontradas em pesquisas de graduação, de mestrado e de doutorado realizadas nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e do Uruguai – com destaque para os estudos desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Maria

(UFSM), na UFRGS e na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

No que se refere ao nosso estudo de caso, ou seja, a cooperação entre o Brasil e o Uruguai na área da educação profissional, é possível encontrarmos valiosas contribuições, muitas delas desenvolvidas por pesquisadores ligados ao IFSul.<sup>2</sup>

Entendemos ser necessário investigarmos as questões relativas à fronteira a partir de uma lógica que supere a visão hegemônica da zona fronteira como área de cooperação entre os países, reconhecendo que ainda se trata de zona de tensão e de conflito, onde as rivalidades manifestas ou ocultas podem servir de reflexão para sua superação e para a construção de uma efetiva sinergia.

Os problemas educacionais, nesse contexto, avançam para além da questão curricular e do ambiente escolar em específico, estendendo-se a uma perspectiva multicultural que, a nosso ver, deve compreender as dificuldades referentes às diferentes escalas (nacional, regional e local) e perspectivas (políticas, sociais e culturais).

Conforme Albuquerque e Souza (2014),

As escolas contemporâneas são lugares relevantes para pensarmos inumeráveis fronteiras políticas, culturais e simbólicas a partir de um diálogo entre a educação e as ciências sociais. As escolas localizadas em zonas de fronteiras internacionais se constituem em um campo privilegiado para o estudo de processos interativos, circulação de pessoas, objetos, símbolos e lugares de pertença de professores e alunos de distintas origens. (ALBUQUERQUE; SOUZA, 2014, p. 1).

Para os autores, a escola, de forma hegemônica, apresenta-se como um contexto de forte afirmação do nacionalismo por meio de práticas rotineiras, símbolos, rituais, imagens e narrativas, normalmente naturalizados para os sujeitos escolares (ALBUQUERQUE; SOUZA, 2014).

---

2 Diversos pesquisadores ligados ao quadro funcional do IFSul dedicam atenção ao tema do binacional gerando, como resultado, uma variedade de publicações. Como exemplo, cita-se a coletânea de artigos: Cursos Binacionais: relatos de uma experiência inovadora, organizada pelos professores Miguel Diniz e Luciano Moura, e composta por 28 artigos escritos por professores, servidores e alunos ligados ao binacional.

Nesse sentido, Dorfman (2013) destaca a importância da realização de pesquisas e de trabalhos de campo junto às fronteiras a fim de possibilitar um olhar mais próximo desse objeto. Segundo a autora,

a diversidade das fronteiras concretas é constantemente ofuscada pela eloquência dos discursos nacionais, que as práticas fronteiriças frequentemente se afastam das normas nacionais, não sendo por elas descritas e que a fronteira apresenta dinâmicas aceleradas. Assim, são os trabalhos de campo que permitem a observação e o contato com a população, a geração de fontes e a aproximação aos sentidos locais dos objetos em análise. (DORFMAN, 2013, p. 103-104).

Entendemos que as fronteiras nacionais e as regiões de fronteira são únicas, portanto,

requerem estudos localizados que deem conta da enorme variedade de seus usos e significados simbólicos e da diversidade de características e relações geográficas. [...] é válido o esforço de desenvolver conceitos e noções que sejam úteis à sua compreensão, não só para referenciar e calibrar políticas públicas em diferentes escalas de atuação, como também estimular nas populações de cidades e regiões de fronteira uma visão mais estruturada de seus problemas específicos e de seus problemas comuns. (MACHADO, 2006, p. 58).

A partir dessa compreensão preliminar, passamos à construção do marco teórico propriamente dito, o qual compartilhamos a seguir.

## **APONTAMENTOS PARA UM MARCO TEÓRICO SOBRE FRONTEIRAS**

O marco teórico, na estratégia de geração de conhecimento, tem por objetivo orientar o descobrimento de categorias e de esquemas conceituais. Dessa maneira, a teoria guia o processo investigativo na tomada de decisões, sustentando a emergência de perguntas e de conceitos que deem conta de elucidar o significado atribuído aos dados produzidos ao longo do processo de pesquisa.

Aqui apresentamos como consolidamos os conceitos e os pressupostos teóricos da pesquisa que desenvolvemos, no sentido de organizar uma teoria que

sustentasse o trabalho empírico e o processo de conhecimento dos fenômenos estudados em um caminho em espiral, de ida e volta, entre a teoria e a empiria, realizado por meio de um sério e rigoroso trabalho metodológico.

Nesta delimitação, consideramos documentos institucionais, livros, artigos e teses de autores das áreas da Geografia, da Antropologia, da História, da Política, das Ciências Sociais e das Relações Internacionais, entre outros. Tal diversidade de autores e de áreas científicas, identificadas como referência, evidenciam a multiplicidade de abordagens que podem ser dadas ao conceito de fronteira, o qual firmamos como estruturante da pesquisa.

É relevante destacarmos que a temática sobre as fronteiras, embora ainda seja considerada, de maneira geral, subvalorizada no âmbito dos estudos geográficos, mais recentemente tem ganhado expressão e representatividade por meio da contribuição de robustos estudos realizados por autores, os quais foram tomados como referência neste estudo.

Dentre eles, destacamos o pioneiro trabalho da professora Lia Osório Machado (1998, 2002, 2005a, 2005b, 2005c, 2006), com sua contribuição que parte da sistematização na diferenciação entre fronteira e limite, acrescentando a noção de rede para tornar tais descrições dinâmicas e ligadas a sistemas territoriais em diferentes escalas. Seus estudos tornaram-se referência para a maioria dos pesquisadores que se dedicam ao tema e tiveram seu reconhecimento ao exercer a liderança dos estudos de reestruturação do PDFF, como já citamos nos antecedentes.

Ainda no Brasil, destacam-se os trabalhos de Adriana Dorfman (2005, 2008, 2013, 2014, 2016, 2018), com estudos dedicados à fronteira entre o Brasil e o Uruguai e às cidades gêmeas – com destaque ao conceito de justaposição territorial usado pela autora; Maristela Ferrari (2013, 2014), com contribuições na compreensão histórica dos conceitos de fronteira e de limite; Márcio Cataia (2007, 2010), com um resgate da tipologia fronteira e das concepções elaboradas pelos autores clássicos da Geografia; Tito Oliveira (2005, 2015), com a relevante tipologia para as regiões fronteiriças; José Lindomar Albuquerque (2012, 2014),

com a abordagem cultural no reconhecimento da pluralidade da condição fronteiriça; Maria Geralda Almeida (2005), com a abordagem sobre a identidade territorial; entre outros tantos que apresentam importantes contribuições sobre a temática.

Internacionalmente, não podemos deixar de citar o aporte de Claude Raffestin (1993, 2005), não somente sobre o tema de fronteiras, mas em caráter muito mais amplo, sobre as relações de poder e seus desdobramentos na compreensão de diversos conceitos geográficos, principalmente com fundamentos para compreensão do território, conceito tão caro para as Ciências Humanas e, sobretudo, para a Ciência Geográfica. Destacamos, ainda, os aportes de Juan Carlos Arriaga Rodríguez (2011, 2012, 2013), com importantes contribuições para a compreensão na divisão temporal e das correntes sobre os estudos de fronteiras; e Alejandro Grimson (2001, 2004, 2005a, 2005b), com a abordagem de estudos dando ênfase aos conflitos e às contradições existentes na fronteira frente ao discurso predominante de cooperação e de irmandade.

Embora o conceito de fronteira seja o marco principal da pesquisa, buscamos também resgatar o conceito de território, uma vez que é basilar na compreensão da construção conceitual da fronteira, já que esta deriva daquele. Assim, sumariamente, apresentamos as bases para essa compreensão a partir dos trabalhos de Marcelo José Lopes de Souza (1995), com seu clássico texto sobre o conceito de território; Paul Claval (1999), com estudos sobre cultura associada à condição territorial; Álvaro Heindrich (2013, 2017), com a contribuição na compreensão da dimensão cultural e identitária do território e, portanto, na territorialidade; e, com destaque, nos aportes trazidos por Rogério Haesbaert (1997, 2004, 2007, 2009, 2009b, 2010, 2013, 2016), que sistematiza o conceito de território e de territorialidade de modo referencial para a Geografia, assim como para as demais Ciências; sem prejuízo de outros autores citados e que tiveram os estudos incorporados nesta pesquisa.

Considerando que nosso estudo foi focalizado por meio do viés da educação, mais especificamente de uma política educacional binacional localizada em uma

fronteira específica, incorporamos ao marco teórico informações pertinentes à compreensão da construção dessa política supranacional e à identificação da fronteira em estudo (por meio de documentos governamentais e institucionais), assim como a contribuição de outros autores, no que se refere à educação profissional, com destaque para os trabalhos de Gaudêncio Frigotto (2006, 2007, 2011, 2012).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que o arcabouço teórico que orientou a pesquisa doutoral já referida, articulado à realidade empírica observada e registrada, foi capaz de trazer forte contribuição para a compreensão do papel exercido pela fronteira, entre o Brasil e o Uruguai, na construção da dimensão binacional, a partir do reconhecimento da representação elaborada pelos atores tomados como sujeitos de pesquisa.

Destarte, concluímos que o estudo alinhou-se com as demandas das instituições ora estudadas e com a proposta de construção de um modelo de educação binacional. Nesses termos, nos valem da oportunidade, amparados pelo arcabouço teórico da Geografia, para atuarmos de maneira ativa e contributiva na realidade estudada.

Frente a heterogeneidade dos Territórios fronteiriços, entendemos ser preciso reunir esforços de pesquisa para refletir e compreender as múltiplas interrogantes relacionadas ao tema, ampliando e consolidando diferentes experiências e abordagens de estudo.

Considerando a vasta e dispersa produção teórica sobre a temática fronteiriça, com o texto aqui apresentado, esperamos ter sinalizado possibilidades na expectativa que outros pesquisadores possam aprofundar algumas concepções dos estudos sobre fronteiras a partir de distintos contextos e situações fronteiriços.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, JOSÉ LINDOMAR COELHO. Fronteiras múltiplas e paradoxais. **Textos e Debates**, v. 2, n. 22, 2012.

ALBUQUERQUE, JOSÉ LINDOMAR COELHO; SOUSA, FLÁVIA ALVES de. **Escolas de fronteira**: percebendo diferenças, construindo pontes. Paper apresentado na 29a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Natal: UFRN, 2014.

ALBUQUERQUE, JOSÉ LINDOMAR COELHO. Fronteiras: entre os caminhos da observação e os labirintos da interpretação. In: CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio. (Org.). **As ciências sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa**. Cascavel, PR: JB, p. 61-80, 2014.

ALMEIDA, MARIA GERALDA de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

AMARAL, JOANA DE BARROS. Apontamentos sobre políticas educacionais e as fronteiras brasileiras. **Revista Geopantanal**, v. 11, n. 21, p. 23-38, 2016.

AMORIM, Márcio Estrela de. Tese (Doutorado). Cooperação na fronteira entre Brasil e Uruguai: o caso dos cursos técnicos binacionais. Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós Graduação em Geografia, RS, 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 416 p.

CATAIA, MÁRCIO ANTÔNIO. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona**, v. XI, n. 245 (21). 2007.

CATAIA, MÁRCIO ANTÔNIO. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em questão**, v. 3, n. 1, 2010.

CLAVAL, PAUL. **O território na transição da pós-modernidade**, In: Geographia, vol 1, n.2, 1999, p. 7-26.

DINIS, MIGUEL ÂNGELO PEREIRA; MELLO, LUCIANO MOURA DE. **Cursos Binacionais: Relatos de uma experiência inovadora**. Santana do Livramento: Ed. Cia do Ebook, 2015.

DORFMAN, ADRIANA; ROSÉS, GLADYS BENTANCOR. Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In: OLIVEIRA, T.C.M (Org). **Território sem Limites** – Estudos sobre fronteiras. pp. 195-228. Campo Grande: Ed. UFMS. 2005.

DORFMAN, ADRIANA. Nacionalidade doble-chapa: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai. **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre, p. 241-270, 2008.

DORFMAN, ADRIANA. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, DURBENS; PORTO, JADSON LUIS REBELO (orgs.) **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013, v. 1, p. 96-124.

DORFMAN, ADRIANA; CARDIN, ERIC GUSTAVO. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça no Cone Sul. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 31-44, 2014.

DORFMAN, ADRIANA et al. Fronteiras Sul-americanas: História, formas e processos contemporâneos. **Anuário Unbral das fronteiras brasileiras**. Vol. 2. 2016, p. 79-123.

DORFMAN, ADRIANA; FRANÇA, ARTHUR BORBA COLEN. Provocações do contexto, interiorização universitária e agendamento institucional: tendências dos Estudos Fronteiriços no Brasil. **Tempo da Ciência**, v. 23, n. 46, p. 13-26, 2016.

DORFMAN, ADRIANA et al. Periódicos relevantes para os Estudos Fronteiriços Brasileiros: a elaboração, a aplicação e os resultados do Questionário Unbral Fronteiras. **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras**. Porto Alegre: Editora Letra1; UFRGS. Instituto de Geociências, 2018.

FERRARI, MARISTELA. Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 87-104, 2013.

FERRARI, MARISTELA. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO; CIAVATTA, MARIA (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, 2007.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO; CIAVATTA, MARIA. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 619-638, 2011.

FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRIMSON, ALEJANDRO. Fronteras, migraciones y Mercosur. Crisis de las utopías integracionistas. **Apuntes de Investigación del CECYP**, v. 5, n. 7, p. 15-35, 2001.

GRIMSON, ALEJANDRO. Fronteras, naciones y región. **Ponencia presentada en el Foro Social de las Américas, Quito**, 2004.

GRIMSON, ALEJANDRO. **Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur**. Clacso, 2005a.

GRIMSON, ALEJANDRO. **Fronteras e identificaciones nacionales: diálogos desde el Cono Sur**. Iberoamericana, v17, p. 91-99. 2005b.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, ROGÉRIO. LIMONAD, ESTER. O território em tempos de globalização. **Revista etc, espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

HAESBAERT, ROGÉRIO. Des-controle dos territórios e das fronteiras num mundo globalizado. **Geografia em Questão**, v. 2, n. 1, 2009a.

HAESBAERT, ROGÉRIO. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b, p. 95-120.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Bertrand Brazil, 2010.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **Territórios alternativos**. Editora Contexto, 2013.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10 ed. Bertrand Brasil, 2016.

HEIDRICH, ÁLVARO LUIZ. **Território e cultura: argumento para uma produção de sentido**. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) *Maneiras de Ler Geografia e Cultura*. – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.p. 52-61.

HEIDRICH, ÁLVARO LUIZ. Vínculos Territoriais–Discussão Teórico-Metodológica para o Estudo das Territorialidades Locais. **GEOgraphia**, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017.

MACHADO, LIA OSÓRIO. Limites, fronteiras, redes. **Fronteiras e espaço global**. **Porto Alegre: AGB**, p. 41-49, 1998.

MACHADO, LIA OSORIO. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2002.

MACHADO, LIA OSÓRIO. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. **Continente em chamas. Globalização e território na América Latina**, p. 243-284, 2005a.

MACHADO, LIA OSORIO. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil. **Parcerias Estratégicas, Brasília, DF**, v. 20, p. 747-766, 2005b.

MACHADO, LIA OSÓRIO et. al. O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual metodológica. In: OLIVEIRA, T.C.M (Org). **Território sem Limites** – Estudos sobre fronteiras. p. 87-112. Campo Grande: Ed. UFMS. 2005c.

MACHADO, LIA OSÓRIO. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. **Anais: II Conferência Internacional de Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira**. Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento do Paraná. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. p. 58-69. 2006.

OLIVEIRA, TITO CARLOS MACHADO DE. Tipologia das Relações Fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T.C.M (Org). **Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras**. pp. 337-408. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, TITO CARLOS MACHADO DE. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas–reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, CLAUDE. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Orgs.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005.

RODRÍGUEZ, JUAN CARLOS ARRIAGA. El concepto jurídico de frontera. **Memorias del XII Seminario Internacional de Verano. Caribe: Economía, política y sociedad**, p. 471-490, 2011.

RODRÍGUEZ, JUAN CARLOS ARRIAGA. El concepto frontera en la geografía humana. **Perspectiva Geográfica: Revista del Programa de Estudios de Posgrado en Geografía**, n. 17, p. 71-96, 2012.

RODRÍGUEZ, JUAN CARLOS ARRIAGA. Tres tesis del concepto Frontera en la historiografía. **Tres miradas a la historia contemporánea**, p. 9-47, 2013.

SANTOS, THAUAN; DINIZ JÚNIOR, CARLOS ANTÔNIO. Integração Regional e Educação: O caso do MERCOSUL. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 16, n. 2, 2017.

SOUZA, MARCELO JOSÉ LOPES DE. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA. R. L. (orgs.). **Geografia Conceitos e Temas** (Pág 77-116). Rio de janeiro: Editora Hucitec/Editora Bretrand Brasil. S.A., 1995.



doi 10.48209/GEO-65-89949-10-3

# CAPÍTULO 10

## **ESPAÇO HABITACIONAL CONTENDO REALIDADES DIFERENTES EM UM MESMO RECORTE GEOGRÁFICO - CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO, RJ**

*Matheus Nascimento de Albuquerque  
Willian Nascimento de Castro*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto inicial retratar a questão da habitação, neste caso o recorte escolhido se deu no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. Para retratar algumas organizações sócio espaciais usaremos aqui dois modelos de espaços habitacionais bem distintos separados por um muro, de um lado, a favela “Vila Mangueiral” como um exemplo de aglomerado de exclusão e moradia precarizada. Esta comunidade surgiu através dos movimentos de migrações de pessoas vindas do Nordeste no final da década 60 e início da década de 70. O outro espaço de habitação que usaremos será condomínio “ Fazenda Montenegro” em contraponto, antigo “ Condomínio dos Franceses” como era conhecido pelos moradores que residem em seu redor, pois, em se tratar de um condomínio originalmente para servir a Diretoria e alto escalão que viriam da França para trabalharem na Fábrica da Michellin. Um dos condomínios de alto padrão de Campo Grande, desde o seu surgimento no final da década de 60 e que se perdura até hoje. Vale apenas ressaltar que dois espaços de habitação estudados estão no mesmo recorte geográfico. Esse artigo tem como base de fundamentação científica principal os livros “ o mito da desterritorialização” e “ Vivendo no Limite” de Rogério Haesbaert, onde o autor explica como se dá origem e se desenvolve esse processo de exclusão-social, apropriação e utilização do espaço .

Imagem 1 – Recorte topográfico do Objeto de Estudo – Fazenda Montenegro e vila Mangueiral



Fonte de Imagem: Elaborada no Google Earth

O presente artigo tem como objetivo falar sobre os processos de habitação que vem ocorrendo desde a década de 60 até os dias de hoje nas localidades da “Favela Vila Mangueiral” e em contraponto o condomínio “Fazenda Montenegro” situados ambos no mesmo bairro, Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde ocorrem duas realidades distintas divididas por um muro. Como nos diz Zizek (2005).

“(…) Em 09/11/1989, o muro de Berlim caiu, anunciando os “ felizes anos 90”, o sonho de Francis Fukuyama do “ fim da história”, a crença de que a democracia liberal havia ganho, de que a busca terminara. Em contraste, o 11 de setembro é o principal símbolo do fim dos alegres anos 90 de Clinton, da chegada da era em que novos muros surgem em toda parte, entre Israel e a Cisjordânia, ao redor da União Europeia, na fronteira EUA – México. A ascensão da nova diretoria populista é apenas o exemplo mais destacado do ímpeto em levantar novos muros. (...) Essa é a verdadeira Globalização: a construção de novos muros protegendo [ os países prósperos] do fluxo migratório.” ( Zizek, 2005.)

De um lado o condomínio “Fazenda Montenegro” onde temos uma realidade financeira elevada, formada por pessoas que atuam em áreas profissionais como: medicina, empresários, advogados, dentistas, etc, infraestrutura como água, luz, rede de esgoto, segurança particular, onde a inclusão social ocorre de forma natural.

Do outro lado do muro “ A favela Vila Mangueiral” com um realidade financeira bem diferente da primeira exposta pois, esta comunidade cortada pelo rio Cabuçu, o descaso por parte das autoridades, a pobreza, exclusão social que nesse caso é marcada pela dificuldade de acesso aos serviços eram: saneamento básico, drenagem quase inexistente, problemático sistema de abastecimento de água, habitação, menores oportunidades de emprego formal, a injustiça social e o preconceito racial, que ocorrem ainda hoje de forma velada.

Que esse estudo sirva de alerta, que a menos de 3 KM de distância do centro comercial de Campo Grande, um centro que serve de base comercial para quase toda a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro possa existir uma disparidade tão grande entre a inclusão e a exclusão social, em pleno século XXI.

## **FALANDO BREVEMENTE SOBRE A HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE**

Imagem 2 – Recorte Espacial do Bairro de Campo Grande e Adjacências



Fonte: Retirada dos catálogos de pesquisa do Google

Campo Grande é um bairro localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Sua ocupação remonta a 17 de novembro de 1603, tendo uma área territorial de 11.912,53 hectares. Tendo como início uma área de vale que começava no Rio da Prata e terminava no Cabuçu (Nova Iguaçu), que depois da fundação da cidade do Rio de Janeiro passou a pertencer à grande Sesmaria de Irajá. Em 1673 essas terras são desvinculadas e doadas pela Coroa a Barcelos Domingos, que constrói a capela de Nossa Senhora do Desterro, que posteriormente vem a se transformar na Matriz de Campo Grande. Próximo a igreja achava-se o poço Nossa Senhora do Desterro, de onde a população pegava água para o seu abastecimento.

A região começou a progredir em 1878 ano de inauguração da estação de Campo Grande, da Estrada de Ferro Central do Brasil, assim começando o processo de transformação de área rural para área urbana.

Já na década de 40 Campo Grande foi considerada a grande região produtora de laranjas. Posteriormente na década de 60 Surgem em Campo Grande as Primeiras grandes empresas como a siderúrgica Cosigua-Gerdau, a fábrica francesa de pneus Michelin e a Valesul, entre outras. Também nos anos de 1962 a 1979, a construtora CEHAB ergue os seguintes empreendimentos: Conjunto Santa Margarida, a Estrada do Campinho, o Cesário de Melo e o Miguel Gustavo, grandes conjuntos habitacionais. Em 1968, o então governador Francisco Negrão de Lima, promulgou a Lei 1627/68 reconhecendo a localidade de Campo Grande como cidade. Mesmo assim até hoje Campo Grande ainda é tido como um bairro do Município do Rio de Janeiro.

“Lei número 1.627, de 14 de junho de 1968, projeto do deputado Frederico Trotta. O governo do estado da Guanabara, faço saber, que a assembleia legislativa do estado da Guanabara aprovou o projeto de lei número:181 de 1967 e eu promulgo, de acordo com o artigo 26, 3º, da constituição do estado, a seguinte lei:

Art. 1º - É reconhecida como “Cidade” a localidade de Campo Grande, passando a denominar-se cidade de Campo Grande.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1968 - 80º da república e 9º do estado da Guanabara. Francisco Negrão de Lima, Álvaro Americano, Arnaldo Salgado Mascarenhas, Gonzaga da Gama Filho, Al-themar Dutra de Castilho, Humberto Braga, Cotrin Neto, Raymundo de Pau-la Soares, Hildebrando Monteiro Marinho, Luiz de França Oliveira, Augusto do Amaral Peixoto, Dirceu de Oliveira e Silva, Victor de Oliveira Pinheiro e Lecy Neves. ”

Hoje com a maior concentração populacional tendo aproximadamente, 328.370 habitante apresenta grande potencial para o desenvolvimento de polos de gastronomia e de turismo ecológico, juntamente com suas principais atividades econômicas que são o comércio, e a industrias.

Campo Grande em 2010 atingiu o primeiro lugar em número de lançamentos residenciais no município do Rio de Janeiro, superando assim os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca atraindo grandes construtoras cariocas.

“o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. A tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e encontro social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.” ( Corrêa 2000.)

Hoje essa expansão habitacional continua principalmente nas estradas do Monteiro, Cabuçu e Estrada da Cachamorra, onde o nosso recorte foi feito. Principalmente na estrada da Cachamorra que terá até o final do ano finalizados mais quatro empreendimentos, sendo todos condomínios de médio e alto padrão.

## **CONDOMINIO FAZENDA MONTENEGRO**

O condomínio “ Fazenda Montenegro” surgiu na no final da década de 60 início da década de 70 originalmente para servir de moradia à diretoria e os altos cargos da recém-inaugurada Fábrica de Pneus da Michellin.

## Imagem 3 – Fazenda Montenegro



Fonte: Elaborada no Google Earth

Conhecido na época como “Condomínio dos Franceses” pelos moradores residentes em outros conjuntos habitacionais que o rodeavam, era um ponto de contraste em Campo Grande pois suas casas eram de padrão europeu e destoavam das demais construções da época. Além do design, o condomínio era todo cercado e com segurança 24 horas por dia, possuía piscinas, quadras poliesportivas, salão de festas, sala de conferência, sala para projeção de vídeos, e outras comodidades bastante diferenciadas para a época.

Depois de muito tempo quase sem uso, já nos anos 2000 esse condomínio foi vendido para pessoas que poderiam ou não ter ligação com o quadro de funcionários da Michellin, surgindo assim o condomínio de alto padrão “Fazenda Montenegro”. Situado na Estrada da Cachamorra, e sendo vizinho de muro pela parte de fundos com a “Vila mangueiral”. Este condomínio servirá de contraponto com a realidade vivida do outro lado do muro. De um lado nas décadas de 60 e 70 o processo de desterritorialização sofrido por aqueles indivíduos vindos da França e reterritorialização no condomínio citado onde se tentava diminuir os impactos sofridos por estes com toda a infra-estrutura e inclusão social. No entanto, do outro lado do muro a realidade era bem diferente.

## HABITAÇÃO X EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo o Dicionário Exclusão é o ato de não inclusão. Ação que consiste na privação das funções de alguém. A exclusão pode ser: social, política, financeira. Ação ou resultado de excluir, de separar, de afastar ou de omitir. Outra definição que poderíamos citar é a de Segregação: Ação de segregar, separar, desunir, ato de afastar. Separação ou isolamento, de um grupo social por residência forçada ou voluntária em determinada área ou território.

A exclusão também foi teorizada por Marx de uma forma moralista em “Os 18 Brumário de Luiz Bonaparte” quando ele fala sobre o Lumpenproletariado (camada flutuante do proletariado, destituída de recursos econômicos) como “o Lixo de todas as classes”, “Uma massa desintegrada” que reúne “indivíduos arruinados e aventureiros malfeitores recém – saídos da cadeia(...), batedores de carteira, medigos, ect.” (Marx, Apud Bottomore, 1988;223).

Para Rogério Haesbaert, os aglomerados de exclusão são uma problemática de exclusão social que começaram a ter destaque em 1970 e tomaram maior ênfase em 1980 através das Ciências Sociais, principalmente na Europa e que vieram na sequência das discussões igualmente polêmicas sobre a pobreza, e a privação percebendo a pobreza nesse caso, como associada à disponibilidade de recursos.

Desta forma, recursos devem ser tratados de uma forma mais ampla, associado à própria dimensão espacial, ou seja, o território como recurso. Haesbaert lembra que definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, e que ninguém está em uma exclusão total de forma definitiva, podendo ser essa exclusão de forma social ou territorial. Haesbaert usa o autor José de Souza Martins para explicar que os aglomerados de exclusão são “inclusões precárias” em vez de “exclusões sociais” e que o modelo político econômico neoliberal dos países periféricos como ao sistema do Brasil, estimulam esse tipo de inclusão precária de forma instável e marginal.

“(...) “arrasados” e padronizados à feição do modelo dominante, [que] muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transformam num ritmo alucinante a paisagem e incorporam áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e “regional”. Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitais com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”. Essa massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos... de exclusão...” ( Haesbaert. 1995, p. 166).

As dimensões socioeconômicas sobre a forma de exclusão, pelo simples fato de que são essas dinâmicas que respondem melhor hoje pela formação daquilo que aqui estamos chamando de aglomerados de exclusão ou de processos de territorialização precária teria muita das vezes como ponto de partida a atual crise financeira mundial e que esse fator seria determinante sobre esse processo.

## **VILA MANGUEIRAL**

A epistemologia deste artigo tem como base o processo habitacional do aglomerado de exclusão representado aqui pela Vila mangueiral, onde em um mesmo recorte geográfico temos duas realidades distintas, de um lado do muro Vila Mangueiral que segundo relatos de moradores surgiu no final da década de 60 início da década 70 tendo suas primeiras construções como base a madeira, chapas de ferros, todos materiais reaproveitáveis, não tendo nenhuma estrutura básica como água encanada, luz, esgoto. As ruas eram de chão-batido (barro) e quando chovia viravam lamaçais. Seus moradores em sua maioria eram nordestinos (imigrantes) e negros (e descendentes), onde suas principais atividades econômicas eram a de empregadas domésticas, faxineiras, pedreiros, catadores, porteiros segundo Virilio.

“Depois da oposição campo-cidade do século XIX e a oposição centro-periferia do século XX, assistiremos dentro em breve, se não nos prevenirmos, à oposição entre aqueles que contam com um domicílio e um emprego permanentemente e os que vivem à deriva, à procura de uma subsistência precária e de um alojamento provisório.” (Virilio, 1994:6).

Tendo esse panorama como base podemos identificar um processo de “exclusão social ou inclusão precária”, Haesbaert no capítulo 7.2. de um dos livros que usamos como base, explica que o processo de aglomerados começa na verdade com um processo de desterritorialização, que ocorre de forma e em diferentes dimensões, da economia a política, da cultura, ao espaço geográfico propriamente dito e esse processo também pode ocorrer de forma espontânea ou de forma imposta.

Imagem 4 – Vila Mangueiral



Imagem Fonte: Elaborada no Google Earth

Mas como o próprio autor nos lembra é que para cada processo de desterritorialização acontece um processo de reterritorialização que nesse caso ocorre de forma instável e de fragilização territorial. Tal fato ocorre principalmente em grupos mais excluídos socialmente ou profundamente segregados. Dentro da própria “Vila Mangueiral” ocorre esse tipo de reterritorialização: de um lado

da margem do Rio Cabuçu ainda existem alguns poucos barracos de madeira, de chapas de ferro e materiais reaproveitáveis, sem instalação regular de água, esgoto, luz e drenagem. Esse grupo seria o que o autor chamaria também de “Aglomerados humanos de exclusão”.

“(...) rigorosamente falando não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo o qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações (...) constituem o imperdoável de tais sistemas, fazem parte delas ainda que os negando” ( 14, grifos do autor)

Hoje a realidade da “Vila Mangueira” é um pouco diferente pois, essas habitações antes preenchidas só por construções de madeira e materiais reaproveitados, sem nenhuma infra-estrutura, já começa a mudar. A grande maioria dos barracos foram substituídos por cômodos de alvenaria, já existe rede de luz e água pavimentação e essas mudanças se deram após o projeto de reurbanização “Rio Cidade II” Favela-Bairro.

Que foi um projeto implantado pela prefeitura do Município do Rio de Janeiro buscando a consolidação dos assentamentos, urbanização dos espaços públicos, remanejamento de moradias em áreas de risco, construção de infra-estrutura e de equipamentos urbanos.

O primeiro passo da Secretaria Municipal de Habitação foi definir as áreas a serem urbanizadas e a partir de alguns critérios 143 favelas foram beneficiadas pelo projeto Favela-Bairro, logo a Vila Mangueiral foi uma das beneficiadas.

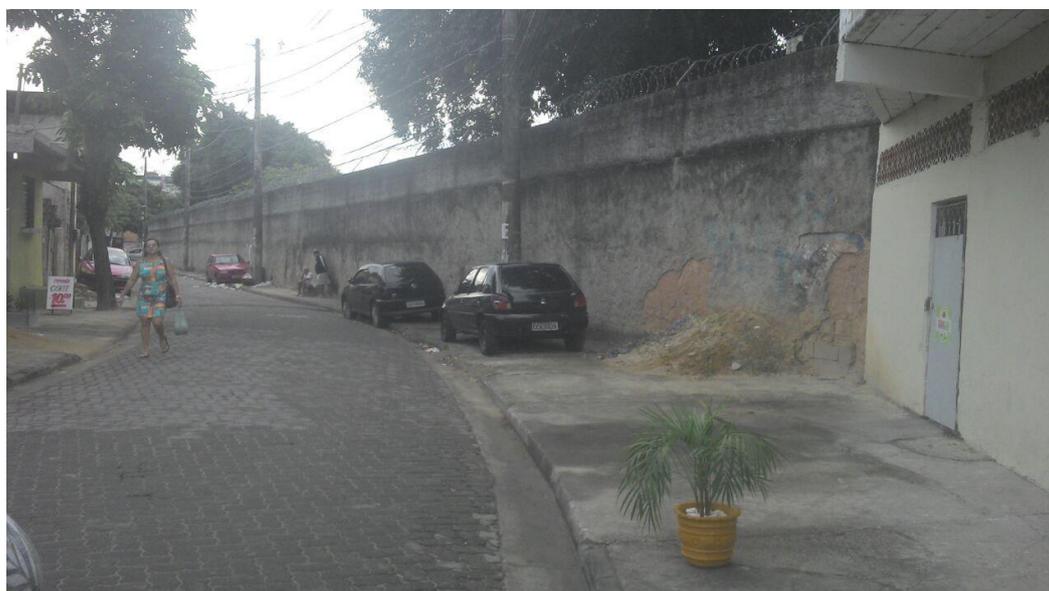
## Imagem 5 – Resumo Habitacional

	GALERIAS PLUVIAIS (m)	ILUMINAÇÃO (postes)	ÁRVORES PLANTADAS	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS (m <sup>2</sup> )	PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS(m <sup>2</sup> )	DUTOS DA TELERJ (m)	DUTOS DA LIGHT (m)	COLETORES DE LIXO	ABRIGOS DE ÔNIBUS	INVESTIMENTO (R\$ mil)
Bonsucesso	3.072	243	517	22.000	25.640	1.685	4.670	150	11	15.314
Campo Grande	4.703	298	1.122	60.741	28.856	6.560	27.230	233	2	23.344
Catete	1.290	396	211	31.000	42.666	–	–	37	1	9.883
Centro	478	232	234	40.630	54.730	504	–	83	–	13.451
Copacabana	2.980	366	372	107.000	66.601	–	–	234	30	22.366
Ilha do Governador	3.084	480	394	2.584	26.480	11.682	15.000	54	11	12.711
Ipanema	4.200	97	416	81.869	41.310	–	–	82	8	15.108
Leblon	777	467	561	25.000	27.800	15.978	3.770	121	8	10.950
Madureira	3.042	284	190	17.500	50.900	1.390	4.000	104	4	18.183
Méier	1.489	359	460	26.600	25.890	20.850	30.000	206	19	15.423
Pavuna	3.205	101	420	35.800	48.000	–	–	192	13	7.430
Penha	2.010	181	178	15.242	19.746	6.560	19.202	73	–	9.772
Tijuca	2.073	355	384	51.600	50.690	1.500	10.500	90	15	14.288
Vila Isabel	2.320	420	598	33.500	33.000	5.200	7.500	125	15	22.478
Botafogo	2.357	379	426	27.500	26.275	2.567	3.650	208	16	17.156
TOTAL	37.080	4.658	6.483	574.666	568.584	74.476	125.522	1.992	153	227.858

Fonte: Site Rio Cidade

Não devemos esquecer que este processo de exclusão vai além da exclusão-social, ela também engloba a exclusão territorial e a cultural. O que era anteriormente um aglomerado de exclusão, fruto de um processo de desterritorialização e reterritorialização de indivíduos. Hoje podemos perceber que esse espaço geográfico possui moradores que são oriundos deste território e eles reconhecem esse recorte como sendo seu lugar, mesmo que este não o pertença formalmente de forma documental.

## Imagem 5 – Vila Mangueiral



Fonte: Autoral

## **TRABALHO DE CAMPO:**

A pesquisa foi feita no sábado dia 06/05/2017 e durou aproximadamente 02:30 mim no período de 08:30 hs às 12:00hs.

### **Perguntas:**

#### **1 – Sexo:**

**MASCULINO - 8            FEMININO:4**

#### **2- Idade:**

##### **ENTRE:**

**30 E 40 ANOS – 4 PESSOAS**

**40 E 60 – 8 PESSOAS**

#### **3- Tempo de moradia:**

**MENOS DE 10 ANOS - 1**

**MAIS DE 10 ANOS - 1**

**MAIS DE 20 ANOS - 2**

**MAIS DE 30 ANOS – 2**

**MAIS DE 40 ANOS - 4**

**MAIS DE 60 ANOS - 1**

#### **4- Gosta de morar aqui:**

**SIM - 11            NÃO - 1**

#### **5- Trabalha formalmente:**

**SIM -2            NÃO - 8            APOSENTADO-2**

#### **6- Você se mudaria desta localidade:**

**SIM - 3            NÃO - 9**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o Bairro de Campo Grande pode-se constatar que a desigualdade social vem de muito tempo, assim esses espaços habitacionais que na verdade são aglomerados de exclusão ou inclusão precária não estão isolados espacialmente e sim poderão estar dividindo o mesmo recorte geográfico com uma outra realidade habitacional bem diferente.

Esses territórios habitacionais precarizados ou excluído sócio-espacialmente serão também instáveis sócio-culturalmente e essas pessoas não terão um controle efetivo sobre os seus próprios territórios, logo são excluídos e muitas vezes esquecidos pelo Estado.

Devemos lembrar que esses aglomerados são as tentativas de reconstrução de territórios antes perdidos, e a busca incessante destes atores pelo reconhecimento dos seus direitos que foram muitas das vezes retirados de forma brutal marca contradição existente no modelo capitalista.

Capitalismo aqui que será representado pelo condomínio Fazenda Montenegro, com os seus moradores com um alto poder aquisitivo, onde esse acúmulo de poder financeiro (capital) se reflete nas formas de Habitação que ali existem.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

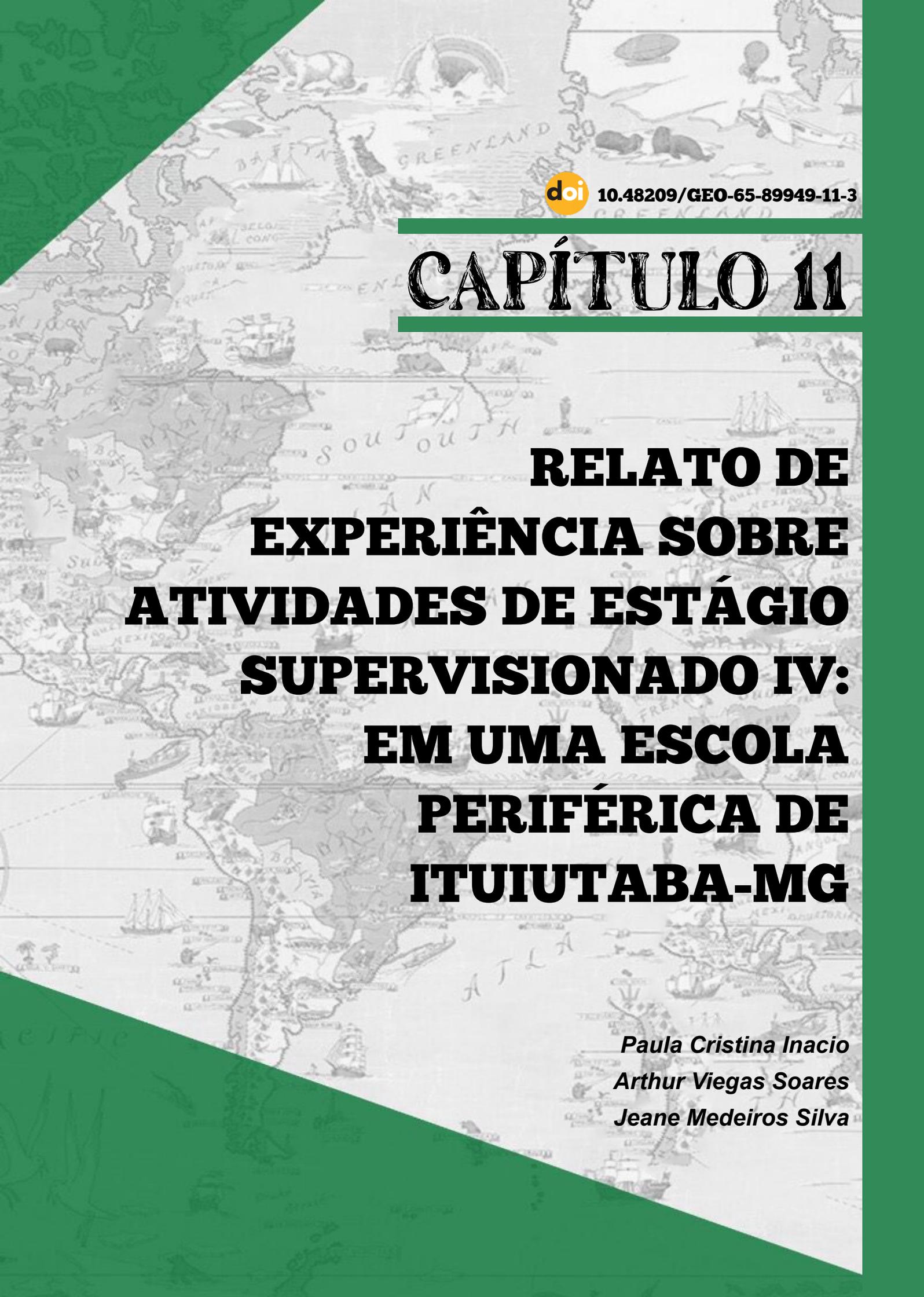
VIRILIO,P. **Eran pós-Industrial cria nômades à procura de Trabalho.** São Paulo.Folha de São Paulo.1994.

FRÓES, José Nazareth de Souza. GELABERT, Odaléa Ranauro Enseñat. **Rumo ao Campo Grande por trilhas e caminhos.** Rio de Janeiro.2004.

ZIZEK, S.. **Sobre homens e lobos.** Folha de São Paulo ( Caderno Mais). São Paulo. 23 de outubro. 2005.

<http://www.pcg.com.br/historiadobairro/reconhecimentodacidade.htm> . Acesso em 10 de abril de 2017.

[http:// www.protalgeo.rio.gov.br/estudoscariocas](http://www.protalgeo.rio.gov.br/estudoscariocas) . Acesso em 18 de abril de 2017.



doi 10.48209/GEO-65-89949-11-3

# CAPÍTULO 11

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: EM UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE ITUIUTABA-MG**

*Paula Cristina Inacio  
Arthur Viegas Soares  
Jeane Medeiros Silva*

## INTRODUÇÃO

A disciplina de estágio curricular supervisionado é imprescindível no processo de formação de professores, trata-se de unir a teoria com a prática, colocando o então aluno e futuro professor, no exercício de lecionar durante a sua graduação, oportunidade que oferece um contato mais próximo e real que ele (a) possa ter durante a sua formação, e permite a construção de sua identidade como professor.

Conforme a Resolução CNE/CP 2 de 19 de dezembro de 2002, o estágio supervisionado da licenciatura dos cursos de Geografia contempla uma carga horária mínima de 400 horas. As atividades referentes ao estágio foram divididas em quatro disciplinas: Estágio Supervisionado 1, 2, 3 e 4 que estarão sob a responsabilidade de professores da área de Ensino de Geografia do Curso. (Projeto Pedagógico do Curso de Geografia-UFU)

Dessa maneira, conforme o Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, o estágio é organizado em quatro etapas, que abrangem os diferentes anos de ensino em que o estagiário pode atuar, a fim de permitir a interação com diferentes contextos da educação, seja ela no nível dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, como também o ensino médio, fator este que possibilita uma visão mais ampla e uma experiência mais diversa.

O estágio supervisionado IV, consistiu na participação ativa dos estagiários em aulas teóricas e práticas, sobre os mais variados temas, ministrados pela professora doutora Jeane Medeiros Silva.

Entre as atividades que foram realizadas no decorrer do estágio, tiveram rodas de conversa sobre a temática da docência e ensino; o processo de escolha da escola para receber os estagiários; a elaboração do diagnóstico para apresentação da instituição escolar; a criação de um projeto de intervenção, bem como a sua aplicação e respectivas análises; a elaboração e realização de uma entrevista sobre reuniões pedagógicas, junto às considerações posteriores; o

desenvolvimento de um seminário em grupo, e por fim, a confecção individual do relatório final constando detalhadamente cada uma dessas atividades.

Desse modo, é perceptível como tudo o que foi proposto durante o estágio supervisionado foi atrelado ao Projeto Político Pedagógico do curso, e orientado por professores que conheciam as necessidades dos graduandos, e quando ocorre dessa maneira só tende a contribuir com a formação dos futuros docentes.

O projeto foi desenvolvido na Escola Municipal Rosa Tahan, no município de Ituiutaba-MG. As atividades foram planejadas pelos estagiários sob a supervisão das professoras do curso de Geografia da UFU e regente da Escola, e tiveram como objetivo aproximar os conteúdos da Geografia à realidade dos alunos de uma escola periférica, para que eles pudessem assimilar o tema e ao mesmo tempo ter contato com outros tipos de recursos metodológicos, despertando o interesse deles pela matéria.

Sendo assim, foram combinados recursos didáticos a fim de abordar temas como: representações cartográficas, escala macro-micro, localização, cidade, campo, paisagens e avaliação de impactos ambientais por meio do reconhecimento do espaço.

Os recursos metodológicos utilizados pelos estagiários foram: slides, vídeo, imagens de satélite, fotografias aéreas e fotografias de celular. E o intuito de utilizar esses recursos foi para abordar temas como: as diferentes formas de visualizar o espaço geográfico e de localização, partindo do Planeta (macro) para o Brasil, o Estado, o município, o bairro Tupã e a Escola (micro). E no decorrer dessa abordagem foram sendo elencados fatores que caracterizam a paisagem urbana e a paisagem rural, os lugares iguais com diferentes funções, os diferentes tipos de bairros, periféricos e centrais, bem como sua infraestrutura e desigualdades, entre outros elementos que foram trazidos no decorrer das explicações.

Após a aula expositiva-dialogada foi proposta uma aula campo para desenvolver a criticidade dos estudantes quanto aos espaços que eles frequentam,

permitindo que eles pudessem analisar os fatores positivos e negativos que constituem a infraestrutura do local, os hábitos da população que reside/frequenta o bairro da Escola, e o papel de todos como agentes transformadores do meio em que estão inseridos.

Portanto, todas as temáticas abordadas em aula foram planejadas de forma com que fossem relacionadas ao cotidiano dos alunos, como é o caso das imagens que foram utilizadas para explicar elementos que caracterizam as paisagens, trazendo a própria cidade de Ituiutaba-MG, para trabalhar também com a memória afetiva e vivida por eles, além de promover o senso crítico e de aguçar a observação.

## **DESENVOLVIMENTO**

A ciência Geográfica é o estudo do espaço e a relação que a sociedade tem com ele. Diante disso trazendo o viés escolar, para o ensino dessa ciência torna-se necessário o entendimento das dinâmicas do meio, das relações da sociedade com a natureza, dos fenômenos naturais, dos meios de produção, das diferentes paisagens, e como isso implica no cotidiano do indivíduo e da sociedade como um todo.

Para Schier (2003, p. 80),

De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.

Sendo assim, a paisagem é um dos conceitos chave na Geografia, por conseguir elencar os vários elementos que a compõem, estudando-os não de forma isolada, mas sim de forma integrada, é possível compreender os processos e os resultados que apresentam.

A paisagem, mais especificamente os elementos que são próprios do meio urbano e do rural, foram objetos de estudo, cada qual com suas particularidades, formas e traços que os caracterizam e assim, também os diferenciam, sendo abordados e analisados pelos estagiários.

É nesse viés que este projeto, procurou combinar abordagens e metodologias para o ensino de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, que devido à essa fase escolar em que estão inseridos, os discentes da escola acabam por terem contato somente com os professores de Pedagogia, sem formação específica sobre a matéria de Geografia e demais assuntos que permeiam essa área do conhecimento, o que não os habilita a abordar temas com certa profundidade.

Esse fato despertou nos integrantes do grupo a procura por formas de relacionar os conhecimentos da Geografia com a Pedagogia, para auxiliar na construção de temas importantes de serem abordados pelos professores, mas que na prática são pouco explorados no cotidiano escolar, devido à base curricular dos que são habilitados em Pedagogia, entre outros fatores como: falta de tempo para a elaboração de metodologias alternativas, questões relacionadas aos recursos utilizados, entre outros.

Diante disso, ressalta-se a necessidade da alfabetização Geográfica desde os anos iniciais, para que os estudantes possam ter senso de localização e de leitura dos mais diversos espaços em que estão inseridos, e então possam reconhecer-se como agentes transformadores, atuantes e pertencentes.

Através da cartografia, é possível trabalhar com as representações sócio espaciais, localização, escalas, mapas, o que mostra o quanto ela está inserida no cotidiano da sociedade de diferentes formas.

De acordo com Francischett (2007, p. 3),

Assim, o estudo da linguagem cartográfica vem, cada vez mais, reafirmar sua importância na escolaridade, no desenvolvimento cognitivo referente ao estudo do espaço pelas representações. Contribui não apenas para que os alunos compreendam os mapas mas também para que desenvolvam capacidades relativas à representação do espaço e ao espaço da representação.

Diante do exposto, a percepção cartográfica para o indivíduo é essencial não somente para a vida escolar, mas sim para a vida pessoal e coletiva, por instigar a capacidade de observação, descrição e criticidade do aluno para com o espaço em questão, aprendendo formas de representação e de análise de territórios.

A linguagem na Geografia detém as representações e imagens que o indivíduo forma a partir da percepção da paisagem, do lugar e do território, atributo de análise da linguagem cartográfica, com a pertinência de estudar as representações de um dado espaço tomando-se como categoria de análise a simbologia, sobretudo as suas novas concepções, que vão muito além do aspecto de cenário. (PCN, Geografia, 1998)

Conforme Andrade e Medina (2007, p. 2),

[...] através da utilização do Sensoriamento Remoto que nos últimos anos vem se popularizando, através da disponibilização de imagens na internet como é o caso do Google Earth, que contribui para a expansão dessa técnica, permitindo seu uso para fins pedagógicos em diferentes níveis de ensino.

Por meio de ferramentas como o sensoriamento remoto, é possível trabalhar com as mais diversas escalas de análises do espaço, sendo elas mundiais, nacionais, regionais ou locais, ampliando a mobilidade e acesso do estudante à uma imensa variedade de lugares, conforme o estudo, contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem, de maneira alternativa às formas tradicionais de ensino, perpassando pelas áreas tecnológicas e contribuindo com o aumento de interesse dos envolvidos.

A Geografia está presente no cotidiano das pessoas, mas na maior parte das vezes de forma inconsciente. Ela é utilizada a todo momento nas relações entre a natureza e a sociedade, por isso conhecer como as dinâmicas geográficas funcionam, é primordial para entender as complexidades que se encontram implícitas e explícitas nos espaços.

Para tanto, é essencial a fim de obter um bom relacionamento do cidadão com o meio, que ele seja alfabetizado cartograficamente, fazendo com que suas noções de espaço sejam ampliadas e aprimoradas, de maneira que ele consiga compreender além daquilo que o-cerca e a forma como vê.

Essa aprendizagem, sendo reforçada desde os primeiros anos da escola, faz com que o indivíduo em processo de formação tenha uma longa caminhada de aprendizado, possibilitando assim, que os horizontes dessa disciplina sejam ricamente trabalhados.

Dentro dessa noção cartográfica, as crianças ao serem estimuladas cientificamente, por meio de ferramentas pedagógicas, poderão adquirir conhecimentos que proporcionam uma percepção mais reflexiva, autônoma e crítica no que tange as dinâmicas que se encontram inseridas cotidianamente.

O aluno por meio da aprendizagem em Geografia, irá entender as diversas relações que envolvem as cidades, e dentro dela como se organizam os bairros, e também o meio rural, ou seja, irá desenvolver a capacidade de observação dos diferentes espaços e suas dinâmicas.

De acordo com Cavalcanti (2010, p. 3),

Para a definição do que ensinar, para que ensinar, para quem ensinar, o professor tem múltiplas referências, entre as quais as mais diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto da Geografia acadêmica quanto da Didática da Geografia, e, de outro, a própria Geografia escolar, já estruturada pela escola ao longo do tempo. Portanto, ensinar conteúdos geográficos, com a contribuição dos conhecimentos escolares, requer um diálogo vivo, verdadeiro, no

qual todos, alunos e professores, têm legitimidade para se manifestar, com base no debate de temas realmente relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados para os alunos.

E isso é totalmente aplicável para a escolha do tema que foi abordado com os alunos durante o estágio. Houve a articulação da Geografia acadêmica, da didática da Geografia e da própria Geografia escolar, de modo que fossem trabalhadas as paisagens urbanas e rurais, a capacidade dos alunos de distingui-las por fatores facilitados pela tecnologia, as diferenças entre os bairros que compõem uma cidade, estão inseridos em um contexto comercial, residencial ou industrial. E como o campo se relaciona com o meio urbano e vice-versa.

Diante disso, é de suma importância que essas temáticas sejam trabalhadas, trazendo para a sala de aula conteúdos e dinâmicas articuladas com a realidade dos alunos, aguçando a curiosidade deles e trabalhando com a bagagem que trazem de experiência vivida, pois, assim será possível construir o raciocínio necessário para a compreensão da matéria em suas complexidades.

A aula foi expositiva-dialogada, desse modo, em sua construção teve a apresentação dos conteúdos, e os estagiários abordavam os assuntos a partir do conhecimento que os estudantes traziam.

Conforme Cavalcanti (2010, p. 1),

Para isso, cabe a ele não só selecionar e organizar criteriosamente os temas a serem trabalhados, mas também expor aos alunos, com clareza, a relevância desses temas. Por outro lado, é também importante entender que as relações estabelecidas entre professores e alunos não são puramente cognitivas e racionais, nem estão pré-estabelecidas e garantidas pelos papéis que cada um cumpre no processo. Relações abertas, dialógicas, negociadas, sem papéis sociais/profissionais cristalizados e fechados são de fundamental importância para a motivação.

Assim fica claro que quanto mais a relação entre professores e alunos forem dialogadas e abertas para a comunicação de ambos os lados, maior será a motivação no ambiente de ensino-aprendizagem. E o professor ao selecionar

os temas que serão trabalhados, deve mostrar a importância do assunto, suas implicações para a sociedade e o meio, e o que os alunos ao terem contato com aquele determinado conhecimento, podem fazer como cidadãos agora, conscientes da realidade.

Ao lecionar, os futuros professores e os que já estão em exercício irão se deparar com diferentes públicos e contextos, a diversidade, a desigualdade, e as dualidades que existem no mundo, mas, apesar desse e outros fatores a prioridade é fazer com que o acesso ao conhecimento seja democrático e justo para todos.

Esse acaba sendo o intuito principal de estagiar na licenciatura, entrar na sala de aula não mais no papel de aluno, mas diante de uma outra ótica, como sujeito que analisa as condições de ensino-aprendizagem, observa as práticas, propõem conteúdos, e também é aprendiz, afinal, dizem que ao ensinar se aprende o dobro.

Ter ética, respeito e refletir sobre as ações que devem ou não ser incorporadas no momento de lecionar, se trata de um amadurecimento que é proporcionado somente quando se tem o contato com a experiência vivida na sala de aula.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estágio para um melhor aproveitamento e organização foi dividido em etapas. Primeiramente foi realizada a investigação e levantamento bibliográfico sobre o tema das aulas a serem ministradas, tais como: ensino de geografia, cartografia, sensoriamento remoto e paisagens. Para isso foram utilizados artigos, livros e livros didáticos.

Posteriormente, foram elaborados os planos de aula envolvendo os conceitos de representação cartográfica, localização, diferenciação das paisagens urbanas e rurais, escalas macro e micro e sensoriamento remoto.

Após isso, foram preparados os slides com conteúdos pertinentes às aulas, juntamente com a utilização de fotos de sensoriamento remoto, e a plataforma Google Earth para os alunos visualizarem e terem o contato com outros tipos de recursos e ferramentas de ensino-aprendizagem.

No primeiro dia foi feita a apresentação falando que éramos estagiários do curso de Geografia da UFU campus Pontal. Posteriormente, fizemos uma dinâmica que foi bem acolhida por eles, colocando etiquetas com o nome de cada um, inclusive em nós professores, para facilitar a nossa comunicação, já que se tratava de um primeiro contato e queríamos criar um laço com eles para desenvolver as atividades.

Eles foram bem receptivos, ficaram muito curiosos e entusiasmados. Na parte da utilização do data show, eles ficaram comportados e foram bem participativos, mas, quando passou de trinta minutos de aula expositiva-dialogada, eles começaram a ficar muito inquietos, já não prestavam mais atenção e se distraíam com os colegas, percebendo isso nós estagiários agilizamos o conteúdo para aplicar a atividade.

Após a exposição do conteúdo foi passado um vídeo denominado: “Ora bolas”, que ilustrava bem as questões trabalhadas durante a aula, da escala macro-micro e os elementos que compõem o Planeta. A letra da canção foi distribuída para eles, foi realizado o ensaio, eles visualizaram o vídeo uma vez e posteriormente todos cantaram juntos com a exibição da imagem e som.

Letra da música “Ora Bolas”

Oi oi oi, olha aquela bola  
A bola pula bem no pé, no pé do menino

Quem é esse menino? Esse menino é meu vizinho  
Onde ele mora? Mora lá na quela casa  
Onde está a casa? A casa tá na rua  
Onde está a rua? Tá dentro da cidade

Onde está a cidade? Tá do lado da floresta  
Onde está a floresta? A floresta é no Brasil  
Onde está o Brasil

Tá na América do Sul no continente Americano  
Cercado de oceano e das terras mais distantes  
De todo o planeta  
E como é o planeta?  
O planeta é uma bola, que rebola lá no céu

Oi oi oi, olha aquela bola  
A bola pula bem no pé, no pé do menino

Quem é esse menino? Esse menino é meu vizinho  
Onde ele mora? Mora lá na quela casa  
Onde está a casa? A casa tá na rua  
Onde está a rua? Tá dentro da cidade

Onde está a cidade? Tá do lado da floresta  
Onde está a floresta? A floresta é no Brasil  
Onde está o brasil

Tá na América do Sul no continente Americano  
Cercado de oceano e das terras mais distantes  
De todo o planeta  
E como é o planeta?  
O planeta é uma bola, que rebola lá no céu

Oi oi oi, olha aquela bola  
A bola pula bem no pé, no pé do menino

Fonte: Palavra cantada

Com a animação do vídeo e a letra da música é possível visualizar de forma bem didática como o Planeta é composto por vários elementos, desde a casa em que os alunos moram, o bairro, a rua, até formar a cidade, a floresta, o Brasil e o continente americano como diz a canção. Isso se encaixa junto às explicações e a forma como foi demonstrado o uso do Google Earth para os estudantes localizarem o Brasil, o estado de Minas Gerais, o Pontal do Triângulo Mineiro, Ituiutaba, o bairro Tupã e a Escola.

Essa contextualização toda permite à eles uma noção de espaço, de localização, de locomoção e de compreender como as dinâmicas entre a natureza e o ser humano/sociedade são interligadas.

Para finalizar os conteúdos que foram abordados na aula, foram propostas duas atividades. Na primeira os alunos tinham que desenhar os elementos que caracterizavam a paisagem do bairro onde residiam, sendo ele urbano ou rural.

Eles realizaram seus desenhos expondo como era o bairro em que eles moravam, ilustrando os principais elementos. Foi interessante, pois, eles puderam fazer um resgate de onde vivem, representando isso no papel. Quem era do meio rural desenhou as características próprias desse local, quem era do meio urbano desenhou o que era condizente à ele também, e foi possível identificar que eles entenderam o intuito da atividade, os aspectos que diferenciavam essas duas paisagens e também o que elas tinham em comum.

É importante ressaltar que no decorrer da aula, os dois meios, tanto o urbano como o rural, foram colocados como importantes pelos estagiários, sem hierarquizar um sob o outro, pois afinal eles possuem relação de interdependência.

Diante disso, fizemos um resgate e um bate papo sobre cada desenho, e assim eles puderam observar a atividade dos outros colegas e as outras realidades que constituem esses espaços. Nessa conversa retomamos os aspectos que foram mostrados nos slides para eles relembrem, fixarem e fazerem as assimilações, como os tipos de representações cartográficas, as escalas macro e micro nas

imagens de satélite, os tipos de paisagens urbana e rural, as diferenças que constituem os bairros: residenciais, periféricos e centrais e os lugares iguais com diferentes funções.

Para concluir a matéria condizente às representações cartográficas, paisagens urbanas, rurais e bairros, foram analisadas todas as atividades de ilustração feitas pelos estudantes, e foi possível notar que os estagiários conseguiram transmitir o conhecimento e os discentes conseguiram incorporá-lo, e assim representá-los em seus desenhos.

No segundo momento, houve a proposição de uma aula campo, consistindo na observação do entorno da escola, de alguns aspectos ligados à infraestrutura do bairro, bem como os possíveis impactos socioambientais que estavam ocorrendo, suas origens e consequências, proporcionando o reconhecimento do local para além do que os olhos dos estudantes estavam acostumados a ver.

Na aula campo foram retomadas as características que havíamos mostrado para eles fazendo o uso do Google Earth. Desse modo, trabalhamos as diversas visões sobre um mesmo ponto, que era a Escola no caso, anteriormente vista com as imagens de satélite, e agora no próprio entorno da escola com a observação deles.

Antes de sairmos para a aula, foi feita a contextualização da atividade, e assim foi distribuído o diagnóstico para cada estudante, e explicado que eles teriam que assinalar o que era encontrado ali no bairro da escola.

Na aula prática eles estavam muito eufóricos e curiosos, dessa forma tivemos o auxílio de mais duas professoras e dos estagiários que estavam no dia para conduzir as crianças na observação.

Na atividade de visualização do entorno da escola foi disponibilizado um diagnóstico para cada aluno assinalar os pontos que estavam presentes no âmbito local, entre eles constavam: terreno baldio; prédios; árvores; orelhão; calçadas; casa abandonada; bueiros; queimadas; comércio; restos de construção; resíduos

sólidos; avenida; casas; ponto de ônibus; sinalização de trânsito (placas, faixa de pedestre, sinaleiro).

A medida que iam sendo encontrados por exemplo vestígios de queimadas, resíduos descartados incorretamente, ruas sem asfalto, bueiros sem proteção entre outros fatores, iam sendo comentadas as consequências dessas situações para quem frequentava ali, e quais seriam as condições ideais, ou seja, uma forma de avaliação dos impactos socioambientais por meio do reconhecimento do espaço foi realizada pelos alunos, como é perceptível na figura 1.

Figura 1- Aula campo sobre a visualização do entorno da escola



Fonte: Os autores

Assim, como foi mostrado na figura 1, eles fizeram o reconhecimento do espaço, preencheram o diagnóstico, e assinalaram os elementos que estavam presentes ao redor da escola, consistindo portanto em uma análise de parte do bairro Tupã.

Fomos instigando os alunos a observarem as paisagens, os elementos que a-constituíam, os problemas que eram encontrados no bairro, quais eram as origens e as possíveis consequências para a comunidade local. Eles foram muito participativos e realmente observaram cada aspecto mencionado pelos estagiários. Eles também comentaram e fizeram o diagnóstico antes mesmo de falarmos alguma coisa, pois, estavam bem ansiosos.

No retorno para a sala de aula, propomos que eles elaborassem uma carta para o então prefeito, solicitando que algumas melhorias fossem feitas no bairro Tupã, mais especificamente no entorno da escola, onde já tínhamos acabado de identificar junto aos alunos vários problemas.

Diante disso, eles se sentiram muito importantes, devido ao papel de observadores do local em que estavam inseridos, se reconheceram como agentes atuantes, que puderam identificar os pontos que mais mereciam atenção e assim além de exigir mudanças, também viram que é possível incorporar hábitos mais responsáveis em relação ao meio ambiente.

Ao final do diagnóstico havia uma pergunta direcionada: “Se você pudesse enviar uma carta ao prefeito da cidade, o que você pediria de melhorias para o bairro da sua escola e porquê?” A fim de reforçar o papel dos estudantes e os canais de comunicação com os agentes públicos como a prefeitura, que podem ser utilizados para reivindicar melhores condições de vida para a população.

Para finalizar, recolhemos todos os diagnósticos, fizemos as análises e foi possível constatar que os estagiários cumpriram com o objetivo de instigar uma observação crítica do meio. A atividade foi feita de forma individual, mas as análises foram construídas coletivamente por meio das observações e do diálogo.

Após isso, as duas atividades foram analisadas em conjunto pelos estagiários e devolvidas para os alunos. Essa experiência foi muito enriquecedora para nós futuros professores, pois, pudemos desafiar a nossa criatividade para levar

um misto de Geografia teórica, tecnologias e parte prática, de modo que eles pudessem vivenciá-la de uma forma diferente da qual eles estavam acostumados.

No término das atividades quando voltamos para entregar os dois trabalhos que realizamos com eles, acabamos nos sensibilizando com a empolgação que havia ali, e propomos que revisássemos a atividade da carta ao prefeito, para que todos pudessem ver o que o colega escreveu, eles adoraram, agradeceram, a professora Lara foi muito receptiva, nos auxiliou a todo momento e também agradeceu, e no final eles perguntaram quando iríamos retornar para dar aula à eles, essa foi uma sensação muito gratificante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A disciplina de Estágio IV, foi cursada no segundo semestre de 2019, assim como teve seu projeto desenvolvido e aplicado nos dias pré-estabelecidos pela supervisora da Escola, dentro desse período.

O presente Estágio despertou nos integrantes do grupo a procura por formas de relacionar os conhecimentos da Geografia com a Pedagogia, para auxiliar na construção de temas importantes de serem abordados pelos professores, mas que na prática são pouco explorados no cotidiano escolar, devido à base curricular dos professores habilitados em Pedagogia, entre outros fatores como: falta de tempo para a elaboração de metodologias alternativas, questões relacionadas aos recursos utilizados, entre outros.

Outro fator a ser considerado também é a aula campo que foi realizada, que demanda tempo de preparação, planejamento e a permissão dos pais para a participação dos alunos em um aula fora do contexto escolar formal, o que acaba fazendo com que esses tipos de atividades sejam cada vez mais raras de acontecer, sendo que os estudantes carecem de diferentes estímulos para aprendizagem.

Dessa forma, foi perceptível que as atividades referentes ao Estágio na licenciatura geram profundas reflexões. O exercício constante da pesquisa por metodologias e a procura por recursos alternativos, aguçam a percepção do estagiário diante do contexto escolar em que ele está inserido, e isso é essencial para ocorrer de fato o ensino-aprendizagem dentro da realidade da Escola.

Sendo assim, essa experiência contribuiu significativamente para nós futuros professores e foi gratificante ver os estudantes envolvidos, entusiasmados e curiosos pelo conteúdo de Geografia, e manter esse sentimento por parte deles é um desafio constante e inacabado para nós professores.

## **Agradecimentos**

Agradecemos à Escola Municipal Rosa Tahan e todos os seus colaboradores por terem nos recebido com todo o carinho. Aos estagiários Rafael Zanetoni Penariol e Paulo Richard Mariano Valentim que fizeram parte dessa etapa tão fundamental da graduação. À Universidade Federal de Uberlândia, à professora Jeane Medeiros Silva e à todos os colaboradores dessa instituição, que contribuíram com a construção da nossa identidade como professores por meio dessa experiência enriquecedora.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, A. F.; MEDINA, S. S. S. O uso de imagens de satélite do Google Earth como recurso didático para o ensino de projeções de coberturas. **Graphica**, Curitiba, Paraná, Brasil. 2007. Disponível em: [http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs\\_degraf/artigos\\_graphica/OUSODEIMAGENS.pdf](http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/OUSODEIMAGENS.pdf) Acesso em: 10 set. 2021.

CAVALCANTI, L. S. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. *In*: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO- PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento- Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte: 2010. p. 1-16.

FRANCISCHETT, M. N. A cartografia escolar crítica. **Encontro de Prática de Ensino em Geografia-ENPEG2007**, Niterói, RJ, 2007, p. 1-14.

**Graphica**, Curitiba, Paraná, Brasil. 2007. Disponível em: [http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs\\_degraf/artigos\\_graphica/OUSODEIMAGENS.pdf](http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/OUSODEIMAGENS.pdf) Acesso em: 10 set. 2021.

ORA, BOLAS. Paulo Tatite e Edith Derdyk; Palavra cantada, [S. l. : s. d.], 1 vídeo (1:17). Publicado pelo canal Palavra Cantada Oficial. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=nOm07DbIV5g&t=13s&ab\\_channel=PalavraCantadaOficial](https://www.youtube.com/watch?v=nOm07DbIV5g&t=13s&ab_channel=PalavraCantadaOficial) Acesso em: 12 set. de 2021.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **RAEGA, O espaço Geográfico em análise**, Curitiba, PR, n. 7, p. 79-85, 2003.

SIMIELLI, M. H. **Ápis Geografia, 3º ano**: ensino fundamental, anos iniciais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017.



10.48209/GEO-65-89949-12-3

# CAPÍTULO 12

## **APLICACIÓN DE LA NC ISO: 50001/2011 EN EL TALLER DE SARCÓFAGO DEL MUNICIPIO GUANTÁNAMO, CUBA**

*José Rolando Dupuy Parra*

*Mairelis Videaux Aguilar*

*Evelio Parra Rodríguez*

*Enma Negret Fuentes*

*René Lesme Jaén*

*Giorvys Guerra Maldonado*

*Ángel Almarales Arceo*

*Reinaldo Fernandez Justiz*

*Adilson Tadeu Basquerote*

**RESUMEN:** En este trabajo se lleva a cabo una valoración del comportamiento del portador energético como la electricidad contra la producción de sarcófagos, estos indicadores fueron tomados del Taller de Sarcófago del municipio de Guantánamo, en los últimos 5 años. El taller se encuentra ubicado en Sol y Prado y Aguilera provincia y municipio Guantánamo, Cuba. A partir de la cantidad de unidades de sarcófagos que elaboren, se pueden determinar los índices de eficiencia, con el índice de consumo de 164,81 kWh/UP, el índice de eficiencia energética de 77,18%, el índice de ecológico de 16,23% y el índice de emisiones a la atmosfera de 15,5 Ton de CO<sub>2</sub>/UP. Estos indicadores antes mencionados son el objetivo principal de este trabajo los cuales son referencia del comportamiento del taller y su influencia con la contaminación medio ambiental.

**Palabras Clave:** Eficiencia energética, Portador, Producción, Sarcófagos.

**RESUMO:** Neste trabalho é realizada uma avaliação do comportamento do portador de energia, como a eletricidade contra a produção de sarcófagos, indicadores esses retirados da Oficina do Sarcófago do município de Guantánamo, nos últimos 5 anos. A oficina está localizada na província de Sol y Prado y Aguilera e no município de Guantánamo, Cuba. A partir do número de unidades de sarcófago que fabricam, podem ser determinados os índices de eficiência, com o índice de consumo de 64,81kWh / UP, o índice de eficiência energética de 77,18 %, o índice ecológico de 16,23% e a taxa de emissões para a atmosfera de 15,5 Toneladas de CO<sub>2</sub> / UP. Os referidos indicadores constituem o principal objetivo deste trabalho, que são uma referência para o comportamento da oficina e a sua influência na poluição ambiental.

**Palavras chave:** Eficiência energética, Carrier, Production, Sarcophagi.

**ABSTRACT:** In this work an assessment of the behavior of the energy carrier is carried out, such as electricity against the production of sarcophagi, these indicators were taken from the Sarcophagus Workshop of the municipality of Guantánamo, in the last 5 years. The workshop is located in Sol end Prado end Aguilera province and municipality of Guantánamo, Cuba. From the number of sarcophagus units that they make, the efficiency indices can be determined, with the consumption index of 64,81 kWh / UP, the energy efficiency index of 77,18 %, the ecological index of 16,23 % and the rate of emissions to the atmosphere of 15,5 Ton of CO<sub>2</sub> / UP. These aforementioned indicators are the main objective of this work, which are a reference to the behavior of the workshop and its influence with environmental pollution.

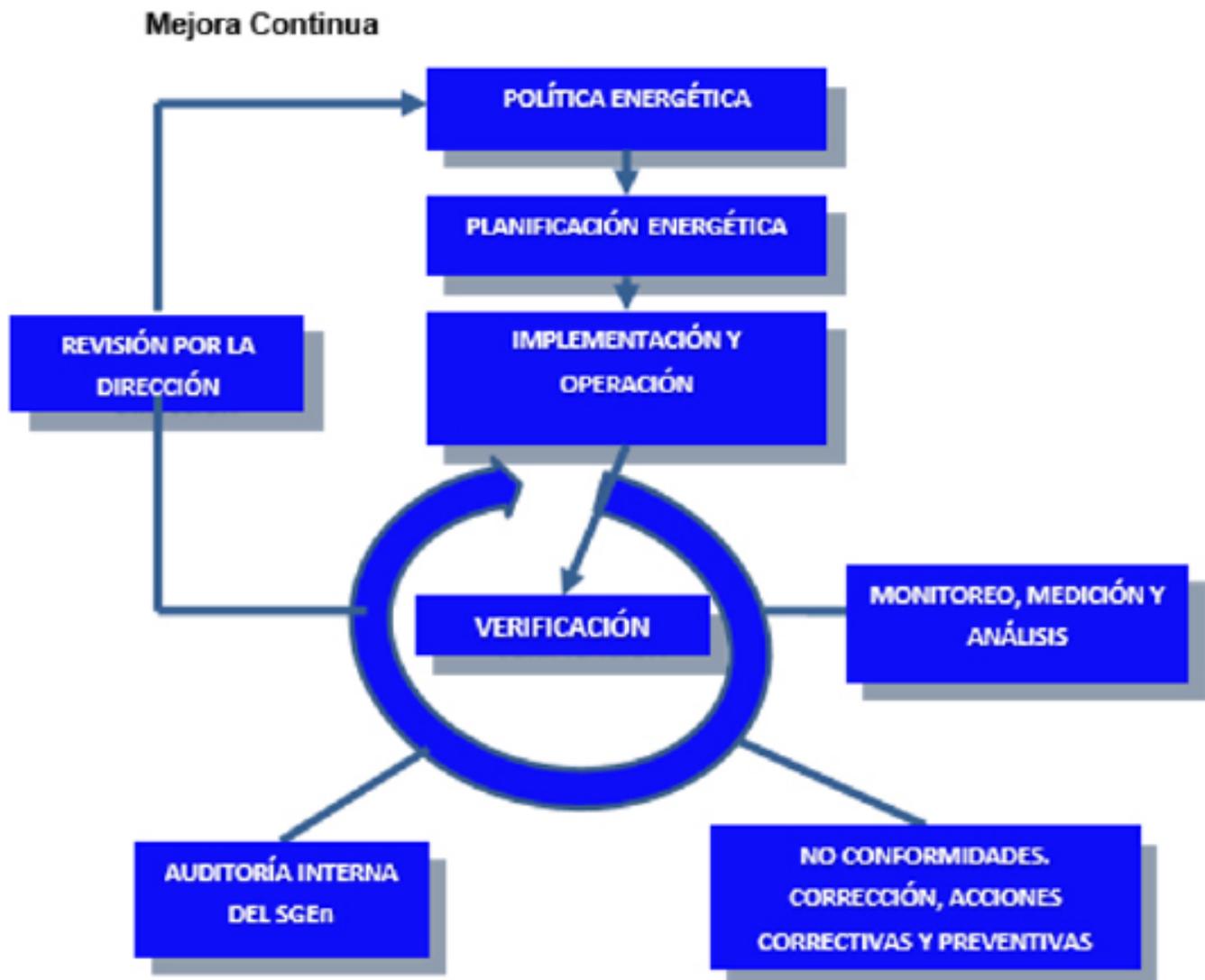
**Keywords:** Energy efficiency, Carrier, Production, Sarcophagi.

## INTRODUCCIÓN

El uso de las Fuentes de Energías Renovables (FER) y el Ahorro y la Eficiencia Energética (AEE) son necesidades de la sociedad (LAPIDO et al., 2014). Con la actual crisis económica mundial se hace necesario llevar a cabo un proceso de planificación energética para garantizar el suministro de los portadores energéticos que demanda el desarrollo económico y social del país. La correcta utilización de estos recursos extiende su existencia y proporciona el tiempo necesario para explotar fuentes alternativas (INFANTE, 2019).

En la actualidad el hombre ha creado graves problemas ambientales que amenazan la sobre vivencia, la naturaleza, las empresas, el medio ambiente dejó de ser un aspecto de ningún o poco interés para la sociedad actual, donde la única preocupación es cumplir con los planes productivos y dejan de lado las leyes y legislaciones que rigen el uso correcto de los recursos naturales como los portadores energéticos, estos pasando a ser una fuente de eficiencia y competitividad en las instituciones. Tenido en cuenta su uso racional y su comportamiento amigable con el medio ambiente. La utilización de la energía contenida en combustibles fósiles para satisfacer sus necesidades vitales y de subsistencia, no obstante, su uso desproporcionado ha conducido al agotamiento de estas fuentes y el deterioro del medio ambiente.

Durante las últimas décadas los acontecimientos tales como el calentamiento global de la tierra y el efecto invernadero nos han demostrado que el actual esquema de consumo energético, a nivel global, simplemente no es sustentable, es decir, no puede mantenerse indefinidamente sin amenazar su propia existencia. Los modelos actuales de transformación de energía son responsables de la emisión de 75 % de los gases de efecto invernadero, provocando su reforzamiento y contribuyendo al calentamiento global y a la aceleración del cambio climático (VARELA, 2018). La Figura 1 presenta el Modelo de Sistema de Gestión de la Energía ISO 50001.

**Figura 1** - Modelo de Sistema de Gestión de la Energía ISO 50001.

Fuente: Tomado de NC-ISO 50001/2011 (2021).

Por todo lo antes planteado y la necesidad imperante que tiene el Aserrío Pueblo Nuevo la medición de los consumos de portadores energéticos en especial la electricidad, se hace necesario la aplicación de la NC ISO 50001/2011, como se puede apreciar en la Figura 1, permite a una organización seguir un enfoque sistemático para alcanzar la mejora continua de su perfil energético, incluyendo la eficiencia, el uso y el consumo. Además, permite crear una política energética efectiva lo cual implica el establecimiento del marco para realizar la planificación energética, realizar la revisión del desempeño energético (análisis del consumo de energía, identificación de áreas de consumo significativo e identificación de oportunidades de mejorar el desempeño energético) y definir los resultados esperados (indicadores de desempeño energético – IDEn -, metas y objetivos).

## **MATERIALES, MÉTODOS Y CONTEXTO DE ESTUDIO.**

El taller de sarcófago se encuentra ubicado en Sol y Prado y Aguilera provincia y municipio Guantánamo, en este local fue que se desarrolla la investigación y se determinaron los principales indicadores de consumo de electricidad. La Figura 2 presenta el Taller de Sarcófagos del Municipio de Guantánamo.

**Figura 2** - Taller de Sarcófagos del Municipio de Guantánamo.



Fuente: Preparado por los autores (2021).

Los datos fueron tomados del Balance Anual de la Empresa Industria Locales de Guantánamo, en los últimos 5 años. En el Departamento de Contabilidad y Finanza del modelo estadístico 5073 del año 2016-2020 como se muestra en la Tabla 1 y en el Departamento de Producción en la extracción de madera para la industria de los años 2016-2020 como se observa en la Tabla 2.

**Tabla 1** - Consumo de Portadores del Taller se Sarcófagos del municipio de Guantánamo los últimos cinco años.

		Años					
Portadores Energéticos	UM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Electricidad	kWh	2060	2285	2539	3176	4008	14068
Aceites y Lubricantes	Litros	110	150	165	175	183	783
Grasa Lubricante	Kg	30	42	45	47	52	216

Fuente: Modelo 5073 (2016-2020).

**Tabla 2**- Confección de Sarcófagos en los últimos 5 años.

		Años					
Confección de Sarcófagos (UP)	2016	2017	2018	2019	2020	Total	
		1493	1657	1844	2305	2893	10192

Fuente: Preparado por los autores (2021).

La Tabla 3, se utilizó para la conversión de unidades, teniendo en cuenta que los portadores energéticos tienen diferentes unidades de medidas y de esta manera llevarlos a una sola unidad de medida y representarlos en Toneladas de Combustible Convencional (TCC).

**Tabla 3** - Conversión de Portadores Energéticos a Toneladas Equivalentes de Petróleo.

Portador	UM	Factor de Conversión	Factor de Conversión
		L/T	T/TCC
Diesel Regular y Especial (1 litro = 830 g)	Litro	1178,55	1,0534
Gasolina Regular	L	1367,24	1,3541

Gasolina Especial	L	1360,91	1,3576
Aceites Lubricantes	L	1119,59	1,000
Grasas Lubricantes	T	---	
Energía Eléctrica	MWh	---	0,3502
Gas Licuado Regular (GLP)	Kg	1360,91	1,35759

Fuente: Tomado de Despaigne (2013).

Posteriormente se modeló en el programa Excel para obtener el diagrama de Pareto a partir de los portadores energéticos. Este programa también se utilizó para determinar la línea base y la línea meta al evaluar el consumo de electricidad y la confección de sarcófagos en el periodo de tiempo estudiado. Donde se obtuvieron los índices de patrones y los Índices reales con los que se calcularon (DUPUY. JR. *et al*, 2020) los Indicadores de eficiencia energética en la fábrica de sarcófago con las ecuaciones que se muestran a continuación.

Índice de consumo.

Es el promedio que de los resultados que muestra la tabla 5 de los índices de consumo Reales (Electricidad y Confección de Sarcófagos).

Eficiencia Energética del Aserrío utilizando la Energía Eléctrica.

$$Ne = \frac{I_{consPP}}{I_{consRP}} * 100 \quad (1)$$

Eficiencia Ecológica de la planta.

$$Neco = \frac{Consum\ Recta\ M\ electri\ x\ Emisiones}{Consum\ real\ electri\ x\ Emisiones} * 100 \quad (2)$$

Índice de emisiones

$$IES = \frac{Emisiones\ Totales}{Total\ Produccion} * 100 \quad (3)$$

## RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El proceso de fabricación se presenta de forma detallada en la Figura 3. En ella, en “a”, comienza con la selección de las tablas tablonés según las dimensiones de los fallecidos y sus características físicas. La segunda parte del flujo productivo “b”, se realiza el corte de la madera con la sierra eléctrica, esta parte del proceso de confirmación de los sarcófagos es donde se consume la mayor parte de la energía eléctrica. Ya en la tercera parte y última del proceso de fabricación “c”, se realiza la conformación, ensamble y acabado final de los sarcófagos en la que se resalta que se viste completa el freto y se le añade el cristal para visualizar el rostro de los fallecidos.

**Figura 3** - Proceso de confección y fabricación del sarcófago.



Fuente: Preparado por los autores (2021).

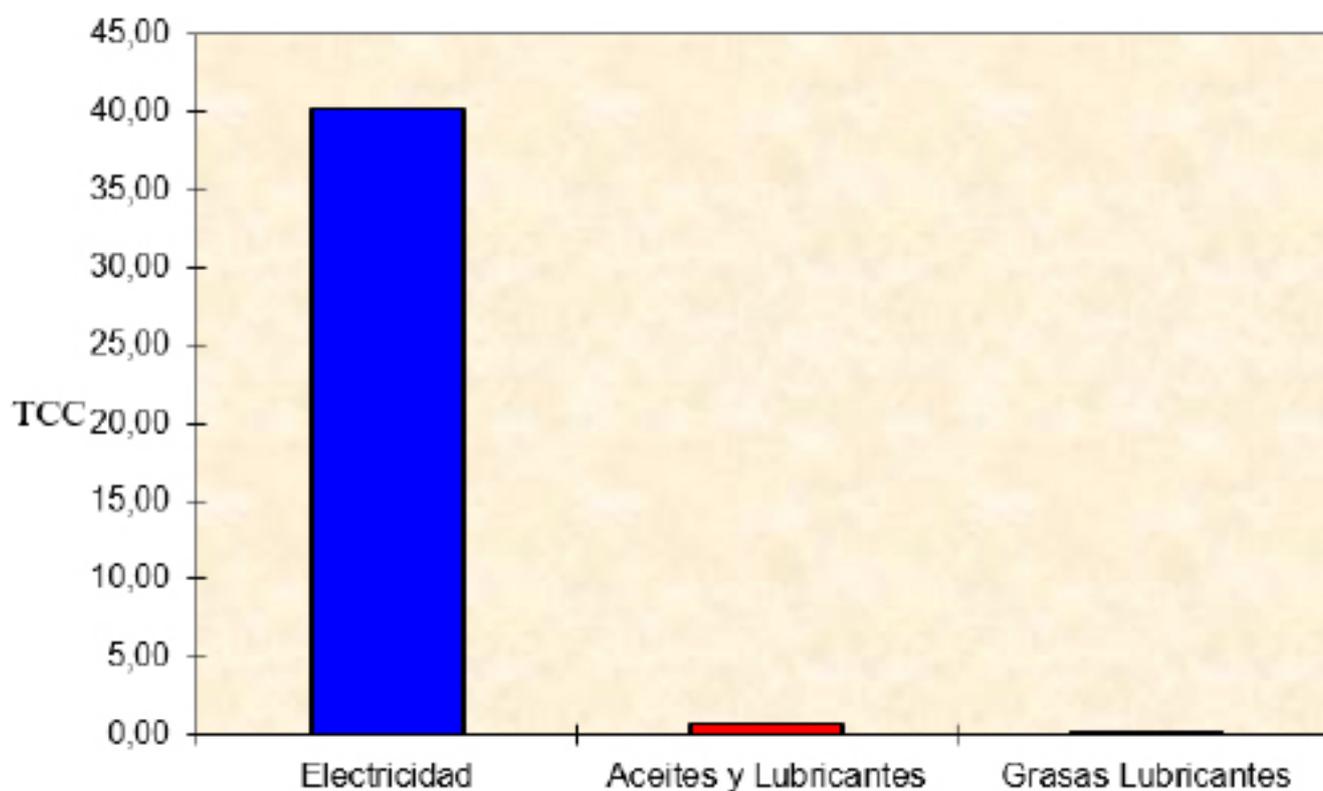
En la Tabla 4, se expone la conversión de portadores energéticos del Taller de Sarcófagos.

**Tabla 4-** Conversión de portadores energéticos del Taller de Sarcófagos.

		Años					
Portadores Energéticos	UM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Electricidad	<b>TCC</b>	5,88	6,52	7,25	9,07	11,44	40,17
Aceites y Lubricantes	<b>TCC</b>	0,10	0,13	0,15	0,16	0,16	0,70
Grasa Lubricante	<b>TCC</b>	0,03	0,04	0,05	0,05	0,05	0,22

Fuente: Preparado por los autores (2021).

Además, en la Figura 4, se presenta el diagrama de Pareto, con la estructura de consumo de los portadores energéticos del periodo del 2016-2020 del Taller de Sarcófagos.

**Figura 4** - Consumo de los portadores energéticos del periodo del 2016-2020 del Taller de Sarcófagos.

Fuente: Preparado por los autores (2021).

A respecto de los principales consumidores de electricidad se hallan en la Figura 5, ejemplo de estos. Así, en “a” el cual actúa como motor primario con un consumo de 2,8 kW y un voltaje de 220 es el encargado de cortar los tablones y tablas de largas dimensiones. En el caso del intermedio con un consumo de 1,9 kW y un voltaje de 220 figura “b”, es el encargado de cortar las dimensiones exactas que tenga los fallecidos y para la “c” con un consumo de 0,87 kW y un voltaje de 110 es la cierra inclinada a 45° son aquellas dimensiones y cortes específicos que tenga los sarcófagos.

**Figura 5** - Equipos altos consumidores de electricidad.



Fuente: Preparado por los autores (2021).

La Tabla 5, presenta la producción mensual de sarcófagos en el período del año 2016, hasta el año 2020 y el consumo de electricidad en el periodo.

**Tabla 5-** Confección de Sarcófagos vs Electricidad.

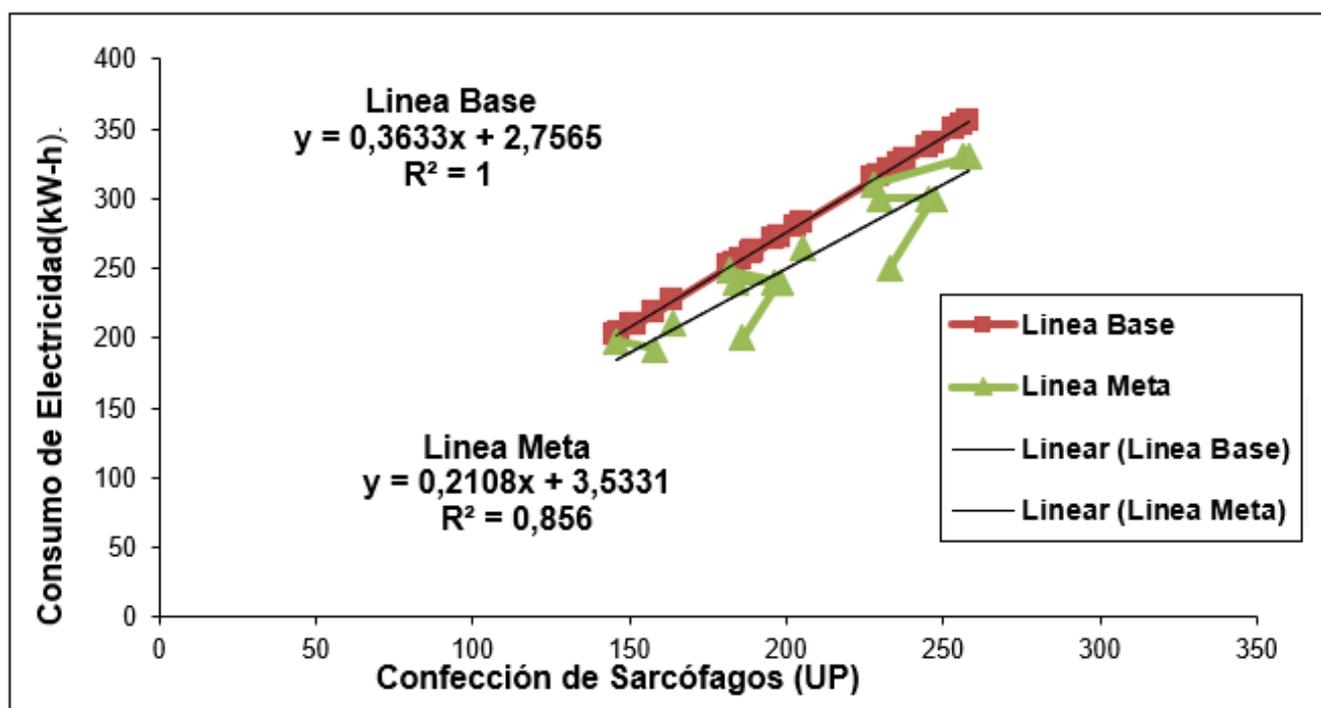
Meses	Año 2016		Año 2017		Año 2018		Año 2019		Año 2020	
	Confección (UP)	Electricidad (kW-h)								
Ene.	132	206	163	203	254	132	206	163	203	254
Feb.	121	134	149	186	233	121	134	149	186	233
Mar.	128	142	158	198	247	128	142	158	198	247
Abr.	127	121	157	196	245	127	121	157	196	245

May.	119	132	147	184	230	119	132	147	184	230
Jun.	123	137	152	190	238	123	137	152	190	238
Jul.	133	147	164	205	256	133	147	164	205	256
Ago.	119	132	147	184	230	119	132	147	184	230
Sep.	122	136	151	189	236	122	136	151	189	236
Oct.	123	137	152	190	238	123	137	152	190	238
Nov.	118	141	146	182	228	118	141	146	182	228
Dic.	228	142	158	198	258	228	142	158	198	258
Total	1593	1707	1844	2305	2893	1593	1707	1844	2305	2893
Prom.	133	142	154	192	241	133	142	154	192	241

Fuente: Preparado por los autores (2021).

En la Figura 6, se muestra el gráfico que es la variación simultánea del consumo energético con la producción realizada, permitiendo determinar la R-cuadrada del modelo es de 1 para la línea base y 0.85 para la línea meta, lo cual significa que hay un ajuste apropiado entre el consumo de portadores energéticos de la empresa y la producción de madera aserrada, dado que estos valores exceden el umbral del 0.6 (WEBSTER, 2000).

**Figura 6-** Línea base y meta del consumo de electricidad contra confección de sarcófago.



Fuente: Preparado por los autores (2021).

Los índices de consumo se obtienen dividiendo el consumo del portador energético entre la producción realizada. Así, los índices de consumos reales son determinados a partir de todos los puntos que conforman la línea base y los índices de consumo patrones son determinado a partir de la línea de meta. En la Tabla 6, se presentan los resultados en kWh/UP de madera aserrada.

**Tabla 6 - Índices de consumo de electricidad Reales y Patrones.**

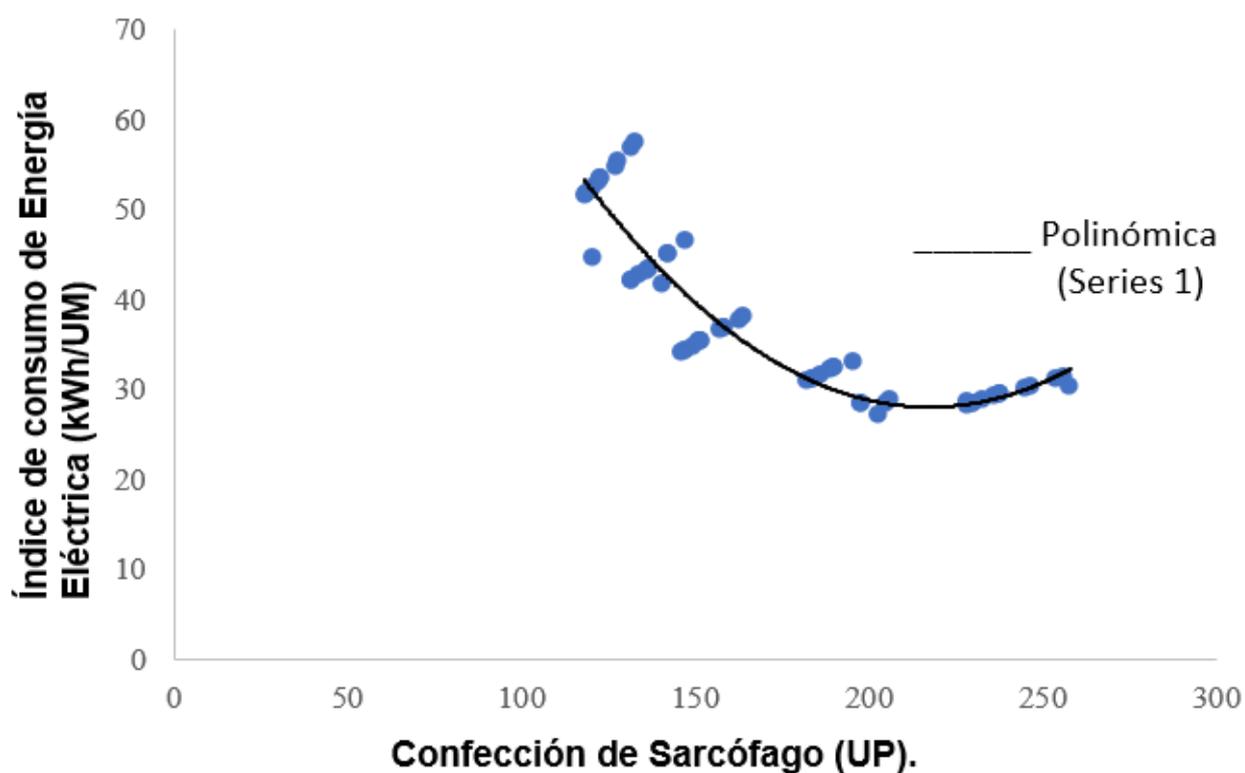
Meses	Índice de Consumo Real (kWh/UP)					Índice de Consumo Patrón (kWh/UP)				
	Años 2016	Años 2017	Años 2018	Años 2019	Años 2020	Años 2016	Años 2017	Años 2018	Años 2019	Años 2020
Ene.	50,28	76,92	61,44	75,84	94,20	56,87	28,86	37,76	27,19	31,25
Feb.	46,32	51,00	56,40	69,72	86,64	52,46	42,59	34,82	31,67	28,94
Mar.	48,84	53,88	59,64	74,04	91,68	55,4	45,11	36,71	28,35	30,41
Abr.	48,48	46,32	59,28	73,32	90,96	54,8	44,69	36,5	33,14	30,2
May.	45,60	50,28	55,68	69,00	85,56	51,83	42,17	34,4	31,25	28,52
Jun.	47,04	52,08	57,48	71,16	88,44	53,51	43,43	35,45	32,3	29,36
Jul.	50,64	55,68	61,80	76,56	94,92	57,29	46,58	37,97	28,4	31,46
Ago.	45,60	50,28	55,68	69,00	85,56	51,83	42,17	34,4	31,25	28,52
Sep.	46,68	51,72	57,12	70,80	87,72	53,09	43,22	35,24	32,09	29,15
Oct.	47,04	52,08	57,48	71,16	88,44	53,51	43,43	35,45	32,3	29,36
Nov.	45,24	53,52	55,32	68,28	84,84	51,41	41,75	34,19	31,04	28,31
Dic.	84,84	53,88	59,64	74,04	95,64	28,71	45,11	36,71	28,35	30,41
Total	606,56	647,6	696,92	862,88	1074,5	621	509,11	429,6	367,33	355,89
Promedio	50,55	53,97	58,08	71,91	89,55	51,73	42,43	35,8	30,61	29,66

Fuente: Preparado por los autores (2021).

Podemos decir también que la Figura 6 muestra que cuando usted prolonga la curva hasta interceptar el eje Y que hay un consumo de electricidad no asociado a la producción de 64 kWh (línea base), pudiendo ser reducido a 55 kWh (línea meta), lo cual representa un potencial de ahorro de un 9 %. Los valores del consumo no asociado a la producción están dados por el trabajo de los equipos tecnológicos en vacío.

En la Figura 7 muestra se muestra el comportamiento del índice de consumo de energía eléctrica contra la confección de sarcófagos. En ella se observa que, a partir de un valor de 228 UP de madera aserrada, el índice de consumo tiende a estabilizarse, valor que está en correspondencia con el índice de consumo patrón. Para evaluar la eficiencia del uso de los portadores energéticos del taller de sarcófagos se utilizaron: índice de eficiencia energética (IE), eficiencia ecológica (EE) e índice de emisiones (IES). (COLECTIVO DE AUTORES 2006, ARRASTÍA, 2010) en la tabla 7 se presentan los resultados de las diferentes eficiencias.

**Figura 7-** Índice de consumo de energía eléctrica estable.



Fuente: Preparado por los autores (2021).

Como se puede apreciar en la Tabla 7, se muestra los valores de los índices de eficiencia energética de la planta. A partir de la tabla es posible percibir el comportamiento que tuvo en el periodo del 2016-2020 como el indicadores de consumo se comportó por cada unidad de sarcófago elaborado de madera.

**Tabla 7-** Indicadores de Eficiencia Energética.

Indicadores de eficiencia energética Energía eléctrica.	U/M	Valores del índice de Eficiencia Energética Energía Eléctrica.
Índice de consumo (IC)	kWh/UP	64,81
Índice de eficiencia energética (IE)	%	77,18
Eficiencia Ecológica (EE)	%	16,23
Índice de Emisiones (IES)	Ton de CO <sub>2</sub> /UP	15,5

Fuente: Preparado por los autores (2021).

Estudios similares realizados por (DUPUY. JR. et al, 2020) en la fábrica de Muebles Imperio I y II de este mismo municipio de Guantánamo donde también se determino estos indicadores de eficiencia energética como se muestra en la tabla 7, ejemplo de esto es el índice de eficiencia energética donde en taller de sarcófagos es de 77,18 % y en la industria del mueble es de 91%, en el caso de la eficiencia ecológica es mucho mayor ya que en el taller es de 16,23% y la de fábrica del mueble es de 91% y todo trajo por consiguiente que índice de emisiones en la taller de sarcófago fuera mayor con 15,5 Ton de CO<sub>2</sub>/UP y en la fabrica de muebles de 12 Ton de CO<sub>2</sub>/UP. Estos resultados que se mostraron anterior mente están dados por el trabajo en vacío de equipos eléctricos como la sierra eléctrica por plazo indeterminado y el consumo excesivo en el horario pico de consumo de energía eléctrica.

## CONSIDERACIONES FINALES

El objetivo del estudio fue determinar los principales indicadores de eficiencia energética en el taller de sarcófagos municipal de Guantánamo, resaltar en este caso que el de por comportamiento es la eficiencia ecológica que se encuentra a un 16,23 % aunque los otros indicados no presenta buena eficiencia están por encima del 50%.

Se constató que para revertir esta situación el taller debe realizar el acomodo de carga de los principales equipos eléctricos fuera del horario pico antes señalado y realizar las tareas de ensamble de los sarcófagos en este horario, realizar estudios para la implementación de fuentes renovables de energía como la energía solar y la utilización de la biomasa de madera que se genera en este local, creo que es la una forma de revertir esta situación.

Por fin, se destaca la necesidad de estudios futuros para comprobar se el padrón real permanece, o se alteraciones ocurren. Además, la planificación, la gestión y el seguimiento son crucial para el éxito de la producción y mayor eficiencia energética.

## AGRADECIMIENTO

Actores sociales involucrados. Proyecto de Aplicación de las tecnologías FRE y su sostenibilidad energética en la provincia de Guantánamo.

Empresa Industria Locales de Guantánamo y empleadores del Taller de Sarcófago del Municipio Guantánamo.

## REFERENCIAS

COLECTIVO DE AUTORES. **Gestión energética en el sector productivo y los servicios.** Cienfuegos, Cuba. Editorial Sur, 2006.

DUPUY, José Rolando Parra, MALDONADO, Giorvys Guerra, AGUERO Alejandro Soto, PEREZ CUETO, Yusmáida, VIDEAUX-AGUILAR, Mairelis. Valoración del

consumo de los portadores energéticos en las fábricas de muebles “Imperio”, Guantánamo, Cuba. **Revista Hombre, Ciencia y Tecnología**, 24 (2), 107-115. Disponible en: <[www.ciencia.gtmo.inf.cu](http://www.ciencia.gtmo.inf.cu)> . Acceso en: 21 ago. 2021.

RODRÍGUEZ, Margarita Lapido; SARDUY, Julio R Gómez. Participación de la universidad en la mejora de la Eficiencia Energética del sector productivo cubano. **Revista Universidad y Sociedad**, Universidad y Sociedad; Vol 6, N2. 2014. p. 5-12. Disponible en: <<https://rus.ucf.edu.cu/index.php/rus/article/view/1608/1615>>. Acceso en: 16 ago. 2021.

ÁVILA, Mario Alberto Arrastía. Pequeñas acciones hacen grandes diferencias. **Periódico Juventud Rebelde**, La Habana, Cuba, 2010. Disponible en: <[www.juventudrebelde.cu/printed/icuba.pdf](http://www.juventudrebelde.cu/printed/icuba.pdf)>. Acceso en: 16 ago. 2021.

LAFURIE, Miguel Ángel Varela. **Evaluación de los índices de consumo de portadores energéticos de la Planta de Sueros Parenterales**. Programa de mejoras. Tesis de grado, 2018. Centro de Energía Luis Fernando Brossard. Universidad de Oriente. Santiago de Cuba, 2018.

NC-ISO 50001. **Sistema de gestión de la energía**. Requisitos con orientación para su uso. 2011. Disponible en: <<https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:50001:ed-1:v1:es>>. Acceso en: 03 oct. 2021.

WEBSTER A. L. **Estadística aplicada a los negocios y a la economía**. 3ra Edición. Editorial Irwin McGraw-Hill. 2000.

ALMAGUER Yasmani Infante. **Diagnóstico del control de los Portadores Energéticos en la U.E.B. Combinado cárnico “Gerónimo Astier” de Puerto Padre**. Trabajo de Diploma en Opción al Título de Licenciado en Economía. Universidad de las Tunas Facultad de Ciencias Económicas. Departamento Docente de Economía, 2019. Disponible en <<http://hdl.handle.net/123456789/4397>>. Acceso en: 16 ago. 2021.



10.48209/GEO-65-89949-13-3

# CAPÍTULO 13

## **(RE)CONSTRUIR O TERRITÓRIO- QUILOMBOLA COMO CONCEITO**

*Mauricio Hermann de Souza*

## INTRODUÇÃO

Dentro da homogeneidade observa-se que na ciência geográfica a compreensão do território-quilombola inexistente ou superficialmente é repleta de posições ideológicas alienadoras e estanque. Uma das formas para evitar que isso prossiga é por meio de uma reconstrução epistemológica que nos leva a caminhar pela natureza do ser quilombola além do devir negro que Mbembe (2018) nos ajuda a entender como generalização das condições dos negros escravos e que atualmente alcança outros povos e a metafísica do território.

Como escala temporal dentro de uma análise da ciência entre os períodos que vão do positivismo até, - o que alguns autores chamam - de pós-modernidade mostra-se como o território-quilombola se manifesta. Diversas foram as (re) significações, mas dentro de um processo epistemológico evolutivo, ainda é preciso ampliar a análise, pois o conteúdo existente ainda apresenta posições indiretamente e diretamente racializada.

Neste sentido, o controverso do pensar território-quilombola também nos ajuda a entender a lógica da colonialidade<sup>1</sup>. Para entender este aspecto vertical de dominação, Kant sobre do conceito de juízos de valores originados pela a priori ao se pensar epistemologicamente nos leva a ir além das universalidades e particularidades e entender a percepção sobre território, quilombola e território quilombola .

Esta materialização epistemológica pode ser revistas e neste artigo para reflexão analítica aponta-se a colonialidade como uma das responsáveis pela continuidade histórica da exclusão racial ao manter influências negativas europeias que se mantiveram pós-escravidão de forma sistêmica e sequencial sobre o significado de território-quilombola. Logo a manifestação do conhecimento sobre território-quilombola deve ser rompido da dinâmica colonizadora e como

---

1 Colonialidade do Poder se refere a uma padrão que o capitalismo moderno e eurocêntrico impõem a América desde o século XV. Acarreta consigo uma classificação de raça de forma hierárquica como padrão de dominação a partir de padrões (QUIJANO, 2005)

um norte sugere-se trazer as multiplicidades do espaço-vivido, as contradições e dialéticas do território-quilombola como processo.

Ausente ao longo da história do pensamento geográfico brasileiro, o conceito quilombo ganhou nas ciências sociais diversos significados. Estes significados adquiriram uma série de manifestações simbólicas repletas de resistência ou preconceito tanto na acadêmica como nos saberes populares. Neste sentido, parte-se do pressuposto que o pensamento colonial ou da colonialidade está entre os responsáveis pela subalternização e uma ideia estanque sobre quilombos tanto no consciente e como no inconsciente coletivo.

A partir do pressuposto que a Geografia tem como mote compreender as dinâmicas do espaço geográfico entre elas a categoria de análise território, refletir sobre a variação do conceito território composta a ideia de quilombo é fundamental para entender como o termo composto território-quilombola esteve dentro de uma lógica eurocêntrica epistemológica dominante.

Para avançar nas lutas que compreendem o passado e o presente do território-quilombola por meio da história do pensamento geográfico é possível observar os motivos, dentro de um recorte brasileiro, do distanciamento da geografia do conceito território-quilombola. Quaini (1992) explica que os conceitos nas ciências são decorrentes de posições ideológica e quebrar esta corrente requer uma reconstrução metodológica e crítica e por isso é mister entender como se forma o juízo sobre território a partir da Geografia Humana. “Poderíamos dizer mais entre a história da geografia e a geografia em construção há uma relação obrigatória de mútua colaboração: a segunda não avança sem a primeira e vice-versa” (QUAINI, 1922, p. 22).

Quaini (1992) ainda alerta que a Geografia na europa adquiri sua face voltada às ciências humanas no final do século XVIII dentro dos alicerces burgueses iluministas a partir das escolas de pensamento Alemã e Francesa, respectivamente com Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, mas apenas irá superar a Geografia Ideográfica ou Descritiva em 1950 com a chamada Nova Geografia. No entanto, estes avanços no pensamento geográfico não sucedem

por um padrão no tempo e espaço. No Brasil, por exemplo, é apenas na década de 1930 que a Geografia é institucionalizada e dentro dos ideais positivistas, o pensamento geográfico esteve fundamentado nas leis naturais e no mecanicismo para progresso do país.

Machado (2000) explica que no Brasil (1890-1930) o pensar geografia como ciência, não necessariamente por geógrafo, utiliza-se de termos como adaptação, herança dos caracteres adquiridos e seleção natural e mesmo sem citar autores positivos europeus ela fortemente é influenciada. O autor ainda destaca que os acidentes físicos dentro de uma heurística geográfica e o pessimismo racial para tentar entender como a mão-de-obra ex-escrava se adaptaria aos diferentes ambientes contribuíram para as tentativas de branqueamento da sociedade brasileira e exclusão dos saberes africanos e afro-brasileiro. Assim dentro de pensamento antrogeográfico enxerga-se a mestiçagem e a negritude - dentro da antropologia e geografia positivista.

O lastro mais progressista desta ideologia esteve parcialmente alinhado a tentar romper parcialmente com a cultura colonialista herdada da Primeira República. Ademais, a Geografia e seu viés crítico da ocupação do espaço geográfico vai se acentuar apenas nos anos 60 e 70 do século passado rompendo com a geografia tradicional ou clássica (QUAINI, 1982). Mas ainda sem pensar os desdobramentos da escravidão.

Sobre um olhar eurocêntrico, Quaini (1992) vai destacar, em síntese, que a Geografia em sua vertente humana do século XVIII começa a colocar em evidência o homem e os problemas como distribuição espacial, gêneros de vida, ação do homem e o meio ambiente como objetos de estudo. O autor memora que Paul Claval buscará entender os métodos e objetos científicos que serão utilizados pela então chamada Geografia Humana neste período .

Para Quaini (1992), Claval destaca os diversos componentes que constituem a abordagem geográfica moderna em quatro momentos e é no primeiro deles que ele explica que "(...) A compreensão das diversidades dos homens, ou melhor, das civilizações. Para amadurecer este elemento, a geografia se apoia na etnologia

nascente (...)” (QUAINI, 1992, p.35) que abrasileirando, observamos dentro desta concepção no século seguinte, um certo distanciamento dos estudos geográficos voltados às questões raciais, entre elas as comunidades quilombolas. Como fenômeno isso pode ser observado pela escassa literatura acadêmica produzida no período pela geografia sobre territórios-quilombolas, na manifestação no ensino de Geografia ou na reprodução homogênea que caracteriza o território-quilombola longe de observar as pluralidades pertinentes.

Ao pensar o território como conceito, Haesbaert (2014) dirá que o conceito não é uma representação única do real. Foi o que aconteceu na geografia, pois apenas tem servido, ainda conforme o autor, para um paralelo de instrumento de análise, fenômeno ou problema. Neste sentido se faz necessário transformá-lo e inserir os sujeitos ao pensarmos epistemologicamente sua dinâmica. “Toda proposição conceitual, portanto, profundamente mutável, é sempre contextualizada geográfica e historicamente através dos sujeitos que mobilizam e como lhe dão vida”. (HAESBAERT, 2014, p.28)”

É na ausência destes sujeitos, ou sujeitos quilombolas do conceito território que a geografia brasileira pode construir uma epistemologia do território-quilombola. Para que isso ocorra facultase um mergulhar nos estudos da história do pensamento geográfico brasileiro. Posteriormente refletir como, quando e os porquês das ações intrínsecas ao território-quilombola estão inseridas dentro de um racismo epistemológico e como reflete a ciência dentro de uma exclusão que culmina diretamente na derrocada de direitos e outras interpolações do campo simbólico e do poder conforme uma dimensão cognitiva do colonialismo.

Mas pela crítica da própria ciência europeia é possível propor, analisar e (re) construir epistemologicamente o conceito território-quilombola, pois ao pensar o conceito há necessidade de, conforme Quaini (1992, p.37), “(...) substituir uma história das ciências, muitas vezes baseada em preconceitos anacrônicos e ideológicos, por uma história que não coincide com o de seu crescente aperfeiçoamento, mas que é, antes, a história de suas condições de possibilidades. Entre as possibilidades, em destaque, a construção de uma

epistême que contribua para uma alteração da racionalidade prática e teórica do conceito território-quilombola que venha por meio da Geografia contrapor as diversas manifestações do racismo e da discriminação racial que deslegitimam e ratificam uma inferioridade moral e cognitiva sobre **ótica** eurocêntrica frente a cultural daqueles que são tidos como colonizados.

No caso da Geografia e a exclusão dos estudos das comunidades quilombolas consolida-se a ausência nos avanços epistemológicos da racionalidade ocidental como, por exemplo, observa-se no determinismo ou no ambientalismo as perspectivas do conhecimento do e sobre o negro dentro de uma hierarquização social e do conhecimento da ciência.

No determinismo ou ambientalismo Quaini (1992, p.44) esclarece que a Geografia “ (...) continuou a desempenhar um papel ideológico preciso, que consiste em evitar a reflexão política sobre os desequilíbrios territoriais e em mascarar as escolhas de política territorial efetiva dos grupos dominante”. Houve por parte da Geografia Crítica uma mudança parcial nesta reflexão, mas a partir de uma totalidade endereçada, principalmente, dentro de um contexto geral focada na relação de classe e conflito social e não, utilizando aqui um conceito dos colegas das ciências biológicas, a questão endêmica, que os críticos da chamada Geografia pós-moderna entendem como particularidades ou identitarismo.

Diante o possibilismo, a Geografia Humana brasileira, justamente por ela ser influenciada por uma corrente Lablacheana que de certa forma trouxe um olhar às endemias dos diferentes territórios – pouco se observou as interações sociais seja na relação homem e meio ambiente ou do lugar. Além disso, observou-se parcialmente as influências exógenas por enxergar estes territórios como apenas um recorte físico estanque de um espaço que considerará o homem não como parte e sim alheio a natureza.

Retornando a Geografia Crítica é ela que através do materialismo-histórico e a proximidade com a sociologia que categoricamente irá iniciar com a problematização e junção ao estruturalismo socioeconômico das classes sociais, a reflexão do território e do quilombolas. Porém, pouco se avança.

Quaini (1992) classifica estas alterações como libertadora e em Gramsci buscará demonstrar pela técnica, não apenas o modo intrínseco homem-natureza, mas a relação dialética dos territórios, ambientes e sujeitos necessários a amplitude que pressupõem a Geografia em um processo não somente cognoscitivo mas teórico-prático.

## **DAS INTERPRETAÇÕES DO TERRITÓRIO-QUILOMBOLA**

O Conselho Ultramarino em 1740 aponta que o primeiro entendimento europeu descritivo e utilizado por pesquisas sobre o conceito quilombo explica-o como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem pilões nele”(LEITE, 2000, p.334).

Leite (2000) também elucida outro significado para quilombo. A autora se refere a uma etnia de origem africana de moradores da floresta, mas que no Brasil popularmente ganha outros significados e generalizações.

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar (“quilombo era um estabelecimento singular”), ora a um povo que vive neste lugar (“as várias etnias que o compõem”), ou a manifestações populares, (“festas de rua”), ou ao local de uma prática condenada pela sociedade (“lugar público onde se instala uma casa de prostitutas”), ou a um conflito (...). (LEITE. p.336-337.2000).

Leite (2000) conclui seu raciocínio:

A própria generalização do termo teria sido um produto da dificuldade dos historiadores em ver o fenômeno enquanto dimensão política de uma formação social diversa. O termo irá persistir principalmente para indicar as mais variadas manifestações de resistência. (LEITE, 2000, p. 338-339).

Ao ganhar outros significados durante a história e na dificuldade da observação do fenômeno é preciso salientar a ressignificação da palavra quilombo na origem africana. Já Capone (2005) que investigou a etimologia da palavra quilombo contribui ao explicar que:

Entretanto, a palavra quilombo, que designava as aldeias de negros fugitivos, é um termo banto que teria sua origem em uma associação de iniciação militar (kilombo), característica do Estado kulembe, um dos primeiros Estados Ovimbundos (atual Angola) (CAPONE. p. 65. 2005).

Partimos do pressuposto que estas sejam as primeira definições abasileirada com contribuição científica ou não do tema território-quilombola.

“Uma explicação seria a disseminação dessas terminologias a partir da administração portuguesa. A palavra seria utilizada para caracterizar tanto as estratégias militares – acampamentos – na África pré-colonial como aqueles da resistência à escravidão na América Portuguesa (Gomes, 2011, p.11)

Dentro desta explanação sobre a origem da palavra quilombo é na transformação semântica e epistemológica que ocorrem as variáveis preconceituosa e da exclusão que adquirem juízos de valor e estão embutidas ao signo e a ontologia do conceito quilombo. Mas o que realmente é um quilombo? Se olha por um norte colonial a partir da filosofia kantiana é possível criticar os fracos argumentos originados pela a priori e concomitante da razão. Kant (2012) explica que a priori tem relação ao conhecimento através de intuições, conceitos ou juízos.

Neste exercício reflexivo, independente da ciência, a razão ao pensar quilombo é utilizada tautologicamente não pelos sujeitos nem pela análise do objeto e sim resultante de uma ação. Esta ação é externa e vai além do léxico sendo um movimento que contém complexidades onde a compreensão irá além da universalidade e da particularidade.

Mbembe (2018 ) nos ajuda neste sentido ao explicar que o negro se tornou negro depois que os europeus os classificaram assim. Isso se repete com os chamados quilombos. Neste exercício de contribuição para eliminação do racismo é imprescindível pensarmos a linguagem a partir da raça e entender que quilombolas passam a ser quilombolas porque os classificaram assim.

Essas figuras eram a marca dos povos isolados e não saciáveis, que combatiam odiosamente até à morte, se desfaziam e se destruíam

como animais - uma espécie de humanidade com vida vacilante e que, ao confundir tornar-se humano com tornar-se animal, tem para si uma consciência, afinal, «desprovida de universalidade» (MBEMBE, 2018, p.18)

Desprovidos desta universalidade tornaram-se, toraram-se quilombolas e desumanizados dentro de uma lógica à eles é imposto um juízo de valor e conhecimento que se passa ter seja pelo conhecimento que não depende da experiência e pelo conhecimento que depende da experiência, Kant (2021) classifica respectivamente estes conhecimentos como a priori e a posteriori.

Kant (2012, p.63) afirma que a priori tem como base hábito e isso antecede ou tem independência da experiência do sujeito. Neste caso. A ligação interfere, mas o conhecimento sobre quilombo é algo puro, ou seja, “é um conceito que só pode extrair-se da experiência. Logo o juízo a priori ao pensar território quilombola não é pensado dentro de uma universalidade, mas de uma universalidade limitada – pois se atribui juízo.

Pensarmos dentro da “a posteriori” que está ligado ao poder, é superar o juízo analítico e sintético. Neste sentido é a partir do juízo sintético a priori a fim de colocar os sujeitos quilombolas como protagonistas destas reflexões sociais e, também, romper ideologias e estruturas manifestada - frequentemente - de forma empírica construída pelo pensamento abissal<sup>2</sup> é um pressuposta a se território-quilombola como uma conceito.

Tanto quilombo como território são matérias dadas do conhecimento. Pascal (2011) explica que Kant dirá sobre o conhecimento que a priori está diretamente ligada à forma que conhecemos os objetos dentro de uma realidade que nos é dada e que se atribui um valor. Então sobre território – como objeto - o conhecimento a priori pode estar, por exemplo, qualificado somente nas demarcações políticas ou a grupos de africanos que fugiram dos seus “senhores”, ou seja, são ideias que se concentram de forma empírica pela razão.

2 A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Pascal (2011) explica que o conhecimento a posteriori está ligado ao poder, ou não poder ser o conhecimento. Ao se ter a ideia que quilombo é um grupo de negros podemos considerar ou não conhecimento? A priori e posteriori estão em simbiose. Mas é o conhecimento a priori no qual a razão consisteria em ser compreendida nos parâmetros dos juízos analíticos e dos juízos sintéticos. Kant (2012) explica que o conhecimento a posteriori vem através da experiência. A resposta da questão é não, porque “(...) analítico é o juízo que limita a explicar um conceito, a analisar-lhe o conteúdo, sem fazer apelo a qualquer elemento novo (...)” (PASCAL, 2011, p.38). Um outro caminho para a resposta tem como guia o juízo sintético que vem na contranarrativa. Ainda segundo o autor “ (...) sintético, ao contrário, é um juízo cujo o predicado acrescenta alguma coisa ao conceito do sujeito”. (PASCAL, 2011, p.38).

Em resumo, o conhecimento a priori não depende da experiência. Já o conhecimento a posteriori depende da experiência, como dito anteriormente, porém no primeiro caso, apesar de ser uma afirmação que um quilombolo é um local para onde fugiam de ex-escravos está dentro de uma lógica. Mas entender as relações existente em um quilombo é a posteriori, pois dependerá da experiência.

Neste exercício epistemológico se propõe que o conceito território-quilombo avance para outra definição kantiana chamada juízo sintético a priori. Deste modo território-quilombola, a partir de uma preposição analítica acrescenta informações. Por Pascal (2011) entende-se que este movimento de aumento de informações proporcionará dentro da metafísica a crítica para resolver problemas oriundos dos juízos analíticos, ou seja da contradição, desta modo se ultrapassa o conceito de uma palavra nos processos inerentes da produção e dinâmica do território ou de quilombo. Ao entender que território está contido contido em quilombolo sobrepujará as ideologias sobre território e quilombo, pois as ideologias são ideias construídas dadas a priori e que compreendem a razão dos conceitos apenas de forma empírica.

Logo, é preciso expandir a sensibilidade sobre o território-quilombola. Através de Kant (2012) compreende-se que esta sensibilidade ocorre no espaço

de forma externa e no tempo de forma interna. O território dentro como categoria de análise geográfica deve ser analisado **não apenas de formas mecanicista**, deve ir além da razão e oferecer uma realidade transcendente onde realmente as relações ocorrem e rompem qualquer regularização diante ao empírico para ultrapassar as experiências e outras compreensões arbitrárias. O mesmo deve ser observado para quilombola.

Assim movimentando-se dentro de um rompimento colonial é preciso entender que territórios-quilombolas são sinônimos de subversão e relações, nunca isolados. “Quilombos eram sinônimos de transgressão de ordem escravista” (Gomes, 2011, p.11).

Gomes (2011) reforça nos territórios de quilombo haviam lógica de relações econômicas, uma organização social e aspectos simbólicos e culturais dos mundos que os sujeitos reiventavam a existência.

Assim para haver o juízo analítico, antes é necessário juízo sintético, ou seja, o que não poder ser medido e por Kant (2012) entende-se como uma necessidade de apercepção, pois o conhecimento humano não é apenas intuitivo e neste sentido é entender pela filosofia que

[...]se trata nessa ciência de simplesmente decompor os conceitos, que formamos a priori acerca das coisas, para os explicar analiticamente; o que pretendemos, pelo contrário, é alargar o nosso conhecimento a priori, para o que temos de nos servir de princípios capazes de acrescentar ao conceito dado alguma coisa que nele não estava contida e, mediante juízos sintéticos a priori, chegar tão longe que nem a própria experiência nos possa acompanhar. (KANT, 2012, p.74)

Neste exercício, território é território quilombola, mas o primeiro é parte intrínseca da segunda palavra composta. |Logo a partir de uma preposição analítica, como socialização humana, território são não quilombolas e quilombolas são não territórios, mas um está contido no outro porque um acrescenta informação a outro.

## MAS E OS SUJEITOS (QUILOMBOLAS)?

Assim, no que se refere à Geografia, território e quilombola dentro juízo sintético a priori precisam ser indissociáveis. Ser quilombola é condição histórica para que o território exista. Haesbert (2005) defende que o território tem relação com o poder, não apenas político ou simbólico, mas imerso nas relações de dominação ou da apropriação sociedade-espaco. Porém, como entender a metodologia e o processo histórico que trouxe diversos significados e a materialização homogênea de território e quilombola?

Para a compreensão das metodologias uma revisão conceitual crítica sobre ambos os conceitos pelo olhar da colonialidade do poder<sup>3</sup> aponta para uma dicotomia de análises sobre comunidades quilombolas. Nesta divisão, ao atribuir o pensamento eurocêntrico que diferencia os povos entre superiores e inferiores é possível refletir como pejorativamente ou de forma estanque, historicamente se construiu o pensamento sobre território-quilombola.

Num contexto mais atual, as definições sobre o quilombo têm sido reinterpretadas pela lei. A partir do Art. 216 da Constituição Federal de 1988 e depois com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003<sup>4</sup>. Essas alterações foram revistas e ampliadas desde uma concepção política até outras origens simbólicas. É principalmente, após a promulgação do artigo 68 da ADCT Constituição Brasileira<sup>5</sup> como aponta Carril (1995) que a questão da identidade e territorialidade quilombola passam a ganhar novas interpretações.

3 Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu

4 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

5 Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A definição do Conselho Ultramarino tornou jurídica a questão das fugas de escravos, baseando-a na noção de escravos fugitivos, mas a realidade territorial dos quilombos no período atual nos leva a identificar outras origens, ou processos formativos quilombolas, tornando-se um obstáculo conceitual e interpretativo à implementação daquele artigo constitucional. A constatação de várias e diversas origens de quilombos no Brasil nos apresenta um campo de discussão sobre a identidade e a territorialidade. (CARRIL, p.165, 1995).

Com essa leitura, Carril (1995) observa a procura de outras ressignificações do conceito quilombo ao longo do tempo dentro de uma visão mais próxima à área das ciências sociais e da interdisciplinaridade. No entanto, as implicações ou interpretações pejorativas do conceito território-quilombola ainda permanecem substanciada sobre a identidade e territorialidade no racismo causal. Por exemplo, mesmo no período pós-abolição a palavra quilombo soava de forma negativa e estigmas na sociedade sobre a lutas dos escravos por território eram ou, melhor são vistas de forma preconceituosa seja pelo sociedade, Estado ou pelo establishment.

A compreensão sobre quilombo ou quilombola criou ideologias, práticas geográficas e recortes de dominação assimiladas e disseminadas por elites econômicas e acadêmicas. Este raciocínio é explicado por Quijano (2008). O autor denuncia o eurocentrismo como veia condutora da construção e persuasão de conceitos e teorias que classificam ou direcionam o estudo de povos, principalmente, os de origem latino-americano. Segundo o autor:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustentado na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, matérias e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, p. 115-116, 2008).

Estes elementos elucidados por Quijano (2008) contribuem para o entendimento da influência negativa europeia e do capitalismo na compreensão sobre território-quilombola, da evolução homogênea ou inanição da ciência e na continuidade na pós-escravidão de uma forma sistêmica e sequencial da exclusão dos negros dos territórios-quiombolas, também pela ciência geográfica.

O autor traz uma perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento através de agentes hegemônicos de forma direta e vertical no processo histórico de alienação e subalternização de um padrão de dominação. Parte dos sujeitos quilombolas em um intenso trabalho de reflexão, o empoderamento e a identidade que Hall (2006) chama de noção de sujeito sociológico.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”— entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2006, p.4)

Na prática com o território e a identidade quilombola foi possível requerer junto ao Estado políticas-públicas, mas não houve uma integração, muito menos uma alteração no senso comum da ontologia do que chamamos de conceito território-quilombola. Por mais que houvesse um esforço de um projeto embrionário de Estado brasileiro e de diversos autores buscaram integrar as demandas quilombolas e ressignificar, na realidade apenas houve uma apropriação de teorias multiculturalistas através de ideias travestidas da universalidade do estado liberal, mas que pouco refletiram na razão.

## **O TERRITÓRIO DOS QUILOMBOS**

Moraes (2005) vai dizer que o território brasileiro ainda está em plena construção física e política e as expansões ocorrem nos momentos de rupturas, foi o que aconteceu em 1988. Nesta construção física do território-quilombo, ao pensar no território, o autor nos auxilia a compreender as consequências da dinâmica colonizadora e das ideologias geográficas baseadas sobre uma ideia de conquista. Para reflexão é preciso estar claro que “(...) uma concepção de território a conquistar, isto é, da violência. (MORAES, 2005, p. 97). Violência presente no fenômeno e na palavra quilombo. Haja vista, é através dela que os remanescentes quilombolas foram ficando aquém da cidadania, mas dentro de um certo controle por parte das forças hegemônicas.

Esta eliminação e as formas hegemônicas de dominação produzidas a priori do conceito do território e da colonialidade da palavra quilombo arbitrariamente tem trazido danos a razão nesta sociedade da racionalidade e racializada devido a superficialidade na análise e na falta de metodologias que tentam definir o território quilombola. Neste sentido Moraes (2005) vai apresentar que a falsa concepção de região, aqui adaptada – pois também pode ser utilizada ao pensarmos sobre o território dos remanescentes quilombolas é colocada sem referência histórica e referência social objetiva. “O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidade de interesses, veiculando uma ilusão de identidade sem referência social objetivo” (MORAES, 2005, p. 101).

É a ideologia geográfica e seu controle social que estão contidas no conhecimento do território dos remanescentes quilombolas. Nesta propositura de (re)construir o conceito território-quilombola é preciso para mostrar as relações que este sujeitos têm com o território, os vínculos e outras dinâmicas que irão implicar na territorialidade<sup>6</sup>. Hoje o território-quilombola é mais conhecido pelas características atribuídas pelos atores de controle hegemônicos que trarão uma visão universalista referente as identidades territoriais, funcionais, simbólicas e estratégicas.

Na contranarrativa destas características, a Geografia deve combater as característica verticalizadas por haver fraquezas do argumento que definem o território-quilombola. Concomitante precisa-se ampliar o conhecimento da ciência ao pensar o território-quilombola não por um juízo analítico. Haesbert (2006) chama esta visão de prisão do espaço. Esta prisão do espaço não é apenas física, ela também está contida no como um espectro social e das subjetividades.

Pensar em quilombolas deve nos remeter a percepção da organização social dentro do território como movimento, cultura, identidade e não por isolamento. Logo, este grupo dotado de relações e dinâmicas cria multiplicidades no espaço-

6 “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. (RAFFESTIN, 1993, p.160).

vivido, produz novos e retorna antigos símbolos do território.

Santos (1996) contribui neste sentido na definição de território para entender o que se propõem por território-quilombola.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p.96).

Na base da resistência e das trocas materiais e espirituais sustentado por Santos (1996) é que a epistemologia do território-quilombola precisa ter sua estrutura construída. A omissão dentro da Geografia diante aos desafios recorrentes dos territórios de quilombo precisam ser superados e o campo teórico precisa ser criticado para ir além da materialidade encrustada na ideologia geográfica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao longo da história da própria historicidade, a Geografia se concentrou nas especializações e no empirismo. Ao propor um estudo epistemológico que procura unir os conceitos: território e quilombo é preciso (re) construir uma escala de análise legítima sobre um retalho do espaço onde a referência cultural voe além dos olhos do colonizador. A reflexão sobre território-quilombola adquire a totalidade e instantaneidade do tempo diante o espaço sobre a universalidade e a identidade que adjetiva os sujeitos.

No que se propõem território-quilombola dentro da categoria de análise espaço a partir das ciências geográficas é parelho ao que Santos (2002) chama de território usado. Os esforços epistemológicos neste sentido deverão a partir das complexidades que compõem os lugares apresentar as contradições e dialéticas do cotidiano dos territórios-quilombola que são territórios em mudança.

O território-quilombola é um território em mudança, mas manipulado pela colonialidade é tido apenas como resultante do período da escravidão ou na ciência na prisão da universalidade. Santos (2002) alerta que “Somos prisioneiros da diversidade, porque supomos que ela contém os anéis de mudança intelectual. Mas o sistema reprodutivo que garante à universidade a sua permanência também é aquele que impede o progresso do pensamento. (SANTOS, 2002, p.21). Avançar no progresso do pensamento social e da ciência requer uma (re) construção epistemológica do conceito território-quilombola.

O primeiro passo aqui defendido é reconhecer os efeitos da colonialidade e por seguinte, ao não descartar o pensamento eurocêntrico retalhar e utilizar aquilo que nos útil e por último a partir da decolonialidade estabelecer outras interpretações sobre o território-quilombola.

## **REFERENCIAS**

CARRIL, L. F. B. **Terras de Negros no vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência**. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

Carvalho, Maria Celina Pereira de. **Bairros negros do Vale do Ribeira : do “escravo ao “quilombo” / Maria Celina Pereira de Carvalho**. - - Campinas, SP : [s. n.], 2006

CAPONE, Stefania. A busca da África no Brasil: tradição e poder no Brasil. **Rio de Janeiro: Pallas/Contracapa**, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: [http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf) . Acesso em 14 de maio de 2017. p. 6774-6792. 2005.

HAESBAERT, R. **Múltiplas dimensões da desterritorialização** (cap. 5). O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. RJ: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. **Viver no Limite**, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

JUNIOR, José Arnaldo dos Santos Ribeiro. **Idealismo e materialismo, geografia crítica e a concepção da abstração espacial**. Geografia em Questão, v. 6, n. 2.

KANT, Immanuel Trad. Manuela dos Santos e Alexandre Morujão. **Crítica da Razão Pura**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012..

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis (Nova Série)**. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 2, 2000.

QUAINI, Massimo (1992). **A Construção da Geografia Humana**. 2ª Ed. Paz e Terra.

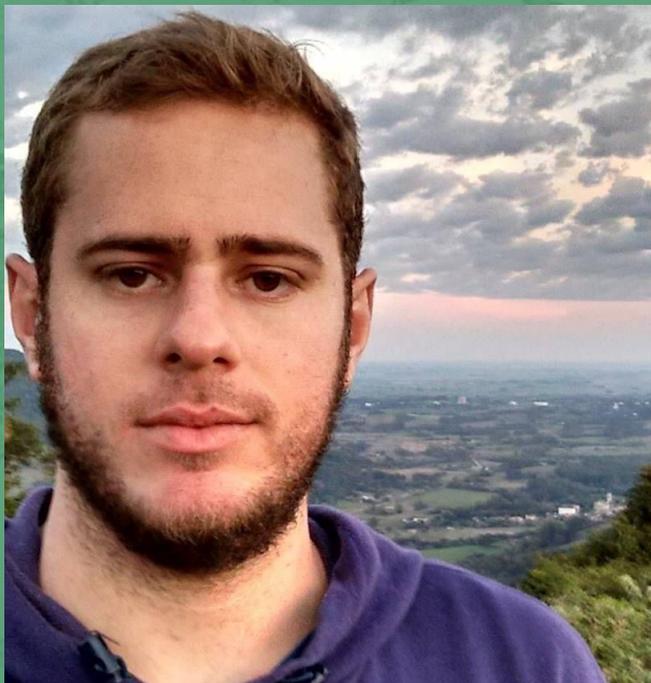
QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**, s/d–<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt>. Quijano. Rtf. Acesso em 09/11/2018.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-35, 2009.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. **Território: globalização e fragmentação**, 2002. Disponível em: <http://bdpi.usp.br/item/001273787>. Acesso em 03/01/2019

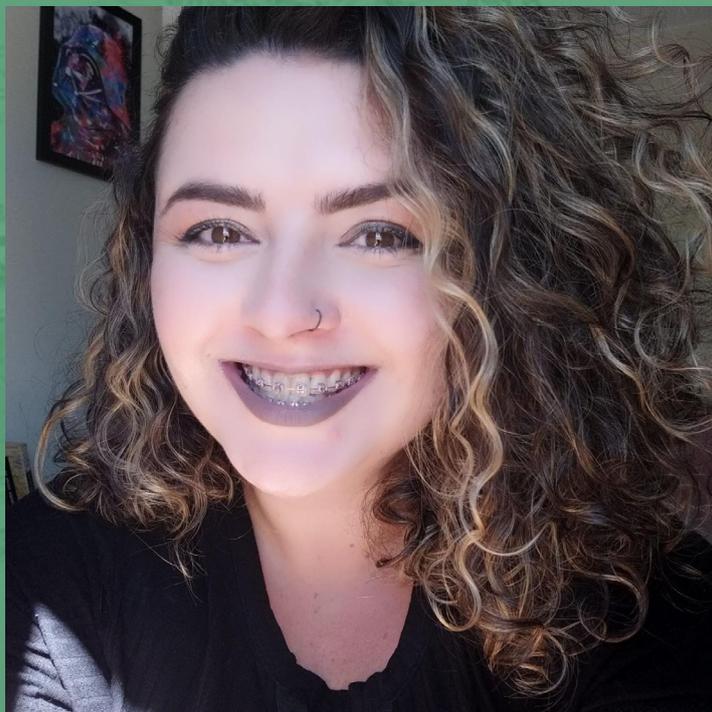
# SOBRE OS ORGANIZADORES

THALES SILVEIRA SOUTO



*Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Santa Maria, RS. Bolsista CAPES (2021). Mestre em Geografia pelo PPGGEO/UFSM. Bolsista CAPES (2016). Especialista em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/UFSM (2017). Graduado em Geografia com habilitação em Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) / Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) / Campus Pontal, em Ituiutaba, MG (2014). Discente Membro do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA/UFSM). Atuo como educador desde 2016, com experiência como professor de Geografia no Ensino para Jovens e Adultos (EJA) no Centro Educacional DOM / Polo Santa Maria, RS e para os Anos Finais (6º ao 9º anos) nos Colégios Fátima, Pallotti e Marista, no município de Santa Maria, RS.*

## VALQUIRIA CONTI



*Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2014), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, atua como Tutora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, participa do Grupo de Pesquisa GPET. Estuda temas relacionados a Agricultura Familiar Camponesa, Educação do Campo, Agroecologia.*

## ISABELA MELLO



*Mestra em Geografia, graduada pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de Tecnologia em Geoprocessamento (2016) e Licenciada pelo Programa de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Educação da UFSM (2018). Atualmente nesta instituição é aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Possui experiência em Recursos Hídricos, Geoprocessamento e Dinâmicas Territoriais.*

## IVANIO FOLMER



*Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET.*

# **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

## **Andréia Bulaty**

**Pós-doutorado em Educação (UEPG), professora no Colegiado de Pedagogia (UNES-  
PAR- UV), membro do grupo de estudos- GEPPRAX. E-mail: andreiabulat@gmail.  
com**

## **Ángel Almarales Arceo**

**Doctor en Tecnologías de Procesos Químicos y Bioquímicos, en uso de las fuentes  
renovables de energía y eficiencia energética en los procesos Químicos y Bioquími-  
cos. Director del Centro de Aplicaciones Tecnológicas para el Desarrollo Sostenible  
Guantánamo, Cuba. Email: aalmarales@catedes.gtmo.inf.cu**

## **Adilson Tadeu Basquerote**

**Doctor en Geografía. Profesor en el Centro Universitario Para o Desenvolvimento do  
Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI. Rio do Sul, Brasil.**

**Email: adilson.silva@unidavi.edu.br**

## **Arthur Viegas Soares**

**Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do  
Pontal da Universidade Federal de Uberlândia e Instituto de Ciências Hum-  
anas do Pontal-ICHPO. Linha de pesquisa direcionada à Dinâmicas ambientais.  
Membro do Laboratório de Geologia- LABGEOL do Instituto de Ciências Hu-  
manas do Pontal- ICHPO. Graduado em Geografia pela Universidade Federal  
de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO/UFU com  
habilitação em licenciatura e bacharelado.**

## **Ana Luiza Pinto Alves**

**Bacharela em Geografia-UFSM, Licenciada em Geografia – UFRGS. Mestra em Ge-  
ografia – UFSM. Atualmente é servidora técnica em Geoprocessamento no 1º Centro  
de Geoinformação. E-mail: analuizapintoalves@gmail.com.**

## **Betina Americano Costa Pinto**

**Profissional com formação acadêmica em Administração de Empresas pela Universi-  
dade Católica do Salvador (2000), MBA em Logística e Gestão da Produção pelo SE-  
NAI/CIMATEC (2007), Especialista em Gestão da Micro e Pequena Empresa pela  
Universidade Católica Dom Bosco (2018), mestranda em Propriedade Intelectual e  
Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Profnit / UFBA. Atualmente em-  
pregada e atuando como coordenadora de projetos especiais na Unidade de Projetos  
Especiais, Mercado e Internacionalização, em empresa de médio porte, com missão  
voltada ao fomento à cultura empreendedora e ao desenvolvimento sustentável de  
micro e pequenos negócios baianos.**

### **Damião Amiti Fagundes**

**Doutorando no exterior em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos (PY). Professor de Geografia na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU). Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). Licenciado em Ciências Sociais e Geografia pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA-ES). Mestrado Internacional em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos (PY).**

### **Diânice Oriane da Silva**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> em Geografia pela UNESP/Pres. Prudente, professora colaboradora na Universidade Estadual de Londrina/PR; e-mail: dianju@yahoo.com.**

### **Edimar Rodrigo Rossetto**

**Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR (2012). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2016-2020). Atualmente é professor de Geografia vinculado à Prefeitura Municipal de Chapecó/SC. Endereço eletrônico: (edimarrossetto@hotmail.com).**

### **Enma Negret Fuentes**

**Master en Ciencias. Especialista Energética. Empresa Emprestur Santiago de Cuba S.A. emma.fuente@emprestur.suc.tur.cu**

### **Evelio Parra Rodríguez**

**Técnico Medio. Jefe del Taller de Sarcófago del Municipio Guantánamo. Empresa Industria Locales de Guantánamo, Guantánamo, Cuba. Email: jduguayparra@gmail.com**

### **Eduardo Samuel Riffel**

**Bacharel em Geografia pela UFSM. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Geografia pela UFRGS. Atualmente é professor do Instituto Federal Farroupilha-Campus Alegrete. edriffel@gmail.com.**

**Francisco Leandro da Costa Soares**

**IFCE-Campus Crateús, francisco.leandro.costa.soares@gmail.com**

**Giovanna Martins Sampaio**

**giovanna.martins@ufba.br**

**Glênio Antonio da Luz**

**Licenciado em Geografia pela UFSM. Mestre em Geomática pela UFSM. Doutor em Geografia pela UFRGS. glenioluz@gmail.com.**

**Giorvys Guerra Maldonado**

**Ingeniero Agrónomo. Especialistas para la Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente. Centro de Aplicaciones Tecnológicas para el Desarrollo Sostenible Guantánamo, Cuba. Email: giorvys@catedes2.gtmo.inf.cu**

**Ivanio Folmer**

**Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, ivaniofolmer@yahoo.com.br.**

**Isabela Mello**

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, isaasmello@hotmail.com;**

**João Paulo Assis Gobo**

**Bacharel em Geografia pela UFSM. Mestre e Doutor em Geografia pela USP. Atualmente é professor do Departamento de Geografia da UNIR. joao.gobo@unir.br.**

**José Rolando Dupuy Parra**

**Ingeniero Mecánico. Especialistas para la Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente. Investigador Agregado. Centro de Aplicaciones Tecnológicas para el Desarrollo Sostenible Guantánamo, Cuba. Email: jose@catedes2.gtmo.inf.cu ; jdupuyparra@gmail.com**

**Jefferson Santos Fernandes**

**Licenciado em Geografia (UFCG/Cajazeiras), Mestre em Geografia (UFC) e Doutorado em Geografia (UNESP/Presidente Prudente).**

**Email: jefferson.geo.fernandes@gmail.com.**

### **Jeane Medeiros Silva**

Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Uberlândia (2003), Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2006 e 2012) e graduação incompleta em Letras (2006-2008). É professora adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia (CERES-Caicó). Pesquisa na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia da pesquisa, produção de textos, metodologia didática, livro didático de Geografia, análise do discurso, Geografia Política, História da Geografia Escolar e História do Pensamento Geográfico.

### **Marli Terezinha Szumilo Schlosser**

Doutora em Geografia, professora do curso de Geografia da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon. Orientadora da pesquisa. Integrante do Laboratório de Ensino de Geografia – LEG e Grupo e Linha de Pesquisa Ensino e Práticas de Geografia – ENGEIO, número 34953/2011, cadastrado junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Endereço eletrônico: (marlisch20@hotmail.com).

### **Mauricio Hermann de Souza**

Possui graduação em Jornalismo pela Universidade São Judas Tadeu (2010) e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sorocaba (UFSCar) e na mesma instituição é pós-graduando com ênfase em Produção do Espaço, Educação e Cultura. Tem experiência, como apresentador, repórter nas áreas de jornalismo ambiental e cultural. Atua como assessor de imprensa, editor de vídeo e trabalha com temas relacionados à conflitos socioambientais, racismo ambiental, quilombos no Vale do Ribeira e racismo estrutural.

### **Matheus Nascimento de Albuquerque**

Professor de Geografia Licenciado pela Fundação Educacional Unificada Campo-grandense (FEUC), bacharelado em Teologia Bíblia pelo IFC – Escola de Ministérios, atuou no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), atua como Professor na Educação Básica, atuando também em pesquisa, tem artigos publicados em revistas acadêmicas como também capítulos de livros. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7618718577671340> E-mail: [matheus.mna@outlook.com](mailto:matheus.mna@outlook.com)

### **Márcio Estrela de Amorim**

**Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), campus Gravataí.**

**E-mail: [marcioamorim@ifsul.edu.br](mailto:marcioamorim@ifsul.edu.br)**

**Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7018909552342973>**

### **Mairelis Videaux Aguilar**

**Licenciada em Matemáticas. Profesora Asistente. Docente en la Universidad de Guantánamo, Cuba. Email: [denice@cug.co.cu](mailto:denice@cug.co.cu)**

### **Paula Cristina Inacio**

**Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia e Instituto de Ciências Humanas do Pontal-ICHPO. Linha de pesquisa direcionada à Dinâmicas ambientais. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento aplicado a Mapeamentos Ambientais - NEPEGAMA. Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO/UFU com habilitação em licenciatura e bacharelado. Atua como professora de Geografia no Programa Ações Formativas Integradas de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior (Afin), na Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal desde 2020.**

### **René Lesme Jaén**

**Doctor en Ciencias Técnicas, en uso de las fuentes renovables de energía y eficiencia energética en los procesos de las industrias. Docente en la Universidad de Oriente, Cuba. Email: [lesme@uo.edu.cu](mailto:lesme@uo.edu.cu)**

### **Reinaldo Fernandez Justiz**

**Máster en Nuevas Tecnologías para la Educación, en educación ambiental y nuevas tecnologías para la educación. Sub-Director Científico del Centro de Aplicaciones Tecnológicas para el Desarrollo Sostenible Guantánamo, Cuba. Email: [reinaldo@catedes2.gtmo.inf.cu](mailto:reinaldo@catedes2.gtmo.inf.cu)**

### **Willian Nascimento de Castro**

**Professor de Geografia Licenciado pela Fundação Educacional Unificada Campo-grandense (FEUC), Pós-Graduando pela UCAM, atuou no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), atua como professor na educação básica em pesquisa como também publicações em seminários e revistas.**

**E-mail: [williannascimentodecastro@gmail.com](mailto:williannascimentodecastro@gmail.com)**



www.arcoeditores.com



contato@arcoeditores.com



@arcoeditores



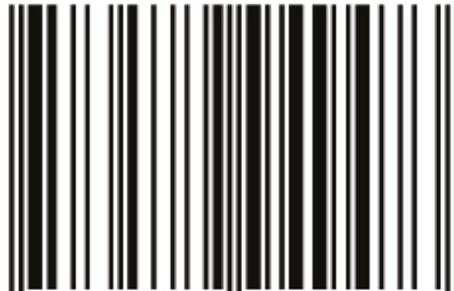
/arcoeditores



(55)99723-4952

ISBN: 978-65-89949-47-3

**BR**



9 786589 949473

**ARCO**  
EDITORES